UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Martinho Guedes dos Santos Neto

Nos domínios da política estatal:
O poder desterritorializado e as bases de sustentação política de Getúlio Vargas (1930-1934)

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco/UFPE, para obtenção do título de Doutor em História. Área de concentração: Relações de Poder, Sociedade e Ambiente.

Orientadora: Profª Drª Maria do Socorro Ferraz Barbosa.

RECIFE – PE
– 2014 –

Catalogação na fonte
Bibliotecária Maria do Carmo de Paiva, CRB4-1291

S237n Santos Neto, Martinho Guedes dos.
Nos domínios da política estatal: o poder desterritorializado e as bases de sustentação política de Getúlio Vargas (1930-1934) / Martinho Guedes dos Santos Neto. – Recife: O autor, 2014.
244 f. : il. ; 30 cm.

Orientadora: Profª. Drª. Maria do Socorro Ferraz Barbosa.
Tese (doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em História, 2014.
Inclui referências.

1. História. 2. Brasil – Política e governo. 3. Brasil – História – Governo provisório, 1930-1934. 4. Vargas, Getúlio. 5. Poder (Ciências sociais). I. Barbosa, Maria do Socorro Ferraz (Orientadora). II. Título.

981 CDD (22.ed.) UFPE (BCFCH2014-23)

Martinho Guedes dos Santos Neto

Nos domínios da política estatal: o poder desterritorializado e as bases de sustentação política de Getúlio Vargas (1930-1934)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em História.

Aprovada em: 28/02/2014

BANCA EXAMINADORA

Prof.ª Drª. Maria do Socorro Ferraz Barbosa
Orientadora (Universidade Federal de Pernambuco)

Profª. Drª. Maria do Socorro de Abreu e Lima
Membro Titular Interno (Universidade Federal de Pernambuco)

Profª. Drª. Suzana Cavani Rosas
Membro Titular Interno (Universidade Federal de Pernambuco)

Profª. Drª. Alexandrina Saldanha Sobreira de Moura
Membro Titular Externo (Fundação Joaquim Nabuco - FUNDAJ)

Profª. Drª. Rita de Cássia Barbosa de Araújo
Membro Titular Externo (Fundação Joaquim Nabuco - FUNDAJ)

ESTE DOCUMENTO NÃO SUBSTITUI A ATA DE DEFESA, NÃO TENDO VALIDADE PARA FINS DE COMPROVAÇÃO DE TITULAÇÃO.

Resumo

Esse estudo materializa a tese de doutoramento em que se discute, que as bases de sustentação política de Getúlio Vargas, no período que vai de 1930 a 1934, estavam assentadas no Nordeste. Para esse espaço regional foram direcionadas as ações, que promoveram a estruturação política do Estado que emergiu com a revolução de 1930. No Nordeste, a ação política do Governo Provisório agenciou o alinhamento político e de poder de Getúlio Vargas pelo discurso factual de poder, cujo fim foi justificar a realização da revolução de 1930 e identifica-la como necessária ao reordenamento político do Brasil. Com o objetivo de desterritorializar a influência política e de poder do entorno paulista, Getúlio Vargas empreendeu uma serie de ajustes que fizeram emergir uma nova territorialidade de poder a partir do Nordeste. Sustentado pelos militares, a consolidação das interventorias neste espaço regional, contribuiu para que as demandas econômicas e os ajustamentos de poder no Nordeste garantisse ao Governo Provisório o apoio em bloco, frente aos interesses de poder do entorno paulista.

Palavras-chaves: Nordeste; Governo Provisório; entorno paulista; territorialidade de poder; militares; poder; política.

Abstract

This study materializes the doctoral thesis in which argues that the basic underpinnings politics of Getúlio Vargas, in the period that goes from 1930 to 1934, they were established in the Northeast. For this regional space it was directed the actions that promoted the structuring politic of State that emerged from the revolution of 1930. In the Northeast, the political action of the Government Interim promoted the political alignment and of power of Getúlio Vargas by factual speech of power, whose purpose was to justify the holding of the 1930 revolution and identifies it as necessary in the political reorganization of Brazil. Aiming to deterritorialise the political influence and power of around paulista, Getúlio Vargas undertook a series of adjustments that did emerge a new territoriality of power from the Northeast. Sustained by the military, the consolidation of Interventorias in this regional space, it contributed for what the demands economic and the adjustments of power in Northeast guarantee the Provisional Government support In block, against the interests of power around paulista.

Keywords: Northeast; Provisional Government; around paulista; territoriality of power: military, power; politics.

Résumé

Cette étude incarne la thèse de doctorat dans laquelle fait valoir que les fondements de soulever politique Getulio Vargas dans la période 1930-1934, ont été installés dans le Nord-Est. Pour cette zone régionale ont été dirigés actions qui a favorisé la structuration politique de Etat qui a émergé de la révolution de 1930. Dans le Nord-Est, l'action politique du gouvernement Alignement politique promue par ínterim et la puissance de Getúlio Vargas par le discours factuel de puissance, dont la fin était justifiée dans l'accomplissement de la révolution de 1930 et l'identifie comme l'exige réorganisation politique du Brésil. Visant à déterritorialiser influence politique et puissance environnant São Paulo, Getulio Vargas a entrepris une série de modifications apportées émergents nouveau pouvoir territorial du nord-est. Soutenu par l'armée, la consolidation de cet espace Interventorías régionales, contribué aux demandes conomique et les ajustements de puissance dans le Nord-est garantir le soutien du gouvernement provisoire en bloc contre les intérêts de la paulista de puissance environnant.

Mots-clés : Nord-est ; Gouvernement provisoire ; environs de São Paulo ; territorialité de puissance ; militaire ; puissance ; politique.

Dedicatória

Dedico esse trabalho in memoriam de minha Vó Joana Martins, minha tia avó Rosa Martins e meu tio avô João Morais, tão próximos e agora tão distante.

Dedico a minha família, a Das Dores companheira paciente e amada, a minha mãe Suênia, com o amor maior do mundo e a Miguel que nasceu para encantar.

Agradecimentos

Antes de qualquer coisa, concretizar essa etapa é algo que me deixa muito feliz, pois jamais pensei que algum dia chegaria até aqui, o mestrado foi algo que planejei, mas, o doutoramento é algo que até agora foi inimaginável. Neste percurso, muitas foram as tristezas, perdi muitas pessoas queridas e próximas, mas também muitas foram as conquistas e alegrias, tive a oportunidade de ser pai – algo surpreendente.

E esses são alguns dos motivos que me fazem agradecer a Deus plenamente, pois, diante de ti recobrei as forças frente aos contratempos e sem esquecer a fé, segui em frente.

Nesta escalada rumo ao doutoramento, uma coisa é certa: o exercício de feitura de uma tese é absolutamente solitário, não tem jeito e não existe coletividade. Também não existe sono, não se tem paz de consciência, tampouco quietude, tudo se realiza na iminência de dar errado ou da tese não sair. Por outro lado, nesta caminhada alguns amigos, algumas instituições, alguns professores e alguns colegas nos fazem perceber que a nossa angústia e as nossas inquietudes, são etapas de um processo de amadurecimento profissional e intelectual.

Por isso sou grato ao CNPq, pela bolsa concedida para realização dessa pesquisa; a Biblioteca Nacional, na Pessoa de Ana Naldi, que articulou para que eu tivesse acesso a jornais restritos, não disponíveis para consulta do público; sou grato ao Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, setor de periódicos, que facilitou sem entraves o acesso irrestrito ao arquivo de Góes Monteiro; ao CPDOC – RJ pelo acesso aos arquivos de Oswaldo Aranha, Juarez Távora e Getúlio Vargas; a Fundação Joaquim Nabuco – PE, setor de obras raras, por facilitar-me a consulta de documentos restritos; ao Arquivo Estadual Jordão Emerenciano – PE, por me disponibilizar os jornais *Diário da Manhã e Diário da Tarde* e a biblioteca Maurílio de Almeida – PB, por conceder-me o acesso irrestrito ao setor de periódicos.

Sou infinitamente grato a minha família, de modo especial a Maria das Dores companheira de todas as horas, que aguentou os meus maus humores, meus estresses e minhas ausências, principalmente porque neste período fomos agraciados pelo nascimento de Miguel, e mesmo tendo também seus compromissos, segurou a barra. Ainda agradeço imensamente a minha mãe – Suênia, pois sem suas palavras sábias e

orações, não teria encontrado a tranquilidade para escrever, tampouco estaria finalizando essa etapa de vida. Agradeço as minhas primas de Duque de Caxias: Cristina e Patrícia, também a Joãozinho, Dorinha e Oriosvaldo, pelo suporte quando da minha primeira estadia no Rio de Janeiro. Também agradeço a Sueleide, a Cristina, a Vó Chiquinha, ao Vô Artur, a meu irmão Artur Neto, a meu pai José Martins, a Luciene, a Luciana, a Dida, a Corrinha, a minha sogra Antônia, a meu sogro Ezequiel, a Valéria e a Josivaldo, que por tantas vezes perguntaram: "você já está perto de acabar?!", mas, sempre estiveram na torcida.

Agradeço aos meus colegas e amigos a Universidade Estadual da Paraíba, pelos momentos que me possibilitaram esquecer "aquela que não poder ser nomeada – a tese", as *ladys*: Marisa Tayra, Mariangela Nunes, Luciana Calissi e Alômia Abrantes pela paciência e amizade; a Carlos Adriano, Tiago Bernardon, Susel da Rosa, Naiara Ferraz, Waldeci Chagas, Flávio Carreiro, Elisa Mariana, Lutelcia, Paulinha e Diego pelo incentivo; aos meus alunos da graduação e aos meus monitores Walquiria e Junior pela paciência.

Agradeço a Monique Cittadino, grande mestra e amiga, por quem tenho apreço, consideração e uma estima inigualável, por ter lido parte desse texto cujas contribuições foram enriquecedoras. Agradeço aos professores: Christine Dabat, Marc Hoffnagel, Denis Bernardes (*in memoriam)* e Susana Cavani pelas discursões enriquecedoras nas disciplinas cursadas no PPGH/UFPE. A Sandra, por ter-me resolvido os entraves junto ao PPGH-UFPE. Também sou grato a Alexandrina Sobreira, Socorro Abreu e Rita de Cássia Barbosa pela leitura atenta e as considerações pertinentes a esse estudo.

Aos colegas Augusto, Faustino, Luciano, Helder, Paulo Henrique, Gian Carlo, Aluísio, Álvaro, Waldefranklin, Shslayder, Simone Costa e Fabrício Morais, pelas discursões, amizade e companheirismo. Não poderia deixar de agradecer a Nora de Cássia, pela sua amizade e suporte logístico e amigo, quando da minha segunda estadia no Rio de Janeiro. Também agradeço a Wagner de Assis, pelo auxílio indispensável em fotografar os jornais da Bahia e a Rejane Araújo pela correção ortográfica e de estilo.

Não poderia deixar de agradecer imensamente a Socorro Ferraz, pela competência e simplicidade na orientação desse trabalho, sua tenacidade foi singular, precisa e pontual. Muito mais que uma orientadora, foi uma companheira compreensiva aos percalços desse orientando, que com sabedoria soube ouvir e direcionar as questões intricadas desse estudo – Muito obrigado!

Gráfico:

Gráfico	População urbana das capitais do Nordeste (1920-1935)	130

Mapa:

Mapa	Mapa da territorialidade de poder de Getúlio Vargas (1930-1934)	176

Tabelas:

Tabela I	População do Nordeste ativa segundo recenseamento de 1920	133
Tabela II	Produção de algodão em caroço na Paraíba em kg (1901-1930)	142
Tabela III	Destino do algodão comercializado em Capina Grande e João Pessoa (1919-1924)	143
Tabela IV	Algodão: exportação pelo porto do Recife (1918-1928)	143
Tabela V	Área cultivada com algodão em Pernambuco – 1932 a 1936 (em hectares)	143
Tabela VI	Estrutura, operariado e capital da indústria têxtil de fiação e tecidos de Pernambuco (1889 a 1927 e 1934)	145
Tabela VII	Crescimento populacional do Nordeste (1930 a 1935)	150
Tabela VIII	Produção de cacau amêndoa (1926-1936)	158
Tabela IX	Participação relativa dos portos de Salvador e Ilhéus na exportação cacau (amêndoas) da Bahia – longo curso – (1926-1959)	158
Tabela X	Produção de açúcar dos oito maiores estados produtores (safras de 1929 a 1935)	163
Tabela XI	Interventores do Nordeste – (1931-1935)	189

Siglas:

CPDOC	Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea
FGV	Fundação Getúlio Vargas
BN	Biblioteca Nacional
GM	Arquivo de Góes Monteiro
GV	Arquivo de Getúlio Vargas
JT	Arquivo de Juarez Távora
LC	Arquivo de Lima Cavalcanti
OA	Arquivo de Oswaldo Aranha
CDPA	Comissão de Defesa da Produção de Açúcar
IBC	Instituto Baiano do Cacau
IAA	Instituto do Açúcar e do Álcool
IHGA	Instituto Histórico, Geográfico e Arqueológico do Pernambuco
IFOCS	Instituto Federal de Obras Contra a Seca
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
PDN	Partido Democrático Nacional
LASP-BA	Liga de Ação Popular da Bahia
PRB-BA	Partido Republicano Baiano
PRD-BA	Partido Republicano Democrático da Bahia
PSD-BA	Partido Social Democrático Baiano
PRC-PB	Partido Republicano Conservador da Paraíba
PP-PB	Partido Progressista da Paraíba
PRL-PB	Partido Republicano Libertador da Paraíba
PSD-PE	Partido Social Democrático Pernambucano
PRS-PE	Partido Republicano Social de Pernambuco
PLP	Partido Liberal de Pernambuco
LPL-PE	Liga do Pensamento Livre de Pernambuco
PRM	Partido Republicano Mineiro
PRP	Partido Republicano Paulista
PD	Partido Democrático de São Paulo

Sumário

	Resumo	IV
	Abstract	IV
	Résumé	VI
	Dedicatória	VII
	Agradecimentos	VIII
	Gráfico, Mapa, Tabelas e siglas	X
01	*Introdução* *O discurso factual da territorialidade política e de poder de Getúlio Vargas – do referencial teórico às fontes de pesquisa*	12
02	*A (des)territorialização do poder: o discurso dominante e o estabelecimento de outras bases de poder na política pós-1930*	36
2.1	Territorialização do poder simbólico: o discurso dominante	41
2.2	Desterritorialização do poder simbólico: a construção do discurso factual de poder	50
2.3	Ainda desterritorializando: de 1932 as outras bases do poder político	64
03	*Os militares no poder: a construção da Centralização política e a redefinição dos espaços de poder no pós-1930*	77
3.1	Os tenentes e a função política dos militares no Estado	85
3.2	A revolução de 1930 e o poder político-militar: o apoio político e a construção das bases de poder do Estado	96
3.3	As bases civis-militares e o contrapeso de poder no Nordeste	110
04	*Economia e poder no Nordeste pós-1930 e as possibilidades de ascensão política*	126
4.1	O crescimento econômico e produção no Nordeste da Primeira República: a dinâmica da economia regional	128
4.2	Dinâmica econômica e mercado interno no Nordeste pós 1930: transformações sociais e políticas	147
4.3	O estado interventor no Nordeste: uma costura econômico-política	164
05	*O poder político constituído: a legitimidade e a sustentação política do Governo Provisório no Nordeste*	175
5.1	Destituição e alinhamento político no Nordeste: a ação dos interventores	178
5.2	Um poder para Getúlio Vargas, uma política para o Nordeste	192
5.3	O Nordeste e a constituinte na sustentação alinhada do Governo Provisório	207
	Conclusão	224
	Referências	232

1

INTRODUÇÃO
O discurso factual da territorialidade política e de poder de Getúlio Vargas – do referencial teórico às fontes de pesquisa

Quando iniciei os questionamentos sobre a afirmação de que o poder político, no pós-1930, havia construído suas bases de legitimação fora do entorno paulista e territorializado seu reconhecimento no Norte, alguns encaminhamentos teóricos deveriam ser resolvidos para que eu compreendesse como foi moldada essa nova territorialidade de poder construída por Getúlio Vargas.

Em decorrência da afirmação acima, algumas questões naturalmente emergiram: como o Governo Provisório conseguiu desarticular os interesses dos políticos estaduais, notadamente dos políticos paulistas, e estruturar espaços de poder que não estavam próximos dos alinhamentos ditados por esses grupos? Quem sustentou esse reordenamento, que levou à substituição de boa parte desses grupos de modo a possibilitar a construção de um estatismo centralizado? Como, a partir do estabelecimento de novos territórios de poder, o poder político do Governo Provisório de Getúlio Vargas pôde estabelecer sua legitimidade e se construir como poder dominante, frente às crescentes hostilidades, como a revolução paulista de 1932?

Em um primeiro momento, foi necessário definir de que cabedal discursivo o Governo Provisório de Getúlio Vargas havia se utilizado para que a legitimação dos ideais da Revolução de 1930 surtisse o efeito de garantir que, mesmo com as querelas e os constantes questionamentos, aos fins da nova ordem estabelecida, Getúlio Vargas se mantivesse como ditador, com larga margem de apoio político. Em seguida, definir quais fontes de pesquisa alicerçaria minha pesquisa. O levantamento delas foi como um processo de aprendizagem, cuja montagem e seleção foram efetivadas a partir de um longo movimento de pesquisa histórica.

1.1 – O discurso factual como simbólico: do poder à legitimação (des)territorializada

Como ponto de partida para apreendermos uma caracterização para o discurso do Governo Provisório, buscamos identificar de onde partiu a ideia da Revolução de 1930 e quais os questionamentos que foram feitos para que se chegasse ao embate político. Isso não é novidade para nenhum pesquisador da história política brasileira, porque os acontecimentos que resultaram na Revolução de 1930 foram caracterizados pelo avolumado conjunto de ajustes políticos que, gradativamente, foram esgotados em si próprios e, por conseguinte, muitos daqueles que se constituíam como agentes passíveis dos ajustes políticos empreendidos pela política do café com leite buscaram ter suas reivindicações atendidas pela política nacional que, largamente, havia beneficiado os cafeicultores paulistas[1]. Ao partir dessas considerações gerais, verificamos que o discurso de Getúlio Vargas, em 04 de janeiro de 1931, traz a leitura do Governo Provisório acerca do que havia provocado a Revolução:

> Antes de tudo, o problema brasileiro é um problema de administração. Os erros e as falhas resultantes da anarquia administrativa foram os causadores diretos dos nossos maiores males e os fatores decisivos do movimento revolucionário.
> Afirmo pura e clara verdade dizendo que o governo provisório, embora ditatorial. Tem procurado governar legalmente. Começou restringindo seus poderes discricionários com a decretação de uma lei orgânica, que enumera as leis em vigor, e continua a esforçar-se sinceramente para assegurar todos os direitos. A constituição da república, que adotou como princípios basilares a Federação e o regime representativo presidencial, não foi abolida nem revogada. Apenas suspensa parcialmente e sua revisão ficará a cargo da Assembleia constituinte, a convocar-se. Os contratos legítimos têm sido considerados como invioláveis, e o exame procedido em alguns visa exclusivamente apurar o grau de culpabilidade dos maus funcionários, que, ultrapassando os mandatos recebidos, prejudicaram o interesse público [...].
> Estamos governando à margem dos partidos, alheios a seus interesses. Aceitamos-lhes a cooperação sem fazer política partidária, e, longe de hostiliza-los queremos, ao contrário, deixa-lhes plena liberdade de organização.
> Prestigiando pela solidariedade do povo brasileiro, pelo apoio decidido das forças armadas, o governo revolucionário deseja tão somente não lhe perturbem, com incidentes meramente políticos, o tempo indispensável ao estudo e à solução dos problemas administrativos, primaciais num país de economia e finanças desordenadas [...].
> Se o governo é provisório a revolução é definitiva (VARGAS, 2011, p. 329-330).

[1] Em nosso estudo, não discutiremos sobre o que foi a Revolução de 1930. Muitos autores, entre eles, Boris Fausto, Edgard De Decca e Ítalo Tronca, já discutiram sobre a natureza desse movimento. Entendemos que o movimento de 1930 não se caracteriza, conceitualmente, como revolução. Mas, nesta tese, optamos por preservar a nomenclatura "Revolução de 1930", pois ela aparece com frequência nos documentos e nos discursos do período em estudo. Na época, o termo revolução era sinônimo de luta armada, conforme entendiam seus protagonistas.

A leitura do discurso de Getúlio Vargas nos leva a perceber que o propósito do Governo Provisório, nascido da Revolução de 1930, foi de conduzir a nação a outros rumos, a outros propósitos administrativos que se distanciassem do que, até então, havia sido praticado pela política nacional. Isso nos levou a perceber que os discursos políticos do ditador inauguraram, desde o início, conjuntos complexos de sentidos que, ao tentar propor outra lógica de verdade, com sentidos cabais e comprovados por todos os que discutiam e analisavam o momento político do Brasil dos anos 1920 a 1930, identificavam que a estrutura política e de poder, antes de 1930, foi pouco representativa e voltada para o beneficiamento da cafeicultura como fim econômico e político do Estado brasileiro.

Bem mais do que um sentido verdadeiro para o que seria o Governo Provisório foi a consubstanciação do centralismo do poder, da política e de uma ideia de revolução necessária à transformação do Brasil, pois, se a afirmativa de Getúlio Vargas apontou para a prerrogativa de que, "se o governo é provisório, a revolução é definitiva", ela procurou traduzir para onde se encaminhariam as ações dessa nova conjuntura de poder, e traduziu o sentido que deveria ter a política brasileira no contexto pós-revolução de 1930. Ou seja, os encaminhamentos do Governo Provisório não tiveram outro propósito senão o de criar um espaço de poder para, só depois, sustentá-lo.

Tais considerações nos fazem entender que essa outra perspectiva de poder, emergente da Revolução de 1930, deveria aniquilar os antigos conjuntos de relações de poder praticados pela Política dos Governadores e sobrepô-los a outras práticas, outras lógicas e outros encaminhamentos para que o poder, instituído pós-1930, posteriormente, fosse hegemônico - o que foi de todo verdade. Contudo, a perspectiva de poder pretendida pelo Governo Provisório teve variações um tanto imprecisas, mas objetivas quanto ao que se pretendia como poder.

Isso significa dizer que o discurso político do Governo Provisório pretendeu ser caracterizado como verdade e como rompimento dos arranjos, cuja significação foi direcionada para a construção de outra visão do poder, na medida em que seu fim foi construir significados sólidos para sua atuação política (ARENDT, 2010, p. 48). Nesse sentido, as ideias e a ação política do Governo Provisório foram alçadas a finalidades absolutizadas e a um direcionamento em que o poder seria travestido da impessoalidade e da totalidade – essa seria a identificação do Estado. Por essa razão, o que identificamos como instância política – o Estado – passou a ser percebido por meio de "dois processos

contrários: a produção comunicativa de um poder legítimo [...] e a constituição dessa legitimação pelo sistema político, com a qual o poder administrativo estabelece uma relação reflexiva" (HABERMAS, 1990, p. 108).

Essa produção comunicativa produziu um discurso político de dominação legítima, cuja ideia foi de propor um novo arranjo, em contraponto ao que se tinha antes de 1930. Todavia, para além da simples comunicação do que seria essa dominação, o Governo Provisório estabeleceu a transformação da dominação ditatorial orgânica com legalidade jurídica, uma vez que o Governo Provisório "começou restringindo seus poderes discricionários com a decretação de uma lei orgânica", para que essa transformação do Estado e do poder político[2] não permitisse a deliberada comparação com as práticas clientelistas da Política dos Governadores. Por isso, foi preciso que essa ideia de transformação legalizada juridicamente fosse antes comunicada publicamente e alardeada como revolucionária, para que sua razão prática fosse "prestigiada pela solidariedade do povo brasileiro". Portanto, o discurso político do Governo provisório, ao se comunicar como poder, necessitou de um espaço público amplo e socialmente instituído para que se manifestasse (HABERMAS, 1990, p. 107) – O Estado.

Por outro lado, foi justamente essa lei orgânica que deu aos encaminhamentos políticos do pós-1930 o poder administrativo instrumentalizado e necessário às costuras políticas feitas por Getúlio Vargas, porque, por dentro do sistema político-estatal, revolucionariamente instituído, a autorregulação promovida pelas interventorias nos estados possibilitou ao poder institucionalizado os instrumentos de sua funcionalidade. Tal poder, ao mesmo tempo em que garantiu esses encaminhamentos ao Estado, fechou as possibilidades de os ajustes se aproximarem dos grupos oligárquicos para se constituírem como interesses locais. Assim, com uma organização política estatizadora permeada pela perspectiva moralizadora e saneadora do clientelismo, "o governo revolucionário deseja tão somente que não lhe perturbem com incidentes meramente políticos".

É certo que as proposições de Habermas estão direcionadas para o sistema democrático, contudo, ao perceber que a finalidade do poder político de Getúlio Vargas foi construída com a ideia da legalidade, a produção comunicativa do poder e o

[2] Essa transformação a que nos referimos tem por base o "transformismo", que Gramsci caracterizou, como um fenômeno complexo de reorganização do poder do Estado pela fabricação e/ou assimilação "de uma classe dirigente cada vez mais ampla, [...] com a absorção gradual, mas contínua e obtida com métodos de variada eficácia, dos elementos ativos surgidos dos grupos aliados e mesmo dos adversários e que pareciam irreconciliavelmente inimigos" (GRAMSCI, 2002, vol. 5, p. 63).

direcionamento constitutivo de um poder administrativo estatizado, empreendido pelo Governo Provisório, permitem-nos discutir sobre a significância do discurso político varguista pela via da legitimação político-institucional comunicada e alardeada administrativamente, nos mais variados espaços. Isso significa que os encaminhamentos políticos administrativos do pós-1930 não se realizaram por meio de uma fase de dissolução do Estado brasileiro, e por mais que se pudesse perceber que a democracia desse Estado não tivesse sua conformação ampliada, foi para o interior dele que foram dirigidos os processos de transformação política pretendidos pelos que fizeram a Revolução de 1930. Sem a dissolução do Estado, mas, estando esse em crise, as transformações seguintes promoveram, através do discurso desqualificador da Primeira República, a constituição de outro poder, cuja representatividade tratou de amalgamar Estado e governo como inseparáveis – dava-se, pois, a construção do governo (ditatorial e provisório) para, só então, encaminhar as transformações do Estado (centralização).

Assim, o discurso político de Vargas, ao institucionalizar as suas finalidades de poder, só pode ser entendido se sua lógica discursiva estiver imbuída do pressuposto da verdade factualmente construída, ou seja, a recepção simbólica do discurso do Governo Provisório só surtiu efeito quando os grupos que fizeram a Revolução de 1930 propuseram a desterritorialização do poder do entorno paulista por meio da construção de uma verdade factualista. Essa verdade esteve assentada em uma forma de pensamento quase instantâneo, pois o pressuposto dessa verdade, como discurso de poder, apareceu quando foi contraposta à leitura do pós-1930 a verificação da realidade política do antes de 1930. Nesse sentido, construiu-se uma verdade objetiva que tendeu a ser quase viva, palpável e cotidianamente alimentada tanto pelos jornais quanto pelas inúmeras ações do Governo Provisório e de seus aliados mais próximos, como o Chamado "Gabinete Negro"[3]. Vejamos:

> A victoria da revolução trouxe, como era natural, uma forte vibração popular. Essa vibração justifica-se. O povo, desacostumado a viver numa atmosphera, de liberdade se rejubilou, com a brilhante actuação das forças armadas, que, sentido a necessidade de cooperar para pacificação nacional, depuseram o psychopata estertorante do Catete. [...] passado porem o primeiro momento desse enthusiasmo [...] é o momento da recomposição. Do reajustamento dos valores úteis a obra da redempção brasileira. [...] A revolução fez a obra do povo. Esse achou o movimento

[3] O "Gabinete Negro" foi uma espécie de junta governativa que, informalmente, auxiliou Getúlio Vargas nas decisões do Governo Provisório. Comumente os integrantes desse Gabinete, do qual faziam parte Góes Monteiro, Juarez Távora, João Alberto e os tenentes civis Pedro Ernesto, José Américo de Almeida, Virgílio de Melo Franco e Oswaldo Aranha, se reuniam no Palácio do Catete.

> victorioso a enseada dos seus direitos (Jornal DIÁRIO CARIOCA, 28 de out. de 1930, p. 01).
>
> .....
>
> Vós [Juarez Távora] conseguistes libertar todo Nordeste da sanha horripilante dos assaltantes do poder e dos cofres públicos. Somente plantada com o sangue do João Pessoa brotou no coração nordestino a revolução. Viva o Norte Libertado (ARQUIVO DE JUAREZ TÁVORA/CPDOC: JT dpf 1930.05.00, docs. 1116).
>
> .....
>
> Diante da situação politica actual quando politiqueiros investem retomar suas antigas posições procurando a todo transe, voltar mais breve possível ao regimem constitucional, em prejuízo a obra revolucionária que os está annulando, quero reafirmar em nome dos revolucionários de Pernambuco, nossa integral solidariedade e apoio (ARQUIVO DE JUAREZ TÁVORA/CPDOC: JT dpf 1932.05.14, docs. 01).

As citações acima nos permitem entrever como o discurso político do Governo Provisório foi substancialmente absorvido como cotidiano na cena política, de modo a equacionar o engendramento de uma verdade cujo facto foi organizado. Não se trata de afirmar que os acontecimentos que levaram à Revolução de 1930 não existiram, mas de equacioná-los aos interesses dos grupos revolucionários. Nesse sentido, o discurso factual deu conta de uma constatação política, mas não a aprofundou, considerando que não havia necessidade, porque tivemos apenas uma transformação política no Estado. Então, no discurso político do Governo Provisório, percebe-se o uso político da razão factualmente percebida e direcionada à tutela dos grupos revolucionários (ARENDT, 2011, p, 288-292).

O anúncio de que "a victoria da revolução trouxe[...] uma forte vibração popular" aponta para a constituição de um facto aberto plausível e não inventado, ao passo que cabalmente identificou o que seria e, com toda carga empírica e ideológica do contexto, quem seria o "psychopata estertorante do Catete". Isso é um sintoma de como a razão factual no discurso do Governo Provisório se construiu, pois incitou a aceitação de uma transformação política alargada e racionalmente dirigida para o que foi estabelecido como verdade plena para a Revolução de 1930. A perspectiva da liberdade popular foi gradativamente trabalhada pelo Governo Provisório à medida que se distanciou dos redutos oligárquicos para construir suas recomposições. Entretanto, tais recomposições não cairiam no risco de retorno às mesmas bases da antiga sustentação política, pois, ao lado do Governo Provisório, os elementos da ordem – os militares – garantiram que os ajustamentos dos valores não se fizessem por esse retorno. A base do discurso factual foi a ideia do momento da "recomposição. Do reajustamento dos valores úteis à obra da redempção brasileira"; o instrumental discursivo apresentado pelo fato político de

quebra com o café com leite, portanto, trouxe à tona o encaminhamento sobre o qual a política e o poder deveriam se reconstituir, mas não foi preciso aprofundar as bases dos erros, tampouco discutir o que de fato se apresentou como novo.

Esses novos valores se revestiram de outros espaços e de outros atores para que se constituíssem como inquestionáveis. Um bom exemplo disso foi a figura política de João Pessoa, elevado a "mártir" da Revolução e que, ao ser assassinado, doou toda a carga simbólica[4] do seu assassinato para o uso político da Revolução e se constituiu, simbolicamente, como elemento básico para a justificativa moralizadora de Getúlio Vargas que, aliás, será recorrente, em praticamente, todas as ações do Governo Provisório: o apelo à moralidade, principalmente quando atentamos para a construção de outras bases de sustentação política, pois essa moralidade foi anunciada como bloco ajustado e libertado. Esse foi o discurso alardeado para o Norte[5]. Mais evidente ainda ficou essa verdade factualizada, quando o caráter provisório do regime político, inaugurado por Getúlio Vargas, previu a possibilidade da volta à constitucionalidade.

Se a constituição estava suspensa temporariamente para que se fizessem os ajustes necessários, segundo Getúlio Vargas, não deveria a volta ao regime constitucional ser apressada, porque haveria o risco real de que a proposta estatizadora do Estado fosse desfeita em detrimento da nova territorialidade de poder construída pelo Governo Provisório, portanto, o governo deveria empreender todo o esforço

---

[4] O paraibano João Pessoa havia sido candidato a vice-presidente na chapa da Aliança Liberal para o pleito de 1930. Ele foi presidente da Paraíba entre 1928 e 1930, e seu governo foi marcado por um intenso processo de reestruturação administrativo e político desse estado, o que lhe rendeu hostilidades dentro e fora da Paraíba, pois, mesmo que de forma indireta, suas ações desagradaram o arranjo oligárquico da Paraíba que, desde longa data, havia sido montado por seu tio, Epitácio Pessoa. Para além das fronteiras da Paraíba, a guerra de Princesa – com fins políticos, devido às hostilidades com o poder local – teve seu desenrolar em meio à campanha presidencial de 1930. Dessa feita, considerando o arranjo da Política dos Governadores, o fato de João Pessoa ter aceitado a candidatura a vice-presidente na chapa de Getúlio Varga rendeu a esse político paraibano as mais variadas adversidades, em meio ao desenrolar da guerra de Princesa: o financiamento dos revoltosos da cidade de Princesa pelo Governo Federal e a ameaça de intervenção federal na Paraíba foram episódios que contribuíram para que sua figura tivesse destaque nacional. As circunstancias do seu assassinato, ocorrido em 26 de julho de 1930, em Recife-PE, puramente pessoais, colocaram-no como herói da Revolução, pois a carga ideológica construída em torno desse acontecimento minimizou os reais motivos que levaram o advogado João Dantas a assassiná-lo, mas maximizaram o seu significado político, por causa de sua crescente hostilidade com o presidente Washington Luiz, então presidente da República. Ver: MELLO, José Octávio de Arruda. **A revolução estatizada:** um estudo da formação do centralismo em 30. Mossoró: Fundação Guimarães Duque/ Secretaria de Educação e Cultura da Paraíba, 1984.; RODRIGUES, Inês Caminha Lopes. **A Revolta de Princesa:** uma contribuição ao estudo do mandonismo local, Paraíba 1930. João Pessoa: Sec. de Educação/União editora, 1978; AIRES, José Luciano de Queiroz. **Inventando tradições, construindo memórias:** a "Revolução de 30" na Paraíba. Dissertação (Mestrado em História). João Pessoa: UFPB, 2006.

[5] Nesse estudo o termo "Norte" será utilizado para designar as regiões Norte e Nordeste do Brasil quando tratarmos de identificá-las no sentido global, conforme aparecem nos discurso da época. Quando nos referirmos apenas à Região Nordeste, ela será designada especificamente pela palavra "Nordeste".

necessário ao reforço da consciência revolucionária, para que não houvesse áreas de gravidade capazes de controlar e territorializar a utilização do Estado e seus aparatos.

O discurso factual do poder estabelecido como verdade foi, portanto, relacionado a eventos e a circunstâncias em que muitos atores e uma pluralidade de opiniões permitiram apenas que se falasse do fato político sobre o qual foi estabelecido o Governo Provisório de modo informativo, por opiniões e inspirados em diferentes interesses e paixões que, se ao mesmo tempo foram diferentes, convergiram para estabelecer a verdade do discurso político de Getúlio Vargas (ARENDT, 2011, p. 295).

É aqui que encontramos os valores dos enunciados (moralidade) e os lugares que foram caracterizados (política, Estado), com vistas a acalentar as capacidades de transformação (centralismo estatal, desterritorialidade dos antigos espaços de poder) instituída pelo Governo Provisório, por um discurso que traçou os procedimentos de separação (República oligárquica *x* Governo revolucionário) pela constituição dos novos signos do poder.

O que dissemos até aqui pode nos levar a crer que o discurso factual do poder construído pelo Governo Provisório em nada difere do discurso hegemônico do poder e está certo em parte, pois esse discurso foi pensado para ser hegemônico, apesar de sua hegemonia só poder ser afirmada a partir de 1934. Esse foi o momento em que as forças políticas foram encaminhadas para se ajustar ao Governo Provisório. Isso começou em 1932, depois do movimento constitucionalista.

Até essa data, não podemos falar de um discurso hegemônico do Governo Provisório, pois, se entendermos a hegemonia como assimilação real dos interesses de quem se pretende liderar, com o fim de conservar uma unidade ideológica de todo o bloco social, cuja constituição lançaria mão da participação de intelectuais na vida prática do grupo social que representam, consequentemente, formando um bloco social e cultural pensante (GRAMSCI, 1978, p. 15-18), não é possível identificar tal direcionamento pelo menos de 1930 a 1934, ainda mais se consideramos que, para Gramsci, o terreno ideológico construído politicamente determina uma reforma das consciências e dos métodos de conhecimento (GRAMSCI, 1978, p. 51).

A reforma das consciências se encontrava em um processo de desconstrução, à proporção que o Governo Provisório lançou mão de um fato político para questionar a ordem política estabelecida pela Primeira República. Por essa razão, a tentativa de construir um discurso hegemônico não se efetivou, porquanto o elo entre a estrutura e a

superestrutura que, segundo Gramsci, cabia ao que ele chamou de intelectual orgânico ainda não podia ser percebido no período que compreende o Governo Provisório de Getúlio Vargas. Também não podemos cair no imediatismo de interpretar que o Governo Provisório construiu o seu discurso hegemônico, calçados pelo entendimento de que

> [...] a supremacia de um grupo se manifesta de dois modos, como "domínio" e como "direção intelectual e moral". Um grupo social domina os grupos adversários, que visa a "liquidar" ou a submeter, inclusive com a força armada, e dirige os grupos afins e aliados. Um grupo social pode e, aliás, deve ser dirigente já antes de conquistar o poder governamental (essa é uma das condições fundamentais inclusive para a própria conquista do poder); e depois quando exerce o poder e mesmo se o mantêm fortemente nas mãos, torna-se dominante, mas deve continuar a ser também "dirigente" (GRAMSCI, 2002, p. 62-63).

Não se percebe essa construção no período que vai de 1930 a 1934. Só a partir de 1932 foi que essa supremacia hegemônica tendeu a ser contornada com a derrota política dos paulistas, e o Governo Provisório de Getúlio Vargas efetivou o alinhamento de grupos ao regime com a garantia da constitucionalização. Se pudéssemos entrever a emergência de tal hegemonia, os episódios de 1931, a demissão em bloco dos gaúchos que participavam do governo e as trocas de interventores não teriam sido pontos de ajustamento políticos importantes, pois estaríamos entendendo que o grupo que chegou ao poder, em 1930, já haveria se constituído como dirigente antes da instalação do Governo Provisório, consequentemente, teria formado o novo bloco histórico, já que os consideraríamos classes subalternas ao sistema vigente da Primeira República.

A tentativa de estabelecer a ideia de discurso hegemônico ao contexto da construção do discurso de poder como verdade factual pode nos levar, ainda, a considerar que hegemonia se constitui como "prática de articulação [que] consiste, portanto, no caráter parcial dessa fixação, e o caráter parcial dessa fixação procede da abertura do social, resultante do constante extravasamento de todo discurso pela infinitude do campo da discursividade" (LACLAU & MOUFFE, 2004, p. 154 - Grifo nosso). Ao abrir tais possibilidades para adequar o conceito de hegemonia às implicações do capitalismo, como propõem Laclau e Mouffe, devemos entender que as articulações e os antagonismos presentes no contexto do Governo Provisório de Getúlio Vargas criaram um campo de forças antagônicas, cujo enfrentamento não se deu nas bases da equivalência entre os interesses políticos, mas no redirecionamento de tais interesses.

Os campos políticos[6] estabelecidos depois de 1930 foram articulados em um contexto ditatorial e autoritário, de modo a permitir que a percepção desses antagonismos estaria resumida apenas à tentativa de retornar à velha ordem política da Primeira República.

Nesse sentido, as tentativas de resolver o problema da nomeação de um interventor paulista, em 1932, só colaboram com essa fundamentação, ou seja, existiram antagonismos a serem resolvidos pelo Governo Provisório que estão inseridos no interior das práticas articulatórias (LACLAU & MOUFFE, 2004, p. 179). Porém o caso paulista não nos permite percebê-lo como elementos constituidores da hegemonia do discurso de poder do Governo Provisório, mas como busca da desterritorialização dos fundamentos do poder e da influência política do seu entorno, para estabelecer uma articulação que tendeu a ser hegemônica. Nesse contexto, foi o caso de construção de uma política positiva, ampliada e com outra ordem.

Portanto, se entendermos que o discurso político do Governo Provisório foi um discurso hegemônico já estabelecido para o contexto de 1930 a 1934, estaremos considerando que houve o desmonte da superestrutura por um bloco histórico constituído. De outra forma, entenderíamos que os que fizeram 1930 empreenderam o estabelecimento da posse do poder. Porém precisamos atentar para uma cena política múltipla, em que o elemento simbólico do poder[7] constituído antes de 1930, frente ao que foi proposto pelos revolucionários, trouxe a possibilidade de que fossem construídos outros espaços de poder e outra lógica, sem a ideia de que haveria no Governo Provisório a ânsia do poder.

É nisso, pois, que reside a lógica do discurso factual do poder. O que o Governo Provisório de Vargas fez entre 1930 e 1934 foi apresentar um fato sobre o qual deveria o Estado ser reformulado, pois ele se apresentaria apenas como constituidor de outros símbolos da percepção desterritorializada desse poder, o que significou a primazia de outra cena política e de um campo simbólico para o poder estabelecido pelos revolucionários de 1930. Daí o entendimento de que o discurso factual do poder, construído pelo Governo Provisório, invocou uma verdade factualizada como elemento coercitivo contra o poder político estabelecido, para que ele fosse "controlado não apenas por uma constituição, uma lista de direitos, e por uma multiplicidade de poderes" (ARENDT, 2011, p. 298). Por isso que o discurso factual do poder não é

[6] Trataremos mais detidamente do conceito de "campo político" no segundo capítulo desta tese.
[7] Trataremos mais detidamente do "poder simbólico" no segundo capítulo desta tese.

hegemônico, mas o estágio inicial da construção da hegemonia, pois apresenta um facto contra o qual são elaborados os novos territórios desse poder. O contrário disso seria entender que o Governo Provisório de Getúlio Vargas já nasceu como o estágio inicial do golpe do Estado Novo em 1937, porquanto já estava estabelecido como hegemônico e, sendo assim, desconsideraríamos a desterritorialização política do entorno paulista.

O Governo Provisório trouxe para a cena política do pós-1930 a construção do que seria o seu poder e como ele esteve legitimamente estabelecido. Por isso, o que se pretendeu como poder constituído se comportou como ator político, cujas pretensões foram a de conquistá-lo e conservá-lo, através de um discurso simbólico que pretendeu legitimar suas posições com a construção/legitimação de outros espaços de influência política (BALANDIER, 1982, p. 6-7). Nesse sentido, os atores sociais foram engajados de forma a representar essas outras funções políticas, que seriam aquelas em que se estabeleceu a ideia de que os feitos da Revolução seriam apenas para moralizar a estrutura organizativa do Brasil, sem as pretensões de oligarquização do Estado, pois, conforme interpretou Getúlio Vargas, a política, antes da Revolução, "fracassava o regime e não apenas os homens e os partidos. A obra política criada deixara a nação fora do Estado, e a reação anunciava-se inevitável" (VARGAS, 1938, vol. II, p. 31). Ao atentar para essa perspectiva de poder e, recorrendo a Hannah Arendt, podemos entender que

> o poder corresponde à habilidade humana não apenas para agir, mas para agir em concerto. O poder nunca é propriedade de um indivíduo; pertence a um grupo e permanece em existência apenas na medida em que o grupo conserva-se unido. Quando dizemos que alguém está 'no poder', na realidade, nos referimos ao fato de que ele "foi empossado por certo número de pessoas para agir em seu nome", pois na medida em que desaparece o que lhe origina o poder, [...] 'seu poder' também se esvanece (ARENDT, 2009, p. 60-61).

Isso significa que o poder questionado pelo Governo Provisório correspondeu ao campo das ações humanas que fizeram do Estado o instrumento de sua posse. Assim, esse poder constituído pelo jogo político da Política dos Governadores se organizou como "estrutura", cuja formação foi igual à posse dos meios e dos fins. Seria uma ação coletiva, em que a fruição do poder instituído estaria alicerçada pela territorialidade dessa estrutura – o Estado - e que estaria articulado com um discurso travestido de progresso em nome da nação, mas a partir de um espaço territorializado definido – o entorno paulista.

Tais proposições são adequadas para que se perceba que a ideia de poder construída no discurso factual do Governo Provisório, se deslocou da posse do Estado e foi colocado como espaço ampliado dos interesses, sobre o qual a representatividade pretendida pela Revolução de 1930 tentou estabelecer sua moralidade e seus fins. Nesse sentido, a perspectiva de poder pretendida pelo discurso factual de Getúlio Vargas se apresentou com mais fluidez e menos rígido, bem próximo da ideia apresentada por Hannah Arendt. Dessa forma, a Revolução de 1930 empreendeu uma ação em concerto, na busca de redefinir os propósitos de como deveria ser instituído esse novo poder.

É interessante perceber que, em vários momentos, as correspondências trocadas entre Getúlio Vargas e os membros do chamado "Gabinete Negro" apontam essas questões, para que os fins da Revolução não caiam no retorno às práticas e à posse territorializada do Estado. No entendimento do Gabinete Negro, se os caminhos trilhados depois de 1930 propusessem um arranjo semelhante ao que havia combatido, a legitimidade política do Governo Provisório não seria respaldada nem pelos antigos políticos, pois eles estavam imersos em uma arena de disputas acirradas, na tentativa de apagar as trajetórias de conivência com o arranjo do café com leite para voltar a ter influência política nem pelo grupo que havia mergulhado na luta revolucionária, pois eles se perceberiam como traídos nos fins que os levaram ao embate político de 1930.

Devemos atentar, portanto, para o fato de que o momento político posterior à Revolução de 1930 foi o momento em que se buscou consolidar um poder que reverberasse nos anseios de representatividade por fora dos ditames do entorno paulista, daí a "ação em concerto" para constituição de outro poder, e isso resultou na instauração de um poder de dimensões desterritorializadas, cuja relação que estabeleceu com os políticos propôs transformar o Estado, para se constituir como espaço público, para onde convergiram as ações do Governo Provisório e da política nacional.

A autoridade/legitimidade construída por Getúlio Vargas esteve alicerçada em um discurso que considerou o "agir em concerto" como instrumental para definir tais pressupostos[8], mas privilegiou o enfrentamento dos grupos políticos no interior da luta

[8] Para constituir a legitimidade política do Governo Provisório, a perspectiva do "agir em concerto" reuniu em torno de Getúlio Vargas os meios para definir o poder que emergiu da Revolução de 1930, contudo, não acatamos a afirmação de que esse agir em concerto se constituiu como poder a partir de uma autoridade que tende a se utilizar da violência para que se imponha o consentimento, como propõe Hannah Arendt em seu ensaio "*Sobre a violência* (2009), na medida em que "violência", "força" e "vigor"

por sua legitimidade. Não podemos ser levados a entender que, no contexto de 1930 a 1934, esse enfrentamento foi o estabelecimento da hegemonia do Governo Provisório, como já salientamos, mas uma luta orientada por sentidos e interesses conflitantes (WEBER, 1999, p, 32), em que o poder e a legitimidade desse poder do Governo Provisório foram estabelecidos por uma ação estratégica e discursiva que levou, posteriormente, ao estabelecimento da sua hegemonia. Por isso o discurso factual do poder recorreu a uma tradição negativa da política brasileira, alicerçada nos arranjos da Primeira República, para só então se constituir como poder legitimado, cujas bases desterritorializaram o *lócus* daquela tradição negativa.

O discurso factual do poder buscou legitimar os feitos do Governo Provisório com a ideia de que o poder político deveria abrir-se ao conjunto das reivindicações políticas e sociais, de modo que não haveria, necessariamente, uma luta violenta para que essa legitimação fosse aceita, mas uma conjugação de ações e de estratégias orientadas pelo simbólico, pela construção de estratégias econômico-políticas e de organização dos espaços da política estatal.

Assim, a análise construída nesta tese está voltada para se perceber o poder como estratégia de sustentação política pela via da desterritorialização do simbolismo desbravador e enérgico do entorno paulista. Observamos, então, que a perspectiva do estabelecimento da legitimidade do Governo Provisório se deu através da construção política de blocos de influência cujo encaminhamento recaiu sobre o Nordeste. Seria a construção de "um conjunto de referências [...] formalizadas e mais largamente difundidas [...] no seio de uma tradição política" (SIRINELLI, 1992 *apud* BERSTEIN, 2009, p. 31). Não nos desvinculamos do Estado, mas a abordagem dada a essa superestrutura não se constitui o foco da nossa análise, pois há uma série de referenciais históricos que são discutidos neste texto e que ultrapassam a mera análise desse Estado como domínio absoluto, entretanto não distanciado.

As discussões que permeiam este texto têm o Norte/Nordeste como objeto privilegiado de discussão central. Interessou-nos observar, devido à ausência de pesquisas referentes ao Nordeste, a sistematização desse espaço regional como *lócus* da política e do poder junto com o Governo Provisório, entre 1930 e 1934, como se construiu a territorialidade política de Getúlio Vargas a partir desse espaço regional.

---

são apresentados como elementos relacionais, que levam ao estabelecimento de um poder, do qual decorre a autoridade por consentimento.

Então, nossa proposta é de discutir que o que emergiu como poder foi legitimado por um processo de desterritorialização da influência política do entorno paulista. Para isso, procuramos perceber quais os caminhos e que direcionamentos foram tomados para que se moldasse o discurso factual do poder do Governo Provisório com vistas a redirecionar e a legitimar a conformação política que emergiu em 1930.

Tomamos o Nordeste a partir de duas compreensões: a primeira, que o coloca inserido em um espaço regional amplo, visto que, nas correspondências do Arquivo Pessoal de Juarez Távora e nas de Getúlio Vargas, o Nordeste é percebido como Norte, no sentido de Norte do Brasil. Com essa definição, grande parte das fontes que utilizamos nos remeteu a esse entendimento. Um bom exemplo que pode ser colocado aqui são as circulares da "Delegacia do Norte", que foram endereçadas tanto aos interventores da Região Norte (Acre, Amazonas, Pará e Rondônia) quanto aos da Região Nordeste (Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia). A segunda compreensão diz respeito à ideia de Nordeste propriamente dita e espacialmente delimitada. Com esse entendimento, tratamos mais detidamente das questões políticas, econômicas e estruturais que envolveram os estados nordestinos na relação com o Governo Provisório, com o fim de compreender como se constituiu esse bloco de poder, que emergiu como legitimador do poder político de Getúlio Vargas frente aos interesses políticos do entorno paulista.

A análise que aqui empreendemos tratou mais detidamente dos estados de Pernambuco – constituído como espaço de grande influência política e econômica no Nordeste – e que, depois de 1930, passou a concentrar a maior quantidade de produtores de açúcar, componente econômico importante para as políticas reguladoras do Governo Provisório. Esse produto levou, também, a reboque Alagoas e Sergipe, produtores de açúcar; Paraíba – porque desse estado adveio João Pessoa, cujo assassinado teve repercussão nacional, fato que impeliu esse estado a promover a herança simbólica do "mártir da revolução", mais ainda, o alinhamento político promovido pela interventoria desse estado refletiu bem a estratégia de afastamento dos grupos oligárquicos do poder; e Bahia – onde podemos perceber a ampla cadeia produtora de cacau, setor importante no processo regulatório do governo Vargas, e a crescente influência política desse estado, sobretudo, quando da chegada do tenente Juracy Magalhães ao cargo de interventor, cargo que ocupou de 1931 a 1935.

Os outros estados do Nordeste, para o objetivo do nosso estudo, mesmo com suas especificidades locais que, oportunamente, serão colocadas ao longo desta tese, foram a reboque no conjunto das relações de poder estabelecidas com o Governo Provisório de Getúlio Vargas. Assim, não nos impossibilita colocarmos, a partir de Pernambuco, da Paraíba e da Bahia, que os ajustamentos e os direcionamentos do pós-1930 podem ser compreendidos em conjunto, como Nordeste.

1.2 – O percurso da pesquisa nas fontes: os jornais e os documentos de arquivo

Quando discutimos sobre a pesquisa em História, uma avalanche de procedimentos e caminhos metodológicos, quase que automaticamente, leva os historiadores a questionarem: qual a melhor fonte a ser escolhida para pesquisa? Alguns procedimentos de pesquisa, desde o início, são pré-definidos: a localização das fontes, as abordagens, os objetos e o levantamento documental acabam por instrumentalizar os anseios dos historiadores.

A pesquisa histórica requer automação e revisão constante dos procedimentos adotados, de modo que sua pretensão de racionalidade seja fundamentada e submetida à crítica. Nesse sentido, requer dos historiadores a teorização de sua *práxis*, pois essa *práxis* e sua produção historiográfica se constituem como teoria (RÜSEN, 2001, p. 15). Assim,

> "Teoria" significa aqui algo a ser levado em conta como necessário e significativo para a pesquisa empírica. Tornou-se corriqueiro entre os historiadores considerar os temas "teoria" e "empiria" de tal forma que a teoria é concebida como um meio para o fim da empiria. No entanto, uma teoria que não se entenda como um mero instrumento da pesquisa empírica e que busque articular-se em si mesma encontra dificuldades de legitimar-se no âmbito da ciência histórica (RÜSEN, 2001, p. 16).

A pesquisa histórica é teorização e *práxis*, e seus objetos não se sustentam sem que o historiador busque teorizá-los mesmo que, em certos momentos, essa teorização seja primária e inicial. Na produção do conhecimento histórico, existe uma interdependência sistemática, um processo dinâmico de produção que não está limitado apenas à problematização do objeto, e os interesses colocados pelos historiadores não explicam ou não dão conta da produção do conhecimento histórico isoladamente. Aquilo que estamos acostumados a chamar de "pergunta de pesquisa" ou "problema de

pesquisa" não caracteriza a pesquisa histórica, é apenas o primeiro passo para legitimar a produção historiográfica.

Na esteira de Jörn Rusen, a pesquisa histórica teorizada e legitimada se sustenta na matriz disciplinar da História. Ou seja, a pesquisa histórica é fundamentada a partir das carências da prática humana da vida no tempo, e a reflexão sobre essas carências reveste o passado do caráter de "história" (RÜSEN, 2001, p. 30-31). Portanto, qualquer pesquisa que se diga histórica não deve prescindir de um suporte documental que permita refletir sobre o passado, com o qual o historiador constrói suas interpretações e conclusões de pesquisa e o passado se manifesta perceptivelmente.

Nesse sentido, a pesquisa histórica e a produção do conhecimento histórico são definidas como um processo que se elabora com perguntas, ao passo que a construção das respostas do historiador às fontes ocorre em três fases:

> Na primeira, que se poderia chamar de *formulação da pergunta histórica*, carências de orientação no tempo são enunciadas como perguntas históricas. Na segunda, fase trata-se de dirigir-se essas perguntas às fontes, e obter dessas as informações necessárias para respondê-la. A terceira e última fase consiste em formular as informações obtidas das fontes como respostas às perguntas postas. Poder-se-ia falar aqui da fase de *formação da resposta histórica* (RÜSEN, 2007, p. 111).

Considerando as informações que o pesquisador extrai de suas fontes de pesquisa, as perguntas pré-formuladas podem levar a respostas pré-estabelecidas e possíveis. As formulações das perguntas históricas feitas às fontes não significam confirmações e/ou elaborações de interpretações, mas possibilidades de resultados consistentes. Então, se pesquisamos o passado buscando certeza nas fontes, algo está errado, e a objetividade do historiador não deve forçar as fontes àquilo que entenda como correto. Em seu conjunto, as fontes da pesquisa em História não foram produzidas para fins históricos nem tiveram a pretensão de confirmar os anseios dos pesquisadores. Os direcionamentos que os pesquisadores dão às fontes possibilitam que tenhamos o conhecimento histórico controlável, sem a pretensão de ser absoluto ou definitivo e, algumas vezes, as respostas às *perguntas históricas* podem não aparecer.

A natureza do conhecimento histórico não permite que a pesquisa histórica se constitua como absoluta ou que as interpretações acerca de dado momento, em um dado contexto, sejam finais. Por esse fim, a escolha que o pesquisador faz ao selecionar um *corpus* documental para servir de fontes de pesquisa é só uma, portanto, tem seus limites. Se a pretensão dos historiadores é de reconstituir o passado de modo

controlável e objetivo, devemos entender que a totalidade reconstitutiva desse passado não é totalizante, porque

> vivemos no tempo curto, o tempo de nossa própria vida, o tempo dos jornais, do rádio, dos acontecimentos, como na companhia dos homens importantes que mandam no jogo, ou pensam mandar. É o tempo, no dia-a-dia, de nossa vida que se precipita, se apressa, como que para se consumir depressa e de uma vez por todas, à medida que envelhecemos. Na verdade, é apenas a superfície do tempo presente, as ondas ou as tempestades do mar (BRAUDEL, 1992a, p. 369).

Na pesquisa histórica, não existe um somatório de fatos miúdos, mas a durabilidade concreta dos acontecimentos direcionados para os objetos de pesquisa escolhidos pelo historiador. A pesquisa histórica não deve precipitar a totalidade do que as fontes tratam, mas aos recortes que o pesquisador estabelece a partir de suas perguntas de pesquisa.

Quando consideramos, por exemplo, o jornal como fonte de pesquisa histórica, essa durabilidade dos acontecimentos deve ser observada. O jornal é um instrumento informativo do cotidiano, que tem um tempo de vida breve e limitado, logo, é substituído por outro, por outra notícia, por outro fato, por outro acontecimento. Nele estão presentes grandes e pequenos acontecimentos,

> o tempo curto, à medida dos indivíduos, da vida cotidiana, de nossas ilusões, de nossas rápidas tomadas de consciência - o tempo, por excelência, do cronista, do jornalista. Ora, notemo-lo, crônica ou jornal fornecem, ao lado dos grandes acontecimentos, ditos históricos, os medíocres acidentes da vida ordinária: um incêndio, uma catástrofe ferroviária, o preço do trigo, um crime, uma representação teatral, uma inundação. Assim, cada um compreenderá que haja um tempo curto de todas as formas da vida econômica, social, literária, institucional, religiosa e mesmo geográfica (uma ventania, uma tempestade) assim como, política (BRAUDEL, 1992b, p. 45-46).

Os jornais têm sua função bem definida – a de informar. E à medida que esse instrumento se torna objeto de pesquisa em História, o modo como nos debruçamos sobre ele tem que ser redirecionado. Os historiadores que pesquisam nos jornais estão em busca de visualizar, por meio da notícia, o seu objeto de pesquisa. As informações coletadas se propõem a montar o quebra-cabeça proposto pelo pesquisador, contudo, não há certezas nos jornais para a pesquisa histórica.

Metodologicamente, a aproximação do historiador dos jornais não deve ser de absolutização do conteúdo ou de colocá-lo como o grande achado de pesquisa. No que diz respeito aos objetos de pesquisa, o primeiro passo é a delimitação do recorte

espacial e temático da pesquisa. Essa definição metodológica dá operacionalidade à leitura e focaliza o olhar do pesquisador. Ainda por outro lado, a definição temporal e espacial da pesquisa histórica nos jornais, para além da organização e da sistematização, deve estar atenta ao fato de que a imprensa escrita é localizada, territorializada e contextualizada segundo os determinantes sociais, políticos e econômicos. Portanto, esse espaço público local e territorializado se constitui como espaço simbólico e forçosamente distinto dos espaços de saber intelectualizado (PORTO, 2002, p. 438).

Nesse contexto, os jornais tendem a reproduzir o pensamento ideológico localizado, e a notícia é direcionada para as perspectivas dos leitores locais com base em suas tradições e construções culturais. Um bom exemplo a ser citado é o direcionamento que o Jornal *A União*, da Paraíba, deu ao assassinato de João Pessoa em 1930[9]. O discurso ideologizante desse jornal só tem sentido para o local. À proporção que o discurso produzido pelo jornal é contextualizado historicamente e teorizado em sua perspectiva temática (política), os sentidos da notícia são ampliados. Outro exemplo diz respeito ao Jornal *Diário da Manhã*, de Pernambuco, cujas notícias da interventoria de Lima Cavalcanti adquiriram uma perspectiva ideologizante das ações do interventor de modo que se noticiaram o enaltecimento e as medidas administrativas, desmitificaram-se boatos e articulou-se o partidarismo político do Estado.

Ressalte-se que a definição temporal e temática da pesquisa histórica nos jornais é necessária, direciona a construção dos discursos e atribui aos objetos de pesquisa coerência e sentido. Todas essas considerações se fazem pertinentes devido à influência dos jornais locais no contexto social em que se inserem. As formas como as notícias são dadas, geralmente, conduzem o leitor a opinar e a construir juízos de valor sobre determinado enunciado. Quando consideramos os jornais em suas localidades, esses "juízos de valores", certamente, caracterizam a identificação jornalística local. Muitos deles produzem aquilo que os leitores querem ouvir ou conduzem o noticiário às tendências de que o jornal está próximo.

Ao considerar, por exemplo, os jornais das décadas de 1930 a 1937, observamos que há uma estreita vinculação desses meios de comunicação com os grupos de poder local, e muitos revelam sua legitimidade política. Na Paraíba, o Jornal *A União* está ligado

[9] Nota publicada no jornal A união conclamando todos os paraibanos a homenagear João Pessoa: "Na hora em que a usina da Pará Electric apitar, a Hóstia Sagrada está sendo levantada na Cathedral, e em cada coração uma prece a Deus pedirá á paz na Parahyba. A cidade paralisará o seu movimento por três minutos e todos os brasileiros, de pé, prestarão uma homenagem cívica á memória do inolvidável João Pessoa e a terra cuja autonomia elle defendeu até a última gota de sangue" (Jornal *A União*, 6 set. 1930).

ao governo do estado; no Rio de Janeiro, o Jornal *Correio da Manhã* esteve vinculado ao Partido Democrático; em Recife, o *Jornal do Commercio* esteve vinculado aos grupos produtores de Pernambuco, e na Bahia, o Jornal *A Tarde* foi propriedade do interventor Juracy Magalhães. Portanto, a pesquisa em jornais deve considerar esses aspectos e procurar extrair respostas para as perguntas de modo que não estejam isoladas no local, mas interligadas com contextos e ações exteriores ao universo territorialmente localizado.

Ao utilizar os jornais nesta tese, procuramos estar atentos a essas considerações, sobretudo, quando o leitor perceber que a pluralidade dos jornais consultados é bem considerável. Com a carga de leitura jornalística, pudemos traçar articulações, contradições e coerências entre os mais variados periódicos pesquisados neste estudo e identificar uma delimitação na natureza e nas funções desse discurso jornalístico[10], uma vez que ele funcionou como produto final para as intenções a que e se destinou, de modo a estar intimamente relacionado ao contexto e ao calor dos acontecimentos. Por isso, em se tratando da pesquisa histórica em jornais, procuramos, como pesquisador, não tomar o discurso jornalístico como único, ou como aquele capaz de confirmar as nossas perguntas de pesquisa isoladamente. É evidente que, em alguns momentos, a análise das notícias não fugiu aos fatos, mas as articulações que procuramos construir nos confirmaram boa parte das interrogações e nos permitiram qualificar nossas interrogações de pesquisa.

A caracterização das páginas jornalísticas e sua estrutura foi outro ponto fundamental a que ficamos atentos, porque elas condensam relatos e acontecimentos variados, constroem o ordenamento material, social e simbólico da cidade ou região em que são escritas e, muitas vezes, têm um editorial que se intitula comprometido com algum lugar social - grupo político, classe trabalhadora, jornal de esquerda, jornal oficial ou cultural. A natureza dos jornais é, ao mesmo tempo, local e universal, e as notícias dão conta do próximo e do distante, promovem propagandas e constroem opiniões, sejam elas ideológicas ou comerciais.

[10] Esses limites foram percebidos, sobretudo, nos jornais que se declararam independentes no período que compreende o nosso estudo: 1930 a 1934. Paraíba: *Jornal Liberdade;* Pernambuco: *Jornal A Província;* Bahia: *jornal Era Nova* esse jornal estava vinculado a Igreja Católica. A delimitação a que nos referimos diz respeito a um noticiário que, se em alguns momentos se constituiu de como político, não se estendeu de modo a levar os leitores a formar uma opinião consistente, isso porque esses jornais, no contexto da nossa pesquisa, estavam sob estreita vigilância das interventorias – a exceção do *jornal Nova Era* da Bahia.

Devemos entender que as páginas dos jornais não são apenas justapostas, elas têm o objetivo de construir um sentido ideológico, porque existem relações entre elas, e as notícias compreendem, ao mesmo tempo, informações e posições. Ao historiador cabe estar atento ao não dito, ao que pode ser lido nas "entrelinhas" da superfície impressa. Sobre esse detalhe, a pesquisa histórica em jornais não precisa de pressa, mas de uma seleção cuidadosa e de uma leitura criteriosa que parte do objeto de pesquisa. Quando se caracterizam a estrutura e a forma em que estão dispostas as páginas e as notícias nos jornais, a leitura focalizada pode ser mais bem apreciada, porquanto conseguimos identificar os pontos estratégicos e a formação das representações que o jornal dá de si mesmo aos leitores.

O Jornal *A União*, por exemplo, publicado na Paraíba na década de 1930, tem uma estrutura que, para o nosso objeto de pesquisa, esteve praticamente concentrada na primeira e na última páginas. Já o *Diário da Tarde* de Pernambuco concentrou boa parte das notícias políticas em um grande editorial de primeira, e sua continuidade se estendeu à segunda e à última página; o Jornal *Diário de Notícias* da Bahia, vinculado à interventoria, traz o noticiário político praticamente todo na primeira página[11]. Nesses casos, o tom do discurso é sempre de favorecimento ao governo. Muitas notas de apoio e de manifestações de solidariedade são publicadas como forma de construir a imagem do poder instituído. O tempo todo, percebe-se a correlação dos acontecimentos locais respaldados nos nacionais. Se considerarmos como objeto de pesquisa histórica o poder e as ações do governo, certamente a leitura do pesquisador estará centrada nas primeiras e na última página desses jornais, e esse foi o sentido de leitura adotado na nossa pesquisa.

Nesta pesquisa, utilizamos muitos jornais do sudeste do país, grande parte deles pesquisados na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Nesses jornais, percebemos que a dimensão do noticiário político tendeu a ser nacional e procurou construir uma leitura ampla do contexto político nacional pesquisado. Foi o caso do *Diário de Notícias,* do *Diário Nacional* e do *Correio da Manhã*, nos quais, para o período da nossa pesquisa, a perspectiva política estava imbuída de uma leitura nacionalizada, cujos editoriais estavam concentrados, sem grandes destaques, em alguns casos, na primeira página. Mas, foi com o *Diário Carioca* do Rio de Janeiro que percebemos uma leitura cujo

[11] Consideremos que o número de páginas desses jornais não é fixo, a média para o período em que estamos pesquisando gira em torno de sete a doze páginas.

comprometimento político foi latente, desde o editorial, às colunas de comentários políticos, distribuídos entre a primeira e a terceira páginas.

Dessas considerações, entendemos que, ao tomar o discurso do jornal, ao caracterizar sua estrutura e ao selecionar a partir dos objetos de pesquisa as seções a serem estudadas, estamos trabalhando o jornal em dois níveis: no nível do discurso e no nível do contexto (BRAGA In: PORTO, 2002, p. 330).

Em torno do discurso, os textos produzidos pelo jornal têm um direcionamento e uma convergência, portanto, cabe ao pesquisador identificá-los. As fotos impressas transmitem uma mensagem atrelada ao texto, em alguns momentos, ou podem representar algo que o jornal pretende ressaltar. As estruturas são a percepção que o pesquisador tem do conjunto integrado dos elementos textuais e visuais do jornal, o que está dito e os tons discursivos. Quanto ao contexto, os acontecimentos servem de referência para o jornal, seu perfil contextual (político, social, cultural), as interpretações ideológicas construídas para além da notícia, a forma e a escrita direcionadas para um contexto externo, enquanto jogo de forças do poder, da economia ou das relações de classe. Em ambos os níveis, a percepção do pesquisador foi conduzida pelo entendimento de que a pesquisa nos jornais deve promover a articulação com outros documentos, com o objetivo de confrontar ideias e extrair o contexto em sua quase totalidade, para estabelecer pontes para as questões levantadas pela pesquisa.

No caso do nosso objeto de pesquisa, essa articulação foi feita de modo bem ampliado, e a documentação produzida pelos atores políticos do Governo Provisório, a saber: a documentação depositada no *Arquivo de Getúlio Vargas, Juarez Távora e Oswaldo Aranha*, todos pesquisados no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea – CPDOC, Rio de Janeiro; também junto com a documentação depositada no *Arquivo de Góes Monteiro,* pesquisada no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro e no *Arquivo de Lima Cavalcanti,* depositado no Instituto Histórico, Geográfico e Arqueológico do Pernambuco/IHGA-PE.

Com essas fontes documentais, procuramos construir uma análise articulada, de modo que a confirmação das nossas hipóteses de pesquisa foi consubstanciada pelos interesses, pelos arranjos e pelas finalidades políticas do Governo Provisório de construir suas bases de sustentação política e de poder no Nordeste, através do processo de desterritorialização do entorno paulista.

1.3 – Organização dos capítulos: a tese

Quanto à estrutura desta tese, as discussões acerca da formulação do conceito de discurso factual e a referente ao conceito de hegemonia compõem a primeira parte do **primeiro capítulo**. Na segunda parte, tecemos algumas considerações sobre o uso dos jornais e suas articulações com a documentação dos arquivos. Na terceira parte, descrevemos a organização dos capítulos e fizemos uma abordagem sobre as fontes utilizadas.

A desconstrução dos símbolos e das representações do espaço regional do sudeste como hegemônico politicamente é o objeto da discussão do **segundo capítulo** desta tese, cujo encaminhamento nos levou a perceber que houve, da parte do entorno paulista, uma apropriação simbólica do poder, com o fim de garantir que a permanência dos grupos cafeicultores fosse consolidada pela posse do aparato estatal e que ele havia se constituído instrumento de sustentação desse poder.

Ao aprofundar essas questões, verificaremos que a modelagem do discurso dominante serviu para estabelecer uma territorialidade com molduras, acessos e convergências, rupturas e direcionamentos, alinhados ao que seria uma espécie de "destino manifesto dos paulistas", cuja prerrogativa foi a de liderar o país. A partir da Revolução de 1930, atentamos para o processo de desconstrução dessa territorialidade de poder pelo discurso factual, que buscou introjetar a ideia de isenção e de moralidade, através de um facto construído como verdade e redirecionado a outros territórios de poder, para moldar o que se constituiria como base da sustentação política do regime varguista, de modo a assumir outras identidades políticas para se consolidar como opinião legítima e verdadeira frente ao que foi colocado como contraponto ao discurso do Governo Provisório – a Política dos Governadores.

Seguindo esse processo de desterritorialização do entorno paulista, discutimos como as novas bases do Governo Provisório foram direcionadas para o Norte e sobre que maneira a Revolução Paulista de 1932 favoreceu e fortaleceu o discurso factual de poder em direção à ampliação da representatividade política do Estado brasileiro e, consequentemente, à redefinição dos arranjos de poder.

No **terceiro capítulo**, analisamos o processo da montagem dos territórios de poder no Norte/Nordeste, de modo que a legitimidade das ações do Governo Provisório

pudesse ser sustentada sem o risco de uma contrarrevolução. Para tanto, identificamos como elementos que garantiu essa nova ordem os militares. Também discutimos sobre como os militares foram propulsores da centralização política a partir dos ideais tenentistas, que se apresentavam como necessárias ao redimensionamento dos objetivos do poder e da política brasileira. Com esse enfoque, procedemos à análise da montagem da nova territorialidade de poder, que foi instituída em bloco a partir do Nordeste. Nesse capítulo, analisamos a atuação da "Delegacia do Norte" e os encaminhamentos políticos de Juarez Távora como articulador inconteste para o estabelecimento da hegemonia política do Governo Provisório no Nordeste. As correspondências políticas entre o vice-rei do Norte e os interventores nos permitem moldar a conjuntura política que montou a territorialidade de poder da qual se utilizou Getúlio Vargas para fazer frente aos questionamentos políticos do entorno paulista.

No quarto capítulo, fizemos uma abordagem sobre a economia nordestina como *lócus* de reivindicação ao poder central e apreendemos que o setor produtivo do Nordeste se constituiu como elemento de importância política para Getúlio Vargas, na medida em que, por meio do processo de burocratização do Estado pós-1930, a reestruturação estatizada pela criação dos institutos econômicos favoreceu largamente o alinhamento político do Nordeste aos ditames do Governo Provisório.

Discorremos sobre a caracterização dos Institutos do Cacau e do Açúcar, visando perceber o imbricamento das políticas de soerguimento desses setores, com a montagem da territorialidade política do Governo Provisório nesse espaço regional. Procuramos perceber, ainda, que os contornos da economia nordestina, cuja dinâmica esteve voltada para o mercado interno, buscaram do Governo Provisório a incorporação dos interesses econômicos como forma de barganha política. Nesse sentido, analisamos as costuras políticas do Governo Provisório com o Nordeste, na perspectiva de percebê-las também como costuras econômicas com vistas a recuperar as finanças estaduais e, sobretudo, legitimar a ação das interventorias locais, cuja estratégia adotada foi de um alinhamento econômico-político monetariamente construído com as elites produtoras do Nordeste.

A dimensão política da montagem da territorialidade de poder do Governo Provisório a partir do Nordeste é o objeto do **quinto capítulo,** onde discutimos os meandros da política regional com o Governo Provisório e analisamos os detalhes

políticos da territorialidade de poder do Governo Provisório e as estratégias de alinhamento político da região.

Discutimos o processo de legitimação das interventorias da Bahia, da Paraíba e de Pernambuco como sustentação do Governo Provisório, de modo a identificar que o estabelecimento de um processo de centralização administrativa desses estados foi, também, a ampliação das bases de apoio de Getúlio Vargas frente aos interesses do entorno paulista. Acompanhamos pela destituição dos redutos oligárquicos locais a emergência do sistema de interventorias como espaço estatizado de alinhamento político. Ficou evidente, nessa análise, que a implantação do Governo Provisório pelas ações das interventorias estaduais no Nordeste, caracterizaram a forma como foram tratados os resquícios do que poderia lembrar a cultura de poder da Primeira República.

Detalhamos como a legitimidade das interventorias nordestinas se constituiu como legitimidade e base de sustentação política do Governo Provisório, na medida em que a recondução da administração estatal se constituiu como eixo de ajustamento entre o Nordeste e o poder central, o que justifica a emergência de um poder para Getúlio Vargas a partir de uma política para o Nordeste.

Ainda nesse capítulo, mostramos como a campanha constituinte de 1933 serviu de catalizador para que a sustentação política do Governo Provisório fosse definitivamente concretizada através do espaço territorializado de poder no Nordeste. Dessa feita, o ano de 1932 foi decisivo para Getúlio Vargas, porque, do ponto de vista estrutural, o encaminhamento de medidas cada vez mais centralistas deu a Getúlio Vargas ampla possibilidade de concentrar poder e apoio. Já do ponto de vista político, a possibilidade e a necessidade de o país voltar ao regime constitucional – colocado como evolução natural das propostas da Revolução de 1930 – engendrou a complexa costura política de Getúlio Vargas com os interventores nordestinos de modo que o peso político do Governo Provisório foi sentido em bloco, visto que Vargas levou os interventores a estabelecerem, pela via partidária, a arregimentação de apoio político.

2

A (des)territorialização do poder: o discurso dominante e o estabelecimento de outras bases de poder na política pós-1930

No conjunto das relações políticas frente à organização do poder e à estruturação das representatividade do Estado Nacional, questionados pela Revolução de 1930, cuja base econômica esteve alicerçada basicamente no café. O que se observou foi um conjunto representativo de poder e de necessidades construídas e justificadas como nacionais, verticalizada de modo a atender aos interesses de alguns poucos setores do Estado Nacional brasileiro.

O que se construiu, portanto, como interesse nacional, foram os interesses de um único espaço regional em detrimento dos demais na Primeira República. Não se trata apenas de observar um estágio da nossa história nacional (1889 a 1930), em que as relações de poder estavam em uma base de compromisso escalonada por meio da política dos governadores. É evidente que o contexto da Primeira República só nos permite estabelecer considerações a partir dessa prerrogativa legal de poder, devido às condições estabelecidas por essa política, mas, na média duração, percebe-se a constituição de um discurso regional que se pretendeu dominante e como política de interesses nacionais. A ideia de uma locomotiva mestra que carrega vagões, mesmo que vazios, para nos remetermos a Joseph Love (1982), ilustra a profundidade desse discurso de poder.

São os símbolos das representações mentais/discursivas do espaço regional do sudeste que agiram como manipuladores e construtores de conhecimento e reconhecimento de interesses travestidos de nacionais, cujo peso carregou o simbolismo de ser o peso do Estado Nacional como um todo. Esse discurso regionalista foi:

> um discurso *performativo*, que tem em vista impor como legítima uma nova definição das fronteiras e dar a conhecer e fazer reconhecer a *região* assim delimitada – e, como tal, desconhecida – contra a definição dominante, portanto, reconhecida e legítima que a ignora. O acto de categorização, quando consegue

> fazer-se reconhecer ou quando é exercido por uma autoridade reconhecida exerce poder por si: as categorias «étnicas» ou «regionais», como as categorias de parentesco, que institui uma realidade usando o poder de *revelação* e de *construção* exercido pela *objetivação no discurso*. [...] A eficácia do discurso performativo que pretende fazer sobrevir o que ele enuncia no próprio acto de o enunciar é proporcional à autoridade daquele que o enuncia: a fórmula «eu autorizo-vos a partir» só é *eo ipso* uma autorização se aquele que pronuncia está autorizado a autorizar, tem autoridade para autorizar (BOURDIEU, 2010, p. 116-117).

Como nos esclarece Bourdieu, o discurso regionalista é performático, constrói uma autoridade de poder e se estabelece como revelador dos interesses a partir de uma realidade factualmente construída. Ou seja, é a ideia de um poder fatual, suficientemente forte e autorizado a responder pelo restante dos espaços nacionais. Nesse sentido, tal discurso performativo da região é ainda mais segregador, quando associado ao poder de fato, ao poder de decisão e de direção. De posse de tais prerrogativas, o espaço regional do sudeste brasileiro construiu uma realidade superior e occitânica[12], que vai do discurso a práticas de desqualificação dos outros espaços ou de secundarização das potencialidades dos outros espaços regionais.

Direcionou-se para a construção de realidades que não existem em sua totalidade, porém assumem uma lógica de difícil contradição, pois são ideologicamente legitimadas e estruturalmente encampadas pelo Estado. A ideia é, portanto, de um ordenamento de poder fatualmente constituído com a autoridade econômica e política de um único espaço regional. Ainda recorrendo a Bourdieu, o discurso regionalista construído na Primeira República estabeleceu um poder de grupo dirigente, como os cafeicultores paulistas, por exemplo, de modo que a ideia de poder foi também uma ideia de grupo, percebido como distinto dos interesses da maioria dos grupos políticos regionais, mas representativo do *corpus* Estatal. Assim, o que se pretendeu foi uma di-visão (BOURDIEU, 2010, p. 113) do conjunto pela ótica de um discurso produtor de consenso[13].

[12] Occitânico - adjetivo relativo à Occitânia, região que, durante a Idade Média, compreendia o sul da França (Languedoc), onde se falava uma série de dialetos e que, na prática, não se constituía região homogênea, mas era colocada como tal para causar diferenciação. Ao longo do tempo, Occitânico adquiriu um significado que remete à erudição e à intelectualização de determinada realidade ou discurso, ou seja, a ideia de forjar uma realidade ou discurso que só existe no papel.

[13] A ideia de di-visão assume, para nós, uma conceituação em que o discurso do poder se divide de modo plural, a partir dos mais variados interesses políticos, a fim de construir um consenso, mas, ao mesmo tempo, essa divisão plural de interesses segue uma única ótica interpretativa do poder na Primeira República, ou seja, a ótica visionária do desenvolvimento brasileiro com base nos interesses da política do café com leite. A di-visão de poder estabelecida na Primeira República foi pluralidade focada, direcionada

Se o café foi o produto rei do Brasil, durante o período de 1889 a 1930, seu consequente monopólio, alavancado pela liderança mundial da produção, produziu um sistema de valorização e comercialização, de modo a aumentar progressivamente a dependência do país em relação a esse produto. A ajuda do Governo Federal, com os planos de valorização do café (1906, 1917 e 1920), foi responsável pela anomalia na administração federal, pois nenhuma outra medida de organização da balança comercial foi tomada sem que favorecesse as vicissitudes da cafeicultura. A dívida contraída pelo Brasil em 1898 (o *Funding Loan*) serviu para equilibrar a balança comercial brasileira, frente à queda das exportações do café, e para refinanciar a produção cafeicultora, sobretudo, nas fazendas paulistas subsequentemente.

Daí a constatação de que "o café é a base da riqueza brasileira", afirmou o governador de São Paulo Júlio Prestes na campanha presidencial de 1929. Havia, ainda, a crença de que "o café dá para tudo". Esse jargão foi construído e alardeado pelos cafeicultores paulistas como a base de sustentação do Brasil. De fato, entre 1910 e 1920, as fazendas paulista produziram 70% do café no mercado mundial, ao passo que, entre 1921 e 1940, cerca de 50% da produção do café brasileiro, entre altas e baixas, esteve no mercado internacional e favoreceu a economia brasileira[14]. Mas, ao analisar verticalmente a formulação da política de valorização do café e a exclusividade dos investimentos do Governo Federal para os cafeicultores paulistas, tem-se um reduto de poder fortemente regionalizado, que se autoconstitui como porta-voz do desenvolvimento da nação, cujas palavras de ordem processaram retardamentos e desvios em relação a outros campos de investimento por parte do Governo Federal. Nesse contexto, as reivindicações dos cafeicultores paulistas colocaram em jogo não apenas o aparato econômico, mas também o aparato ideológico do desenvolvimento nacional. Isso quer dizer que o jogo do poder também foi um jogo de vantagens simbólicas para São Paulo, no sentido de garantir a posse da identidade legítima da nação.

A manipulação interna da dinâmica do mercado internacional pelo governo brasileiro, nos três planos de valorização do café, produziu esse efeito simbólico de progresso e desenvolvimento com o crescimento econômico, que pareceu funcionar bem

---

e arquitetada para o jogo da Política dos Governadores e conduziu a organização da política brasileira para o eixo de visão do entorno paulistano.

[14] Esses dados foram retirados de: SÃO PAULO, Annaes do Senado, 1929. Apêndice. p. 7. E do UNITED NATIONS. **Coffee in Latin American:** Brazil, state of São Paulo. Vol. 2. Cidade do México, 1960, p. 11. (publicado pela CEPAL e FAO), respectivamente.

até o final da década de 1920. E como o Governo Federal não interveio na manipulação da taxa cambial, os cafeicultores maximizaram os lucros dentro do país, de modo que, em 1926, o recém-criado Banco do Estado de São Paulo forneceu crédito com base nos estoques de café (LOVE, 1982, p. 75). Esse conjunto de ações reunidas pela cafeicultura paulista nos permite pensar em uma atmosfera de ganhos absolutos, com probabilidades objetivas de sucesso que garantiram a permanência de um *modus operandi* de poder predominante durante toda a Primeira República.

Não é de se estranhar que, mesmo com a abolição da escravidão (1888) e a Proclamação da República (1889), a perspectiva de transformação interna que se avizinhava não tenha ocorrido. Esses eventos não foram suficientes para garantir que o Estado brasileiro promovesse uma transformação social, econômica e política verticalizada e profunda, nos termos de rompimento com o passado colonial. O que, de fato, avizinhou-se foi uma transformação mascarada de fortalecimento dos grupos acossados no poder e de consolidação de uma política econômica subserviente na divisão internacional do trabalho. Para os membros do Governo Provisório, a existência da República brasileira era apenas ilustrativa e não deveria comprometer o ordenamento de poder de grupo nem haveria rompimentos profundos, pois uma nota publicada durante vários dias nos jornais da época dizia: "o Governo Provisório reconhece e acata os compromissos nacionais contraídos durante o regime anterior, os tratados subsistentes com as potências estrangeiras, a dívida pública externa e interna, contratos vigentes e mais obrigações estatuídas" (CARONE, 1969, p. 14).

Então, há uma apropriação simbólica do poder. Garantir a permanência de um ordenamento sem transformações profundas significou favorecer grupos tradicionais já acossados no aparato estatal. Isso não significa que, depois da proclamação da República brasileira, o governo provisório devesse decretar uma moratória econômica e o rompimento de todos os contratos, mas o fato de não o ter feito contribuiu para a construção de um poder simbólico através de uma base de sustentação: a monocultura agrária e cafeicultora, amplamente legitimada pelo Estado.

Esse poder simbólico se configurou pelos meios em que os interesses dos cafeicultores foram transformados em interesses do Estado. E como a Política dos Governadores estabeleceu o compromisso de poder, estabeleceu também uma di-visão do discurso do progresso brasileiro. Tal estratégia consistiu em caracterizar o desenvolvimento regional brasileiro como um escalonamento de avanços, recuos e

estagnações. Para os agentes desse discurso, a demonstração de um desenvolvimento pouco expressivo das outras regiões do país deixa clara a necessidade de se investir onde de fato haveria maximização dos lucros: a cafeicultura paulista, mascarada como lucros da nação.

A historiografia econômica e os estudos estatísticos apontam no sentido de um amplo desenvolvimento da região cafeicultora do entorno paulista[15], o que, de fato, ocorreu, entretanto, esse desenvolvimento deve ser pensado, também, com base nos esforços que o Governo Federal esteve disposto a fazer, o que não reverberou para as outras regiões. Um bom exemplo pode ser encontrado nos dados da economia baiana e da pernambucana, que serão discutidos no quarto capítulo. Tais dados, não nos permite dizer que houve uma estagnação econômica séria nesses estados nem que o ritmo dos setores fumageiro e açucareiro seguiu na mesma velocidade da geração de divisas da cafeicultura.

Para Wilson Cano (2007), os desequilíbrios regionais devem ser percebidos a partir das demandas do mercado internacional em que estava inserido o Brasil como um Estado agrário-exportador. As posições de Wilson Cano têm consistência econômica, mas passa ao largo na percepção de que a estrutura de desenvolvimento do Brasil, na Primeira República, foi essencialmente política, na base de um discurso que, ao mesmo tempo em que dividiu os interesses regionais, construiu uma visão de desenvolvimento e de crescimento a partir do setor cafeicultor. Essa di-visão não estabeleceu somente a canalização dos investimentos do Governo Federal, sobretudo se considerarmos a política dos governadores, mas, principalmente, uma territorialização de poder que convergiu para o entorno da economia paulista.

Devemos atentar para o fato de que a Federação Brasileira, constituída com a proclamação republicana de 1889, proclamou também os líderes. Ela estabeleceu um comportamento político em que aceitou a prerrogativa de um Estado-nação amplo, mas focado em um favoritismo econômico e político de unidade, com um espaço regional simbolicamente construído.

[15] Estamos chamando de "entorno paulista" toda a região que compreende a zona de influência econômica capitaneada por São Paulo, nomeadamente, o estado de São Paulo, Rio de Janeiro, a parte sudeste de Minas Gerais e a parte norte (fronteiriça) do Paraná.

2.1 – Territorialização do poder simbólico: o discurso dominante

Ao atentar para esse simbolismo discursivo, concordamos com a perspectiva de que havia:

> a preocupação dos líderes dos estados [São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul] em adquirir o poder nacional. À parte as oportunidades de patronato e a busca de poder para influir nos acontecimentos de além de suas fronteiras, os três estados tinham interesses diretos em ganhar o controle da administração federal, a fim de amparar suas atividades econômicas. O controle Executivo era importante, além do mais, para assegurar a legislação econômica e financeira deseja devido a grande influência do Presidente no Congresso (LOVE, 1975, p. 118-119. Grifos nosso).

Esses três estados detinham um potencial econômico consistente e, sobretudo, um Partido Republicano forte, porém, com características distintas. O Rio Grande do Sul esteve focado em uma política interna de fortalecimento da sua base de poder, a ponto de empreender medidas administrativas para o pleno funcionamento do porto de Porto de Alegre, para a aquisição de ferrovias de longa extensão, no sentido Leste-Oeste, em 1919, e o estabelecimento de um banco de desenvolvimento que começou a intervir no mercado interno estadual em 1928. Tais ações do governo estadual rio-grandense promoveram, paulatinamente, a expansão da sua economia interna e a concreta margem de barganha no poder central, quanto à colocação dos seus produtos no mercado interno. Essas mesmas ações deram ao Rio Grande do Sul um lugar de aproximação incômoda e persistente aos interesses de São Paulo e de Minas Gerais, no que diz respeito à condução da política nacional, principalmente a partir da segunda metade da década de 1920[16].

Do outro lado, São Paulo e Minas Gerais construíram para a representação política da Primeira República um jogo de ajustes mútuos, em uma balança de poder com diferenças, no que diz respeito à organização dos seus Partidos Republicanos, o Partido Republicano Paulista (PRP) e o Partido Republicano Mineiro (PRM)[17]. Essas diferenças produziram um acordo político de ampla proporção, de modo que garantiu certa hegemonia e a constituição de uma territorialidade de poder travestida de

[16] Para um estudo mais detalhado sobre o Rio Grande do Sul e sua participação política na Primeira República, consultar: LOVE, Joseph. **O regionalismo gaúcho.** São Paulo: Perspectiva, 1975.

[17] Para o PRM, o trunfo da organização das forças políticas interestaduais de modo coeso, tanto com os produtores de café mineiros quanto com os chefes locais do interior, cuja base de apoio do governo do estado esteve organizada com o colegiado de notáveis do Partido que garantiram a sua força política.

nacional, que Getúlio Vargas procurou desconstruir depois de 1930. Dito de outra forma, o contexto político da Primeira República desenhou uma cena de poder fatiada e territorializada de base caracteristicamente agrária, cuja perspectiva de condução do sistema republicano seria repartida nos limites de uma representatividade construída com a subserviência dos militares, em que os acordos passavam pela justificativa de um sistema de divisão convergente para o discurso nacionalista paulistano-brasileiro.

O movimento de 1930 não escapou desse discurso prático, se pensado como estrutura de poder. O poder estabelecido estava assentado em um território regional com trunfos de manobra complexos, verticalizados por um discurso factual, de um poder necessário ao desenvolvimento do Brasil. Getúlio Vargas encontrou uma territorialidade apropriada pelo grupo cafeicultor paulista extrapolado aos limites do espaço territorial do seu estado.

O poder territorialmente constituído era axiomático. Não havia questionamento de que a soberania do espaço regional paulistano era a soberania na nação, mas a preexistência de que o espaço do território, entendido como geograficamente constituído, era territorializado de poder, ou seja, havia ideia de uma representação do espaço regional para os atores e os grupos políticos, e eles se compunham à nação. Então, se o território paulista e o mineiro estavam constituídos em seus limites geográfico estabelecidos, sua representação projetada originou uma territorialidade de poder projetada para a nação.

Isso significa compreender que o poder questionado por Getúlio Vargas, em 1930, foi produto de um discurso simbólico construído na perspectiva da territorialidade, que

> adquire um valor bem particular, pois reflete a multidimensionalidade do "vivido" territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades me geral. Os homens "vivem", ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existências e/ou produtivistas. Quer se trate de relações existenciais ou produtivistas, todas são relações de poder, visto que há interação entre os atores que procuram modificar tanto as relações com a natureza como as relações sociais (RAFFESTIN, 1993, p. 158-159).

Então, podemos compreender que a territorialidade de poder, constituída e questionada em 1930, pode ser definida como um modelo de exclusões considerado distinto e exclusivo, organizado em um sistema tridimensional: "sociedade-espaço-tempo, em vias de atingir a maior autonomia possível e compatível com os recursos do

sistema" (RAFFESTIN, 1993, p. 160). Uma soma de relações em interação e coexistentes, mas expressas nas desigualdades regionais.

Essas territorialidades estiveram expressas nos quadros da produção e na capacidade de consumo dos espaços regionais brasileiros. De modo verticalizado, essa capacidade foi destituída de outros espaços, como o do norte-nordeste e o do centro-oeste brasileiro, ainda em escala um pouco menor, do espaço do sul do país. Construíram-se, portanto, espaços territorializados de poder; "estabeleceram-se tessituras, acessos, convergências, mas também, disjunções, rupturas e distanciamentos" (RAFFESTIN, 1993, p. 161) das relações de poder estabelecidas no decorrer do período compreendido entre 1889 e 1930. Foram essas relações que reforçaram a supremacia do entorno paulistano como fronteira móvel, constituída a partir dos interesses do grupo do poder e pelo arranjo da Política dos Governadores.

A política do café-com-leite, embora não tenha sido tão coesa, foi fundamental para se construir uma justificativa consistente para o poder do revezamento São Paulo-Minas Gerais, devido à baixa mobilização política e às intensas relações latifundiárias espalhadas pelo Brasil. Assim, os espaços regionais de maior concentração urbana e, principalmente, os que detiveram mais influência sobre a Presidência da República estabeleceram seus discursos de poder de modo mais consistente.

Podemos pensar em uma espécie de "destino manifesto paulista", herdada dos bandeirantes e que anunciava o aspecto desbravador do interior. Tal destino se constituiu em uma energia de fins produtivos que apontava para o futuro da nação brasileira no sentido de que caberia a eles (paulistas) a prerrogativa de liderar o país (PRADO, 2012). Bem antes desse tipo de "homem paulista" proposto por Paulo Prado, o orgulho regional de São Paulo já havia sido colocado por Martinho Prado, na Assembleia provincial de 1888, como um orgulho de vanguarda nacionalista: "[São Paulo] era o cérebro que pensa e o braço que executa", a ideia foi a de um estado precursor dos destinos gloriosos do Brasil, cuja "grandeza e independência [estariam impregnadas] no caráter paulista" (PRADO JÚNIOR, 1944, p. 248-256. Grifos nosso).

Essa autoimagem pode ser percebida, mais explicitamente, com a ampliação das fronteiras do café, visto que o processo de expansão paulistano transformou a terra conquistada em propriedade privada dos grandes produtores do café. Assim, São Paulo viu-se exacerbar a exaltada confiança de que a conquista foi também uma marcha para ampliar a fronteira do desenvolvimento brasileiro. O orgulho cívico local alardeado pela

burguesia cafeicultura construiu um discurso moldado em uma espécie de responsabilidade econômico-desenvolvimentista, que colocava sobre os ombros dos paulistas a responsabilidade pelo Brasil. Nas palavras de Vivaldo Coaracy, "o Brasil, como sempre, espera que São Paulo Trabalhe"[18]. Com uma burguesia do tipo agrário-exportadora, tanto a elite quanto a classe média paulistana construíram um estrato de aspirações, comportamentos e valores diferenciados do restante do Brasil. Para Joseph Love (1982), seria um tipo europeizado de burguesia, pois havia um refinamento emprestado da Europa alicerçado pela influência econômica dessa elite que se estendia pelo território brasileiro.

Esse refinamento esteve intrinsicamente atrelado ao crescimento econômico do entorno paulista, e a elite da oligarquia financeira foi beneficiada pelos investimentos estrangeiros, sobretudo, após a Primeira Guerra Mundial[19]. Setores como o de ferrovias e o de instalações portuárias foram favorecidos com a montagem de estruturas de escoamento da produção de produtos primários cujos destinos foram o mercado externo. Como afirma Ladislau Dowbor (1982, p. 114-115 e 118), essa ampliação deveu-se ao propósito de serem criadas economias externas à Europa, como centros de abastecimento do mercado mundial. A abertura desses investimentos estrangeiros trouxe o aparelhamento do sistema de transportes e portuários e derivou o poder político dessa oligarquia financeira, porquanto a pressão exercida pelos banqueiros da indústria conseguiu impelir os

> governos de países como Brasil e Argentina e fazer com que esses acatassem suas exigências, submetendo assim o conjunto das decisões políticas a seus interesses particulares. E isso ocorria em detrimento, inclusive, das perspectivas de um desenvolvimento capitalista em bases autônomas. [...] Da mesma maneira, a construção de portos representou um lucrativo negócio para a oligarquia financeira (ARRUDA, 2012, p. 143-142).

Isso teve como consequência a constituição do monopólio desse setor transportador no Brasil pelos grupos oligárquicos e financeiros, a maioria paulistana, de modo que os superlucros reduziram os custos da produção industrial sob o controle dessa elite agrário-empresarial. Além, disso, o setor energético concentrou fortes

[18] Vivaldo Coaracy era natural do Rio de Janeiro, jornalista e um intenso propagandista de São Paulo. Trabalhou no Jornal *O Estado de São Paulo* e escreveu vários textos apologistas a São Paulo. Como defensor e participante do movimento paulista de 1932, foi exilado em Portugal.

[19] Ao analisar as tabelas de crescimento dos censos brasileiros de 1900 a 1928, verificamos também alguns investimentos fora desse espaço regional, não com a intensidade do que se verificou no entorno paulistano.

investimentos estrangeiros e foi responsável por reforçar os interesses particulares dessa oligarquia financeira. A Brasilian Traction Light & Power, por exemplo, organizada no Canadá, com capitais ingleses, deteve o monopólio dos transportes urbanos, água, esgoto e telefone em São Paulo e no Rio de Janeiro, depois da aquisição de concessões altamente lucrativas para a elite política brasileira, e a Eletric & Share (por sua filial American & Foreign Power, Amforp) adquiriu a concessão para o fornecimento e a distribuição de energia elétrica com grandes margens de lucros. Porém, para atender aos interesses da elite política brasileira, a Amforp chegou a ter suas atividades em vários estados brasileiros.

Ainda podemos citar os setores de mineração, de máquinas, de equipamentos, calçados, cimento e carnes[20]. Essas informações nos são importantes visto que nos permitem auferir a ampla rede de ação da elite agrário-exportadora com uso do poder político. Assim, reportamo-nos ao que já foi requerido – o fato de que a posse do poder foi significativa para consolidar um discurso simbólico de desenvolvimento e, mais ainda, para permitir que se consolidasse uma territorialidade de poder exclusiva do entorno paulistano. Entretanto, a territorialidade construída nesse entorno não se fez sozinha, porquanto as bases desse vivido territorial, em suas múltiplas dimensões (cultural, política, econômica e social), foi consolidada pela troca e pela fidelidade de poder feita com Minas Gerais. Com esse estado, estabeleceu-se uma dialética socioespacial, moldada em contornos específicos de solidariedade, por meio do espaço geográfico e econômico estabelecido no contexto regional brasileiro, pois "a sobrevivência do conjunto - não importa que os diversos agentes tenham interesses diferentes - depende desse exercício da solidariedade indispensável ao trabalho e que gera a visibilidade do interesse comum" (SANTOS, 2000, p. 109-110). No caso da montagem da territorialidade de poder aqui estabelecida, os interesses incluíram a formulação da política do café-com-leite, em seu revezamento presidencial, que, embora pouco estável, foi responsável por afunilar as bases da influência regional imprimindo suas marcas nas decisões e nas intervenções.

[20] Para detalhamento das concessões estrangeiras desses setores, ler: ARRUDA, Pedro Fassoni. **Capitalismo dependente e relações de poder no Brasil: 1889-1930.** São Paulo: Expressão Popular, 2012; SUZIGAN, Wilson; SZMRECSÁNYI, Tamás. Os investimentos estrangeiros no início da industrialização no Brasil. IN: SZMRECSÁNYI, Tamás (org.). **História econômica da Primeira República.** São Paulo: Hucitec/Associação brasileira de pesquisadores em história econômica/Edusp/Imprensa Oficial, 2002.

A política mineira, considerada como centralista, devido à sua posição geográfica, nada tem desse aspecto no real sentido do termo. As "invenções/articulações" de Minas Gerais trouxeram para a constituição da territorialidade do poder, no entorno paulistano, a constituição de uma autoimagem que tentou preservar um suposto espírito de brasilidade em equilíbrio, como sugere Sílvio Vasconcelos:

> Nas Minas condensa-se a tipologia nacional de todos os quadrantes, sem prevalências ou hipertrofias. Um pouco do vaqueiro do norte; um pouco do engenho e da cachaça; um pouco da fidalguia; um pouco bastante do comércio; um pouco de religiosidade e, também, de mundanismo. Um pouco do cristão novo. O branco e o negro; um homem novo - o mulato. Nenhuma parcela predomina. Todas se somam, se equilibram e se harmonizam e é desta harmonização de parcelas muitas vezes antagônicas, que surge e floresce a civilização mineira (VASCONCELOS, 1969, p. 91).

O tipo mineiro de homem e de sociedade traz para o discurso simbólico do poder o aspecto social da sociedade brasileira com a preservação das características que, supostamente, representariam o Brasil. Em contraste com o Nordeste e o Sul, Minas representaria uma diversidade de atividades concentradas, pelo menos, no aspecto econômico, que lhe garantia certa dinâmica[21] e, junto com isso, com seu "senso de ordem", Minas poderia ser considerada o elemento de entendimento e conciliação sem rupturas radicais.

A influência mineira, no conjunto federativo da Primeira República, deveu-se também à coesão construída pelas elites políticas locais, pois, embora Minas tivesse o maior contingente eleitoral, de nada adiantaria se não houvesse uma atuação aglutinada das elites locais. Diferentemente dos pequenos estados, o peso mineiro se fazia sentir pelo peso do eleitorado e por uma bancada influente na Câmara Federal, graças à unificação da política local em torno do PRM. Essa estratégia de unificação política foi fundamental para o poder político de Minas exercido ao longo da Primeira República. Com uma burocracia interna bem desenvolvida, que remonta ao período da mineração no Século XVIII, os políticos mineiros entendiam que boas estratégias de poder facilitavam a capacidade de barganha política.

[21] O setor latifundista de pecuária extensiva, ao norte; a área de minifúndios agropecuários, ao sul; a moderna pecuária do triângulo; o setor cafeeiro exportador da mata e do sul de Minas; o conjunto mineral e industrial do centro; o extrativismo vegetal, a caça e a pesca na região do São Francisco e o setor comercial e financeiro que articula as demais atividades. Essa diversidade corresponde, ao menos em parte, ao universo econômico brasileiro.

A unificação das forças políticas mineiras se constituiu, pois, como o elemento "fiel ao governo e bem comportado. Minas era o pilar da democracia limitada e do sistema presidencial" (WIRTH, 1985, p. 77), já que, internamente, estava concretizada a influência do PRM a todo estado. O PRM havia estabelecido um *collegium* intermediário responsável pelo comando dos coronéis locais, que arregimentavam os votos necessários para os candidatos aprovados pela máquina estadual. E à medida que o governador controlava as nomeações políticas, intimidava a imprensa e controlava os acessos ao serviço público (WIRTH, 1985, p. 78), ou seja,

> a Comissão Executiva do PRM. De posse deste valioso instrumento, a cúpula partidária detinha total autonomia para selecionar os indivíduos que comporiam os quadros da política estadual, em seus mais diversos níveis e localidades. Assim, o partido possuía plena liberdade para, se necessário, fazer e desfazer alianças a cada eleição, ou seja, para qualquer coronel, satisfazer os interesses da Tarasca do partido, bem como do governador, era condição *sine qua non* para se manter na lista de aliados preferenciais da agremiação mineira (FIGUEIREDO, 2012, p. 169)[22].

Nada mais apropriado politicamente. As relações políticas estabelecidas na esfera federal, por meio desse arranjo interno, exerceu sua função prática no sentido de manipular a política nacional para responder aos interesses desse espaço regional mineiro. Quando consideramos a produção cafeeira de Minas Gerais, constatamos que, embora a rubiácea tenha ocupado somente a região da mata mineira e o sul do estado, esse produto gerador de divisas nacionais também contemplou o governo mineiro. Foi nessa região, sobretudo, da zona da mata mineira, que o poder econômico e agroexportador dos produtores de café fez-se sentir como elemento identificador de progresso em outras regiões produtoras do estado, e embora houvesse desintegração econômica entre as regiões no interior do espaço geográfico mineiro[23], havia um espaço político organizado e fortemente articulado para fazer valerem seus interesses. A barganha política de Minas jogou sempre no sentido que trazer para si os benefícios da economia cafeeira em troca de um apoio político coeso.

---

[22] Ainda segundo o autor, o termo "Tarasca" é comumente utilizado para designar a cúpula do Partido Republicano Mineiro/PRM durante a Primeira República, mais especificamente, após a reorganização do partido em 1906.

[23] John Wirth colocou que essa desintegração regional interna de Minas Gerais ressalta um desenvolvimento em "diferentes linhas de tempo" e com aspectos de desenvolvimento diferenciados, ou seja, se o norte de Minas teve uma cultura econômica próxima àquela desenvolvida pela Bahia, a Região do Triângulo mineiro e o sul do estado produziram um modelo de organização econômica e de produção próximo ao de São Paulo, enquanto que a região da zona da mata mineira esteve ligada ao Rio de Janeiro. Sobre isso, consultar WIRTH, John. **O Fiel da Balança:** Minas Gerais na confederação brasileira – 1889/1937. São Paulo: Paz e Terra, 1982.

É preciso esclarecer, todavia, que a organização econômica do espaço mineiro na Primeira República, se pensada a partir do sul e da mata mineira, pode nos levar a homogeneizar Minas como sendo dependente da produção do café, o que não ocorreu. Não foi, necessariamente, essa vinculação de produção voltada para o mercado externo que traduziu a essência do apoio mineiro a São Paulo, e já apontamos isso acima. Para Minas Gerais, o café não teve a mesma dinâmica que tinha em São Paulo, pois, das sete zonas produtoras de Minas Gerais, apenas o sul e a mata cultivavam o café (LOVE, 1982, p. 307)[24]. Em termos práticos, a natureza do acordo entre Minas e São Paulo deveu-se ao fato de que as relações clientelistas dos mineiros com o Governo Federal seguiram intactas pelos paulistas, por isso Minas pôde compensar o declínio da sua economia interna com as verbas federais no estado[25].

Por esse motivo, embora não tenha havido homogeneidade e uma suposta desintegração econômica no setor produtivo de Minas Gerais, tal fato não se constituiu como um problema, mas como estratégia de ação política, pois o contato com os outros estados da Federação e as relações clientelistas estabelecidas deram ao governo mineiro as possibilidades de explorar apoios, inclusive com o Nordeste, mais especificamente, com a Bahia. A ideia de um estado conciliador e centralista deveu-se a esse tipo de relação construída entre Minas Gerais e os outros estados e com o governo federal.

Nesse conjunto de ações econômico-políticas, o que esteve em jogo foi a montagem da apropriação de uma identidade simbólica legítima, oficialmente afirmada e reconhecida pelo conjunto da federação brasileira. O entorno paulistano-mineiro construiu, a partir do estabelecimento de uma territorialidade dinâmica de relações de poder e tramas sociais, uma dominação simbólica que usou sua dinâmica econômica para estabelecer um capital simbólico de legitimação de sua atuação, tanto no que diz

[24] Percebe-se que as regiões da mata mineira e do sul não produziam somente café, mas também laticínios e alimentos em geral. Ainda se considerarmos a representação política desse estado, veremos que nem todos estavam vinculados ao setor produtivo. Grande parte era de funcionários públicos, profissionais liberais e comerciantes. Havia mais concentração de políticos ligados ao setor agroexportador cafeeiro em São Paulo do que em Minas Gerais: 37,7% contra 16,7% de fazendeiros; 16,6% contra 5,6% de comerciantes; 3,8% contra 0% de comissários; 9,5% contra 5,6% de membros ligados à estrada de ferro; 6,7% contra 0,5% de membros ligados à exportação; 40,3% contra 17, 1% de indivíduos ligados ao complexo agroexportador. Ainda se considerarmos as legislaturas estaduais mineiras, compreendidas entre 1889 e 1930, verificamos, com algumas variações, 82,8% de deputados ligados a profissões burocráticas, jurídicas, professorado, profissões liberais e serviços públicos, sem vínculo com o setor produtivo (MARTINS FILHO, 1981, p. 91-95).

[25] Para se ter uma ideia, 70% das estradas de ferro, em Minas Gerais, eram federais, contra apenas 12% em São Paulo, onde havia o maior número de agências dos Correios (1.055), e para cada funcionário público estadual mineiro, encontramos 3,4 funcionários federais no estado, enquanto que essa relação, em São Paulo, não passa de 0,46 funcionários (MARTINS FILHO, 1981, p. 108-110).

respeito à condução da política nacional, quanto no que se refere ao direcionamento dado à política econômica nacional.

No campo político estabelecido por São Paulo e Minas Gerais, a percepção do mundo social foi conduzida a um arranjo de distribuição de poder, que só aceitou aqueles que estavam em comum acordo com os princípios de di-visão estabelecidos pelos interesses dos grupos oligárquicos financeiros desses dois estados[26]. A intenção política estabelecida foi, portanto, construída no jogo do politicamente dizível e do não dizível, que seria um poder simbólico constituído pela prerrogativa do todo social, dos interesses do particular como interesses do todo. Foi o que ocorreu, por exemplo, com a "necessária" política de valorização do café em 1906, 1917 e 1920.

O poder simbólico constituído implicitamente foi alçado ao *status* de poder de Estado e representou os interesses da coletividade nacional, posto que o PRP e o PRM impuseram as suas representações de mundo social de modo duradouro, com o fim de conquistar os postos do poder e de garantir o ângulo de visão necessário para assegurar o poder e seus atributos.

Some-se a isso a desqualificação dos outros espaços regionais de poder. A necessária inclusão desses espaços nas esferas do poder dominante pela prestigiosa territorialidade do entorno paulistano-mineiro só ocorreu a partir de uma pseudoinfluência desses espaços na política nacional, pois estiveram subordinados a uma lógica de conquista de poder elaborada com uma representação legítima de desenvolvimento e de dinâmica econômica. A ideia de que as economias regionais não estavam suficientemente mobilizadas ou estavam estagnadas serviu para desconsiderar os interesses desses espaços.

O poder simbólico do entorno paulistano pretendeu desterritorializar qualquer reivindicação dos outros espaços regionais que pudessem arregimentar apoio financeiro

[26] O conceito de campo político que utilizamos foi formulado por Bourdieu e é "entendido, ao mesmo tempo, como campo de força e como campo das lutas que têm em vista transformar a relação de forças que conferem a esse campo a sua estrutura em dado momento, que não é um império: os efeitos das necessidades externas fazem se sentir neles por intermédio, sobretudo, da relação que os mandantes, em consequência da distância diferencial em relação aos instrumentos de produção política, mantêm com seus mandatários e da relação que esses últimos, em consequência das suas atitudes, mantêm com suas organizações. O que faz com que a vida política possa ser descrita na lógica da oferta e da procura é a desigual distribuição dos instrumentos de produção de uma representação do mundo social explicitamente formulada: o campo político é o lugar em que se geram, na concorrência entre os agentes que nele se acham envolvidos, produtos políticos, problemas, programas, análises, comentários, conceitos, acontecimentos, entre os quais os cidadãos comuns, reduzidos ao estatuto de «consumidores», devem escolher, com probabilidades de mal-entendido tanto maiores quanto mais afastados estão do lugar de produção" (BOURDIEU, 2010. p. 164).

do governo federal às culturas responsáveis pela dinâmica do mercado interno brasileiro, isso porque, havia uma constante renovação do discurso em prol de uma economia de base agrário-exportadora. Isso explica porque o Governo Federal esteve longe de elaborar uma política de fomento para o crescimento econômico de regiões como o Nordeste e, até mesmo, do sul do país. Foi mais fácil estabelecer espaços de estagnação econômica e verticalizar a ação e a destinação dos recursos da União para um único espaço do que promover a ampliação dos recursos federais. Por isso, devido à pouca representatividade política desses espaços regionais, foi preciso submeter-se ao poder simbolicamente estabelecido pelas elites paulistas de mineiras.

Já na década de 1920, São Paulo havia construído seu discurso simbólico de predomínio cultural, com a convicção de que a ele caberia, também, a hegemonia dentro do país. Com a ideia-força da "locomotiva", os paulistas se colocaram como porta-vozes da nação e falaram em nome de todos os grupos, e como a ideia-força se transformou em ordem, a hegemonia pretendida se consolidou como verdadeira nos discursos da Assembleia e da Câmara Federal, o que se fez crer que seria possível fazer e executar o desenvolvimento e o crescimento do país a partir de São Paulo. Isso pode ser percebido tanto nas políticas de valorização do café para o mercado internacional quanto nos investimentos portuários, ferroviários e industriais, concentrados no entorno paulistano. Para Minas, a ideia-força conjunta, aliada aos ideais paulistanos, traduziu a identidade brasileira, o homem brasileiro e o seu modo de vida como vontade e ação coletiva, o que suscitou um discurso mobilizador, historicamente construído, e capaz de mobilizar e legitimar a política do Estado em favor dos grupos oligárquicos financeiros do entrono paulistano.

2.2 – Desterritorialização do poder simbólico: a construção do discurso factual de poder

Havia um espaço de dominação política instalada e alicerçada em um discurso predominantemente economicista e de base negociada, de acordo com os interesses dos setores agroexportadores. E foram os arranjos políticos do entorno paulista os responsáveis por introduzir um pacto de poder circunscrito a esse espaço.

A chegada de Getúlio Vargas ao poder, em 1930, marcou a redefinição desse pacto político dominante e teve como estratégia de consolidação a constituição de outra coalizão política em substituição à velha coalizão oligárquica da Primeira República. "O

novo pacto ou a nova coalizão de classes será constituído pela burguesia industrial nascente, pela burocracia política e profissional nascente no próprio seio do Estado, pelos trabalhadores urbanos e por setores da velha oligarquia" (BRESSER-PEREIRA, 2012, p. 109), desprestigiados pela territorialização política do entorno paulista.

Para este estudo, interessa-nos perceber a coalizão construída por Getúlio Vargas, que culminou com a formação da burocracia política e profissional no seio do Estado brasileiro pós-1930. Muito mais do que perceber essa nova coalizão, a partir dos setores em expansão econômica no pós-30, interessa-nos discutir a formação do novo pacto de poder, com a desterritorialização do poder simbólico do entorno paulista, por meio de um discurso factual nacionalista, cuja base de sustentação política esteve no Nordeste e no sul do país. Isso significa inverter a sustentação política do Estado Nacional brasileiro e desconstruir a dominação política do entorno paulista.

O Movimento de 1930, ao propor outro ordenamento de poder, sugeriu o estabelecimento de outros caminhos para o desenvolvimento brasileiro a partir da construção dos domínios do Estado como pacto político:

> Era preciso também reunir [a nação] em torno de um projeto nacional. Não era suficiente criar um instrumento de ação coletiva, era necessário unir a nação em torno de uma estratégia nacional de desenvolvimento que contasse com a participação do maior número possível de cidadãos; era preciso chegar a um acordo nacional a um pacto político informal que desse sustentação a essa estratégia. Será a construção de um acordo nacional para refundar a nação e transformar o Brasil em Estado-nação autônomo a grande realização política de Vargas (BRESSER-PEREIRA, 2012, p. 108. Grifo nosso).

Esse instrumento de ação coletiva, contudo, tinha como desafio desterritorializar o discurso simbólico do entorno paulista que falava pela nação, portanto, não poderia haver projeto de desenvolvimento, ou até política de transformação do Brasil em "Estado-nação autônomo", na conjuntura política da ascensão de Getúlio Vargas ao poder, se não houvesse a construção de outros significados para o poder e para a representação política desse Estado. Os momentos iminentes ao pós-30 foram marcados por um apelo à democracia que precisou ser restaurada, independentemente da filiação partidária, como colocou Assis Brasil:

> Não é uma luta de partidos [...] mas uma luta do espirito da legítima democracia para a purificação do regimen conspurcado. Não fosse esse sentido superior de libertação de uma politicagem que prostituia a República desestruturando-a não se

> teria realizado essa união sagrada (jornal CORREIO DA MANHÃ, 28 de out., 1930, p. 5).

Esse discurso nos dá a ideia de que a democracia, depois do Movimento de 1930, buscou capturar um sentido de dimensões sociais, ou seja, a ideia de que o Movimento de 1930 foi a transformação de uma representatividade política restrita para uma representatividade ampliada. A captura desse sentido democrático iniciou a modelagem do discurso factual de poder, alardeado por Getúlio Vargas, e a montagem da nova territorialidade de poder do pós-30 o legitimou. O sentido democrático pretendido pelos revolucionários de 30 foi construído com a inversão dos lugares de poder até então ocupados. Com isso, o que se pretendeu de democrático deu origem a um conceito que, segundo Ângela de Castro Gomes (2012, p. 71), é aparentemente paradoxal: a "democracia autoritária". Mas, devemos atentar para os objetivos da junta governativa do Governo Provisório, logo depois do levante de outubro, conforme descreveu o Jornal *Correio da Manhã*[27] em 1930:

> Até quando ella [a junta governativa provisória] ficará a frente dos destinos da República, não se pode prever. Sem dúvida, porém, ser-lhe-á dada a grande tarefa, talvez a que maiores e delicadas responsabilidades lhe acarrete – de preparar o meio, habilitando o povo a fazer valer a sua vontade na composição definitiva dos seus legítimos e authenticos representantes.
> A Revolução vitoriosa, não foi, e nem podia ser, uma revolução política. Foi antes, uma Revolução Popular, Revolução Nacional, com apoio decisivo e patriótico das classes militares (jornal CORREIO DA MANHÃ, 29 de out., 1930, p. 4. Grifo nosso).

Verificaremos que o conceito proposto não é de todo paradoxal, pois, ao analisar a perspectiva de transformação política pretendida por Getúlio Vargas em 1930, encontramos uma situação em que, de acordo com os revolucionários, as transformações políticas só poderiam ser concluídas por meio de um momento ditatorial, mas, ao mesmo tempo, com a perspectiva de participação política ampliada. Seria a ideia de construir a coalizão política fora dos eixos oligárquicos dominantes da Primeira República, com uma abertura para novas bases de poder, para concretizar outra formulação de Estado Nacional e, mais ainda, inserir as camadas populares no projeto de Estado pretendido por Getúlio Vargas. É aí que reside a verticalidade do conceito proposto por Ângela de Castro Gomes, na medida em que as camadas populares garantiriam a legitimidade dos revolucionários de 30, a "Revolução vitoriosa", que

[27] O Jornal Correio da Manhã, fundado por Edmundo Bittencourt, era próximo ao Clube 3 de outubro e a favor da Revolução de 1930.

requereu para si o *status* de legitimadora da vontade do povo como patriótica, que conduziria à normalidade da "fórmula tradicional do governo democrático republicano", de acordo com a mesma matéria.

Ressalte-se, porém, que, para atingir esse objetivo, não bastou apenas apontar as manchas e a politicagem da Primeira República, era preciso moldar um discurso de poder que traduzisse o todo como verdade, por isso, a montagem do discurso factual de poder. Para tal feito, o lugar da "Revolução" deveria ser o lugar do povo, o lugar de vitória reservado à nação:

> O movimento revolucionário, hontem victorioso, não foi um motim de quartel, não foi um gesto de rebeldia de uma facção política contra outra: o foi o clamor unanime do Povo, ao Norte, ao Sul e ao Centro do paiz, repercutindo na sede do despotismo, para pôr definitivamente o governo nefando [...].
> O dia de hontem, foi de festa para o povo que venceu pela primeira vez!
> O governo provisório está cercado pela estima e respeito do Povo, de que é supremo mandatário (jornal DIÁRIO CARIOCA, 20 de out., 1930, p. 2)[28].

O Movimento revolucionário de outubro de 1930 teria a prerrogativa de construir um discurso amplo, em que a moralidade e as intenções revolucionárias pudessem se sobrepor à constatação das mazelas do período oligárquico. Essa ideia seria fulcral, pois residiu na superação das distorções da Política dos Governadores, a chave do discurso varguista, e o "Povo" deveria estar no centro do discurso, junto com uma elite eficiente e realista para a organização nacional. Assim escreveu Urbano Berquó:

> Quando surgiu a "Alliança Liberal", a principio aparentemente reduzida a um simples disíduo político, comprehendemos que a luta pela sucessão presidencial, pela força mesma do determinismo social, iria a cada dia aprofundando-se mais até transformar-se numa questão nacional, pois iria crear as condições propícias a substituição do bando parasitário que nos oprimia, por uma *elite* forte e vigorosa, capaz de comprehender a obra de organização nacional.
> [...] transposta, porém, essa phase inicial deverá a revolução entrar em um período de organização de quadros, isto é da constituição de um agrupamento político sólido e coheso, de espírito constructor e capacidade realizadora que tem a responsabilidade de iniciar a obra que constitui o grande imperativo histórico de nossa época: a organização nacional do nosso paíz, sem o que nenhuma significação terá qualquer movimento que vise a regeneração nacional. A hora histórica que o mundo está vivendo está caracterizada pelo lemma: *efficiencia*. Os povos estão hoje forçados a escolher um dos dois caminhos que permitem chegar a

[28] O Diário Carioca foi fundado em 1928 no Rio de Janeiro, por José Eduardo Macedo, depois de 1930 o Diário Carioca se tornou um dos jornais mais influentes combatentes do Governo Provisório, o próprio José Eduardo Macedo seria um dos mais aguerridos e combatentes jornalista, com matérias bem elaboradas e sobre questões políticas pontuais. Considerado um jornal de elite, o Diário Carioca circulou entre os mais abastados integrantes da sociedade carioca e paulista.

> tal resultado: ou o da organização nacional por via de uma intima e constante cooperação de uma *elite* realista com a massa popular, ou então por intervenção estranha, pois nesta época de economia mundial as nações, queiram ou não queiram seus dirigentes, terão que forçosamente ser organizadas sob um plano racional e eficiente (jornal CORREIO DA MANHÃ, 26 de out., 1930, p. 4).

Tem-se, então, a ideia-força de desterritorialização dos grupos políticos que, até então, haviam conduzido a cena política brasileira. A organização dos quadros do poder implicaria na ascensão de "uma *elite* forte e vigorosa, capaz de comprehender a obra de organização nacional", pois o modelo de intervenção negociada nos moldes da Política dos Governadores não caberia na conjuntura desenhada para o que se propunha ser uma Revolução de regeneração, de saneamento dos costumes políticos. Nas palavras de Campos de Medeiros,

> [...] a nação anseia pelo inicio do novo governo, para que cesse o período de hesitações em todos os departamentos administrativos, que precisam entrar em uma phase de trabalho real e profícuo.
> [...] É esse o momento de sanear a administração pública.
> Se, logo de inicio, o governo revolucionário não proceder a esse saneamento, ficará preparado o terreno para o surto de um futuro despotismo (jornal DIÁRIO CARIOCA, 30 de out., 1930, p. 4).

O movimento de 1930 não precisou criar apenas um fato ou desfazer hesitações, uma ideia de rompimento, uma estratégia de reorganização do poder ou outra ideia de Estado brasileiro. Foi preciso construir outro modelo de poder invocado por meio de um conjunto discursivo de "verdades" racionalmente percebidas com o uso público da razão. Na prática, isso significou a evidência de fatos e opiniões ampliados no conjunto da territorialidade de poder do Brasil, isto é, trazer para dentro do discurso revolucionário a fatualidade da política brasileira de modo profícuo, sem a prerrogativa da territorialidade política do entorno paulistano. Isso significou construir um discurso factual de poder persuasivo inerente e intrínseco à opinião daqueles que almejavam a participação política.

Nesses termos, a ideia de uma "democracia autoritária" se constituiu como instrumento estratégico para dá contornos às funções assumidas pelo Estado. O discurso factual de poder estaria pautado na constituição de mecanismos representativos e técnicos do Estado, pois, como asseverou Urbano Berquó,

> [...] pensamos que a Revolução brasileira não deve absolutamente entravar-se e permanecer abaixo de sua missão histórica, por causa de obsoletos e absurdos

> preconceitos doutrinários e ideológicos. O nosso tempo não comporia mais a estéril superstição de formulas e tehorias políticas abstractas. Urge acima de tudo uma completa revisão de nossa Constituição, absolutamente inadequada a realidade actual e por isso só podendo constituir um tropeço à vida nacional. e a reorganização da vida nacional, desprezando as miragens enganadoras de formulas irrealizáveis, deve ser orientada por um critério eminentemente realista e prático. Isto é, levando em conta que actualmente cada nação se acha sujeita a uma independência mais estreita com toda vida internacional, deverá procurar satisfazer ao mesmo tempo certas necessidades verdadeiramente de cunho *mundial* e outras de caráter particularmente *nacional.* Ou, em outras palavras, seguindo a tendência que se delineia hoje victoriosamente por toda parte: á Revolução brasileira cabe a gloriosa tarefa de crear o Estado Technico Brasileiro, que será o instrumento efficiente da construcção de uma nova época de bem-estar, riqueza e liberdade (jornal CORREIO DA MANHÃ, 26 de out., 1930, p. 4).

Essa natureza técnica do Estado, adotada pelo Movimento de 1930 e desenvolvida por Getúlio Vargas, permitiu a criação de um aparato de representação democrática técnica e de corporações dentro do Estado. Portanto, a representatividade social esteve colocada pelo viés dos interesses econômicos, porque os Institutos (do álcool, do açúcar, do cacau, entre outros) e as organizações de classe eram representados pelo poder e pelo Estado Nacional. O que observamos, portanto, é uma estratégia que buscou assegurar a imparcialidade, a integridade e a independência de um discurso de poder coincidente entre verdade e interesse.

Isso explica os sentidos dados ao que chamamos de uso público da razão e suas verdades racionais. O desmonte da estrutura de poder da Primeira República, pela publicização do que Oswaldo Aranha chamou de "intransigência na manutenção do predomínio paulista", quando se referiu à arrogância e ao espírito vingativo do presidente Washington Luiz por não aceitar nenhuma negociação quanto à indicação de Júlio Prestes para o pleito de 1930 (ARANHA, 26/07/29, GV c 1929.07.26/10), só evidenciou a sustentação dos espaços territorializados de poder no Estado brasileiro da Primeira República, ainda mais, quando reforçados pela declaração de Washington Luiz: "comigo é na madeira", diante da insistência da oposição em tratar da sucessão presidencial (FONTOURA, 1963, p. 64). Outro aspecto foi a ênfase dada à criação de um "nacionalismo integral" e o combate ao "exclusivismo regionalista" (HILTON, 1994, p. 93), bastante impregnado nas ideias do Ministro Oswaldo.

Para desterritorializar o poder simbólico do entorno paulista, o discurso de formação do poder pós-1930, montado por Getúlio Vargas, identificou-se com interesses parciais (grupos) e com a formação do poder longe da influência da Política dos Governadores. O discurso revolucionário de 1930 construiu o poder do Estado como

fato, articulado às experiências do mundo do trabalho com seus interesses profissionais, o que significou moldar outras bases de sustentação política e a garantia dessa sustentação pela intervenção administrativa do aparato estatal de modo corporativo. A ideia de um nacionalismo integral buscou ampliar, entre outras questões, os caminhos por onde se sustentaria o poder emergente de 1930.

Os anos iniciais pós-1930, caracterizados pela historiografia como "governo Provisório", foram momentos de quebra da cultura política herdeira da Primeira República, na medida em que Getúlio Vargas institucionalizou um discurso factualista de poder transcendente aos objetivos dos grupos cafeicultores e oligárquicos. O discurso factual de Vargas esteve relacionado e foi dirigido a outros envolvidos em circunstâncias e eventos, até então, não representados pelo Estado brasileiro. Nesse sentido, Getúlio Vargas construiu um relacionamento unitário entre o poder estatal e os interesses desses grupos fora do acordo do café-com-leite. O poder estatal passou a ser o porta-voz de interesses corporativos amplos e, até certo ponto, divergentes. Mas, por esse discurso, Vargas costurou uma unidade convergente para o Estado, tido como promotor e organizador dos interesses do Brasil, e foi com essa caracterização que o Movimento de 1930 se colocou como unitário, pois

> a Revolução fez o milagre de nos congregar e fundir quarenta milhões de brasileiros em uma só alma, estabelecendo nossos vínculos de espiritualidade que é a cadeia de bronze que na vida de cada povo liga as gerações de hoje às gerações de amanhã. Podemos agora dizer que o Brasil não mais uma vaga entidade de direito público, com uma soberania mais convencional do que real, apenas circunscripta a unidade do seu vastíssimo território: é uma personalidade me plena consciência de seu destino, com uma ideologia que salta das próprias condicções de existência, com a convicção profunda de que pegou em armas para conter um regimen despótico (Jornal CORREIO DA MANHÃ, 26 de nov., 1930, p. 2).

Na análise do Prof. Joaquim Pimenta, o projeto revolucionário, para além da quebra soberania convencional, colocou em evidência uma "mentalidade nova" de poder e de lugar de poder (o Estado). Mas, para que essa nova mentalidade de poder possa ser alcançada, é preciso que a 'Revolução' "separe o joio do trigo, isto é, afaste de vez a velha mentalidade reacionária" e não continue a favorecer os políticos profissionais, aliados de última hora, que sempre gozaram dos benefícios de um Estado territorializado politicamente. O poder tem, então, um fim, um objetivo a ser alcançado e não comporta mais a organização política da Primeira República. Assim,

> a Revolução brasileira significa justamente, e tem, como supremo e fundamental escopo, a realização da tarefa gigantesca de construir um regimen organizado sobre as bases da cooperação orgânica das classes sociais e a organização racional de toda a nossa vida administrativa e econômica.
> [...] É que a reconstrucção e a organização do Brasil são, pensamos, não apenas ideias mais ou menos realizáveis de um grupo ou de uma elite de idealistas, mas uma diretriz que a evolução histórica nos impõe categoricamente. Nesta época de economia mundial, onde os laços de solidariedade econômica e política das nações e continentes vão se tornando cada vez mais apertados, todos os países terão que se adaptar ao rytimo novo, cada dia mais acentuado, da actividade humana. A organização racional de todas as actividades sociaes, mais uma vez o repetimos, é um imperativo categórico dessa edade histórica.
> [...] Essa reorganização racional no plano mundial tem, entretanto, ser necessariamente precedida da reorganização nacional da maioria dos países. E é esse trabalho de reorganização racional que encerra a significação dos movimentos revolucionários desde o fim da grande guerra e a que agora só vem ajuntar o movimento revolucionário brasileiro (Jornal CORREIO DA MANHÃ, 26 de nov., 1930, p. 4).

A lógica do Estado brasileiro pensado a partir do Movimento de 1930 é, na análise de Urbano Berquó, uma lógica de organização necessária frente às transformações da economia mundial em curso depois da grande guerra. E é a partir dessa lógica que Getúlio Vargas construiu seu discurso factual de poder, em que o fato (justificativa do discurso político) foi personificado na organização administrativa do Estado, e o poder (quem detém o controle) foi construído na cooperação organizativa das classes sociais e da administração pública, o que independeria de idealismos. Tais considerações nos remetem a um caminho ideológico de poder com a constatação da necessidade de reestruturação do Estado brasileiro para o plano imagético de sua percepção como autor/ator das transformações sociais e políticas, em complementariedade ao discurso desterritorializador do poder que Getúlio Vargas traz para a cena política de modo a caracterizar o poder como nacional.

Por sua vez, o que se tem como projeto de poder não passou apenas pela reestruturação do Estado, mas também pela reorganização política do país. Não se trata apenas de uma frase feita, e sim, de uma linha de ação daqueles que fizeram o Movimento de 1930, pois o "consentimento dos governados" em direção ao projeto de Estado centralizado e dirigido por Getúlio Vargas, desde as elites até as massas, constituiu-se no eixo de ação do discurso factual de poder construído pelo Presidente Vargas entre 1930 e 1934, cuja ênfase se dá em um conjunto de reformas institucionais com objetivos comuns: fortalecer o Estado, organizar a Nação, direcionar o povo e desenvolver o país. Para Vargas, a fundação do Estado seria o primeiro passo, não

apenas um Estado institucionalmente estabelecido, mas fortalecido pela legitimidade do todo social com a função organizativa da sociedade, pois

> a composição do Estado, como aparelho político e administrativo, pressupõe, nos regimes democráticos, a legitimidade da representação popular. Conhece-se, sobejamente, em que consistia essa representação, antes do movimento revolucionário [de 1930]: alistamento inidôneo, eleições falsas e reconhecimentos fraudulentos. Ora, o que legitima o poder é o consentimento dos governados; logo, onde a representação do povo falha, esse poder será tudo, menos órgão legal da soberania da Nação (VARGAS, 1938; vol. III p. 28-29. Grifo nosso).

Nesse sentido, aquela falsa representação política da Primeira República (alistamento inidôneo, eleições falsas e reconhecimentos fraudulentos) foi substituída pelo organicismo estatal, legitimado como poder. Pelo Estado, Vargas procurou construir uma ordem social no modelo centralizador-estatal, naturalizada e representada pelo "consentimento dos governados", que se fizeram representar no aparato estatal montado depois de 1930. Desse modo, o discurso varguista de poder, no que tange à legitimidade social, criou uma visão holística do social desenhada em camadas de representação (o Estado) e representatividade (quem se vê representado), ou seja, o todo da sociedade brasileira, depois de 1930, no projeto varguista, valorizou o lugar da ordem institucional e social. Vargas proclamou, então, a primazia do todo como tópico para a reorganização política do país e fixou os critérios pelos quais o poder é a representação do conjunto político-social, através do corporativismo que garantiu "a reassociação dos três poderes básicos da sociedade: o político, o econômico e o espiritual" (LIMA, 1932, p. 20).

Nesse aspecto, no corporativismo do Estado - aqui estamos entendendo o corporativismo estatal em seu campo simbólico de aproximação com a sociedade, a massa, o "povo" - Vargas esquematizou a "democracia autoritária" com medidas constitutivas de um sistema de estratificação ocupacional, definido como norma legal em que "são tidos como cidadãos todos aqueles membros da sociedade que se encontram localizados em qualquer uma das ocupações reconhecidas e definidas em lei" (SANTOS, 1979, p. 75). As Leis trabalhistas de 1932 e a consequente legalização dos sindicatos entre 1933 e 1934 ilustram esse modelo de cidadania democrática e autoritária para/por dentro da órbita do Estado[29].

[29] No que se refere a essa questão da cidadania corporativa e autoritária, não foram apenas as profissões técnicas submetidas a essa regulamentação definida por lei. Algumas categorias de profissionais que

Então, para que o discurso factual de poder construído por Getúlio Vargas tivesse o efeito esperado, foi preciso anular os resquícios do artificialismo político territorialmente representativo da Primeira República e que o modelo de Estado, em construção entre 1930 e 1934, encontrasse uma forma de representação que concorresse para o encontro entre Estado e sociedade e refundasse as relações entre o público e o privado. A análise de Urbano Berquó, em 1930, já apontava para essa questão, quando colocou que a reorganização do Estado deveria pensar, também, a racionalidade das atividades sociais adequadas aos modernos parâmetros mundiais.

A perspectiva era de que houvesse outros critérios de reconhecimento político e de prestígio social que garantissem a sustentação do poder do Estado. Devido a esse reconhecimento, Getúlio Vargas tratou de consolidar, entre 1930 e 1934, a engenharia política montada, que resultou na organização do institucional do regime ditatorial e, dentro dela, a questão política e ideológica da representação de interesses no contexto ditatorial do Governo Provisório, o que revela as articulações de centralização do poder conduzidas por Getúlio Vargas, pois, para Cordeiro de Farias Vargas, "era um animal político por excelência, capaz de demitir um auxiliar ou afastar um aliado sem se indispor com ele, deixando sempre uma porta aberta para uma eventual recomposição no futuro" (FARIAS, 1981, p. 169). Para isso, o encontro com o povo e a postulação dessa *entidade* - "povo" - garantiram, principalmente, a ideia nacionalista de que Vargas precisava para desterritorializar o simbolismo paulista do poder. Para Pécaut,

> a "observação do povo" é, mais uma vez, uma invocação ao "realismo", meio pelo qual o poder encontra, em última instância, seu fundamento na unidade latente das massas. Essa observação, porém, permite apenas perceber os elementos de uma "cultura brasileira", mais de forma alguma um sentimento nacional ativo pelo qual o próprio povo se assumisse como nação. Continuava incomensurável a distância entre a unidade pré-política de um povo-matéria e a unidade política que cabe ao poder construir.
> A "preeminência do princípio de autoridade" decorre dessa distancia. Ela equivale a constatar que, num primeiro momento nação se formara distanciada do povo, sem requerer seu consentimento. Assim sendo, ela toma a forma de Estado Nacional (1990, p. 55).

---

podemos classificar como "categorias intelectualizadas" da sociedade também estiveram sujeitas a essas disposições corporativas. Já a partir de 1930, muitas corporações profissionais, como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), criada em 1930; a regulamentação da profissão de jornalista, em 1931; a fundação da Academia de Medicina, em 1931; o Conselho de Engenharia e Arquitetura, constituído em 1933; e o Sindicato dos Escritores, formado em 1933, estiveram sob o beneplácito do Estado com meios e condições de agir em nome da "ética" profissional e, mais ainda, em nome do organicismo social (PÉCAUT, 1990, p. 54). Ou seja, ao considerar essa cidadania corporativa da sociedade, o projeto varguista de Estado propôs se perceber como agente articulador das elites dessas profissões, de modo que o intelectual, no exercício da sua profissão, favorecia a construção orgânica da sociedade e do poder.

Tais questões, consideradas a partir das formulações de Oliveira Vianna e o seu entendimento do que seria o princípio da autoridade sobre o princípio da liberdade, permitiram compor o lugar pleno do Estado na medida em que, depois de 1930, o Estado construiu um conjunto de leis que deu à sociedade um "profundo senso de justiça social, um alto espírito de harmonia e colaboração" (VIANNA, 1951, p. 11). A alegação de Vianna é de que o modelo de Estado e o lugar do povo no Estado se configuram como a transcendência deste último (VIANNA, 1974, p. 100). Portanto, o poder é o estado do povo, que não perde sua autoridade, mas conduz esse povo como parte das funções do poder estatal. Disso decorrem as condições de o Estado brasileiro construir o sentimento nacional.

Referendou-se uma autoridade pela criação do sentimento nacional, em que o povo representou a unidade pretendida pelo discurso factual de poder varguista. Os usos do povo, como legitimador desse discurso, contribuiu para que a ideia de uma "cultura brasileira" realista propusesse a presença da sociedade dentro do Estado e do Estado dentro da sociedade (PÉCAUT, 1990, p. 56). Se, ao mesmo tempo, o Estado organizaria a sociedade de forma articulada, essa sociedade contribuiria para pensar esse Estado sem perder a preeminência da autoridade. Disso resultou a incorporação de uma intelectualidade brasileira, orgânica e de Estado. Foi sintomática a publicação de artigos de homens "pensadores do Brasil" nos jornais, entre 1930 e 1934, mais ainda a presença deles na organização do poder pós-1930[30].

A conjuntura social do pós-1930 favoreceu largamente o reconhecimento do papel dos pensadores do Brasil em dois pontos: primeiro, certa confluência tanto das

[30] Nomes como: Joaquim Pimenta, professor da Faculdade de Direito de Recife e colaborador do Jornal *Correio da Manhã – RJ* – que foi defensor das ideias da "Revolução de 1930' e da questão social brasileira; Francisco Campos, jurista mineiro, político e Ministro do recém-criado Ministério da Educação e Saúde, no Governo provisório de Vargas, publicou artigos sobre educação e saúde no Jornal *Correio da Manhã - RJ* - nos anos de 1931, 1932 e 1933; Francisco Antunes Maciel, advogado e jornalista, dono do Jornal *A Reforma*, filiado ao Partido Federalista rio-grandense e defensor dos ideais do Movimento de 1930, em 1932, assumiu o Ministério da Justiça e conduziu a constitucionalização do país, tem matérias publicadas nos Jornais *Correio da Manhã – RJ, A Reforma – RS, Diário de Notícias – SP* e outros no período compreendido entre 1930 3 1937; Góes Monteiro, Militar alagoano e um dos maiores intelectuais do Movimento de 1930, ao lado de Oswaldo Aranha, foi um dos que mais escreveu sobre as propostas do movimento e ideias sobre a reestruturação do Brasil pós-1930. Eles publicaram vastamente nos jornais entre 1930 e 1935. Outros publicaram muito, nos jornais *Diário Carioca, Diário Nacional e Diário de notícias*, matérias que, nem sempre, estavam de acordo com o Movimento de 1930, mas traziam questões interessantes sobre o Brasil e a política, como foi o caso de José Eduardo Macedo Soares, deputado estadual por São Paulo e crítico do levante de 1930, foi redator e fundador do Jornal *Diário Carioca*; Vivaldo Coaracy, engenheiro e professor, foi crítico do movimento de 1930 e defensor árduo de São Paulo; tomou parte no Movimento Constitucionalista de 1932.

elites políticas quanto dos militares na direção de que o positivismo e as doutrinas de organização social se constituíam como princípios das ideias das práticas políticas. Tais ideias seriam responsáveis por pensar o plano social e o "povo" como agente direto da identidade do Estado. Para isso, as características desse Estado não poderiam ser apenas identificadas por meio de determinado espaço territorializado, mas do todo nacional. Dessa premissa, podemos perceber o segundo ponto, a redescoberta do Brasil pelos intelectuais e a consequente construção da identidade brasileira, na perspectiva de que as multiplicidades do Brasil pudessem contribuir para o "realismo" do discurso estatal de poder, pois "muitos intelectuais colocavam-se, perante a sociedade, em posição homóloga à do Estado que, [...] apresentando-se como responsável pela identidade cultural brasileira, desejava realizar a unidade orgânica da nação e recorreria aos intelectuais para alcança-la" (PÉCAUT, 1990, p. 59).

Em relação ao que estamos discutindo até aqui, podemos perceber que o discurso factual de poder do Governo Provisório de Vargas foi moldado a partir da destruição/construção do imaginário social brasileiro, no que, de fato, era o poder do Estado e suas funções como dirigente. Nesse aspecto, há uma quebra na percepção dos significados do poder para o âmbito da responsabilidade nacional do Estado. Portanto, não e trata de uma negociação que constrói o poder, mas de um discurso que trouxe para o poder o estamento social para ser representado. Quando Getúlio Vargas, ao discursar sobre a vitória da "revolução", diz que o regime anterior a 1930 era um "regime da simples ficção constitucional sem controle e sem responsabilidade" e que o povo "era chamado apenas para se fazer representar" (Jornal CORREIO DA MANHÃ, 28 de out., 1930, p. 5), percebemos que a transformação simbólica do poder induz a um discurso de ideias com finalidades políticas.

O que o discurso factual de poder construído por Vargas pretendeu teve como fim assumir outras identidades políticas, induzidas a formar opinião. Então, identificamos uma "verdade" a ser construída e personificada no Estado, uma ideia de poder que negaria o falso "se fazer representar" do povo. Porém, não podemos esquecer que o Movimento de 1930 foi muito mais uma crise no modelo de dominação que, propriamente, uma guinada, rumo à participação política do povo, como sustentou Luciano Martins:

> A questão central e que dá, a meu ver, a dimensão da mudança política ocorrida – e não da ruptura, que não há – é a seguinte: a convergência de forças heterogêneas

> que fazem a "revolução" torna-se possível porque o que se joga em 30, o que está em crise, não é a dominação oligárquica, mas a confederação oligárquica, através de uma crise de uma determinada forma de Estado que era sua expressão política em plano nacional – e de uma dada forma de Estado com a qual praticamente se confundia o sistema político. O que se contesta, em síntese, é a oligarquia enquanto elite dirigente e não enquanto classe dominante. É a tanto que, a meu ver, se reduz em 30 a "crise da oligarquia" (MARTINS, 1983, p. 678-679).

E isso é certo. Mas é justamente por perceber tais pontos que Vargas entende que qualquer tentativa de superar essa "crise da oligarquia" não teria efeito nenhum se as ideias e o discurso do poder propusessem a alteração de apenas alguns componentes de Política dos Governadores. Isso justifica o fato de sua estratégia de poder ser exatamente a de dar ao discurso revolucionário sentidos de verdade para a perspectiva de moralização do Estado. Com isso, o discurso factual de poder de Vargas construiu um parâmetro de ideias que se transformaram em opinião na massa, junto daqueles que não estavam dentro do jogo da Política dos Governadores.

É interessante perceber que a desqualificação política da Primeira República, alardeada por Vargas e seus colaboradores, é endossada no imaginário social como algo que nunca voltaria a acontecer, e a completa reorganização política e administrativa do Estado era moldada em harmonia com o bem público. O princípio moral/legal/estrutural da fórmula política[31], proposto por Getúlio Vargas, produziu o discurso factual do poder para justificar as ações do projeto político de Vargas no pós-30. Com isso, há um princípio moral, legal e combinado socialmente que assenta o poder, e sua justificação pressupôs o progresso, a mudança. Criou-se o discurso do fato como poder. Alicerçou-se de um passado coletivo que deveria ser renegado (A Política dos Governadores, a Primeira República) e projetou-se uma história idealizada segundo as necessidades e a serviço do poder presente (BALLANDIER, 1982, 7). Para isso, o discurso factual de poder construiu a elaboração jurídico-social da legalidade da revolução, em que o governo revolucionário se constituiu como "expressão representativa da vontade popular", uma situação plenamente aceitável nas

[31] Utilizamos neste texto a noção de "fórmula política" seguindo o que propôs Mosca: um princípio moral e legal em que se assentam "o poder" e a justificação desse poder "da classe política em todas as sociedades", o que, frequentemente, pode ser nomeado de "ideologia". Ainda de modo conjugado, atentamos para a percepção de um sentido mais amplo da fórmula política: aquele que inclui o autoritarismo como o modo de proceder na divisão do poder e impõe um dado arranjo institucional. Ver: MOSCA, Gaetano. **The Ruling Class** (Elementi di Scienza Politica). New York/London: McGraw-Hill, 1939, p. 70. Nesse sentido, percebemos o "autoritarismo" do Estado pós-1930 como o elemento construtor da centralização estatal, somado à fórmula política que justifica o poder e constrói o seu discurso factual. Portanto, "fórmula política" (organização/justificação do poder) mais autoritarismo (o modo de proceder na divisão/estruturação do poder) constrói a fórmula do discurso factual de poder.

democracias, mesmo que elas instituam governos ditatoriais. Sobre isso, vejamos a matéria de Almachio Diniz de 1931:

> O nosso governo é democrático. O nosso Estado é revolucionário. O poder está em uma dictadura. O dictador é um representante do povo. Logo o povo não o dictador. Estamos assim longe de uma demagogia [...] a revolução é o meio de realização do direito potencial, que é a sociedade, e, politicamente organizado, o Estado. É um processos jurídico de evolução social. Logo, o Estado revolucionário é uma manifestação de direito potencial, sómente se compreendendo os amplos poderes discricionários do governo nelle constituído, quando estejam tributados pelas fontes substanciaes do direito nacional, da sociedade sobrevivente no Estado Reformado. A Revolução de 24 de outubro de 1930 não revogou o direito brasileiro, porque não revogou a sociedade, em cujo seio se operou ella mesma, em maiores dimensões do que outras anteriores, porque vae mais além do que uma determinante da mudança de fórma de governo, indo a reformas sociaes de todo o valor político, na actualidade econômica, com que se reorganizam todos os povos cultos. Esse é o nosso Estado revolucionário: um pressuposto de uma sociedade que se reorganizou sob um critério econômico, em que se extingam as rivalidades do trabalho com o capital e em que se faça a industrialização do trabalho como ordem jurídica da sociedade politicamente organizada (Jornal DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1931, 04 de mar., p. 3).

É aí que as palavras do discurso do poder circularam com a calculada comunicação e a absorção de uma realidade cultural intelectualmente pensada e transfigurada. O discurso factual de poder de Vargas pressupôs a "verdade"[32], pois estava legitimado por um cabedal intelectual que fala pelo poder, pelo Estado.

Dessa feita, não bastou para Getúlio Vargas supor que a manipulação do discurso e seu efeito ideológico resolveria a questão do controle e do comando sobre o espaço político, de modo a sobrepor a representação dos interesses sociais, que agora estavam ideologicamente estatizados, em detrimento dos interesses meramente políticos. O que se inicia entre 1930 e 1934 é a constituição do poder como identidade nacional, cuja base é o Estado. Azevedo Amaral traduz muito bem isso, quando diz que "O Estado, deixando de ser uma entidade distinta da coletividade nacional e passando a coexistir com ela em uma coincidência rigorosamente definida [daí, percebe-se] é claro que os aparelhos de ligação entre a Nação e a organização estatal se tornam automaticamente supérfluos" (AMARAL, 1938, p. 186. Grifo nosso).

[32] Para definir o termo, utilizamos as considerações de ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro.** São Paulo: Perspectiva, 2011.

2.3 – Ainda desterritorializando: de 1932 a outras bases do poder político

Se o discurso factual de poder varguista construiu uma lógica de quebra com o discurso simbólico do poder da Primeira República, a política também não poderia voltar ao antigo espaço de territorialização e correr o risco, se assim o fizesse de perder a prerrogativa nacionalista, a fórmula política deveria ser a de um Estado forte, com autoridade incontestável sobre o país e outro tipo de governabilidade republicana, destituído da importância política dos antigos espaços de poder.

Em um primeiro momento, a governabilidade do pós-1930 deu-se pela estruturação de uma máquina burocrática corporativa que, ao partir da organização/hierarquização da ordem social e fortaleceu o sistema presidencial. Novamente foi Oliveira Vianna quem procurou explicar as características desse conjunto de ideais corporativos. Para Vianna, esse modelo corporativo poderia estabilizar a ordem político-social e promover o desenvolvimento. Seus escritos dos anos 1930 e 1940 apontam para um modelo político-social fortalecido e centralizado, Oliveira Vianna entendia que o Estado deveria ser o guardião de si e de todos, sem deveres de gratidão, mas comprometidos com a sociedade em sua forma mais ampla.

A autoridade representativa desse modelo seria, portanto o presidente, como síntese combinatória das mais remotas tradições sociais do Brasil, cuja fundação remetia ao poder personalista do patriarca rural e sua política antiliberal. Nessa engenharia política, a tradição e a perspectiva de modernização do Estado e da nação estavam fundidas simbolicamente, e o poder Estatal se configurava como o poder do presidente que detinha a vontade legítima do povo.

No decorrer dos anos, depois do Movimento de 1930, essa ideia foi consolidada pela via corporativista do Estado, na medida em que o fortalecimento do poder estatal procurou vincular grupos e classes ao aparelho burocrático estatal com funções em seu interior. É curiosa essa afirmativa, não pelo que ela nos traz, mas pelas interpretações derivadas dela. Segundo Álvaro Barreto,

> duas questões estiveram em pauta e em torno delas formaram-se os diferentes grupos em disputa: a natureza das organizações e a função que ocupariam no aparato estatal. A defesa da organização e administração autônomas das entidades foi a bandeira de luta do empresariado, notadamente o industrial, frente ao governo de Vargas e a seus apoiadores, que queriam disciplinar e definir o processo de formação das associações de classe. [...] No que tange ao papel a ser exercido pelas entidades, havia duas opções: funções deliberativas ou consultivas, a chamada "representação parlamentar" ou em "conselhos técnicos". No primeiro

> grupo, militava um amplo leque de personagens, em que se destacavam: o governo Vargas, o Clube Três de Outubro, o Bloco do Norte, mais a bancada constituinte dos empregados e a maioria da dos empregadores. A favor da segunda ideia apareciam vários intelectuais e, principalmente, o CIESP-FIESP, que atuou ao lado da Chapa Única por São Paulo Unido (BARRETO, 2004, p. 129).

Das afirmativas do autor, constatamos que houve quatro tipos de forças distintas, no interior de, pelo menos, quatro modelos de "corporativismo" estatal, que sustentavam o Estado ou que buscavam ocupar espaço: os intelectuais, os tenentes, os políticos profissionais e o empresariado paulista. Essa constatação do autor certamente nos levaria a entender que o processo de centralização estatal, encampado pela Revolução de 1930, só resultou em sucesso por uma confluência de interesses e, consequentemente, em um estado de compromisso. O que não procede.

Mesmo que consideremos que, no processo político de definição do Estado pós-1930, encontramos um conjunto plural de interesses convergentes, a partir das forças políticas que fizeram a Revolução de 1930, ou, ainda, que, na década de 1930, o corporativismo, o autoritarismo, o centralismo, o antiliberalismo e o nacionalismo se constituíam como componentes de uma ideologia do Estado (RODRIGUES, 1990, p. 52), a resultante concreta desenhada por Vargas e seus aliados anula essa ideia de ideologia pluralista. Isso porque a base corporativa do Estado pós-1930 não vinculou a emergência do seu poder a apenas uma dessas variáveis ideológicas ou interesses, e mais ainda, a perspectiva de poder não ficou territorializada aos espaços tradicionais de poder, embora não pudesse se afastar completamente dele.

Quando Getúlio construiu o seu discurso factual de poder, os alicerces estavam consolidados na ideia de representatividade que o conjunto da sociedade teria nesse Estado centralizado de forma ordenada. Para esse fim, os militares seriam o elemento chave a possibilitar a operacionalização desse projeto, pois garantiriam certa isenção política e redefiniriam as estratégias de poder. Com os militares, Getúlio Vargas pôde moldar a engrenagem administrativa do pós-1930 de modo a permitir o desmantelamento institucional-burocrático e o consequente afastamento dos grupos oligárquicos das esferas de decisões. Além disso, o que percebemos como fundamental nesse ordenamento diz respeito à capacidade de o Governo Provisório promover a centralização territorial do poder.

Ao redefinir os contornos dessa centralização, cuja base estava desenhada no binômio Estado-sociedade, o propósito varguista foi o de racionalização administrativa

dissimulada pelo discurso da nacionalidade. Essa redefinição carregou explicitamente o desejo de reordenar a territorialidade do poder no país, rumo à personalização do comando do Presidente como chefe nacional. Implicitamente, a centralização política e a redefinição das esferas regionais de poder tiveram como fim refazer a natureza hierárquica da política entre os grupos oligárquicos regionais.

Havia um programa de centralização de poder em andamento que precisava ser costurado politicamente e não podia ser questionado, pois, na menor fissura dada à conjuntura pós-1930, poderia ser fatal, e o sucesso político da Revolução de 1930 viria abaixo. Daí a costura de bases políticas. Para esse fim, o sistema de interventorias estaduais funcionou como a via de desmanche dos esquemas de dominação oligárquica visto que fragmentou as bases interdependentes dos grupos acossados no poder. Pela organização do sistema de Interventorias, o governo buscou controlar o fluxo dos arranjos políticos e

> fragmentar ao máximo as velhas e as novas lideranças emergentes dos estados para fortalecer o poder central, usando como escudo os militares, mas infiltrando aos poucos lideranças mais fiéis e dóceis ao Estado centralizado, às suas novas regras e às suas novas composições econômicas e sociais. [...] Atores novos são sempre mais manipuláveis porque estão ansiosos por inserção e por institucionalização, mas sem a força e as resistências cristalizadas dos velhos atores na defesa dos seus interesses e no controle de seus domínios. [...] O grande desafio criar condições para que se fortaleçam os novos atores, os novos segmentos das classes dirigentes (CAMARGO, 1999, p. 41).

Os interventores possibilitaram a Vargas a fragmentação das velhas oligarquias, mas não podemos absolutizar as recomposições políticas apenas pela ótica das nomeações de interventores aliados a Vargas, pois, como bem apontou Aspásia Camargo, "havia uma resistência cristalizada dos velhos atores [políticos] na defesa e controle dos seus domínios" (CAMARGO, 1999, p. 41. Grifo nosso). A eficácia das interventorias só pode ser absorvida como fundamental na montagem do aparato centralizador de Vargas até o limite da estatização das estruturas administrativas dos estados. No plano político, uma série de variáveis relativiza a eficácia do sistema de interventorias montado pelo governo do pós-1930, pois, para ficarmos apenas no ano de 1931, quase todos os estados brasileiros tiveram troca de interventores. Contudo, implicitamente, o sistema de interventorias buscou reconstruir aquilo que podemos chamar de hierarquia política, de modo a ajustar os imperialismos estaduais, sob a égide

do discurso da unidade nacional, mas, enfrentando protestos, pois, para alguns, o Código dos Interventores era inexequível, por que

> esse defeito resulta das tendências centralizadoras, que a muito nos alarmam a revolução e contra a qual os brasileiros em geral e os paulistas em particular precisam está vigilantes em guarda [...] o Sr. Getúlio Vargas e seus auxiliares ainda não deram conta sequer de metade do seu recado. E querem administrar também os estados, por meio do papelório das autorizações, dos recursos e de outras complicações inventadas para firmar orientações centralizadoras incompatíveis com a historia e as realidades do Brasil? (Jornal DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 03 de set. de 1931, p. 2).

Mas, é justamente neste plano de tendências centralizadoras e reestruturais do Estado, que as interventorias funcionaram como organizadoras da ação política do Estado varguista para uma relação com o poder que se pretendeu acomodar. Com a publicação do Código dos Interventores, em agosto de 1931, Vargas ampliou e disciplinou os recursos organizativos do aparato estatal e deu ao Estado a função explicativa de suas ações, ou seja, o Código dos Interventores construiu uma lógica para a ação dos administradores estaduais (a lógica do Estado), que pode ser conduzida por uma perspectiva relativamente independente dos interesses tradicionais dos grupos oligárquicos nos estados da Federação.

A leitura do Código dos Interventores nos leva a perceber que, pela disciplinarização das ações dos interventores, emergiu uma padronização nacionalizada das estruturas do poder, de modo a se construir a autonomização do Estado frente à sociedade e, mais ainda, os elos do poder estadual com o poder central. Nesse sentido, o Código dos Interventores abriu o prenúncio de uma tese fiscalista dos representantes do poder, quando propôs a criação dos Conselhos Consultivos, mas, por outro lado, deixou evidentes os princípios de cerceamento da autonomia dos estados.

A organização administrativa da Federação foi o propósito e o produto da política no pós-1930, uma espécie de alienação das funções estaduais processadas a partir de um eixo institucional de deslocamento político – as interventorias – porque a escala de influência do poder local sofreu, por meio dessa organização institucional, manobras adaptativas. Foi a essas manobras que São Paulo se opôs, pois o Código dos Interventores exerceu uma violência simbólica sob a forma de estruturas e de mecanismos (BOURDIEU, 1996, p. 97), de modo a construir esquemas de percepção e de pensamento que convergiram largamente para a centralização. Assim, desenhou-se um sistema institucional dos aparelhos do Estado adaptado ao ambiente político do pós-

1930, e tais instituições do aparato estatal poderiam responder pelas relações entre o poder central e as elites políticas estaduais. Os objetivos dessa organização institucional do aparato estatal foram garantir a legitimidade do poder do Estado, a eficiência da administração e o próprio poder, estatizado, de mandar.

O efeito desse desenho institucional, proposto pelo sistema de intreventorias estaduais, foi o impacto concreto na base do poder local, desterritorializada e distanciada da modelagem dos interesses do Estado varguista. Nos termos da influência política, a nomeação dos interventores para os estados funcionou como o ponto de quebra da lógica institucional da Primeira República, pois, os interventores gozaram de relativa independência frente aos grupos políticos locais e, nesse arranjo institucional construído por Getúlio Vargas, os domínios do Estado lançaram suas redes sobre o poder local. Entretanto, não podemos pensar que a fórmula institucional de organização do Estado pós-1930 foi desenvolvida e se estabeleceu de modo a se sobrepor à nova lógica do Estado varguista. O sistema de interventorias foi a fórmula política encontrada por Getúlio Vargas para justificar os propósitos do Estado, pois o modelo interventor de Estado de Getúlio foi uma escolha institucional que permitiu ao chefe do Governo Provisório apreender as interações entre as elites políticas e a instituição estatal sem a dependência mútua da Primeira República.

Assim, o reordenamento dos aparelhos do Estado empreendido por Getúlio Vargas criou outros espaços de poder. Mas, de qual espaço de poder estamos falando? Não se trata, especificamente, de qual espaço de poder, mas da emergência de um lugar de poder cuja ação modificou a ordem estabelecida. A emergência desse lugar de poder estatizado quebrou ou, pelo menos, desarrumou o domínio exclusivo dos grupos de poder locais e, mais ainda, no que diz respeito à elite política paulista, que se considerava a "locomotiva do Brasil", o processo de centralização política destituiu qualquer influência direta de São Paulo no poder central, que seria a perda do exclusivismo paulista.

Para além das disputas internas entre o Partido Republicano Paulista (PRP) e o Partido Democrático (PD)[33], a emergência do centralismo varguista ameaçava as

[33] O Partido Republicano Paulista (PRP) foi fundado em 1878, na Convenção de Itu. Com o advento da República, em 1889, através do seu principal líder, Campos Salles, que formulou a política dos governadores, o PRP passou a dominar a cena política de São Paulo. Foi constituído pelos principais nomes das elites agrárias paulistanas e se constituiu como o defensor mais aguerrido dos cafeicultores paulistas. Já o Partido Democrático (PD) foi fundado em 1926 e teve como primeiro presidente o conselheiro Antônio Prado. Seus principais líderes eram Francisco Morato, Nogueira Filho e Marrey

pretensões paulistas de continuar com sua influência sobre o poder central. Para o PD, depois de 1930, cabia a ele exercer, a partir do novo ordenamento institucional criado por Vargas, a interventoria de São Paulo, entretanto, Getúlio Vargas nomeou, para ocupar o cargo, o tenente João Alberto, que governou até julho de 1931. Daí, o início das hostilidades entre os grupos políticos paulistas e o governo varguista, como bem expressou o Jornal *Diário Nacional* ligado ao PD:

> No provimento dos lugares políticos, e principalmente na direção dos estados, podia, perfeitamente, ter prescindido de sugestões ou conselhos de quer que fosse. Assim não aconteceu, e hoje vemos os estados convertidos em feitorias a que foram rebaixados.
> Ninguém neles se entende e os interventores, estranhos às aspirações e necessidades regionais, não conhecendo os homens, que exprimem as entidades coletivas, não saem da banalidade dos expedientes, e só são tolerados, porque são representantes diretos da força militar.
> Que tal tratamento fosse dado a algumas circunscrições, que, na verdade, não merecem a categoria de estados, admite-se. Mas confundir nesse "vilepecus" estados como o de São Paulo e Baia, que pelo seu território, população, cultura e riqueza, podiam construir nações, foi um erro, de que nunca assás se penitenciará a Revolução.
> Graves dificuldades tem advindo ao Governo Provisório, dessa política, a nosso ver, errônea, com que tratou aqueles dois grandes estados.
> O de São Paulo deu ao chefe do G. P., quando de sua excursão ali, a demonstração mais grandiosa a que temos assistido nos dois regimes. Essa formidável massa do povo acompanhava expoentes da maior elevação e da mais antiga tradição da família paulista, nenhum desses vultos foi digno de colaborar com a obra da Revolução, ao lado do chefe do Governo Provisório (Jornal DIÁRIO NACIONAL, 1932, 01 de jan., p. 1).

A matéria do *Diário Nacional* não traz apenas o descontentamento de São Paulo, mas também o modo de ver dos paulistas sobre a política brasileira, acostumados a determinar os meandros da política nacional. E por entender que a sua parte na federação brasileira era a de construir a nação, os paulistas, muito mais do que se sentir desprestigiados, perceberam que o poder lhes escapava das mãos, ou melhor, de sua influência. A civilidade a que recorreram os paulistas em detrimento dos "vilepecus" traduziu a essência dos anseios do poder para a elite política paulistana.

É preciso esclarecer que o apoio do PD à Revolução de 1930 foi um apoio de compromisso, ou seja, para os próceres dos PD, entre eles, Francisco Morato, do Partido Democrático Paulista, esteve junto com a Aliança Liberal unicamente para derrubar o

---

Júnior. Também figuravam em suas fileiras fazendeiros e profissionais liberais paulistanos. Os documentos produzidos pelo PD fazia alusão ao voto secreto e à autonomia do Poder Judiciário. Com a Revolução de 1930, o PD apoiou a formação da Aliança Liberal, colocando-se como aliado de Getúlio Vargas em São Paulo.

PRP, portanto, mesmo que em seu histórico o PD tenha tivesse sido dissidente dos mesmos grupos políticos que a Revolução buscou combater, o direito de administrar São Paulo caberia ao grupo que apoiou Vargas em 1930. Ora, se ficou claro, no Manifesto de lançamento da Legião Revolucionária Paulista, que a Revolução levaria adiante sua obra de regeneração nacional, a nomeação de Francisco Morato para a interventoria paulista poderia significar um contrassenso aos princípios revolucionários, sobretudo, aos tenentistas, uma vez que o manifesto foi assinado pelos tenentes Miguel Costa, João Alberto e Mendonça Lima (BONAVIDES, 2002, p. 335). Por outro lado, a Legião Revolucionária de São Paulo agiu como um partido estadual que pleiteava cargos e posições fazendo frente ao PD e ao PRP. Logo após sua constituição, novembro de 1930, a Legião Revolucionária começou sua arregimentação política em São Paulo, convidando "o povo de São Paulo a ir trabalhar com uma faixa vermelha no braço" (BORGES, 1992, p. 74).

Do lado dos paulistas, o PD e seus aliados não poderiam enfrentar Getúlio Vargas e os seus aliados, os tenentes, abertamente. Portanto, em seu Manifesto, os interesses velados assumiram a característica de preservação da autonomia paulista – a prerrogativa de que São Paulo, com seu "território, população, cultura e riqueza, poderia construir nações" e a ideia de que um interventor que não fosse civil e paulista não seria capaz de conduzir os rumos da "locomotiva" brasileira[34]. O apelo foi o de preservar a federação, e não, de centralizar o poder o que, segundo Rubens do Amaral,

> agravaria a complexidade do problema brasileiro por motivos climáticos, geográficos, históricos e raciais [...] no regime federativo com a descentralização política e administrativa, esses ideais e esses interesses poderão se entrelaçar-se harmonicamente, revestindo-se as suas relações do caráter de cooperação e reciprocidade. No regime unitário, com a centralização, eles hão de se chocar em eternos conflitos [...] E os que pensam que centralizando trabalham pela unidade nacional, trabalham é pela sua desagregação.
> Noventa e nove por cento dos paulistas nem podem imaginar como é que são Paulo viveria, se subordinassem os seus serviços públicos ao governo central (Jornal CORREIO DE SÃO PAULO, 1932, 16 de jun., p. 01).

É interessante perceber que o contexto político de 1932 para os próceres paulistanos foi de questionar a forma administrativa assumida pelo regime político de Vargas (uma regime ditatorial, centralizador e intervencionista), e não, de tentar voltar

[34] O manifesto do Partido Democrático de São Paulo, que rompeu com o governo provisório, foi assinado em 13 de janeiro de 1932 por Francisco Morato, presidente do PD, e os correligionários da cúpula do partido.

ao antigo ordenamento político da República Velha, pois o que o PD reivindicava era a prerrogativa de estar no poder, de decidir o formato das instituições e das políticas nacionais, pois, se assim o fizesse, garantiria a preservação dos seus interesses. A centralização política e administrativa foi colocada como desagregadora da paz interna da Federação, porque, uma vez estabelecida, o poder central é que direcionaria a política e o espaço de poder ocupado por São Paulo desde longa data. E foi com esse pensamento que os paulistas se pronunciaram:

> Primeiro que tudo, não nos enganemos. A guerra civil Que ora nos desola [...] tem causas mais serias e mais profundas.
> O rápido abalo do movimento militar de outubro de 1930, só por si, não foi bastante para destruir de vez o velho estado de cousas, longamente assentado nos interesses solidários. [...] a simples expulsão dos governantes das funções públicas que ocupavam, não significou, como a muitos pode ter se afigurado, o completo ruir da situação anterior. A maior força da república Velha estava na organização geral econômica e financeira do paiz, feita a sua sombra e segundo seus princípios. [...] Note-se que os reacionários de São Paulo não accusam a ditadura de pretender imprimir novos rumos a vida do paiz. Elles apenas a acusam de ausência de fórmulas legaes no exercício do poder. No mais, achariam, sem dúvida, tudo muito bem. Querem, apenas, estabilidade (Jornal O TEMPO, 1932, 28 de ago. p. 01).

O que ocorreu, portanto, foi uma disputa política para restabelecer a territorialidade de influências das elites paulistas. Devolver São Paulo aos paulistas significou tentar restabelecer o poder, pois "o temor oligárquico [...] não era de que os tenentes, uma vez no poder, fossem corrigir pela força o anacronismo de uma sociedade senhorial e latifundiária que vinha desde os tempos da colônia [pois, segundo suspeitavam os integrantes do PD oficiais] não desejavam senão assegurar-se das posições conquistada" (RAMOS, 1980, p. 143. Grifo nosso).

Se, em um primeiro momento, a devolução de São Paulo aos Paulistas se constituiu como bandeira de luta, depois da nomeação de Pedro de Toledo, em março de 1932, a organização dessa interventoria e os direcionamentos por ela encaminhados, já não satisfazia aos interesses dos paulistas e colocava cada vez mais em evidência a tentativa de retomar o poder pela elite política paulistana. O *Jornal Diário Nacional*, em meio ao conflito de 1932, escreveu: "São Paulo, por circunstâncias notórias, não pode cooperar com os revolucionários que [...] a São Paulo tudo se negasse, na hora da vitória, não tardando que víssemos nossa terra generosa a condição de pressa deprimente de guerra". A ideia é a de que São Paulo foi a grande vítima da Revolução, que a reduzira "a

mezes de tortura, de indizível provação; amordaçados, reduzidos trahiçoeiramente à impotência" (Jornal DIÁRIO NACIONAL, 1932, 11 de jul., p.01).

O que se percebe é que as estratégias do discurso dos revoltosos paulistas mudaram de foco, pois o que antes estava na busca do autogoverno, agora se revestiu de ataque ao regime varguista, na tentativa de questionar o *status quo*. Nessa frente, os revoltosos argumentavam que, mesmo havendo uma Lei eleitoral promulgada pelo Governo Provisório e que fosse fixada a data das eleições para constituinte, havia um ceticismo nas ações de Getúlio. Por isso, a ditadura estava completamente desconectada da opinião nacional, e nenhum crédito deveria ser dado à palavra do Governo (HILTON, 1982, p. 58-59). Nesse sentido, os revoltosos proclamaram que a constitucionalização do país seria o meio mais seguro para que o país voltasse a sua normalidade, porque a constituinte garantiria a representatividades dos interesses do maior estado brasileiro, sem humilhações, o que, aliás, foi desconstruído por Góes Monteiro, em uma de suas visitas à capital paulista, pouco antes do nove de julho de 1932:

> Contava-se que Góes quando lá chegava era logo cercado por políticos descontentes, uns do Partido Democrático, que se julgavam com direito a tomar conta do governo por terem participado da campanha da Aliança Liberal, e outros muitos remanescentes do perrepismo, que não se conformavam com o alijamento das posições. [Em uma dessas reuniões], alguém do grupo exacerbou-se e, enfrentando Góes, perguntou se ele fosse paulista, toleraria as humilhações que o Chefe do Governo Provisório vinha impondo a São Paulo. A resposta de Góes foi que ele não era paulista e não via claro em que consistiam essas tais humilhações. Pelo contrário, acrescentou, achava que o governo revolucionário estava fazendo por São Paulo o que nem Washington Luís quisera fazer. Debelara a crise cafeeira e restaurara a economia paulista, salvando da derrocada o comércio e a indústria, dependentes diretos da boa posição financeira do mercado e da lavoura cafeeira (VERGARA, 1960, p. 78-79. Grifo nosso).

Novamente fica claro que o levante paulista de 1932 foi estreitamente político, uma tentativa de se retomar a territorialidade de poder até então capitaneada por São Paulo. Mas, ao mesmo tempo em que isso fica evidente, deparamo-nos com um duelo sutil, no interior do aparelho do Estado, entre oligarcas e tenentes. No seio do bloco de poder, há uma disputa das elites políticas dos dois lados pelo domínio da política de Estado, pois, enquanto o primeiro grupo tenta restaurar as formas e os direitos da representação política, o segundo tenta desconstruir essa "falsa" representação se colocando como uma contra elite nacionalista e revolucionária.

E com esse direcionamento, Pedro de Toledo advertiu a Getúlio Vargas que: "a revolução, para não perecer em São Paulo, precisa organizar-se também", pois o

Governo Provisório deveria intervir de modo que as questões reivindicatórias de São Paulo fossem esvaziadas do seu conteúdo político, como estava sendo direcionado pelo PD. Na mesma carta enviada a Getúlio Vargas, Pedro de Toledo concitou o governo a uma solução que quebrasse "as resistências do PD e do PRP", ou pela sustentação da interventoria de Rabello, ou pela nomeação de outro interventor, mas, o que parecia mais consistente seria o completo "o apoio e o prestígio de que carecemos" (ARQUIVO DE GETÚLIO VARGAS/CPDOC: GV c 1932.01.5, 05 de jan. de 1932; doc. 5 e 6).

Na carta de Pedro de Toledo o que ficou mais evidente ainda, foi o prestígio político que reivindicava São Paulo, do qual Getúlio Vargas deveria dá sua devida importância para garantir o sucesso da revolução no estado. Percebe-se, portanto, que a posse das estruturas de Estado pelo Governo Provisório criou condições para que a sustentabilidade política do poder de Getúlio Vargas, frente ao levante paulista de 1932, desempenhasse um papel determinante a favor do projeto varguista de Estado.

As interventorias foram o contrapeso na promoção e na ascensão de novas lideranças regionais, e uma maneira de fortalecer o poder de Vargas em outras bases. A intromissão do poder central nos estados deu a estabilidade política necessária para que Getúlio Vargas pudesse se sobrepor aos interesses políticos dos paulistas, como forma de nacionalizar a política brasileira. Editou-se uma relação de poder complexa, fora do entorno paulistano, das máquinas regionais e de suas elites, em um processo seletivo de apoios que garantiram as bases de poder de que necessitou Vargas. Com essa rede institucional de poder, as interventorias estaduais agiram como desarticuladores das oligarquias, porém, sem o desbaratamento, nesse momento, dos partidos regionais.

Reforçou-se, portanto, a tutela tenentista de sustentabilidade do poder do novo regime, na medida em que os interventores militares, ainda que percebamos uma acomodação de interesses devido às oportunidades de os tenentes interventores ascenderem politicamente, traduziram para os estados uma espécie de organização estatal onipotente e com planejamento onisciente cada vez mais aberto aos outros espaços da federação. Aliás, essa abertura foi fundamental para que a emergência do poder estatal pudesse ser sentida, por isso, apesar de haver um movimento questionador do regime ditatorial, os ecos não reverberaram no arranjo político geral, ao contrário, com São Paulo isolado e sem força política suficiente para influenciar a cena política do pós-1930, o projeto centralista de Getúlio Vargas foi que saiu vencedor da guerra e do discurso.

O fim da guerra paulista, na análise de Stanley Hilton (1982), marcou o retorno de São Paulo ao convívio nacional, sem que Getúlio interferisse no processo de reformulação paulista quando do estabelecimento da chapa única para concorrer às eleições legislativas de 1933, ao passo que as punições aos revoltosos, para alguns dos aliados de Vargas (Goés Monteiro, Pantaleão Pessoa e os interventores Juracy Magalhães e Olegário Maciel)[35], deveriam ser a imediata deportação dos líderes. Porém, sob o ponto de vista de Vargas, a conciliação com os paulistas serviu como estratégia de fortalecimento do poder do Estado, pois, segundo o Chefe do Governo Provisório,

> o audaz sindicato político-militar usurpou-lhes [ao povo paulista] a vontade, jogando o estado numa aventura sinistra e, receoso de receber, pelo ludíbrio praticado, o merecido e inevitável castigo, tudo fará agora para lhe ocultar a verdade, o governo federal não considera povo paulista culpado. Ele é apenas, a maior vítima. Os verdadeiros culpados hão de encontrar, à hora precisa, o juiz inflexível, capaz de ditar e executar a sentença que lhe será imposta (VARGAS, *apud,* HILTON, 1982, p. 326-327).

Com o desbaratamento do levante paulista de 1932, a fórmula política do Governo Provisório garantiu para si o direcionamento necessário à consolidação do seu discurso factual de poder. Com o levante paulista, ficou evidente que São Paulo não tinha mais o apoio da federação de modo inconteste aos supostos interesses nacionais alardeados pelos próceres do movimento. A perspectiva da cena política, agora, direcionava-se para uma conjuntura de apoio fortalecida, em larga medida, pelo alinhamento das interventorias em quase todos os estados da Federação.

Politicamente, o levante paulista de 1932 foi o peso que faltava para que a evidência de um processo de desterritorialização do entorno paulista ficasse a mostra; isso não significou que a desterritorialidade do poder desse entorno não abrisse espaço para uma aproximação, mas, a sustentação do Governo Provisório não estaria mais dependente, diretamente, dos interesses ou da emergência do poder político de São Paulo, pois, a conjuntura política já estava sustentada por um alinhamento significativo dos estados a Getúlio Vargas:

> De posse das primeiras informações sobre a situação de S. Paulo, reafirmo a V. Ex. integral solidariedade e disponha como melhor lhe parecer de todo esforço e dedicação dos meus companheiros. Juracy Magalhães, Interventor Federal.
> .....

[35] Ver as cartas enviadas a Getúlio Vargas por Juracy Magalhães, 02/10/32 PR (Arquivo Nacional) e Olegário Maciel a Vargas, 24/10/32, GC (Arquivo Gustavo Capanema – CPDOC).

> Informo que o Pará conserva-se em absoluta calma e guarnição fiel e disciplinada [...] pode vossencia ter certeza que estamos todos aqui prontos para cooperar na defesa do Governo Provisório. Major Magalhães Barata.
>
> .....
>
> Acabo de chegar a capital procedente do alto sertão node me encontrava tratando de interesses do estado. Reitero a V. Ex. segurança e solidariedade da Paraíba, que neste momento está unida no cumprimento do dever. Gratuliano de Brito, interventor Federal.
>
> .....
>
> Tenho a honra de informar que já lhe determinei todas as providências necessárias, afim de assegurar ao governo de v. Excia. a decidida cooperação do governo desse estado na repressão do movimento revoltoso de caráter reacionário. Olegário Maciel, presidente do estado (ARQUIVO DE GETÚLIO VARGAS/CPDOC: GV c 1932.07.10/1, 10 de jul. de 1932; docs. 3, 4 e 5).
>
> .....
>
> Apesar de reinar completa tranquilidade em todo estado, continuam boatos de perturbação da ordem. Estamos, entretanto, vigilantes, prontos para sufocar qualquer tentativa de desordem. Flores da Cunha (ARQUIVO DE GETÚLIO VARGAS/CPDOC: GV c 1932.08.08/1, 08 de ago. de 1932; doc. 1).

Os telegramas enviados pelos interventores nos permite afirmar, que a empreitada revolucionária de São Paulo não conseguiu arregimentar o rompimento dos interventores com o Governo Provisório. Segundo Góes Monteiro, os paulistas procuravam "restabelecer a constituição de 24 de fevereiro, satisfazer caprichos e ambições, a custa dos supremos interesses da nação", de modo que nenhum interventor, conhecedor dos reais interesses desse estado, deixaria de apoiar o Governo Provisório (ARQUIVO DE GETÚLIO VARGAS/CPDOC: GV c 1932.08.28; 05 de jan. de 1932; doc. 1). A fórmula política foi, portanto, de congregar o alinhamento político das interventorias de modo que as bases de sustentação do regime varguista pudessem ser sentidas por um alinhamento em bloco, o que poderia minimizar as fissuras internas. E se:

> A propaganda paulista – entre outros objetivos quis formar uma opinião favorável ao movimento e enfraquecer o governo da União – ela procurava que a luta durasse o tempo necessário a que explosões idênticas rebentassem no Rio Grande do Sul, Minas e Rio de Janeiro e outros pontos do país, de modo que São Paulo pudesse ganhar tempo e recolher novos recursos, até a victória pelas armas, ou, pelo menos, pelitear uma solução política satisfatória de seus interesses, afim ao menso de salvá-los parcialmente (ARQUIVO DE GETÚLIO VARGAS/CPDOC: GV c 1932.09.29; 29 de set. de 1932; doc. 2).

Em nenhuma das hipóteses logrou sucesso o levante paulista, pois, a articulação política do Governo Provisório, se não pôde impedir os questionamentos travestidos de interesses políticos, estava suficientemente calçado de um alinhamento capaz de resistir às investidas de São Paulo. Contudo, uma vez debelado levante paulista, esse alinhamento deveria ser reforçado. Desta feita, o processo de construção de uma nova

territorialidade de poder, com o objetivo de legitimar Getúlio Vargas enquanto poder e com influência política suficiente frente aos interesses do entorno paulista, foi o encaminhamento mais seguro para sustentação política do novo regime. Foi o que deixou transparecer Getúlio Vargas:

> Conheço sua nobre dedicação de revolucionário reflectidas em anos de destemerosas atitudes e sou o primeiro a exaltar a colaboração militar no momento prestando com maior efficiencia a nossa causa, quando da organização das forças do Norte e acção política, imprescindíveis aos encaminhamentos da revolução (ARQUIVO DE JUAREZ TÁVORA/CPDOC: JT dpf 1932.07.08; 23 de ago. de 1932).

Getúlio Vargas não propôs que houvesse um encaminhamento político direcionado, mas, moldar tais encaminhamentos lograria, com efeito, fortalecer o Governo Provisório e dá a eficiência política necessária de que necessitou para o estabelecimento do seu poder e de sua força política como chefe inconteste.

Fica cada vez mais evidente que a sustentação política de Vargas prescindiu, de forma intensa, das bases políticas conquistadas fora do entorno paulista, e a perspectiva de redimensionamento do poder do Estado, com levante de São Paulo, ficou à mostra. São Paulo lutou sozinho, "foi uma luta de um estado contra a federação". Mas, Como se construiu essa sustentação política? Em quais espaços geográficos? Em quais espaços políticos? Esses são alguns dos temas tratados mais adiante. Interessa-nos aqui perceber a perspectiva redimensionada do poder dada por Getúlio Vargas, na construção do seu discurso factual de poder, quando desaloja das esferas decisórias do poder os grupos mais tradicionais da politica brasileira: as oligarquias cafeeiras.

3

Os militares no poder: a construção da Centralização política e a redefinição dos espaços de poder no pós-1930

A construção do redimensionamento e a desterritorialização do poder proposto pela Revolução de 1930, se esteve alicerçada no reordenamento político, administrativo e econômico do Estado brasileiro, não se fez apenas com a quebra da ordem estabelecida pela Primeira República (1889-1930), nem por mera vontade dos tidos como revolucionários, mas foi concretizada por um intenso jogo de acordos e definição de alianças.

No pós-1930, *o fazer política* não foi um arranjo regional, mas um arranjo de interesses que se pretendeu nacional. Mesmo que esses acordos tenham sido colocados na base de apoios regionais, não foram os oligarcas que definiram diretamente as estratégias ou a condução desse novo arranjo de poder. O que se interpretou como poder foi alçado à ideia de todo, de nacional, de nação, bem perto do que pretendiam os Tenentes, ao contrário do caracterizou a Primeira República, em que:

> o modelo de representação política que organizou a cena republicana original baseou-se, portanto, em um fundamento claramente antiliberal, avesso ao sistema partidário e aos demais instrumentos da democracia liberal. Nessa matriz política, eram os estados, e não o indivíduo ou o povo, o objeto por excelência da representação. As células da federação foram conduzidas à centralidade da vida política. O ajuste eleitoral baseado no protagonismo político dos estados resultaria na constituição de um corpo nacional único e ordenado (HOLLANDA, 2009, p. 19).

Para além do modelo de representação política[36] da Primeira República, o poder, no período pós-1930, interveio como base dos interesses nacionais, cuja expressão

[36] Estamos discutindo o conceito de representação política na perspectiva de que a representatividade seria o exercício do poder em nome da coletividade, ou seja, a garantia da integridade do poder em nome da coletividade. Nesse sentido, a representação política se constitui como o vetor da ordem política na medida em que os agentes externos ao poder são representados pelos políticos e por suas ações. O

máxima foi o Estado. Junto com esse Estado nacional e centralizado, a organização política foi conduzida a uma ideia de poder em que, pelo menos no discurso, procurou ser identificado o todo. Mas entender como essa representatividade de poder foi moldada por Getúlio Vargas, que assumiu a presidência do governo provisório (1930-1937), requer que se discutam por onde se construiu esse novo ordenamento de poder e quais protagonistas possibilitaram esse arranjo junto a Vargas. A perspectiva de outro ordenamento de poder tem suas considerações já em 1922, com Oliveira Vianna, cuja ideia de poder está formulada na base de uma reforma política realista:

> O problema fundamental de uma reforma política em nosso povo, fundada em bases realísticas -- dizia eu em 1922 -- será organizar um conjunto de instituições específicas, um sistema de freios e contrafreios, que -- além dos fins essenciais a toda organização política – tenha também por objeto:
> *a)* neutralizar a ação nociva das toxinas do espírito de clã do nosso organismo político-administrativo;
> *b)* quando não seja possível neutralizá-las, reduzir ao mínimo a sua influência e nocividade (VIANNA, 1999, p. 466).

Para Oliveira Vianna, a transformação da política nacional precisava organizar um conjunto de instituições centralizadas que pudessem neutralizar a nefasta influência dos clãs regionais sobre o poder (leiam-se: as oligarquias). Um governo forte, ditatorial, ao mesmo tempo patriarcal e ameno, uma espécie de "guarda cívico" da política e do Estado (VIANNA, 1927, p. 133), caracterizaria os eixos de uma transformação política substantiva diante do quadro desolador da política da Primeira República.

O preceito da transformação política, para Vianna, estava alicerçado na "energia moral" do governo, cuja posse do poder deveria ser conduzida por uma lógica apartidária, sem a prerrogativa do poder pelo poder, mas, o poder do Estado para o Estado, sem os "deveres da gratidão e da amizade" (VIANNA, 1927, p. 134-135).

Quando irrompeu a revolução, a originalidade do sistema republicano da Primeira República brasileira, que dispensou o "sistema partidário e os demais instrumentos da democracia", em detrimento dos interesses pessoais e locais, não pôde ser mais sustentada, pois a efervescência do meio político do final da década de 1920 e as reivindicações militares, sobretudo, dos Tenentes, cunharam uma ideia de poder

---

contrário disso seria uma representatividade de grupo fechada, cuja representatividade política estaria alicerçada nas unidades federativas como agente político do todo. Por seu turno, na análise de Renato Lessa, a Primeira República teria editado esse radicalismo mandeviliano, em que os vícios privados seriam virtudes públicas para a formulação oligárquica do particularismo estadual e da unidade nacional (Lessa, 1999, p.6). Seria um modelo de reciprocidade política dos presidentes dos estados para com os grupos oligárquicos, sem a participação efetiva do povo.

político que não fosse reduzido a apenas dois estados: Minas Gerais e São Paulo. Outra representatividade política foi cobrada aos que fizeram a Revolução de 1930.

E um dos protagonistas principais desse questionamento foi o segmento dos militares que, desde meados da década de 1920 haviam compreendido que o sistema político vigente na Primeira República selecionou cuidadosamente os territórios e os grupos do poder; a República brasileira havia construído os entornos de sua atuação e caracterizado os executores dessa ordem. Algo que parecia inaceitável, pois, para o Exército, a ideia de unidade e de ordem estava alicerçada na perspectiva de que a República deveria construir um ordenamento único, coeso e independente, cuja nacionalidade estabeleceria vínculos de solidariedade e reciprocidade entre os estados.

O Exército não se configurou somente como instrumento, porta-voz ou símbolo de desejo da classe média urbana, sua atuação na política brasileira foi constituída como a parte externa da caserna, próxima da sociedade por sua incondicional lealdade à pátria, ao contrário dos partidos políticos que se constituíram como regionais e foram formados por uma elite política que não compreendia a dimensão da unidade da pátria, devido ao personalismo partidário e político, pois:

> os regimes começados com um golpe de estado são marcados por um "pecado original" que "afeta tudo o que fazem, pois a conspiração e a surpresa são o extremo oposto do progresso social. Os conspiradores, longe de mobilizar politicamente as forças sociais interessadas na mudança excluem-na ou as desconsideram. Desde o início, pretorianísmo radical afigura-se como despotismo; tudo para o povo, nada pelo povo" (MACCANN, 2009, p. 14).

Se voltarmos essa assertiva para a ótica dos militares, entenderemos que a relação que a instituição militar construiu com a sociedade foi a de resguardar o Estado da ameaça dos grupos políticos regionais, emergente do interior das forças políticas civis em disputas, com propósitos particularistas e de pouca mobilização. Os militares cumpriram um papel que corroborou para permanência do *status quo* das elites políticas estrategicamente em disputa, não só como instrumento de manipulação ou como moderador das disputas políticas civis, mas como instituição que também buscou ocupar cargos e ter seus representantes na cena política nacional.

Desde o golpe de 15 de novembro de 1889, colocou-se em evidência que a caserna não era, necessariamente, um objeto manipulado da elite política e, se o novo regime nascera de um golpe de Estado, o pretorianismo radical da caserna não levaria os militares a um poder despótico, mas colocaria em xeque os objetivos das elites civis na

condução do Estado. Como bem evidenciou Edmundo Campos Coelho (1976), a evolução histórica do Exército congregou três processos relacionados entre si: as necessidades e os interesses da instituição militar, como fatores determinantes do seu comportamento político, sobretudo na República; a ideia de autonomia em relação ao sistema social, com a perspectiva da formação de uma ideologia própria; e a tentativa de impermeabilizar os objetivos e os interesses da caserna das influências da sociedade civil.

Esses elementos não se separam na formação da unidade militar, são processos que assumem características particulares em cada momento e em dadas situações se imbricam. Com a Proclamação da República, os oficiais e os aliados civis republicanos propuseram um arranjo em que o poder social e econômico permaneceu intacto. Eles "desejaram mudar a fachada política, mas não as estruturas básicas. Evitaram expandir e difundir os dois requisitos da participação política efetiva dos cidadãos: a educação pública e o direito de voto" (MACCANN, 2009, p. 17), como forma de concretizar seus apetites políticos.

O modelo de revolução encabeçado pelos militares, em 1889, foi um modelo de pretensões e de apetites políticos que colocou em evidência a caserna, e o arranjo que proclamou a República foi a eliminação da representação política da realeza e a sua substituição por uma representação acordada e negociada de acordo com interesses bem restritos. Como sugeriu Antony Wallace (1972), a política de apetites moldou a estrutura de poder com o objetivo de satisfazer a interesses e de acossar grupos políticos economicamente poderosos ao Estado. Ela não propôs a transformação social, apenas o aproveitamento das posições de poder.

A República brasileira de 1889, antes de ser republicanizada, foi conflituosa, na medida em que as disputas iniciais colocaram em evidência os anseios de poder dos militares e dos civis. O período compreendido entre 1889 e 1902, muito mais que marcado pela emergência do Regime Republicano brasileiro, foi marcado pela definição da hegemonia política da República, ou seja, esse período marcou as articulações construtoras do argumento republicano, de modo a distinguir e resolver os desacordos políticos entre os grupos civis e os militares[37]. O argumento da ordem estabelecido por

[37] Dois movimentos ilustram essas disputas: A Revolução Federalista (1893 a 1895) que ocorreu no sul do país e teve como causa a instabilidade gerada pelos federalistas que pretendiam conquistar mais autonomia para o Rio Grande do Sul, contra o presidente dos estado Júlio de Castilho. E a Revolta da Armada que ocorreu no Rio de Janeiro em 1892 e foi chefiada pelo Almirante Saldanha da Gama, com o propósito de exigir a renúncia de Floriano Peixoto ao cargo de presidente da República e a convocação de novas eleições. Para um estudo mais detalhado, ver: CAVALARI, *Rossano* Viero. **O *Ninho dos Pica-paus*** -

meio da espada tendeu a fragilizar a ordem de matriz republicana, razão por que os civis jogaram com o discurso republicanista, de modo a expor a ideologia jacobina dos militares que não admitia o consenso político pela via da moderação republicana (CARDOSO, 1985, p. 41).

A década de 1890 trouxe para a cena política a instabilidade de um poder em substituição à queda do Império, que foi também a queda de uma ordem estabelecida que colocou em discussão se o regime nascente deveria prescindir de uma lógica militarista de poder. A instabilidade por falta de consenso entre os militares e em desacordo com as elites civis levou os primeiros anos da República brasileira a disputas e a contragolpes entre os militares e as elites civis.

As articulações políticas que desembocaram na passagem do militarismo para o controle civil do Regime Republicano brasileiro foram estabelecidas na base da crença na ordem republicana, e as articulações entre o espírito oligárquico da burguesia agrária civil e o mandonismo ascético do jacobinismo militar buscaram preservar, mesmo com os apetites políticos desses últimos, o respeito às instituições e à Lei, como força valorativa da ordem política, respaldada na legitimidade consensual e partidária (CARDOSO, 1985, p. 45-47). Com esse princípio, não se admitiu tutela parlamentar ou corporativa ao presidente, tampouco, admitiu-se que a ordem republicana permanecesse fechada em uma corporação armada onde não se poderia construir, mesmo que com divergências, um projeto de consenso político civilista – iniciado com a chegada de Prudente de Morais à Presidência da República (1894-1898)[38].

Da chegada de Prudente de Morais ao poder à eleição de Campos Sales (1898-1902), a República brasileira consolidou o seu projeto civil de poder de modo a moldar um pacto oligárquico onde se garantiria, para baixo, o poder dos chefes políticos locais sobre seus dependentes e rivais, ao passo que lhes cedia o controle dos cargos públicos, com a garantia de apoio ao governo estadual. Para cima, os governadores hipotecariam o apoio incondicional dos estados ao presidente, com a garantia do reconhecimento do seu domínio em seu estado (CARVALHO, 1997). Estavam desenhados os eixos da Política

---

Cruz Alta na Revolução Federalista de 1893. Martins Livreiro Editora. Porto Alegre, 2001; NABUCO, Joaquim. **A Intervenção estrangeira durante a revolta de 1893.** Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2010.

[38] Para aprofundar essas questões, ver: CARDOSO, Fernando Henrique. Dos governos militares a Prudente – Campos Sales. IN: FAUSTO, Boris (dir.) **História Geral da civilização Brasileira – (o Brasil Republicano):** estrutura de poder e economia (1889-1930). Tomo III. 4 Ed. São Paulo: Difel, 1985, p. 13-50.

dos Governadores, cujas relações de poder estabelecidas criaram mecanismos de interdependência, com o fim de os grupos políticos locais se firmarem com influência e prestígio pelo voto, pois "a eleição será o argumento para legitimar o poder, não a expressão sincera da vontade nacional... a vergonha dos chefes não nasce da manipulação, mas da derrota. O essencial é vencer a qualquer custo" (FAORO, 2001, p. 708). Ao partir desse princípio, os contornos do poder, na Primeira República, estabeleceram com os governadores o seu compromisso de ordem com apoio incondicional e o alinhamento de interesses no grupo, dominante em qualquer esfera da estrutura política brasileira.

Assim, os apetites a que se refere Wallace construíram uma revolução política por dentro do poder, de modo a ampliar a representatividade política para alguns dos setores e acalentar anseios de poder de alguns poucos grupos, entre eles, os militares de alta patente. Contudo, não se pode afirmar, no que tange ao ordenamento político construído de 1889 a 1930, que os militares foram participantes ativos do poder. O alinhamento construído foi para cafeicultores mineiros e paulistas, mas com algumas regalias para a satisfação política dos militares. Para isso, podemos apontar as iniciativas de reorganização e restruturação do Exército ao longo de toda a Primeira República[39].

De longa data, os oficiais e até os praças combinaram a frustração profissional com a perspectiva de ascensão e de prestígio, considerando a posição que ocupavam, pois ser militar implicava a honrosa missão de defender a pátria e ser parte integrante da constituição do corpo nacional, pelo menos em tese. Mas o contexto político da Primeira República não favoreceu a concretização desse prestígio profissional, e um lugar de poder também passou a ser cobiçado pelos militares. Portanto, as aspirações políticas passaram a ser vistas como oportunidades de ascensão pessoal ao "poder", sobretudo, com a incorporação de uma classe média urbana no seio da corporação. Os apetites dos oficiais não estiveram limitados à caserna, mas ao *status* político.

Como "um bando de cavaleiros das ideias", os militares precisavam estabilizar as querelas civis e colocá-las sob o jugo da necessidade de o Exército moderar, intermediar

[39] Um exemplo dessa reestruturação do exército foi a contratação da Missão Militar Francesa pelo governo de Epitácio Pessoa (1919-1922) em 1919. Ela teve por objetivo orientar o Exército brasileiro em seu processo de modernização e foi responsável pela condução na criação da Escola de Aviação do Exército e da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais do Exército (EsAO). Os instrutores franceses, chefiados pelo General Maurice Gamelim, buscaram atualizar a estrutura e todo o processo de formação dos quadros do Exército com a constituição de uma ideologia militar que pudesse promover a coesão do corpo de oficiais, a promoção do culto aos heróis militares nacionais e a introdução de táticas e disciplinas técnicas no currículo das Escolas Militares. A ideia foi a de construir um modelo de corporação, de militar.

e construir o novo ordenamento político. Nesse sentido, o discurso da ordem é recorrente. Portanto, a construção dessa estabilidade garantiu o espaço da caserna no poder, com suas reivindicações e interesses, porquanto seu discurso entendia a capacidade da classe média de dirigir e se colocar acima dos interesses pessoais, pois "possuía completa cultura intelectual e moral, a elevação de espírito e capacidade acima da classe ou do partidarismo". Todavia, precisava ser conduzida para longe das oligarquias rurais, e só os militares, já detentores dessas qualidades superiores, "ajudariam a classe média a chegar pacificamente ao poder. A nação, ou seja, o povo remodelado liderado pela classe média seria o Exército, e esse, reformado, reestruturado, redirecionado, seria a nação" (MACCANN, 2009, p. 220).

O discurso sobre a necessidade de os militares serem também políticos é envolvido por um discurso perorativo[40], em que o poder não é, necessariamente, o ideal da caserna, mas a unidade rumo ao progresso e à civilidade, e não haveria nação sem que o Exército estivesse como moderador e estabilizador da política e da representatividade social. O interesse dos militares pelo ordenamento político, segundo José Murilo de Carvalho, atuou, no contexto sócio-político da Primeira República, mais como um regresso à caserna do que como participação efetiva dos militares na vida política do país. A conduta do soldado-profissional ou a não intervenção militar, em contraponto à tese do soldado-cidadão, atento ao poder e à política, foi o que prevaleceu no interior da hierarquia da caserna. Para os "jovens turcos", reunidos em torno da Revista *A Defesa Nacional*, a profissionalização do corpo de oficiais e a consequente reorganização da instituição militar não poderiam estar próximas do poder civil, mas, atento[41]. Ao militar caberia à defesa incondicional da pátria e o trabalho técnico e

[40] O discurso perorativo seria aquele com um tom pedantesco, carregado de certa ironia mascarada, mas bem articulado nas ideias e nos fundamentos que defende.

[41] A Revista "*A Defesa Nacional*" foi fundada em 1913, pelo grupo de militares que compuseram a missão militar enviada à Alemanha, entre os anos de 1905 e 1912, conhecidos como jovens turcos. O grupo que compunha *A Defesa Nacional* era formado por oficiais de baixa patente, e seus fundadores e associados "integraram a Missão Indígena, que instruiu os cadetes da escola militar entre 1919 e 1923, influenciando assim, os oficiais que liderariam o Exército na segunda metade do Século" (MACCANN, 2009, p. 216). A Revista *A Defesa Nacional* moldou um conjunto de ideias sobre o papel do Exército na sociedade, e seus editoriais propagaram a profissionalização do Exército e o seu papel social no contexto da Primeira República. Para os oficias que compunham o corpo editorial da revista, a participação de oficiais na política revelava a garantia do nível de civilidade da nação brasileira. Foi também por meio dos editoriais da Revista *A Defesa Nacional* que a ideologia do soldado-corporação foi desenvolvida. Segundo essa ideologia, entende-se que ao militar cabe uma intervenção/participação na política com o fim de contribuir para os interesses da corporação a que pertence. Ainda de modo mais aprofundado, essa ideologia se configurou como a ideia mais plausível de participação dos militares na política sem que fossem abandonados os interesses da caserna. O soldado-corporação estaria atento à política nacional e à pátria, que também era interesse da corporação e o seu sentido natural de existência. No editorial de nº 2

profissional, para soerguer e reestruturar caserna, pois o contrário disso só desgastaria a corporação (CARVALHO, 2006, p. 197-257). Entretanto, corroborando o que defendeu Carvalho, Leila Capella entende que a profissionalização da corporação, em sua capacitação técnica e estrutural, teve por finalidade encaminhar o Exército para a política nacional de modo coeso e sem ruptura (CAPELLA, 1985, p. 76-86). Nesse sentido, a Missão Militar Francesa contribuiu em dois sentidos convergentes: a organização interna e a organização política das ideias.

Ao que parece, o sistema político republicano brasileiro seria uma porta aberta para que os interesses fossem amplamente representados, mas toda essa construção discursiva do lugar dos militares neste sistema teve o objetivo de fazer sentir a presença destes no poder. E se eles, ao mesmo tempo, proporcionassem sustentação para as classes médias no exercício do poder, exigiriam a restruturação e o reaparelhamento da caserna. O jogo estabelecido foi um jogo de troca, que sustentou o alinhamento político da Primeira República em uma base frágil de acordos. Tão frágil que, em meados de 1924, o corpo de oficiais começou a se dividir quanto aos objetivos e à função do Exército na política. De um lado, estavam os legalistas, que enfatizavam o aparelhamento e o aperfeiçoamento do Exército como uma escola de civismo, disciplina e organização voltada para a defesa da pátria; de outro, os revolucionários, que corroboravam a ideia do civismo e do reaparelhamento, mas viam que o regionalismo político impediria a concretização plena da organização da instituição militar. Entendiam, portanto, que a intervenção na política nacional seria o meio mais eficaz de conseguir a restruturação completa da caserna.

Assim, observa-se que os apetites políticos dos militares, no processo de consolidação da República brasileira, têm como obstáculo a política dos governadores. Os desejos de poder foram para os militares uma barganha política frente aos interesses de restruturação e profissionalização da caserna, porém, não isentos de pretensões de mando, a política dos apetites camuflada pelos oficiais em nome da restruturação da corporação, contudo, não deixou de participar da política republicana em sua série de arranjos de poder.

---

da Revista *A Defesa Nacional*, lemos: "Nós, soldados, precisamos construir um Exército que seja como um tecido de finas malhas de aço dentro da estrutura física, intelectual, moral e artística duma grande nacionalidade como a nossa – para dar-lhe, ao mesmo tempo que flexibilidade, resistência" (Revista A Defesa Nacional. *Apud* CAPELLA, 1985, p. 194). A ideologia do soldado-corporação teve como uma dos seus idealizadores o Tenente Bertoldo Klinger e se configurou como base da participação política dos militares após a revolução de 1930.

A independência ideológica e a divisão interna da corporação militar, nos anos vinte, redirecionaram o discurso político dos militares. A preocupação agora era a moralização do Estado pela ótica da centralização política ampliada, na medida em que revelou, ainda, o descontentamento dos oficiais de baixa patente, sobretudo os tenentes, com os arranjos oligárquicos de poder. De resto, a percepção do poder como construção territorializada

3.1 – Os tenentes e a função política dos militares no Estado

1922. "O Exército não é a nação", disse o então presidente, Epitácio Pessoa (1919-1922). "Nem é o tutor da nação, [...] é apenas um aparelho de defesa das instituições e da integridade moral e material da nação" (PESSOA, 1925, p. 517). As palavras de Epitácio Pessoa expressam o lugar reservado aos militares no contexto em que as querelas políticas, cada vez mais, inflamavam o poder nacional e evidenciavam a corruptividade do regime republicano sob o acordo dos governadores.

A entrada da década de 1920 foi turbulenta, e os esquemas moldados e consolidados pela Constituição de 1891 e pela política dos governadores falharam na condução de um regime que se propôs a desenvolver e construir um Brasil progressista de pleno desenvolvimento. A coesão política foi maquiada pelas políticas de proteção aos cafeicultores, que alardeavam estar defendendo os interesses do Brasil, mas defendiam, exclusivamente, seus interesses comerciais. De outra feita, os políticos civis se colocavam, acaloradamente, contrários às possibilidades de os militares galgarem as posições que haviam tido quando da ascensão de Hermes da Fonseca ao poder em 1910. Tal possibilidade poderia comprometer o arranjo de poder. A ideia de republicanização da República levaria os militares a ocuparem o posto da ordem e do reordenamento do poder, ao passo que afastaria da vida política "as teias oriundas da ordem estatal, representadas pelas oligarquias" (FAORO, 2001, p. 751).

O contexto político da década de vinte propagou o discurso do "nacionalismo da ordem", cujo fim propunha moldar o exercício do presidencialismo de modo reformado, ao mesmo tempo em que levaria à exaustão o liberalismo individualista, ou seja, com base na política dos governadores. Tanto Epitácio Pessoa quanto Artur Bernardes (1922-1926) e, posteriormente, Washington Luís (1926-1930) identificariam uma "crise

de autoridade" que cumpria reestabelecer (SOBRINHO, 1933, p. 7) e, nesse sentido, ser nacionalista:

> É amar o Brasil, acima de tudo; é fazê-lo o nume inspirador de nossas palavra e ações; é ter orgulho de ser brasileiro; é trabalhar até o sacrifício pelo progresso moral e material de nossa terra; é defender as imunidades do nosso domínio e não tolerar, em nossa casa, sejamos relegados à simples condição de hóspedes; é não consentir que se dilua o amor a pátria, sob a influência perniciosa de um cosmopolitismo desfibrado e dissolvente, é, em suma, não ter outra preocupação que não seja a de fazer o nosso Brasil cada vez mais rico, poderoso e feliz, com o auxílio, mesmo sem ele, e até contra ele (DELAMARE, *Apud* FAORO,2001, p. 754).

O que se observa, portanto, é o esforço em redimensionar os objetivos do poder e da política brasileira no contexto da década de vinte. O nacionalismo reformado nos ajustes do acordo dos governadores, estabelecido e posto em prática pelas elites civis, não correspondeu à redefinição da política para a órbita do sacrifício exclusivo e defensivo da pátria. A exaustão do poder individualista e personalista, que a política dos governadores havia conduzido à República, gerou um crescente volume de insatisfações e contestações ao ordenamento político que atingiu sua ebulição a partir de 1922. A Semana de Arte Moderna, a fundação do Partido Comunista, a criação do Centro Dom Vital, as comemorações do centenário da Independência e a própria sucessão presidencial de 1922 foram indicadores das transformações políticas e sociais que se anunciavam. Não diferentemente, a economia de base cafeicultura presenciava mais um momento de altos e baixos: a desvalorização internacional do preço do café mergulhou o Brasil em uma crise fiscal e inflacionária séria. E mesmo que se pudesse perceber uma significativa expansão do setor cafeeiro e das atividades a ele vinculadas, o tênue progresso não afastou a insegurança e as dúvidas quanto à solidez do crescimento econômico verificado.

No bojo dessas transformações econômico-culturais, a política e suas implicações arranjadas pelo acordo dos governadores já não comportavam o congelamento da participação de outros setores na organização do poder nacional e, nesse sentido, a sucessão de Epitácio Pessoa se configurou como o momento mais expressivo de esgotamento da política dos governadores, na medida em que trouxe para a cena ciclos crescentes de questionamentos ao sistema e à ordem estabelecida.

A Reação Republicana[42] pode ser considerada o ponto inicial desses ciclos de questionamentos. Se entendermos que ela foi fruto da dissidência dos setores oligárquicos que não estavam ligados à cafeicultura e, portanto, insatisfeitos com a desvalorização cambial e o endividamento externo, cujo fim foi garantir a terceira política de valorização do café, entenderemos que o sentido da Reação foi, essencialmente, econômico, conforme defenderam Boris Fausto (1982) e Cecília Forjaz (1977). Em outra perspectiva, poderemos ainda entender que a Reação Republicana foi uma crise de consenso no interior das elites políticas do sistema dos governadores, evidenciada pela escolha do candidato a vice-presidente na chapa de Artur Bernardes – o maranhense Urbano Santos (MAGALHÃES, 1973 e CASTRO, 1932). Já Marieta Morais Ferreira (1993) nos indica que a Reação Republicana se configurou como insatisfação às distorções do federalismo pelos estados que, de certa forma, não estavam no centro das decisões políticas do esquema dos governadores. Para a autora, a proposta era, tão somente, "uma tentativa de construção de um eixo alternativo de poder que ampliasse a participação das chamadas oligarquias de segunda grandeza no jogo do federalismo brasileiro do período" (FERREIRA & PINTO, 2006, p. 7), sem romper com o modelo oligárquico vigente.

Os elementos políticos e econômicos apresentados pelos autores citados nos conduzem a perceber que os questionamentos à política dos governadores, no contexto da década de vinte, fizeram emergir a estagnação e o esgotamento do ordenamento de poder vigente, e como o consenso do acordo dos governadores não correspondeu aos interesses das elites políticas dos outros estados da federação, a ideia da republicanização da República tomou corpo com o discurso do "nacionalismo da ordem". A ordem questionada propunha outro modelo e organização de poder, e a Reação Republicana fez emergir, de modo contundente, um sentimento que, fragmentado, estava presente nos outros segmentos do poder, da economia e dos grupos urbanos.

Por esse esgotamento, entendido como limitado e sem acompanhar as demandas de outros espaços de poder, percebe-se o crescente descontentamento dos grupos

[42] A Reação Republicana foi resultado das articulações em torno da sucessão de Epitácio Pessoa na presidência da República em 1922. O descontentamento dos grupos políticos regionais, representados pelo Rio de Janeiro, por Pernambuco, pela Bahia e pelo Rio Grande do Sul, quanto à imposição da candidatura oficial de Artur Bernardes, resultou na candidatura do fluminense Nilo Peçanha e do baiano J. J. Seabra à presidência e vice-presidência, respectivamente, em convenção realizada em 24 de junho de 1921. Sobre a Reação Republicana, ver também: PEÇANHA, Celso. **Nilo Peçanha e a revolução brasileira.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969; FERREIRA, Marieta de Moraes. **Conflito regional e crise política:** a Reação Republicana no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, CPDOC, 1988.

políticos e econômicos dos outros espaços fora do entorno paulista. Os movimentos contestatórios, cujo agravamento foi intensificado com a campanha sucessória de Epitácio Pessoa em 1922, só trouxe a tona o forçoso jogo de manobras políticas para sustentação do discurso simbólico do entorno paulista, daí a perspectiva de se pensar em outros significados para a política brasileira e para o poder.

É certo que a campanha da Reação Republicana não propôs a quebra da política dos governadores, apenas seu redimensionamento. Mas o seu conjunto de pretensões ampliou os termos contestatórios na base da reconfiguração da política e do modelo de Estado, ao passo que colocou em evidência, novamente, o elemento militar como parceiro político ideal, capaz de se antepor às oligarquias dominantes (FERREIRA & PINTO, 2006, p. 9).

Essa pretensa parceria militar também colocou em evidência os tenentes que, desde o episódio das cartas falsas[43] e da Revolta do forte de Copacabana[44], acumulavam suas insatisfações com a política dos civis. Eles faziam parte da corporação militar e tinham interesses próprios. Se atentarmos para a política de apetites, veremos que os tenentes ansiavam por ascensão política. Mas, outro elemento que entendemos como sendo de ordem idealista contribuiu para que os tenentes estivessem em constante evidência depois dos acontecimentos de 1922: a perspectiva de que o restabelecimento da ordem e a republicanização do regime não favorecesse não apenas os apetites, mas também a possibilidade de que essa republicanização fosse ampliada para outros

[43] O episódio das cartas falsas eclodiu no contexto sucessório de 1922, após o apoio do presidente do Clube Militar, Hermes da Fonseca, à chapa do movimento da Reação Republicana (Nilo Peçanha e J. J. Seabra). Supostamente, o candidato situacionista Artur Bernardes, havia enviado a Raul Soares uma carta, publicada no jornal *Correio da Manhã* em outubro de 1921, cujo teor era de insulto aos militares chamados de "apaniguados" e "[elementos] venais" facilmente subornados, e a Hermes da Fonseca identificado como "sargentão sem compostura". Somente após o fim da campanha sucessória, Oldemar Lacerda e Jacinto Guimarães confessaram a falsidade da carta. Sobre esse episódio ver: SILVA, Hélio. **1922:** Sangue na areia de Copacabana. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971, p. 51-62.

[44] A Revolta do forte de Copacabana eclodiu em 05 de julho de 1922, quando Artur Bernardes já estava eleito, com posse marcada para novembro, e Epitácio Pessoa concluía seu interregno administrativo. O fato que desencadeou tais acontecimentos tem a ver com a eleição para o governo de Pernambuco em maio de 1922. Depois de acirrada campanha, os grupos que disputaram a eleição consideraram-se vencedores: de um lado, estava o grupo niilista – representado pelo Sr. José Henrique e sustentado pelo Senador Manuel Borba – e de outro, os bernardistas, apoiados pelos Pessoa de Queiroz, parentes do presidente Epitácio Pessoa – representado por Lima de Castro e congregado ao redor de Dantas Barreto e Estácio Coimbra. A indefinição quanto a quem caberia de fato a vitória do pleito pernambucano foi decidida com o envio de tropas federais que ocuparam a capital Recife e declararam vitória ao candidato Lima de Castro. Nesse contexto, a gota d'água para eclosão da revolta foram o fechamento do Clube Militar, em 03 de julho de 1922, e a prisão do seu presidente, Hermes da Fonseca, depois do envio de um telegrama às tropas de Pernambuco em que Hermes insinuou que tanto os limites de intervenção nos estados, quanto o papel do Exército estavam sendo desrespeitados por Epitácio Pessoa. Sobre a revolta ver: SILVA, Hélio, 1971, a segunda parte – *O primeiro 5 de julho;* CARONE, Edgard. **A República Velha (Evolução política).** São Paulo: Difusão Europeia do livro. 1971, p. 352-357.

setores da vida nacional. O discurso do "nacionalismo da ordem" moldou e aprimorou os apetites de poder dos tenentes, para um viés de contestação não apenas de ascensão política, mas também de apelo à moralidade do poder público e de seus administradores, para o profícuo ordenamento do Estado. Para os tenentes, o "nacionalismo da ordem" ampliava o compromisso dos homens do poder para as hostes da representatividade ampla e não apenas restrita a interesses de poucos grupos. O ano de 1922 trouxe para a cena das disputas políticas e para a caracterização dos atos do poder o questionamento em favor de uma ordem isenta de favores e apadrinhamentos, fossem eles políticos ou de sustentação econômica exclusiva. Seria preciso combater os comportamentos perniciosos dos políticos parceiros do acordo dos governadores. Além disso, havia a questão legal da participação política dos militares, de que os tenentes foram os principais contestadores.

Se, de um lado, a elite civil considerou os militares parceiros ideais para um processo de republicanização do sistema, de outro, a concretização ou a tentativa de consolidar esse processo trouxe contestações que não tinham apenas a ascensão política como ponto principal. O Estado, o poder, a representatividade política e a moral administrativa elevaram o conjunto das reivindicações militares – mais especificamente, tenentistas – para o patamar teórico de formulação de novas bases de poder e representatividade, influenciados pelas ideias de Oliveira Vianna.

"O papel dos governos fortes no regime presidencial", analisado por Oliveira Vianna, que discorreu sobre o problema moral dos homens de governo para a execução de um programa honesto de administração pública, coube como uma luva no pensamento tenentista. A tese do autor se constitui na resistência,

> justamente aos amigos, aos correligionários. Êstes que perturbam tudo; que corrompem tudo; que forçam a quebra das diretrizes honestas traçada pelos governos; que arrastam pelo argumento capcioso a solidariedade partidária, os administradores dignos aos maus precedentes, às indulgencias criminosas, às prevaricações francas, às conivências indecentes, aos sacrifícios frequentes quase cotidianos, dos interesses gerais aos interesses particulares e de partido (VIANNA, 1947, p. 132-133)[45].

[45] Mesmo que essa tese tenha sido desenvolvida mais detidamente no livro: "Problemas de política objetiva", publicado em 1930, as ideias de uma moralização do poder e dos homens do poder já aparecem em dois estudos de Oliveira Vianna: "Populações Meridionais", de 1920, e "Pequenos estudos de psychologia social", primeira edição de 1921.

Com essa tese, Oliveira Vianna se reportou ao comportamento pernicioso e tendencioso dos políticos brasileiros, na base dos acordos e dos arranjos oligárquicos que corrompem a política e a administração pública do Estado. Em acordo com Alberto Torres, Vianna entende que o Brasil precisa de um governo forte, dono de sua vontade e capaz de resistir aos amigos, enérgico e seguro dos seus fins (IDEM, 1947, p. 134). A ideia de política do autor condena o arranjo de poder que tomou conta do regime republicano: a política dos governadores.

Para Vianna, a perspectiva da política, em seu aspecto moralizador e coerente, está na contramão da política dos governadores, cujo fim foi o arranjo institucional de base oligárquica para satisfazer aos apetites de poder dos grupos cafeicultores de São Paulo e de Minas Gerais. A permissividade dos acordos políticos instaurou uma anarquia política que deveria ser combatida para a emergência de um Estado forte e diretivo, e um governo ditatorial, patriarcal e ameno, vigilante dos interesses republicanos, seria uma das possibilidades de o Brasil construir uma moral política coerente e amplamente estabelecida em sua representação. Vianna não concorda que a emergência de um poder ditatorial seja possível no conjunto dos arranjos institucionais da República brasileira. Ele concebe que,

> para a determinação e a definição do conceito nacional, do conceito brasileiro do governo forte, o primeiro ponto a fixar é o da realidade das nossas corporações partidárias, isto é, das nossas "machinas" eleitoraes, e sua verdadeira significação, a sua natureza, os seus fins, as causas da sua solidariedade, as normas habituaes de conducta. Esse é o unico methodo racional e scientifico para a solução do problema.
> É conhecida a influencia dessas corporações junto ao poder. Ellas servem de *medium* vital à actividade dos governos; esses vivem dentro de uma atmosphera facciosa como dentro do seu ambiente natural e adequado. Terem-no dahi (VIANNA, 1942, p. 123-124).

A crítica de Vianna ao arranjo político da República brasileira identificou um conceito de nacional limitado, bem como a restrição da representação política que, supostamente, a República deveria possibilitar. As instituições políticas desenhadas pelo regime republicano são instituições grupais de interesses restritos e de representatividade tendenciosa no poder. Esses grupos corrompem o presidente, que se coloca como "soldado" do partido que o elegeu. Portanto, sua obrigação, nesse arranjo, não está em servir à nação, mas em servir ao grupo que o elegeu.

Ao partir dessas constatações, Oliveira Vianna formulou um conjunto teórico de questionamentos ao arranjo político da República, que foi amplamente difundido e absorvido pelos tenentes a partir da década de vinte. A situação moral dos chefes de governo se constituiu como o ponto chave de questionamento ao ordenamento político da República, à representatividade dos estados e à condução dos interesses da nação brasileira, pautados no binômio nação-partido, que colocaram em evidência o objetivo da posse e da fruição do poder, de modo que, para manter os seus espaços de poder, os grupos-partidos justificaram suas ações, suas fraudes e a manipulação do regime republicano.

Esse é o ponto da perspectiva da di-visão do poder e da política brasileira na Primeira República. Quando Oliveira Vianna identificou em quais bases estavam assentadas os objetivos da posse e da fruição do poder, podemos identificar que a pluralidade dos interesses nacionais presentes no acordo político dos governadores não existia, estava fechada ao entorno paulista. Ou seja, se o acordo dos governadores permitiu a ascensão de um presidente fora no entorno paulista, como foi o caso de Epitácio Pessoa, apenas para garantir a longevidade do sistema e mascarar a perspectiva da representatividade plural dos interesses nacionais, o frágil deslocamento dos interesses políticos, promovidos pelas ações do Presidente Epitácio[46] no permite alargar o quanto a di-visão discursiva do poder é substanciada, pois, a pluralidade representativa dos interesses políticos nacionais, oportunamente foi refeita para atender ao exclusivismo das elites do entorno paulista. Logo, a divisão plural do poder conduz a uma fruição territorializada do poder.

Do outro lado dessa conformação de poder, os militares e os tenentes entendiam que a política não representava a nação brasileira e concebiam um Estado que não fosse instrumento de um governo territorializado, porquanto entendiam que a classe militar

[46] Um exemplo disso foi a nomeação do primeiro ministério inteiramente civil e a implementação do ambicioso programa de ajuda Federal para o combate a seca do Nordeste, com o restabelecimento do Instituto Federal de Obras contra as Secas (IFOCS), considerado o preço pago pelas elites cafeicultoras com a eleição de Epitácio Pessoa. Temos que considerar ainda que as condições políticas para eleição de Epitácio Pessoa em 1919 se deram nas condições de um nome de compromisso em um jogo de circunstâncias imprevistas, considerando a falta de consenso entre paulistas e mineiros. Seu mandato se concretizou em um período de relativa estabilidade econômica, contudo o aumento da produção nacional e o período pós-primeira guerra mundial logo trouxeram a necessidade de uma nova política de valorização do café – face à queda nas exportações – e a adoção de uma postura de ação governamental pautada na contenção de despesas. Sobre a eleição de Epitácio Pessoa para a presidência da República, Cf. LEWIN, Linda. **Política e parentela na Paraíba:** um estudo de caso da oligarquia de base familiar. Rio de Janeiro: Record, 1993; p. 281-292. e GABAGLIA, Laurita Pessoa. **Epitácio Pessoa** (1869-1945). 1º vol. São Paulo: José Olympio. 1951, pp. 321-338.

não deveria ser instrumento de um governo e de uma sociedade alicerçada em grupos e em interesses particulares. Essa assertiva lhes permite auferir que a organização contestatória dos tenentes, iniciada em 1922, foi de pretensões políticas objetivas. A instituição militar não viu com bons olhos a sujeição dos agentes da ordem como moderadores dos conflitos inter-oligárquicos da década de vinte nem estava disposta a permanecer sob a tutela do poder civil, a ponto de ser completamente subjugada e ultrajada, nas intransigências de quem quer que estivesse no poder, como ressaltou Cordeiro de Farias, ao comentar a punição recebida pelos tenentes participantes da revolta do Forte de Copacabana: "o movimento de 1924, provavelmente, teria sido evitado não fossem o autoritarismo e a inabilidade política de Epitácio Pessoa [...] não tenho dúvida que nossa determinação de realizar outro levante nasceu da intolerância de Epitácio" (CAMARGO & GÓES, 1981, p. 82).

As crises políticas da década de vinte emergiram como um motor fomentador de uma cultura de transformação política de amplas e múltiplas dimensionalidades. Todavia, temos que entender que as definições políticas do Exército, mais especificamente, dos tenentes, foi subversiva em relação à ordem estabelecida, na medida em que o poder constituído ultrapassou os limites da representatividade, e a política dos governadores se tornou cada vez mais endógena aos grupos cafeicultores. Nesse contexto, a permissividade dos acordos políticos quebrou a natureza e os fins da representação republicana.

Essa constatação vai de encontro com os autores que defendem a vinculação do movimento tenentista às camadas médias e a uma cultura pequeno-burguesa, urbana e de ressonância nas transformações do mercado externo. Esse entendimento cai no ciclo vicioso de que os movimentos de contestação da ordem política, na década de vinte, desembocam na Revolução de 1930[47]. Essa corrente esvazia a perspectiva política dos tenentes e o entendimento de que houve uma contestação à Política dos Governadores. Portanto, vincular a ação dos tenentes apenas a sua origem pequeno-burguesa implica fortalecer a assertiva de que só houve questionamento à Política dos Governadores

[47] São representativos dessa corrente vários trabalhos que consolidaram a ideia de que o movimento tenentista não teria outra razão de ser, senão levar aos arranjos da Revolução de 30. Sobre essa concepção, consultar: BAUSBUM, Leôncio. **História sincera da república; de 1889 a 1930.** 4 ed. São Paulo: Alfa Ômega, 1981; JAGUARIBE, Hélio. **Desenvolvimento econômico e desenvolvimento político.** Rio de Janeiro: Ed. fundo de Cultura, 1962; RAMOS, Guerreiro. **Crise do poder no Brasil:** problemas da revolução nacional brasileira. Rio de Janeiro: Zahar, 1961; CARONE, Edgard. **A República Velha I** (evolução política) 1889-1930. 3 ed. São Paulo: Difel, 1977; SANTA ROSA, Virgínio. **O sentido do tenentismo.** 3 ed. São Paulo: Alfa Ômega, 1976.

porque existiu um modelo dualista de sociedade, uma contradição entre o setor agrário-exportador e os interesses voltados para o mercado interno, representados pela burguesia urbana (FAUSTO, 1970, p. 9), que assumiria outras feições pós-1930.

Os tenentes, talvez, não tivessem um projeto organizado para o poder e para a República, mas, se seus contingentes foram recrutados nas camadas médias urbana, esse não foi o fator determinante de sua ação contestatória ao poder dos cafeicultores ligados ao acordo dos governadores. Em contrapartida, em outra linha interpretativa do movimento tenentista, alguns autores buscam colocar esse movimento como parte do aparato estatal. Identificaram os tenentes como parte de uma instituição hierarquizada, que se percebem como responsáveis pela ordem institucional e consolidadora do regime republicano[48]. O argumento construído entende que não é primaz vincular os tenentes aos setores médios, mas entendê-los como agentes autônomos no conjunto da sociedade. O contrário disso – insistir na vinculação às classes médias urbanas para entendê-los – produz explicações unilaterais (FAUSTO, 1970, p. 57) e que acabam por cair no fatalismo da Revolução de 1930. É esse o entendimento do tenente Juarez Távora, ao analisar o "segundo" 5 de julho de 1924[49]:

> A força armada não jura fidelidade incondicional aos agentes do poder constituído. Jura sim, obediência à constituição. O seu papel no mecanismo interno da República é a garantia da lei. E só dentro dos limites dela é que sua obediência, indispensável à própria disciplina, deve exercer-se, sem discussão, sem controvérsias [...].
> A força armada não pode e nem deve arvorar-se, normalmente, em juiz dos abusos praticados pelo poder constituído. Há, para o julgamento de tais crimes, tribunais políticos, previstos pela constituição. Quando, porém, puderam eles prevalecer, entre nós, contra as conveniências da politicagem facciosa?[...].
> O que a prática de 36 anos de regime republicano tem mostrado entre nós é coisa diversa do militarismo – é a tendência, igualmente humilhante e perigosa, da força

[48] Devido às especificidades de cada estudo sobre essa perspectiva interpretativa do tenentismo, ver: CAMPELO DE SOUSA, Maria do Carmo. O processo político-partidário na Primeira República. IN: MOTTA, Carlos Guilherme (org.). **Brasil em perspectiva.** 19 ed. São Paulo: Bertrand Brasil, 1990; FAUSTO, Boris. **A revolução de 1930:** história e historiografia. São Paulo: Brasiliense, 1970; COELHO, Edmundo Campos. **Em busca de identidade:** o Exército e a política na sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1976; CARVALHO, José Murilo de. As forças armadas na Primeira República: o poder desestabilizador. IN: FAUSTO, Boris (org.). **História geral da civilização brasileira.** São Paulo: Difel, 1977, t. 3: O Brasil republicano; v. 2: sociedade e instituições; DRUMMOND, José Augusto. **O movimento tenentista:** intervenção militar e conflito hierárquico (1922-1935). Rio de Janeiro: Graal, 1986.

[49] O "segundo" 5 de julho de 1924 é uma analogia que remete à revolta do 18 do Forte de Copacabana ocorrido em 5 de julho de 1922 (primeira revolta do movimento tenentista). O segundo 5 de julho foi a segunda revolta tenentista, também conhecida como Revolução paulista de 1924, da qual participaram: Isidro Dias Lopes (líder dos revolucionários), Juarez Távora, Miguel Costa, Eduardo Gomes, Índio do Brasil e João Cabanas. A Revolta do segundo 5 de julho ocupou a cidade de São Paulo, e os revoltosos depuseram o presidente do estado Carlos de Campos. Um dos motivos da revolta foram a tentativa de depor o presidente Artur Bernardes (1922-1926) e as reivindicações por reformas sociais e políticas.

> armada deprimir-se e anular-se no serviço incondicional de governos sem escrúpulos (TÁVORA, 1927, p. 90, 98 e 101).

As forças armadas são independentes do contexto político e social. A ela cabe somente obedecer à constituição e garantir a lei nos limites da representatividade política. Para Juarez Távora, o contexto da revolução de 1924 ultrapassou, pela perniciosidade da representação dos agentes do poder, qualquer limite, devido à politicagem facciosa dos seus representantes. Por essa razão, permite-se às forças armadas o enfrentamento político, na tentativa de estabelecer outra ordem, outra perspectiva de poder.

Por trás dessas considerações, não podemos deixar de perceber a possibilidade de esse conjunto corporativo – parte institucional do Estado - galgar suas pretensões de poder. A restauração da moral e a republicanização do regime são também para os tenentes a satisfação de sua política de apetites que, no conjunto político e institucional da Primeira República, foi sufocado e esvaziado em seu caráter de movimento, como a coluna Prestes, por exemplo. Não podemos conjecturar que os levantes tenentistas tiveram apoio incondicional da corporação militar, pois o grupo que se organizou e contestou, de modo contundente, o regime dos governadores, rompeu, em maior parte, com a corporação e, gradativamente, alterou sua trajetória de vinculação institucional, cujo pensamento ideológico se deslocou das situações típicas e comumente aceitas pela maioria dos que faziam parte da corporação militar.

O elemento simbólico das reivindicações tenentistas esteve permeado pelo elemento contestador da ordem, desdobrado no entendimento ampliado da representatividade do poder e na perspectiva de uma política estatal que favorecesse os apetites de poder desse grupo. Sempre justificado por uma idônea intervenção política,

> para conjurar o cáos, mormente onde falece uma opinião organizada com a necessária cultura política para discernimento dessas situações periclitantes e se tornam imponentes as reações inermes.
> Seria deter, de um golpe, pelo direito da revolução, que prevalece sobre todos os outros direitos, como a legitima defesa dos povos, a anarquia devoradora de vidas e do patriotismo material e moral de uma civilização e que poderia acarretar maiores danos, até a fatalidade do separatismo (MONTEIRO, s/d, p. 21-23).

No trecho acima, retirado prefácio do livro de Góes Monteiro e escrito por José Américo, em homenagem a Góes Monteiro, podemos perceber a síntese do que estamos discutindo aqui: os militares, incluindo os tenentes, têm uma finalidade política com a

nação que lhes permite intervenções, “para conjurar o caos”. Essa afirmação carrega um significado muito maior do que parece ter. O estado de desordem em que se encontrou a nação brasileira, a partir de 1922, permitiu que se pensasse em outras estratégias de transformação, formuladas em um ambiente em que os desejos de poder e de prestígio foram gradativamente acumulados pelo descaso. No interior das forças armadas, a função de moderadora em momentos instáveis aproximou os militares do poder até o último degrau das promoções e dos cargos, mas esse último degrau não foi ultrapassado como poder ideológico permanente.

Se os militares estiveram sempre próximos do poder, a proximidade não garantiu que alcançassem seus interesses duplamente almejados. A duplicidade a que nos referimos diz respeito, primeiro, à suposta isenção e neutralidade política alardeada pelos militares e justificada sempre que a acusação militarista emergiu nos discursos e nos jornais. Nesse turno, o poder serviria para transformar, equipar, armar, estruturar e municiar as forças armadas como profissional e técnica, como nos mostra Frank Maccann (2009), em seu estudo sobre o Exército brasileiro. Segundo, essa neutralidade politicamente técnica não satisfez aos anseios de prestígio e reconhecimento que os militares tanto desejaram e que, em situações repletas de altos e baixos, nos mais variados contextos da nossa história política, presenciaram, mas foram alçados a planos coadjuvantes nos arranjos de poder. O último degrau do poder que se pretendeu técnico deixou o desejo do prestígio político.

Para os tenentes, portanto, o prestígio não seria apenas justificado por suas estratégias de ascensão política. Os movimentos de 1922, 1924 e a coluna Prestes serviram como relatórios do sistema político na República dos governadores, o que significa que esses movimentos construíram as bases para uma política de apetites.

Diferentemente do que propôs Anthony Wallace (1972), a política de apetites formulada pelos tenentes fez emergir a discussão sobre o Estado em suas conformações e a representatividade a quem ele servia. Partindo do princípio da moralidade e do governo forte, defendido por Oliveira Vianna; o tenentismo formulou um conjunto de reivindicações e uma proposta de poder que não pretendia excluí-los, mas apontava para uma representatividade maior de poder e de ação do Estado, em uma perspectiva centralizadora.

Disso fez-se emergir os questionamentos do seria de fato o poder constituído, qual seria a ação mais profícua do Estado brasileiro se, e somente se, a perspectiva de

poder consubstanciasse uma representatividade ampliada frente aos interesses do conjunto da Federação. Era preciso que se refundasse a lógica de organização do Estado brasileiro, de modo que sem a di-visão territorializada da política e do poder, a ruptura da lógica do Estado Nacional brasileiro desenhado até então, pudesse ser desterritorializada. Para isso só destruição da lógica territorializada do entorno paulista poderia abrir espaço para a emergência de outra ideia de dominação política – a lógica do Estado centralizado.

3.2 – A revolução de 1930 e o poder político-militar: o apoio político e a construção das bases de poder do Estado

> Se não se operar toda transformação de que o Brasil ainda carece, por processos normais, pela evolução pacífica, impõem-se as soluções radiais, não para que o Exército se apodere do Estado, mas para que, na forma ditatorial que convêm às reformas fundamentais, se consuma mais depressa, a construção da nossa vida moderna (MONTEIRO, s/d, p. 25).

Indiscutivelmente, 1930 operou uma ruptura na estrutura do poder oligárquico e direcionou alterações político-institucionais no contexto da política nacional e local, com a redefinição dos quadros do poder e da organização estatal nos estados e nos municípios pela via da centralização burocrático-administrativa, de modo a instaurar outras ações para o *fazer política* que diferiram da prática da Primeira República (1889 – 1930).

Nesse sentido, Góes Monteiro entende que o Estado precisa de uma forma ditatorial de poder em que sejam operadas as reformas fundamentais para a construção de uma vida moderna. O poder político e a estrutura de Estado seriam, por assim dizer, uma política de apetites, em que o Exército participaria da construção desse "novo" Estado que, posteriormente, não deixaria de possibilitar que a participação política fosse ampliada, pois as reformas estruturais, sociais e do poder seriam, pelo menos em tese, fundamentais para que o Brasil vislumbrasse "a construção da nossa vida moderna".

Foi com esse quadro institucional desenhado pós-1930 que os "vencedores" procuraram construir a desqualificação do sistema que a revolução de 1930 havia substituído. A Primeira República foi colocada como atraso político, econômico e administrativo. Estabeleceram-se outros códigos para a representatividade republicana e outros símbolos para o novo momento que, desde os primeiros instantes, autodenominou-se como histórico. Ensejou-se, ainda, construir uma leitura comum do

passado projetada para um futuro próspero que, em tese, desconsideraria o exercício do poder e o arranjo político das duas primeiras décadas da República.

Nesse contexto, devemos considerar que o Exército, que emergiu como força política ao lado de Getúlio Vargas, estava fragmentado, com várias clivagens internas e em conflito com a elite civil, mas foi consolidado como base política importante do então presidente, para conformação de poder emergente em 1930, pois "estava o Exército no centro do poder político, dizendo-se a encarnação dos interesses nacionais, acima dos interesses regionais e partidários". A retórica da identificação do Exército-Estado e sua visão como expressão orgânica da nação ampliaram o discurso ideológico de que outras bases de poder estavam sendo forjadas com a emergência de um projeto controlado de intervenção no Estado (CARVALHO, 1980, p. 110 e 149), cuja representatividade política não pretendeu voltar ao eixo dos arranjos da Primeira República, tampouco ao entorno paulista.

A estadolatria militar - para nos referirmos à expressão de Alain Rouquié (1980) - conduziu os valores estatizantes do Estado no pós-trinta, como elemento de identificação e nacionalismo estatal. A defesa dos "interesses da nação", tão alardeados pelo discurso dos militares de modo a preservar sua política de apetites e a alargada representatividade política, foi construída pelos seguimentos armados e expressa na ação dos tenentes junto a Vargas. Mesmo assim, ainda são evidentes as clivagens internas, o que nos permite auferir que o Exército não se constituiu como uma força coesa para a revolução de 1930.

José Augusto Drummond, ao demonstrar essas clivagens, aponta cinco grupos de oficiais envolvidos em 1930. O primeiro foi formado pelos tenentes, que não eram maioria nem detinham o controle da instituição que pudesse dar à revolução o apoio incondicional da classe militar. O segundo reuniu os oficiais ligados às oligarquias que compuseram a Aliança Liberal (Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraíba), alinhando-se ao comando de Getúlio Vargas. Suas lideranças mais importantes foram o tenente-coronel Pedro Aurélio de Góes Monteiro e o coronel Aristarco Pessoa Cavalcanti - este último rebelado em Minas Gerais e irmão de João Pessoa, o vice-candidato à chapa de Vargas, assassinado na Paraíba. O terceiro grupo foi composto pelos militares adesistas, que se renderam ou não resistiram aos assaltos efetuados pelos revolucionários em seus quartéis. O quarto grupo foi formado pela cúpula que articulou a derrubada de Washington Luiz que, não estando vinculado a nenhum dos grupos anteriores, assumiu

uma postura pacificadora e aceitava a dominância de Getúlio Vargas. O quinto grupo foi formado pelos oficiais que resistiram à revolução de 1930 e não aceitaram a derrubada do regime dos governadores (DRUMMOND, 1986, p. 197-199).

Com esse conjunto, Góes Monteiro empreendeu uma articulação que, partir de 1931, permitiu a costura de um processo de ajustes aos conflitos de lideranças, de modo que canalizou boa parte das pretensões dos militares junto com o governo provisório de Vargas (1930-1934). A pouca coesão da classe militar não inviabilizou a sua finalidade política de sustentação do "novo regime", instituído pela revolução de 30. É certo que as bases militares e tenentistas não foram capazes de alavancar a totalidade do seu projeto de "renovação e moralização do Estado", mas foram elas o contrapeso político necessário para a sustentação política e a legitimação do poder de Getúlio Vargas como chefe do Governo Provisório, pós-revolução de 30, pois foi nesse contexto revolucionário em que a política de apetites foi colocada a toda prova, e os arranjos e os acordos costurados por Góes Monteiro e seu grupo garantiram o *status* de poder dos militares. E isso se torna evidente quando, no interior do grupo militar que a poiou a revolução se constata que os caminhos tendem a ser distorcidos pela atuação política de Getúlio Vargas:

> Sinto como a grande maioria dos verdadeiros revolucionários – e como a massa do povo brasileiro – que a obra da revolução está sendo falseada, em muitos pontos pela proeminencia que o Dr. Getúlio Vargas tem dada no seu governo, aos factores puramente políticos. Como revolucionários e patriota eu discordo dos rumos que as coisas estão tomando e absolutamente não me conformo em cruzar os braços deante disso.
> Penso que o exercito foi o fator decisório da victoria do 24 de outubro e que, portanto, tem o dever de zelar pelo exato encaminhamento de sua obra renovadora. Creio também que o exercito pode, com um simples gesto decidido, fazer mudar o rumo errado em que se vae encaminhado o governo provisório e concitá-lo pelo conselho ou pela violência a seguir o rumo certo (ARQUIVO DE GÓES MONTEIRO – AN_046_97. 16 de fev. de 1931, doc. 77).

Neste trecho de carta enviada ao General Isidro, Juarez Távora ao expor os pontos falhos da conduta de Getúlio Vargas aos rumos da revolução, demonstra que a ação dos militares não deve ser de recuo ou de impassividade, uma vez que é como patriota revolucionário que deveria se posicionar frente às ideias defendidas que os levaram a revolução. Não nos parece novo esse posicionamento do exército, mas, essa perspectiva revolucionária, sem ser radicalizada, faz-nos considerar que os encaminhamentos dados aos acontecimentos revolucionários de 1930 pressupõe uma base evidente de influência

dos militares junto a Getúlio Vargas. Neste sentido, a ideia de que o Exército foi o fator decisório da revolução apela para a prerrogativa da legitimação da ação revolucionária e, portanto, não deveria os fatores "puramente políticos" serem coniventes ou, pelo menos, de menor importância se considerar a perspectiva de construção de um discurso factual de poder para promoção de outros significados para o contexto político. E mais adiante Juarez Távora completa:

> [...] impõe-se que para isso o Ministro da Guerra [Leite de Castro] tenha em torno de si toda a elite revolucionária da força armada e, de posse dessa formidável alavanca, não trepide em dizer ao governo que o exercito ve a taes e taes actos já praticados e exige se corrijam praticando taes e taes outros. [...] sei que o sr. quer um programma previamente traçado afim de discuti-lo e lhe dar apoio se o julgar justo. Também penso assim. Vou estuda-lo e exercê-lo com o auxilio dos camaradas e correligionários do Norte. [...]
> Por ora convêm que reunamos os demais dispersos em torno do Ministro da Guerra que estou certo que irá conosco até as ultimas consequencias (ARQUIVO DE GÓES MONTEIRO – AN_046_97. 16 de fev. de 1931, docs. 78-79. Grifos nosso).

Da parte dos militares a tentativa de manter os rumos da revolução aos acordos e princípios de moralidade anteriormente traçados, produz um efeito de incisão pontual nas ações do Governo Provisório e concita a todos os camaradas a estarem juntos, para fortalecerem as reivindicações e encaminhar o processo revolucionário sem morosidade ou conivências. Não se fala em rompimento com a causa, mas, em redirecionamento da causa. E nesse sentido, a construção da unidade no interior da corporação em apoio ao processo revolucionário traz a cena à ideia de unidade e de apoio certo, como foi o caso do Norte, citado por Juarez Távora.

Além do mais, há a força e uma moralidade a ser construída pelo Governo Provisório que possibilitasse aos encaminhamentos a credibilidade requerida pelo movimento revolucionário, segundo o Major Cícero Augusto de Góes Monteiro, é preciso que o governo:

> Realize primeiro o que é essencial. Força sufficiente, saneada e disciplinada para garantir o governo e não deixar os reacionários e elementos adesistas dissolventes nem sequer uma pequena brecha para poder pensar em contra-revolução. Nessa força estão incluídos exercito, marinha, policiais militares agremiações civis (legionários) e a chefia do Luzardo. É claro que os principais elementos com que se deve contar são o exercito, a marinha e a chefia do Luzardo. [...]
> [é preciso que se atente que] A moralidade administrativa não se tem executado de maneira absoluta e isso servirá para desacreditar a revolução. Por causa disso, o governo já teria perdido muitas sympattias. É bom que elle não sêja mais condescendente com os políticos e com os ruins revolucionários [...] nunca é demais ele saber que o êxito da revolução depende da profundidade de nossa

> economia e das nossas finanças [daí, no que diz respeito] a política do café, nem abandono completo dos fazendeiros, nem proteção prejudicial aos interesses dos Brasil (ARQUIVO DE GÓES MONTEIRO – AN_045_97. 1930; docs. 775-778. Grifos nosso).

Isso fez dos militares os aliados de primeira hora do Governo Provisório, pois, com o alinhamento construído, o grupo que esteve próximo a Getúlio Vargas estabeleceu qual lógica levaria a revolução aos fins de renovação e moralização do Estado; os militares construíram quais as bases em que deveriam está assentadas a força que governo revolucionário deveria dispor para realizar a obra revolucionária, entretanto, apontaram as condutas que deveriam ser seguidas.

Ao atentarmos para o fato de que Getúlio esteve cercado pelo "Gabinete Negro", as realizações do Governo Provisório se não estivessem plenamente alinhadas aos ideais desse gabinete, pelo menos seriam bem próximas do que propunham; em todo caso, levar o pós-1930 adiante sem cair no retrocesso, ou na conivência dos políticos antigos fazia-se necessário direcionar as ações que não levasse os militares a percepção de que haveria o apoderamento do Estado por outro determinado grupo, pois os interesses deveriam ser os "interesses do Brasil".

O que se percebe, portanto, são ações direcionadas com dimensões simbólicas de poder que, ao mesmo tempo em que se desprendem da estrutura estatal, voltam-se para elas atribuindo significados e percepções múltiplas da realidade e do contexto político. É um espaço de luta amplo, mas significativamente interpretado pelos "vencedores" de trinta como transformador. Os militares, ao lado de Getúlio Vargas, entenderam que o Exército não deveria se apoderar do Estado, mas conduzi-lo a outro *status* organizativo cujo contraponto foi a República Velha, o que justifica:

> [...] a instituição de um governo provisório forte e que se manterá dentro dos princípios e imposições da moral e do direito, capaz de organizar as forças vivas da nação e impeli-las ao caminho da ordem e do progresso. Esse governo tem de se basear na força deve entender tanto quanto seja preciso, até que possa estabelecer solidamente sobre que deve assentar o regimem futuro, convenientemente acoimado dos vícios do passado, radicalmente nacionalista, atendendo apenas as necessidades e possibilidades do povo brasileiro (MONTEIRO, s/d, p. 100).

A ideia de Góes Monteiro, contida no trecho acima, revela-nos quais os indicativos do pensamento político e institucional dos militares. Para alcançar a ordem e o progresso, haveria de se sustentar um regime provisório forte, autoritário, porém, moldado nos princípios da moral e do direito. Ora, um Estado forte e autoritário tem

seus próprios princípios de moral e de direito, que convêm a um conjunto interpretativo da realidade sócio-política entendida como salvadora. Assim, depois da revolução de 1930, o direcionamento dado pelo discurso da ordem construiu um lugar de poder que não deixou escapatória, senão a intervenção militar como sustentáculo das transformações que se propunham ser sólidas.

Assim sendo, podemos entender que o conflito de 1930 abriu espaço para que a influência dos militares no poder fosse consolidada. A luta desqualificadora dos tenentes para com as oligarquias e o arranjo político dos governadores abriram o espaço esperado na burocracia estatal, que tanto foi almejado pela caserna. E mais ainda, a revolução coroou os apetites políticos dos militares como fundamentais no jogo de poder empreendido por Getúlio Vargas, de modo que, para aqueles, a base de sustentação varguista foi a garantia de um ordenamento de poder amplo, mas controlado. Os militares foram o sustentáculo necessário ao projeto político de Getúlio Vargas distanciado dos vícios do passado. Vejamos as anotações de Góes Monteiro a Juarez Távora:

> Depois de desenrolar aos mais exigentes esforços, sem nenhuma ambição pessoal ou qualquer outra paixão repulsiva, com o maias absoluto espirito de sacrifício posto ao serviço da Pátria e da Revolução – principalmente depois do 24 de outubro pois receava que a obra dessa fôsse falseada pelos aproveitadôres – fiz, ultimamente, uma tentativa desesperada para restabelecer o front revolucionário no Exercito, mas infelizmente tenho de reconhecer o meu fracasso, deante do espirito de facção tudo e a todos.
> Não é o político viciado e explorador, o nosso maior inimigo: é o próprio militar ambicioso e desfarçado que nos está levando ao pior das guerras, entre outros males ao communismo e ao desencadeamento das piores paixões. [...] Percebi, agora, que o Gen. Leite de Castro tem preocupações pessoaes exageradíssimas, e não retribuiu a maneira leal e correcta com que nos entregamos a ele, eu notadamente.
> E como nunca fui estorvo a coisa alguma, retiro-me a obscuridade de onde sahi, e onde sempre estive. Para os meus companheiros sinceros, serei sempre o mesmo e por elles trabalhareis com pudor até as últimas extremidades mais arredado de qualquer influencia oficial e até o ponto de não contribuir para a infelicidade do Brasil e do Exército (ARQUIVO DE GÓES MONTEIRO – AN_046_97. 28 de fev. de 1930; docs. 81-83).

O que Góes Monteiro identificou foi exatamente a perniciosidade dos apetites políticos dos militares que soaram como ambicioso e disfarçado no interior da organização da luta revolucionária, cujo lugar do Exército deveria ser o de proteger o Governo Provisório. A constatação de Góes Monteiro é que a oficialidade e o então Ministro da Guerra – Leite de Castro – estavam muito mais interessados em satisfazer suas "preocupações pessoais exageradíssima" do que organizar-se a fim de garantir a

plena realização do propósito revolucionário de 1930. Contudo, devemos entender que se essa foi uma constatação do General Góes Monteiro para a caserna, não podemos percebê-la como uma possibilidade de os militares esvaziarem o seu interesse pelo processo revolucionário em andamento.

Mesmo consciente da desorganização do *front* revolucionário o general ainda se colocou como uma espécie de oficial externo aos interesses que julgava pessoais, nisso temos uma solução estratégica para permanência dos militares junto a Getúlio Vargas. O interessante desse posicionamento é que no desenrolar do Governo Provisório os militares se construíram enquanto poder de legitimação para a revolução exatamente por fora da caserna, e garantiriam a sustentação do novo regime alçando postos políticos distantes e ao mesmo tempo identificado com a patente militar. Daí a ideia de que os espaços da para representatividade deveriam ser construídos por fora do entorno paulista. E que a sustentação política de Vargas seria construída com um discurso factual de significados políticos ampliados.

Nessa perspectiva, podemos entender porque os militares foram basilares no ordenamento de poder que emergiu em 1930. A cena política brasileira pós-revolução operou, ao redor dos militares, um discurso histórico de tradição honrosa, construída e reconstruída conforme as necessidades e no sentido de consolidar uma identidade de poder persuasiva, a serviço das ações do Governo Provisório de Vargas e em contrapeso às sublevações estaduais, como, por exemplo, as querelas militares e políticas, como fica evidente em carta de Góes Monteiro a um correspondente identificado como C.F. Buys:

> O nosso governo kerenskiano está a espera de algum golpe maximalista ou korniloviano para então agir? [...] Essa gente está louca: e para satisfação de estupidez, apetites pesoaes e satisfação de amor próprio – não vacilam em lançar a pátria na peior das anachias [...]
> Nada de deslealdade e arriére-pensée. Quem está mandando e desmandando no Brasil, são figuras secundárias que apareceram no palco após a victoria revolucionária. [...] é preciso liquidar canalhas dessa laia – os quaes nãos ervem para outra coisa senão pertubar a marcha da revolução e a vida do Brasil. [...]
> V. deve expor tudo ao Getúlio, Leite de Castro, Protógenes, Oswaldo e Juarez. Não parece difícil acertar. A questão é haver confiança recíproca, não alimentar intrigas políticas, e, resolvida a situação geral tudo será mais fácil, inclusive os casos particulares. Que autoridade tem certos indivíduos de se meter na política de Minas, do Paraná, Estado do Rio, etc, etc (ARQUIVO DE GÓES MONTEIRO – AN_046_97. 12 de set. de 1931; docs. 141-142).[50]

[50] A carta de Góes Monteiro faz uma analogia do Brasil com a Rússia revolucionária de 1917, para isso o autor traz em seus escritos, o caso Kornilov, considerado o episódio mais confuso da Rússia de 1917, durante o qual o Governo Provisório russo parecia estar sob a ameaça de seu próprio Exército. Naquele momento, durante alguns dias, o general Lavr Kornilov, um oficial de carreira leal ao czarismo, tentou

O pensamento de Góes Monteiro em relação às figuras secundárias emergentes do depois da revolução de outubro, incita o Governo Provisório a não ficar subserviente a militares e políticos adesistas duvidosos, de modo que não fizesse de sua inercia, (governo kerenskiano) a abertura para um contra golpe no interior das forças militares e políticas (golpe korniloviano) que fizeram a revolução de 1930. Ao percebermos as questões levantadas por Góes Monteiro, no conjunto dos ajustes políticos empreendidos por Getúlio e no sentido de resolver a nomeação de interventores e as querelas políticas nos estados de Minas, Paraná e, mais detidamente no Rio de Janeiro[51], percebemos que a preocupação com o alinhamento e as ações se faziam necessárias para que não houvesse anarquias políticas, tampouco, militares. Ainda comparando a situação política do Brasil à Rússia de 1917, Góes Monteiro segue afirmando que:

> Petrograd [Rio de Janeiro] tem sido o foco principal dos nossos maiores males..... a partir de 24 de outubro. É preciso que essa gente saiba que a audiência da província nas questões relativas a segurança e aos destinos do Brasil – é imprescindível. Nós nos imporemos de qualquer maneira. As ligações que estabeleci com o Sul, Paraná, Mato Grosso, e F. P. [Frente Paulista] confirmaram esse ponto de vista. Ou mudaremos o rumo ou seremos esmagados. Os principais chefes civis e militares estão sendo ou foram neutralizados e queimados. Quem os substituirá?... É preciso raciocinar frio para ver com fidelidade a nossa situação e adoptar as medidas convenientes [...] O governo daqui [São Paulo] é fraco e não inspira confiança por suas tendências. É certo que a ala cafajeste do P.R.P. está aliada à Legião (ARQUIVO DE GÓES MONTEIRO – AN_046_97. 14 de set. de 1931; docs. 151-152. Grifos nosso).

Se por um lado, Góes Monteiro costurou um alinhamento político que sustentou Getúlio Vargas, por outro o pensamento do Então General revolucionário, no deixa perceber que as ações da política revolucionária deveriam ser impostas a qualquer

---

reunir as duas tropas e apoio financeiro, para que ele pudesse ocupar Petrogrado e restaurar o regime czarista, Kornilov alegou estar sob as ordens do então presitente Kerensky. Entretanto, Kerensky definiu Kornilov como um contrarrevolucionário, que queria instalar-se como um ditador militar. O fiasco do episódio Kornilov expôs as fraturas do Governo Provisório russo, quando destacou a fraqueza da sua posição frente a ameaça constante de um contra golpe no interior da força aliadas.

[51] As questões políticas referentes ao Rio de Janeiro, dizem respeito a exoneração de Adolfo Bergamini então prefeito do Rio. Adolfo nasceu em Minas Gerais. Formou-se em ciências jurídicas pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, foi deputado federal pelo Distrito Federal nos pleitos de 1924, 1927 e 1930; também foi um dos fundadores do Partido Democrático Nacional (PDN). Com a vitória da Revolução de 1930 foi nomeado interventor do Distrito Federal por Getúlio Vargas. Sua gestão foi marcada pela acusação de corrupção, o que lhe rendeu um inquérito administrativo pela Comissão de Correição composta por Juarez Távora, Oswaldo Aranha e Ari Parreiras, e sua consequente exoneração, sendo substituído em setembro de 1931 por Pedro Ernesto Batista. Ver: ABREU, Alzira Alves de & BELOCH, Israel (coords.). **Dicionário histórico-biográfico brasileiro, 1930-1983.** Vol. 1. Rio de Janeiro: Forense-Universitária/FGV-CPDOC/Finep, 1984.

custo, de modo que não fossem tolerados apadrinhamentos. Nos escritos de Góes Monteiro fica evidente o direcionamento que se pretendeu dar aos encaminhamentos dos anos posteriores a 1930, mais evidentes ainda ficam as leituras globais de todo conjunto político a partir de 1931, a perspectiva de um "raciocínio frio para ver com fidelidade a nossa situação", parece ter sido o passo ajustado pelo "Gabinete Negro" junto com Getúlio Vargas.

Nem Vargas nem, o grupo revolucionário aliado estavam dispostos a retroceder às conformações de antes de 1930, pois, o processo de construção dos novos territórios de poder, possibilitaria o alargamento das bases de sustentação política do Governo Provisório, o alargamento de uma participação política alinhada e o distanciamento do antigo arranjo de poder que, não só fortaleceria o governo, com também, transformaria positivamente as chance de sucesso do projeto revolucionário, mesmo que houvesse a necessidade de ajustes e algumas concessões.

Então, a Getúlio Vargas, como ator político, foi concedida a prerrogativa de comando, cerceada pelo imaginário militar, travestido de ordem e de moralidade política, "estabelecido pela transposição, pela produção de imagens, pela manipulação de símbolos e de sua organização em um quadro cerimonial de legitimação das posições do governo" (BALANDIER, 1982, p. 7), mas, que deveriam está alinhado a ideia de que as ações do Governo Provisório determinariam os rumos da Revolução. E isso foi reconhecido por Getúlio Vargas no inicio de 1931:

> Percebe-se, nesta confraternização, um sentido simbólico que a concebe, e compreende-se a vossa atitude serena mais enérgica, calma porém decidida, o apoio integral que prestais ao governo provisório.[...] é evidente que sem ordem, sem estabilidade, sem firmeza, não pode haver confiança. [...].
> Louvo, por isso, vossa conduta, cerrando fileiras para declarar que as forças armadas estão com a nação, que o governo pode cumprir com serenidade e segurança sem jamais esquecer o sentimento que a moldou. [...].
> No domínio dessa coesão de atividade e de pensamento não deve haver hierarquia de valores estabelecendo distinções entre camaradas: todos os que acompanharam cumpriram seu valor patriótico. De hoje em diante, o elo que vos deve indissoluvelmente é o espírito de renovação revolucionária, indispensável para que se transforme em realidade o ideal de engrandecimento do Brasil. Assim entendo a revolução, assim recebo e agradeço, confiante na vossa lealdade e patriotismo (VARGAS, 2011; p. 313 e 318).

Para Getúlio Vargas os encaminhamentos do Governo Provisório consistiram, portanto, na sustentação da lealdade revolucionaria de boa parte dos militares. Não se tratou de defender uma postura subserviente aos ditames do grupo militar, mas, de

construir uma ação acantonada de acordo com alguns interesses, contudo, direcionados a construção outros princípios políticos que, propusessem, no máximo ajustes.

Sem a intenção de superficializar as querelas internas do Exército, todo esse quadro cerimonioso de apoio ao Governo Provisório não foi de todo coeso, como já apontamos, mas os esforços de aproximação e de colocar os militares sempre ao lado da revolução foram conduzidos por Vargas e assessorados por Góes Monteiro com maestria. O fracionamento político da corporação, já quase fragmentada em sua hierarquia, contou com os ajustes que, em suma, apararam as arestas mais salientes. A todo momento, o chefe do Governo Provisório criou situações em que a presença do Estado se colocava como complementar e consolidava sua aliança com os militares. Os esforços de reorganização e de busca da identidade militar não se fizeram sem que a simbologia do Duque de Caxias[52] e a presença "amiga" do Estado estivessem presentes. Segundo Santos,

> o aspecto fundamental para o privilegiar da imagem forte de Caxias foi a aproximação entre o chefe do Governo Provisório e o Exército. Em 1931, o presidente Getúlio Vargas foi o primeiro chefe do Executivo a participar das comemorações do Dia do Soldado, entregando o novo estandarte da Escola Militar do Realengo para os cadetes. No entanto, a elaboração simbólica da imagem de Caxias com significados convenientes à cúpula militar, tem como correspondente o esforço de parte das principais lideranças militares em conquistar os meios necessários à consecução desses objetivos (2005, p. 94-95).

Pode até parecer um contrassenso que a imagem do Duque de Caxias seja associada a uma disciplina de respeito à hierarquia longe da política, se considerarmos o

[52] O simbolismo institucional do Duque de Caxias, na década de 1930, marca a reinvenção do Exército brasileiro. "...a década de 1920 como o início da substituição do culto ao general Manuel Luís Osório, considerado até então o maior herói da Guerra do Paraguai, pelo culto ao duque de Caxias. Não ocorreu a simples troca de um general por outro, mas a implantação gradual do culto a um modelo de conduta, evidentemente elaborado em consonância aos interesses de seus idealizadores, relativo à busca de mecanismos para combater as divisões internas e a insurreição militar característica do período. Particularmente, na depuração dos aspectos políticos da vida de Caxias, que inclusive chefiou o gabinete de ministros do imperador D. Pedro II. Osório era festejado como o maior herói da batalha do Tuiuti, a principal da Guerra do Paraguai, e a despeito da hierarquia, representavam-no como ligado aos soldados de modo fraternal, homem de temperamento forte e arroubos emotivos. [...]Caxias tornou-se um símbolo importante para os chefes militares. Internamente, o duque significava a importância da manutenção da hierarquia militar e o afastamento da política. Antítese do tenentismo, defensor da legalidade e disciplina, Caxias foi fortalecido. Em "*A Defesa Nacional*", essa construção da imagem de Caxias encontrou ressonância, especialmente a partir do ano de 1930. Sua função foi potencializada. Os editoriais da revista reivindicam para o duque a condição de paladino da ordem e da legalidade e da identificação do Exército om a nação. Ao longo da década de 1930, a imagem de Caxias é associada à autoridade do chefe militar em defesa de um Estado forte" (SANTOS, 2005, p. 93-94). Sobre a elevação do duque de Caxias como patrono do Exército, ver também: CASTRO, Celso. **A invenção do Exército.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

contexto pós-1930. Mas o que esteve em jogo foi o quanto essa simbologia poderia ser útil e forte. Caxias foi consagrado como herói da unidade nacional e, portanto, permeava o projeto de poder e de centralização do Governo Provisório de Vargas. Isso pode ser percebido no discurso do Coronel José Pessoa, ao assumir a Escola Militar do Realengo em 1931, como comandante, como resumiu Moacir José dos Santos:

> No discurso da ordem do dia, da referida cerimônia, Pessoa apontou cinco aspectos fundamentais, que no seu entender, permitiriam o sucesso de uma cruzada de salvação nacional baseada na principal instituição do país: o Exército. Primeiro: a revolução não deveria terminar com a conquista do poder, o controle do Estado permitia dirigir o meio de efetivá-la. Segundo: a recomposição do Exército era a única garantia de manutenção da integridade da Pátria. Terceiro: a revisão da formação militar e a consequente remodelação da Escola Militar garantiriam a adequada reforma do ensino, base da recomposição do Exército. Quarto: a preparação profissional ideal deveria assentar-se sobre duas bases: a educação física e a cultura geral científica. Quinto: a Escola Militar deveria funcionar em um novo local, afastada da vida mundana e civil da capital federal, apta a garantir o meio social privilegiado para a formação do militar (SANTOS, 2005, 97).

Os aspectos evidenciados pelo Coronel Pessoa serviram para conjecturar o apoio militar ao Governo Provisório revolucionário de 1930, porém evidenciou também a necessidade de que houvesse o respeito à hierarquia, o que foi implicitamente dirigido aos tenentes. Mesmo participando do governo, a caserna viveu um dilema que só seria resolvido em 1932, com a revolução constitucionalista de São Paulo: afastar-se ou não da política, deixar que as questões do poder fossem postas a cargo dos civis, e retornar ao seu reduto institucional para se organizar, com a defesa da pátria como pilar mestre de sua atuação. Resolveu-se em 1932, porque foi nesse momento de luta política que os militares se deram conta de que as questões políticas se avolumaram a tal ponto que a perspectiva de vida na caserna estava cada vez mais distante. Nos contornos do pós-1930, a participação política dos militares não os identificou como tais, os interventores militares, cada vez mais, foram identificados como políticos, e os tenentes já haviam esvaziado sua pauta reivindicatória.

Essas questões foram exclusivamente internas. Todavia, isso não quer dizer que esse dilema e a tentativa de restauração da hierarquia tenham implicado no afastamento da base política de apoio ao regime pós-revolução. A revolução de 1932 deixou evidente que Getúlio Vargas contava largamente com o apoio do Exército e se serviu dele como instrumento de ordem política e administrativa do Governo Provisório já desde o início de 1931, pelo Pacto de Honra assinado pelos militares, pois:

> A ambicionada reorganização do Exército, perante as divisões internas acentuadas e a crise institucional do país, não ocorreu repentinamente, muito menos sem conflitos. O Pacto de Honra, acordo que reuniu revolucionários para apoiar Getúlio Vargas, concedendo plenos poderes a Góis Monteiro (2ª, 3ª e 5ª Regiões Militares e o Comando Militar do Mato Grosso), Leite de Castro (1ª e 4ª Regiões Militares), e Juarez Távora (6ª, 7ª e 8ª Regiões Militares) para advogar junto à Getúlio Vargas a reorganização da corporação e o controle por aquele grupo da Comissão de Promoções do Exército, possibilitando reformar os adversários da Revolução, demonstra o grau de enfrentamento dentro da corporação (SANTOS, 2005, 112).

O triunvirato militar – Goés Monteiro, Leite de Castro e Juarez Távora – com algumas divergências internas[53], esteve ao lado de Getúlio sem vacilar, sustentando e conduzindo as ações de ordenamento da política e do poder. A fidelidade e o apoio foram seguidos fielmente, principalmente por Góes Monteiro e Juarez Távora. Em episódios recorrentes, Vargas deixa claro que a intenção do governo é de ter o Exército como aliado e conciliá-lo:

> À noite o capitão João Alberto e o general Góis Monteiro apareceram-me com o general Espirito Santo Cardoso, a quem, conforme já havia antes trocado impressões com oficiais revolucionários através de João Alberto, convido para Ministro da Guerra, ele aceita. Então, diante das testemunhas referidas, faço-lhes recomendações expressas sobre a atitude que deverá manter no sentido de conciliação do Exército, o regime de disciplina etc., com o que ele está de inteiro acordo (VARGAS, 1995, p. 113).

Então, a participação política dos militares endossou a perspectiva de sua política de apetites com larga influência no poder. Entretanto, a partir da Revolução de 1932, a perspectiva dos militares foi de completo ordenamento da instituição e restabelecimento da hierarquia com um regime de disciplina. No bojo desse entendimento, o afastamento dos tenentes, como agentes políticos de primeira ordem, pode ser sentido, mas não foi um afastamento dos militares da base de apoio de Getúlio Vargas. Para Cordeiro de Farias, "ele [Vargas] usava os 'tenentes' contra os políticos em manobras subterrâneas, para impor melhor sua liderança. 'Tenentes' e políticos, no caso, eram seus amigos. Sua tática consistia precisamente em lançar amigos contra amigos e

[53] Essas cisões são mais evidentes entre Leite de Castro e Góes Monteiro. O general Leite de Castro apregoava a ideia corporativa e de defesa da pátria para os militares, com a volta ao quartel. Para ele, os militares deveriam cumprir seu papel político, mas garantindo a sustentação da governabilidade. Já Góes Monteiro entendia que, mesmo com a perspectiva corporativa e de defesa da pátria, os militares não poderiam deixar de atuar politicamente, ainda para Góes Monteiro Leite de Castro teria ambições pessoais, ele era desprovido da isenção política necessária a organização do momento pós revolucionário.

criar espaço para ele próprio. Assim tornou-se, depois de 1932, líder incontestável do país" (CAMARGO & GÓES, 1981, p. 217. Grifos nosso).

Isso nos indica que, depois de 1932, não houve mais espaço para sublevação militar sem respeito à hierarquia. Qualquer outra tentativa de questionamento à ordem estabelecida, depois do episódio paulista, seria pelo oficialato militar. Isso fica claro na fala do General Góes Monteiro, quando da organização da defesa nacional nas atas da subcomissão elaboradora do projeto da Constituição de 1934, na 30ª e 31ª sessões:

> Todos os seus companheiros saber que o orador, contrário a intromissão do Exército na política, está tomando parte dos trabalhos de uma comissão eminentemente política, justamente para afastar o Exército da politica. Triste do paiz, nas condições do Brasil, que ficar sujeito aos toques dos clarins dos quarteis. A força militar só pode agir em bloco como instrumento resoluto das questões, quando não haja outra maneira de resolvel-as. Na nossa vida de povo emancipado, nunca tivemos Exército e Marinha poaporcionaes ás nossas necessidades. [...] Para coroar essa desaggregação militar tivemos nos últimos dez annos de lutas internas, em que o Exército se teve envolvido intensamente e que acabaram por aniquillar a sua efficiencia. Não se refere á destruição do grande patrimnio moral e material do Exército, mas a estructura, ao proprio fundamento das forças militares, consideravelmente abalado pelas questões politicas a que foram arrastadas (AZEVEDO, 1993, p. 610 e 626. Grifos nosso).

A defesa que fez Góes Monteiro foi enfática, quanto à ação da força militar em bloco e como última alternativa para o estabelecimento da ordem política. De modo algum, a força militar poderia sublevar a hierarquia em favor de concepções ideológicas ou partidárias próprias, porque isso significaria destruir o fundamento das forças armadas. É emblemática a postura do General Góes Monteiro, de pleno imbricamento político a distanciamento corporativo. Entretanto, não devemos entender esse posicionamento como afastamento político do Exército do poder, mas como um retraimento tático, cujo fim foi o fortalecimento da hierarquia e a constituição de uma doutrina militar e profissional apta a conciliar princípios de intervenção cívico-militar, até que fosse atingida a máxima pronunciada pelo general Góes: "Devemos fazer a política do Exército, e não, a política no Exército".

As correspondências, as circulares e os dossiês do período pós-1930, impossíveis de seres minuciosamente tratados aqui, nos apontam, portanto, para a tentativa de um distanciamento cada vez mais estratégico dos militares junto do Governo Provisório, não há nenhuma indicação de rompimento, tampouco de distanciamento do grupo militar, mas, posicionamentos que, conduzem o pós 1930 para uma lógica factual de poder construída pela desterritorialização da influência política do entorno paulista, e foi o

próprio Góes monteiro quem analisou essa perspectiva de que o Governo Provisório ajustou-se, com a revolução de outubro de 1930, a outros espaços de poder:

> Com o fito de apressar a construção do país e poder trabalhar em um ambiente de absoluta segurança e tranquilidade, viu-se o governo Provisório na contingencia de afastar os maus elementos da situação decaída, principais elementos responsáveis pelo descalabro político e administrativo do Brasil [...]. Foram esses políticos decaídos que fornicaram "os casos políticos".
> [...] São Paulo foi sempre o "leader" da federação. Seus homens públicos gosavam de grande prestígio e de tudo dispunham no país; faziam e desfaziam. Eram os verdadeiros dono da política nacional [...].
> Na revolução de 30 [...] os paulistas sentiram-se humilhados em serem dirigidos, eles que sempre dirigiram. Não se conformaram com os interventores até para suas municipalidades [...].
> Convencidos de que São Paulo é a locomotiva que arrasta 20 carros vazios, os paulista não se conformaram com a inversão: os carros vazios impondo sua vontade a locomotiva. Ludibriados pelos seus dirigentes, pela imprensa e pelo rádio, que de cada insucesso faziam um êxito, eles atribuem à traição da Força Pública, a vitória da legalidade. Em sua megalomania, não compreendem que S. Paulo, o colosso, passa a ser derrotados pelos pigmeus Estados da Federação e que esses sem eles passam a viver. Daí a propaganda intensa de separatismo e da revanche como castigo ao resto da Nação [...].
> Mantendo o prestígio de autoridade do governo, nivelaram-se as várias facções em que se dividiam o exercito, sem preponderância de uns elementos sobre outros, integrados todos no comum dever; a união do Brasil, acentuando a ideia de nacionalismo entre os vinte estados que combateram o regionalismo de S. Paulo (ARQUIVO DE GÓES MONTEIRO – AN_046_97. 16 de jun. de 1933; docs. 360-361 e 364-365. Grifos nosso).

Para o então general revolucionário, após o movimento constitucionalista de 1932 que, no seu entendimento foi uma farsa política, a construção da nova conjuntura de poder possibilitou a inversão dos prestígios políticos até então consolidados nas ações do Estado brasileiro. A vitória do Governo Provisório na revolução de 1932 consolidou os princípios de outra conjuntura de poder nacionalista, cuja perspectiva estava assentada, não mais em um espaço territorializado, mas, na ideia do nacionalismo estatal em que a representatividade política dos "pigmeus estados da federação" galgaram, ao Governo Provisório emergido da revolução, a legitimidade necessária para construção de um discurso factual de poder.

A derrota dos paulistas em 1932 fortaleceu o espectro da política nacional, e isso significou a redirecionamento das bases de sustentação de poder por fora do entorno paulista. A vitória do Governo Provisório em 1932 coroou os encaminhamentos para outra noção de poder que, bem ou mal e com ajustes no sentido de garantir a ainda dependente economia brasileira, construíram uma lógica política cujo poder seria direcionado para as hostes do Estado, como representante da federação. Esses encaminhamentos, sustentados pelo prestígio político de outros espaços, possibilitou a

Getúlio Vargas conceber, não um retorno ao ajuste do café-com-leite, mas, galgar uma base de poder ampliada e suficientemente forte, para sustentar os propósitos dessa representatividade estatizada. Contudo, essa perspectiva ampliada de poder, se por um lado deu ao Governo Provisório de Vargas ampla vantagem, frente aos interesses dos grupos oligárquicos, por outro, alargou ainda mais a frequência dos ajustes de interesses entre o poder estatal e os grupos políticos regionais, sejam eles oligárquicos ou não.

Já identificamos que essa ampliação das bases de poder no pós-1930, não convergiram para o entorno paulista, ao mesmo tempo em que tais bases estiveram travestidas do simbolismo da ordem militarizada; cabe-nos identificar agora por onde o Governo Provisório de Getúlio Vargas desterritorializou politicamente a influência do entorno paulista e quais as costuras feitas, de modo a permitir que, mesmo com o predomínio base da economia brasileira – a cafeicultura –, o entorno paulista tivesse que se submeter a lógica legalista do pós-1930.

3.3 – As bases civis-militares e o contrapeso de poder no Nordeste

> Organizo minha Casa Civil e militar [...] Juarez Távora insiste em não continuar no Ministério [Ministério da Viação de Obras Públicas]. Concordo, combinando que ele vá para o Norte velar pela reorganização desses estados, geralmente falidos pelas péssimas administrações (VARGAS, 1995, p. 22. Grifo nosso. Anotação referente ao dia 04 de nov. 1930).

Depois de 1930, os militares colaboraram com Getúlio Vargas largamente para a constituição do Governo Provisório, cuja base de apoio e de poder seria ampliada em suas ramificações pelo Norte e pela condução a uma política centralizadora e civil-militar. O Norte foi o lugar acordado entre Getúlio Vargas e Juarez Távora para o exercício da tutela que se pretendeu organizativa, mas foi também militarizada. A base militar de Vargas e a coesão política ao novo regime não deveriam ser concentradas apenas no centro-sul do país, até porque, do Norte vieram o apoio e a justificativa para o processo revolucionário de 1930 – a morte de João Pessoa. Também era no Norte que a ação do Estado poderia justificar, mais amplamente, o seu discurso de moralidade política, se considerarmos que, nessa região, estava o esteio das oligarquias e dos filhotismos acossados no aparato estatal, questionados pela revolução.

Então, reorganizar administrativamente o Norte pareceu uma opção fulcral ao Governo Provisório de Getúlio Vargas. A expressão: “desorganizadas

administrativamente", utilizada por Vargas denota que o alinhamento do Norte poderia ampliar a legitimidade do regime instituído pela revolução, na medida em que as chamadas oligarquias decaídas fossem afastadas do poder, e um novo modelo administrativo fosse instalado. Algo anunciado logo em seguida aos acontecimentos revolucionários de outubro de 1930 em que se propagava a conquista do Norte:

> [...] Estados do Norte do Brasil do Pará a Bahia estão sob os domínios das forças revolucionárias commandadas general Juarez Távora, esse grande chefe que conquistou a maioria dos estados sem lucta pela suggestão do seu nome militar e do seu falar moral que instituiu irremediavelmente princípios de moralidade política que inspiraram o movimento determinando a normalização de todas as suas atividades num grande esforço reconstructor (ARQUIVO DE JUAREZ TÁVORA/CPDOC: JT dpf 1930.05.00, docs. 165-166).

No telegrama de José Américo ao anunciar a conquista do Norte sem lutas traz subtendido que a revolução de 1930, neste espaço geográfico, já havia desenhado as possibilidades de outra perspectiva de organização política que se pretendeu moralizadora. Entretanto, é preciso entender que essa perspectiva administrativa nova só seria possível por uma intervenção tutelada, direcionada e estreitamente moldada aos interesses do Estado, e não, dos grupos oligárquicos da região, pois, para o Norte, o sistema político da República Velha e a crise econômica dos últimos anos da década de 20 impossibilitaram a efetiva ação dessa região frente aos interesses do centro-sul. A desvantagem foi agravada pela crescente perda de espaço político, já que a barganha dentro da política dos governadores favoreceu os interesses do café. Para Pandolfi,

> recuperar o espaço político tornava-se fundamental para uma região em declínio, marginalizada, e, consequentemente, com pequena capacidade de intervir concretamente nas grandes decisões políticas federais. A concretização de tal objetivo exigia um instrumental forte que, na época, era visualizado na unidade política da região. Coeso, o Norte teria melhores condições para reposicionar-se e reconquistar o lugar que sempre fora seu na esfera federal (1980, p. 343).

Então a conquista sem lutas não é de todo verídica, contudo, a possibilidade de recuperação do seu espaço político foi real. Para a revolução de 1930 não haveria sentido, nem espaço político concreto de sucesso no contexto territorializado de poder do entorno paulista, pois, o processo revolucionário foi um golpe político ao já concretizado desfecho do processo eleitoral que havia elegido Júlio Prestes como novo presidente do Brasil em 1930, com os auspícios da Política dos Governadores. Daí para se pensar em tomada de poder sem que houvesse uma larga possibilidade de fracasso,

só seria plausível se se cogitasse outras territorialidades de poder e, a recuperação do espaço político do Norte poderia ser a porta de entrada para legitimidade pretendida pelo Governo Provisório instituído por Getúlio Vargas depois de 1930. Do lado do Norte as manifestações carregam a crescente possibilidade desse realinhamento político:

> [nós do 19º BC] e as forças massivas que vem ao nosso encontro, vos enviamos essa mensagem de apoio incondicional, hypottecando a nossa inteira solidariedade nesse pugna sagrado [...] com o nosso pegueno auxilio numérico porém grandioso moralmente chegamos ao nosso ideal [...] a defesa dos nossos direitos até hoje desrespeitados, enfim para felicidade do nosso Brasil juramos fidelidade (ARQUIVO DE JUAREZ TÁVORA/CPDOC: JT dpf 1930.05.00, 20 de out. de 1930; docs. 198-200. Grifo nosso).

A exemplo desse telegrama enviado de Aracajú-AL, muitos outros ilustram as ideias de alinhamento do Norte aos propósitos revolucionários de 1930, em seu conjunto, surgem uma espécie de vasão consensual pelos direitos políticos desrespeitados, emerge um campo de relações de forças que se estabelece frente às possibilidades desse espaço geográfico, se construir como campo de poder legitimador do Estado. Houve uma passagem do discurso implícito politicamente ao discurso explicito factualmente pela construção de um campo político que legitimou discursivamente os anseios de atuação política desse espaço regional.

Depois de 1930 as relações de poder no Norte puderam ser vislumbradas em um campo político que, se ao mesmo tempo em que foi concorrente entre os agentes do poder atuantes, no interior das relações políticas regionais, foram direcionadas à percepção de que o Estado se constituiria como *locus* do domínio prático/factual dos propósitos revolucionários e dos anseios dessa territorialidade de poder.

O estabelecimento de outro campo político, cujas relações de poder tenderam a ser direcionadas para os ditames do Estado, fizeram emergir uma perspectiva de poder relacionável, ou seja, o espaço territorializado da política nortista, até então estruturado na forma do consenso aos ditames da Política dos Governadores, assumiu uma postura de interesses que rompeu com as estruturas de poder até então estabelecidas, portanto, as disputas e os antagonismos políticos não foram inseridos apenas no interior dos arranjos regional/local, mas, estavam alinhadas às posições dos agentes revolucionários do poder, no caso militarizado, estabelecidos como interventores. Formou-se então um "consenso do campo" político territorializado no espaço geográfico/regional do Norte, a

partir do discurso factual de poder construído por Getúlio Vargas e postos em prática pela intervenção políticas dos interventores nortistas[54].

Os espaços institucionais, para construção dessa nova territorialidade de poder primaram pela ideia do fiscalismo das ações do Estado, em todas as suas esferas (Federal, estadual e municipal), bem como na elaboração de uma conduta moralista do poder e dos homens do poder. É evidente que essas ideias foram gerais e compuseram a leitura do contexto social e político da nação pelos revolucionários de 1930, mas, a verticalização de seus resultados, mesmo sem grandes frutos, remeteu à ideia de unidade, pois, alavancadas pelas Legiões de Outubro, cuja finalidade foi *"defender a victória da Revolução brasileira e realizar os seus ideaes"*[55], o alinhamento revolucionário do Norte, gradativamente, se consolidou como bloco de poder junto com o governo Provisório.

E com esse princípio, a atuação das *Legiões de Outubro*, tidas como braço civil da revolução no Norte, remeteu a ideia de coesão e alinhamento quase que absoluto, corroborando com o que pretendia, politicamente, Getúlio Vargas. É o que podemos perceber pela simultaneidade com que foi fundada:

> Ministro Oswaldo Aranha. Pergunto-lhe se já posso officialmente no Norte Legião Outubro desde a Bahia até o Rio Grande do Norte. Os delegados estaduais estão trabalhando activamente esperando apenas ordens para fazer manifesto. Sds. Cap. Juarez Távora.
>
> .....
>
> Resolvi lançar o manifesto de proclamação da Legião por intermédio dos delegados estaduais desde a Bahia até o Rio Grande do Norte no dia 8 deste mês, deixando demais estados, do Ceará para o Norte para ir fazendo sucessivamente.
>
> .....
>
> Cap. Juarez Távora. Acho opportuno lançar Legião em todo Norte dando maior repercussão em todo paiz. Affetuoso abraço, Oswaldo Aranha (ARQUIVO DE JUAREZ TÁVORA/CPDOC: JT dpf 1930.11.15; 05 de mar. de 1931, doc. 22 e 06 de mar. de 1931, docs. 23 e 25).

O lançamento das *Legiões de Outubro* em praticamente todo o Norte causou repercussão em todo país, porque ela já apareceu no cenário político nacional pronta e

[54] Para as considerações de campo político em sua perspectiva relacional e de consenso ver: BOURDIEU, Pierre. **Propos sur le champ politique.** Lyon : Presses Universitaires de Lyon, 2000. E BOURDIEU, Pierre, e WACQUANT, Loïc. **Réponses:** pour une anthropologie reflexive. Paris: Seuil, 1992.

[55] As Legiões de Outubro não se configuraram com um partido político nacional, mas, como "um exercito civil" teve como fim fiscalizar a execução dos princípios revolucionários da Revolução de outubro de 1930. Entre as suas finalidades estavam: "1º Defender a victoria da revolução contra seus inimigos assim classificados: I – inimigos dependentes do velho regime; II – Inimigos dependentes das imperfeições do próprio organismo revolucionário; III – Inimigos de origem externa. [...] 2º Realizar os ideaes da Revolução: I – pela acção política; II – pela acção educativa, cívica e moral." (ARQUIVO DE JUAREZ TÁVORA/CPDOC: JT dpf 1930.11.15, S/d; docs. 80-82).

com plena movimentação dos seus delegados estaduais, neste sentido, o controle civil dos atos do poder criou um mecanismo que, supostamente não tinha interesses políticos. Mas, na verdade, ela se constituiu como a parte executora do estabelecimento da nova territorialidade de poder pretendida por Getúlio Vargas. Quando Juarez Távora decidiu lançar a *Legião de Outubro* da Bahia ao Rio Grande do Norte, quase que simultaneamente, listas e mais listas de nomes são publicadas nos principais jornais desses estados, dando conta de que exista uma grande movimentação em torno dos interesses revolucionários, entendidos como interesses do Estado brasileiro.

Mais recorrente ainda foram as manifestações públicas de apoio dos militares ao funcionamento das *Legiões de Outubro*, de modo sucessivo, as Legiões causaram um impacto político imenso, porque, se na prática elas não surtiram o efeito fiscalista esperado, pelo menos, trouxe para a cena política nacional a constatação de o quanto o apoio político a Getúlio Vargas se fazia sentir, isso porque, nas reuniões dessa organização, se construíam e se costuravam os apoios a Getúlio Vargas no Norte, desse modo, elas começaram a se apresentar como ameaça aos interesses de grupos políticos distanciados do Governo Provisório e também ameaça aos interesses do próprio governo, vejamos:

> [...] hoje, portanto, com maior força, maior autoridade, com redobrada revolta e com muito maior tristeza eu devo falar, posso e devo gritar. [...] o que dizes do absurdo fascista das Legiões? Que maior atentado poderíamos conceber as promessas que, através de tantos sofrimentos, tivemos a desgraça de fazer ao povo brasileiro? Que maior burla poderíamos forjar? É preciso, meu caro amigo, que tenhamos noção do ridículo, deixando de ser macacos toda a vida. Já é tempo de termos completado a nossa evolução. [...] as Legiões tais como vão sendo organizadas e orientadas, afiguram-se-me a maior das ameaças à finalidade que foi sinceramente ovulada por meia dúzia de luctadores [...] Essa organização porem tinha que, inicialmente, imprescindivelmente, se manter a sua custa e, (o que é importante e igualmente honesto) subtrair-se inteiramente da influencia oficial. De modo contrário as Legiões desaguar-se-ão fatalmente no mais indecoroso dos fascismos: [...] acho que as Legiões se poderiam organizar e transformar-se futuramente numa sólida ameaça, num esteio potente que sustentasse e garantisse o prosseguimento da obra de construção nacional (ARQUIVO DE JUAREZ TÁVORA/CPDOC: JT dpf 1930.11.15, 18 de mar. de 1931; docs. 31-37).

Essa carta enviada por "Castro afilhado", a Juarez Távora, demostra o quanto as *Legiões de outubro* despertou a desconfiança de alguns próceres. A ideia de que havia uma estreita ligação das Legiões com o poder Central, atentou para o fato de que as Legiões, também poderiam se constituir como esteio de uma oposição no seio do próprio governo, contudo, elas foram inseridas no contexto do complexo jogo de ajustes,

e de gradativo alijamento dos grupos oligárquicos estaduais das esferas do poder estatal, de outro lado, as Legiões permitiram aos militares montar o alinhamento político necessário às bases de sustentação política do Governo Provisório, consubstanciado na chamada Delegacia do Norte.

Eis que surge a "Delegacia do Norte", cujo objetivo foi de alinhar os estados nortistas ao programa revolucionário sob a liderança de Juarez Távora. A delegacia foi o esteio da ação política dos militares, mais precisamente, dos tenentes aliados de Vargas, cujas ações conduziram ao fortalecimento das bases de poder do Governo Provisório em contraponto aos interesses dos centro-sul. A atuação do "vice-reinado do norte", como ficou conhecido, deu a Vargas o sentido político da revolução. Quando Juarez Távora reconduziu as interventorias ao princípio revolucionário de centralização, a política e a base de poder do Governo Provisório foram legitimadas.

Segundo Juracy Magalhães, em carta enviada ao Cap. Juarez Távora, a situação da Paraíba, de Pernambuco e do Rio Grande do Norte, ao final de 1930, era de completa organização política e, mesmo que em estados como Alagoas e Piauí a situação política ainda merecesse atenção específica, os ajustes políticos no Nordeste não colocavam em risco os anseios da revolução, pois, a organização dos Batalhões de Caçadores (BCs) nos estados nordestinos foram apresentados como espaços de prontidão aos encaminhamentos necessários a ordem, sob os auspícios da *Delegacia do Norte* (ARQUIVO DE JUAREZ TÁVORA/CPDOC: JT dpf 1930.12.08, 23 de dez. de 1930; docs. 64-74). Posteriormente, em outra carta, Juracy Magalhães indicou que, hvia uma aprovação geral, da parte da ala mais radial do Exército, de que as ações e o alinhamento do Norte aos encaminhamentos do Governo Provisório seguiam coeso: "diziam até que se tivesse sido generalizada a nossa acção renovadora nada teriam a acrescentar" (ARQUIVO DE JUAREZ TÁVORA/CPDOC: JT dpf 1930.12.08, 07 de jan. de 1931; doc. 124).

O que se observa, portanto, é a identificação, cada vez mais evidente, de que a costura política que alinhou ao discurso factual do Governo Provisório o Norte, teve por base a ação política dos militares pela atuação da *Delegacia do Norte*, uma vez que, o desmantelamento da antiga tradição de consenso político frente ao poder central foi invertida: das localidades para o Estado como dirigente, as estruturas intervencionistas e as ações das Legiões engrossaram o caldo simbólico, de que o Governo Provisório contava com todo o Norte e estabelecia, neste espaço a sua territorialidade de poder, que o permitia barganhar, ajustar e direcionar o jogo político do pós-1930 para os seus

interesses, um bom exemplo disso foi a circular enviada a todos os militares responsáveis pelos Batalhões de Caçadores do Nordeste:

> Conversei longamente com o Juarez. Acho que a força do Norte depende da união sendo necessário para as dissenções entre tropa e interventores o que ainda acontece em alguns lugares [...] a orientação a dar será: afastamento dos interventores que não podem afinar mentalidade sadia ao espirito novo da revolução. Minha opinião, caso surgirem devem ser solucionados nomes de revolucionários sinceros capazes de construírem edifício sólido, cercando-se de auxiliares técnicos. Direção deve ficar nas mãos dos revolucionários. Onde isso se der a revolução está victoriosa (ARQUIVO DE JUAREZ TÁVORA/CPDOC: JT dpf 1930.12.08, 26 de jun. de 1931; docs. 342-344).

A carta do Ten. Juracy Magalhães aos interventores do Nordeste ilustra a construção dessa unidade política. Não se tratou de simples ajustes, pois não podemos deixar de considerar as particularidades desse espaço territorializado de poder, entretanto, mesmo com as dissidências políticas, as acomodações conduzem-nos a anotação de que o Norte construiu um edifício sólido de apoio a Getúlio Vargas.

Para o Governo Provisório, esse apoio foi conseguido com a nomeação de interventores militares, em composição com os propósitos de moralização da administração pública. Por outro lado, o atendimento às reivindicações da região permitiu o inconteste apoio político do Norte a Getúlio Vargas, e isso consubstanciou a complexa costura política feita pelo Governo Provisório com o Norte, de modo que a reorganização política em bases militares, parece ter sido o primeiro passo rumo ao alinhamento político da região.

A Delegacia do Norte reorganizou a administração dos estados nortistas pelo sistema de interventorias, regulamentado pela cúpula de Vargas em agosto de 1931. Esse sistema criou um conjunto de regras e posturas que deveriam ser seguidos por todos aqueles nomeados para o cargo de interventor federal nos estados. De acordo com o Código dos Interventores[56], os ocupantes do referido cargo deveriam ser estrangeiros ao meio político em que exerceriam sua função militar e neutros politicamente.

[56] O Código dos Interventores foi nome dado ao Decreto nº 20.348, de agosto de 1931, por meio do qual o presidente do Governo Provisório – Getúlio Vargas –, regulamentou o controle das nomeações dos interventores estaduais, que havia substituído os cargos de governadores. A utilização desse código serviu como referencial, para que nomeação dos interventores estaduais se distanciasse das conformações políticas estaduais, de modo que estabeleceu, para o exercício do cargo, uma série de normas tanto políticas, quanto operacionais do ponto de vista de completa subserviência destes ao Governo Provisório. O Código dos Interventores procurou evitar uma concentração excessiva de poderes, nas mãos de alguns governantes estaduais, entre outras coisas: proibiu os estados de contrair empréstimos, sem a prévia autorização do governo federal e restringiu os recursos que cada estado poderia destinar às suas forças

Para além dessa reorganização política, interessa-nos perceber, nesse momento, que a Delegacia do Norte foi o instrumento militar de poder exercido em larga escala. Os apetites de poder dos militares, em um primeiro momento, quase na totalidade expressos pelos tenentes, foram concretizados no exercício e nas nomeações dos interventores nortistas e podem ser percebidos na fala do Cap. Juarez Távora:

> Discordava dos que estavam a preconizar o alijamento da cooperação das Forças Armadas, naquela fase transitória de regime discricionário. Não devia caber aos militares disputar posições políticas, no inventário da vitória revolucionária. Mas assistia-lhes o dever de não cruzar os braços, em impossibilidades de múmias, diante dos erros ou obliterações dessa partilha política; acrescentando não ser o seu lugar, na mesa em que se banqueteavam os políticos vitoriosos, mas, sim – como já havia dito, uma vez – permanecerem de baionetas caladas, em volta do triclínio, para não permitir que a incontinência dos convivas transformasse a cerimonia do banquete em orgia de "rega-bofe" (Jornal A União, 1931, p. 1).

A descrição colocada por Juarez Távora, quanto à participação política dos militares, coloca em evidência que o afastamento político não significou o distanciamento dos militares do poder. A pátria e o zelo moral deveriam evitar uma partilha política desordeira e particularista. Esse foi o pensamento dos militares, depois da revolução de 1930, e se considerarmos o Norte, veremos que o ordenamento político foi também um ordenamento de propósitos militares e, mais ainda, um ordenamento cujo significado político resultou em um potencial de poder, utilizado por Vargas tanto para se manter no poder quanto para demonstrar sua força política.

Nesse processo, ficou evidente que não foi a durabilidade da Delegacia do Norte, mas seu alcance de poder como significação de força política, que imprimiu as bases de alinhamento político do Norte. E nada mais interessante para o Governo Provisório do que militarizar as interventorias e garantir que o reduto dos coronéis, pelo menos em tese, estivesse sendo extirpado de sua influência perniciosa. Se, em 1931, as interventorias do Norte foram a expressão dos tenentes, a conduta política dessa região, após o gradativo alijamento deles do poder, não foi de todo modificada. A coesão político-revolucionária montada pelos tenentes, no primeiro ano pós-revolução, foi manipulada por Vargas de modo a se constituir o elemento-peso de barganha com o centro-sul.

---

policiais, impedindo-as de rivalizar com o Exército nacional. Tratou-se, portanto, de um instrumento de centralização do poder.

O Código dos Interventores foi, portanto, o instrumento que garantiu, ao mesmo tempo, o alijamento/coesão aos novos procedimentos do Governo Provisório, para construir sua base de poder fortemente alinhada às diretrizes do Estado. Pelo referido código, instituiu-se um instrumento de conduta para as interventorias em suas atribuições deveres. Se atentarmos para a sua leitura, podemos perceber que o Código dos Interventores dispõe, ainda, sobre a formação dos "Conselhos Consultivos em cada estado e no Distrito Federal", para se constituírem como norma a ser seguida e observada pelos interventores e pelos prefeitos, uma espécie de norma disciplinadora do exercício do poder público.

Esses conselhos, formados por cidadãos e aprovados pelo chefe do Governo Provisório, foram o instrumento legal básico de controle das oligarquias do Norte, e apesar de não haver nenhuma formação clara desses conselhos nos estados do Norte, houve recorrências à observação dos preceitos estabelecidos, cujo ponto básico de sua função foi "d – sugerir às autoridades municipais, estaduais e federais quaisquer providências que julgue necessárias e convenientes à boa macha da administração pública" (CARONE, 1974, p. 30). Ainda pelo Código dos Interventores, as ações "convenientes à boa macha da administração pública" seriam o fio condutor de uma moral revolucionária, proposta pelos tenentes para minimizar a presença dos grupos oligárquicos do poder. E é nessa perspectiva que os jornais do Norte anunciaram constantemente os códigos de conduta, expedidos pelos interventores estaduais para as administrações locais:

> **Instrucções aos prefeitos municipaes do interior do Estado**
>
> II – nenhum prefeito municipal tem competência para isentar a administração anterior e aprovar-lhe a contas.
> III – os prefeitos nomeados, apresentarão ao governo, com toda brevidade, um sucinto, relatório sobre as condições em que se encontram o Município, sobre as providencias necessárias para reorganização municipal, e notadamente, sobre as medidas de economia desde logo adoptadas. [...]
> VI – A arrecadação das rendas municipaes será feita mediante pagamento à boca do cofre ou por intermédio de cobradores afiançados. De nenhum modo é permitida a arrematação das rendas publicas por particulares, uma vez que só ao poder competente pode arrecadal-as.
> VIII – Nenhum prefeito nomeará parente seu, consanguíneo ou afim, para cargo público do Município, a não ser para um cargo de confiança pessoal, podendo, porém, promover ou remover o que já faça parte do quadro permanente do funcionalismo.
> IX – os prefeitos manterão, com a amplitude que as condições loacaes permitirem, regime de publicidade dos seus actos e dos motivos que os determinaram, especialmente no que se refiram a arrecadação e aplicação dos dinheiros públicos (JORNAL DIÁRIO DA TARDE. 1930, 11 de nov. p. 6).

As instruções para os prefeitos municipais nos permitem entrever o tom do alinhamento do poder local aos ditames da interventoria, o controle e a dinâmica operacional, sem espaços para as conformações de favorecimento. O controle das finanças municipais e a normatização dos atos dos prefeitos se configuraram como a tentativa de publicizar o exercício do poder, cuja instrução estava legalmente instituída pelo Código dos Interventores.

Nesse conjunto reorganizativo do poder e das ações do poder, previstos pelo Código dos Interventores, o que fica patente é a tentativa de minimizar as influências de uma administração pública independente e de base oligárquica, mas, muito mais que essa perspectiva independente das localidades, as instruções aos governos municipais conduzem à centralização política. Foi para os domínios do Estado que tanto o Código dos Interventores quanto as instruções administrativas foram conduzidos.

Na prática, sobretudo depois de 1932, o Código dos Interventores e a consequente formação dos Conselhos Consultivos foram transformados apenas em letra de Lei, sem efetiva observação. Mas foi o peso necessário e legal para impelir as interventorias ao distanciamento das querelas locais. Se, na prática, esses princípios norteadores não foram observados, pelo menos, foi garantido o alinhamento político de que precisou Getúlio Vargas. Essas normatizações, idealizadas pelos revolucionários tenentes e costuradas por Juarez Távora, por meio da *Delegacia do Norte*, conduziram ao cargo de interventores muitos militares como agentes da ordem, mas não de todo revolucionário. É o que fica claro na carta do civil revolucionário, Cesar Oliveira, do Pará:

> Não de pode negar que na mocidade do Exército que conduziu a Revolução no Norte estão os mais puros sentimentos de desinteresse e bôa intenção da nacionalidade, mas a muitos interventores faltou a mentalidade jurídica para execução da obra dos Governos Revolucionários. De modo que muitas interventorias se divorciaram completamente do sentimento público-revolucionário e desiludiram aqueles que contavam na revolução para tantos males e injustiças que o antigo regimem flagelava os estados (ARQUIVO DE JUAREZ TÁVORA/CPDOC: JT dpf 1930.12.08, 20 de ago. de 1931; docs. 381).

Na carta enviada a Juarez Távora, o autor dispõe sobre questões que envolvem a constitucionalização do país e analisa a situação dos interventores nos estados do Norte, de modo a apontar certo imbricamento político deles com a política local. Ao mesmo tempo em que o autor da carta aponta o interesse do Exército pela garantia da

nacionalidade e da moralidade política nas localidades, também se percebe que essa isenção política não foi efetivada em sua totalidade.

Assim, evidencia-se uma costura política dúbia, o discurso da preservação da moral e o saneamento do poder, com o alijamento dos grupos oligárquicos, serviram apenas para garantir o ajustamento ao poder do Estado. Os interventores, sobretudo do Norte, ao encarnar a postura militarizada do poder, procuraram dar ao discurso o tom da ordem, o qual se sobressaiu nos discursos dos interventores nortistas. Houve um primado da moral administrativa recorrente, visto como idealismo a ser alcançado, e mais do que isso, a ideia recorrente de isenção política. Mesmo quando os interventores nomeados foram civis, a identificação se fez pela via militar e revolucionaria, já que esses elementos civis eram caracterizados como "revolucionários de primeira ordem", cujo zelo pela causa revolucionária contribuiu para o ajustamento político do Norte. Vejamos o que disse o Ten. Juracy Magalhães sobre os interventores civis do Norte:

> A situação política do estado é bôa [Paraíba]. O nosso Anthenor está fortemente prestigiado pela opinião publica. [...] o Rio Grande do Norte cae bem com o Dr. Irineu. Está realizando um governo revolucionário [...] Pernambuco completa a trindade dos estados que estão praticando governos verdadeiramente revolucionários (ARQUIVO DE JUAREZ TÁVORA/CPDOC: JT dpf 1930.12.08, 23 de dez. de 1930; docs. 68. Grifo nosso).

Mesmo que o conteúdo da carta esteja voltado para os acontecimentos do final de 1930, revela como o Governo Provisório de Getúlio Vargas e a Delegacia do Norte construíram a aproximação com os elementos civis. Os interventores Anthenor Navarro (Paraíba), Irineu Joffily (Rio Grande do Norte) e Carlos Lima Cavalcante (de Pernambuco) foram alçados à categoria de tenentes-civis pelo completo ajustamento de suas ações aos objetivos do Governo Provisório. Essa transformação política contribuiu para que os estados do Norte estivessem constituídos em um bloco de apoio político sólido, articulado por Juarez Távora. E foi ele mesmo quem melhor descreveu a situação política do Norte, quando pediu a extinção da Delegacia do Norte em dezembro de 1931:

> A inquietação renovadora que sacudiu desordenadamente as populações do Norte, na alvorada da victoria revolucionária não desappareceu, nem desaparecerá enquanto não se objetivarem as conquistas as promessas de redenpção com que as arrastaram para a lucta armada os chefes revolucionários.
> Mas as tendências extremadas já amainaram, sedimentando-se, aos poucos, em torno de uma tendência media ponderável, e cuja preponderância decisiva sobre os demais é, pelo menos, uma garantia de equilíbrio dinâmico, isto é, de ordem, nessa agitada fase de transformação que atravessamos.

> Por outro lado, a situação geral brasileira se caracteriza por uma crescente estabilidade permitindo ao chefe do governo provisório uma actuação cada vez mais extensa e directa sobre todas as esferas de atividade político-administrava do paíz (ARQUIVO DE JUAREZ TÁVORA/CPDOC: JT dpf 1930.12.08, 22 de dez. de 1931; docs. 646-647).

A carta com o pedido de extinção da Delegacia do Norte nos permite auferir que o ajustamento político já se encontrava em sintonia com Getúlio Vargas, e as interventorias nortistas foram conduzidas a um bem definido e costurado apoio político dado pelos interventores tenentes. Mais ainda, o ajuste político promovido, quer pelos interventores militares, quer pelos interventores civis, revelou que empenhos teriam os militares no poder, o que pode ser percebido pela carta enviada a Juarez Távora por seu primo Aloízio Távora:

> Bem que precisavas ser ministro da justiça, meu querido Juá, seria opportuno [...] já [se tem] conhecimento do regimem de ordem e de trabalho reinante no Norte, restabelecesses com notoriedade, vantajoso para a communidade, a Delegacia Geral do Norte. O público precisa saber que o chefe do governo não duvida do que lhe disseste de tua viagem ao Norte (ARQUIVO DE JUAREZ TÁVORA/CPDOC: JT dpf 1932.01.00/2, 26 de abr. de 1932; doc. 43. Grifo nosso).

De acordo com o que escreveu Aluízio Távora, já era do conhecimento de todos os políticos no Distrito Federal, que a unidade política construída no Norte e o seu alinhamento ao Governo Provisório. Para Vargas, ter os tenentes como aliados e, sobretudo, como chefes políticos no Norte permitiu a estabilidade e a legitimidade de que o Governo Provisório necessitou. A extinção da Delegacia do Norte não significou a quebra desse alinhamento, mas a ampliação da ação direta de Vargas sobre a política nortista. Foi o que ocorreu, por exemplo, com o caso da demissão coletiva dos gaúchos em março de 1932, cujo tom ríspido das cartas de demissões e as exigências colocaram o Governo Provisório em situação política delicada, vejamos:

> Devo affirmar a V. Ex. – e V. Ex. sabe que eu falo a verdade – que si me fosse dito que a revolução se faria precisamente para manietar e suffocar essa liberdade que é pedra angulas das sociedades organizadas, eu não teria sido, como fui, um dos elementos mais decisivos na conspiração que deflagrou o movimento de outubro de 1930.
> Depois do acto do Sr. Ministro da Guerra que permittindo que officiaes do exercito façam meridiana campanha contra a constitucionalização do paiz [...] e depois, com intervallo de horas, [...] quero fazer referencia ao covarde, ao brutal, ao inominável attentado levado a effeito contra as oficinas do "Diário Carioca" [...] a minha convivência política com os autores desse crime não seria de forma nenhuma possível pra mim, sobe pena de não corresponder eu às imposições da minha

> consciência (ARQUIVO DE GETÚLIO VARGAS/CPDOC: GV c 1932.03.03/2, 03 de mar. de 1932; docs. 1-3).

O trecho acima da carta de demissão do então ministro do Trabalho, o gaúcho Lindolfo Collor, junto a outros dois documentos: a carta de demissão do chefe de polícia do distrito federal Batista Luzardo (ARQUIVO DE GETÚLIO VARGAS/CPDOC: GV c 1932.03.03/1, 03 de mar. de 1932; docs. 1-2) e o telegrama de Raul Pilla e Borges de Medeiros, apelidado pela imprensa de "heptálogo dos gaúchos" (ARQUIVO DE GETÚLIO VARGAS/CPDOC: GV c 1932.03.18/3, 18 de mar. de 1932; docs. 1-7), dão o tom da crise política em que mergulhou o Governo Provisório, pois, a demissão coletiva dos gaúchos do governo abriu a possibilidade de se cogitar, a fragilidade política de Getúlio Vargas frente ao desordenamento do alinhamento construído com o Rio Grande do Sul para a revolução de 1930, pois ainda ecoavam os efeitos do editorial publicado no final de fevereiro de 1932, pelo jornal Diário Carioca, intitulado: "Torre de Babel", onde se lia:

> A rapaziada do club 3 de Outubro está querendo está querendo construir um arranha-céo com palitos. [...] a finalidade real do club 3 de Outubro era sustentar, pela violência um regime de poderes discricionários, que o Sr. Getúlio Vargas, evidentemente, planejou prolongar no paiz para organizar a ditadura permanente, chefe odo Govenro Provisório não podia contar com os civis liberaes democratas. Tentou, por isso, um systema militarista que se aproveitaria da legenda de heroísmo e abnegação dos antigos revolucionários e do interesse e ambição dos novos (Jornal DIÁRIO CARIOCA, 24 de fev. de 1932, p. 01).

Esses acontecimentos traduziram a instabilidade política do Governo Provisório e a pluralidade de interesses políticos postos em cena, a ideia de que havia um militarismo isolado – alardeado pelo Jornal *Diário Carioca* na edição de 05 de abril de 1932 – pressupôs que a legitimidade política do Governo Provisório estava assentada longe dos reais interesses políticos do Brasil, pela fragilidade com que Getúlio estava conduzindo a revolução que "havia sido feita para os brasileiros", contudo, os ajustes da política nacional levadas a cabo por Getúlio Vargas, faz-nos perceber a tentativa de delimitar polos de influência no interior do processo de desterritorialização poder.

É evidente que os ajustes empreendidos pelo chefe do Governo Provisório foram uma costura de retalhos, com avanços e recuos. Com moralização e conivência política, mas, acima de tudo, com novas bases de poder, os questionamentos foram esvaziados a partir da coesão do Norte, que serviu de contra peso político, uma vez que, esse foi

concitado a se posicionar alinhado aos interesses do Governo Provisório, é o que se percebe na circular enviada a todos os interventores do Norte:

> Estou seguramente informado da dissidência gaúcha que acaba de dirigir circulara aos ministros e interventores sobre o actual momento político. Convêm respondê-la serenamente, reafirmando a confiança na ação do chefe do Governo Provisório e com que estão integralmente solidários (ARQUIVO DE JUAREZ TÁVORA/CPDOC: JT dpf 1930.12.08, 19 de mar. de 1932; doc. 852).

As respostas ao telegrama acima foi quase que imediata. Os interventores do Norte declararam seu apoio a Getúlio Vargas e se posicionaram a favor do governo revolucionário. O interessante é que esse telegrama enviado aos interventores, por Juarez Távora foi expedido como "confidencial" ou "off", como comumente foram expedidos outros documentos, e boa parte das respostas dos interventores também foram expedidas em "off". Desse fato curioso entendemos que o alinhamento político costurado com o Norte foi consolidado de modo um tanto estratégico, ou seja, publicar politicamente o inconteste apoio dessa territorialidade de poder poderia abrir margem para outras costuras e, essa possibilidade foi afastada pela *Delegacia do Norte* e, posteriormente, por Getúlio Vargas.

Somente no calor dos acontecimentos da Revolução Paulista de 1932 é que se percebe, publicamente, o que se anunciava em indícios, e o telegrama do interventor pernambucano Lima Cavalcanti, a Juarez Távora foi bem ilustrativo dessa percepção:

> A situação confusa em que nos achamos por falta de notícias certas sobre a marcha dos acontecimentos está concorrendo para retardar a manifestação do Norte, que reputamos indispensável por intermédio dos interventores [...] – você sabe que em nenhuma outra região do paiz a politicagem reacionária causou incompatibilidades tão fundas com o povo. E viu, em sua última excursão como o povo do Norte vibra ainda de fé nos ideais revolucionários e estão dispostos a defendê-los de todos os modos [...] Precisamos já e já definir com absoluta clareza aos olhos da nação o verdadeiro e irredutível ponto de vista do Norte [...] Não se deve perder tempo em se fazer sentir num movimento colectivo de todos os interventores, com a solidariedade das massas populares, o protesto do Norte, não somente contra os surtos demagógicos da politicagem perrepista [...] querendo reviver os processos da República Velha de interferência absorvente do Norte para neutralizar suas grandes reservas de energia e altivez. [...] Se o Norte cahir por qualquer dos reductos estadoaes na luta com os inimigos fortalecidos com a nossa fraqueza, a revolução está inteiramente perdida [...] Só a cohesão do Norte dentro dos verdadeiros princípios revolucionários actuando como elemento de equilíbrio e de apoio do governo central, para enfrentar a crise do momento, poderá salvar a causa (ARQUIVO DE JUAREZ TÁVORA/CPDOC: JT dpf 1932.05.14, dia e mês ilegíveis de 1932; docs. 42-52).

As ideias contidas no telegrama do interventor Lima Cavalcanti, reforçam a coesão política do Norte frente a possibilidade de volta das práticas perrepistas que, segundo o interventor, levaria o norte a subserviência da Primeira República, ao passo que, incitou Juarez Távora a conduzir, para a nação o posicionamento de que o Norte continuava revolucionário e estava alinhado com o Chefe do Governo Provisório.

A carta de Lima Cavalcanti se configurou como o congraçamento do estabelecimento da nova territorialidade de poder, da qual o Governo Provisório fez uso para consolidar a sua força política, no interior das disputas políticas plurais e de interesses. Costurado pelos militares e os chamados tenentes civis, essa base de sustentação do governo, nascido da revolução de 1930, não teve, é certo, a coesão plena esperada, mas, permitiu a constituição do simbólico, do poder com base fortemente sustentada e capaz, de pelo menos resistir as investidas. A ideia de bloco de poder, ao longo da costura política de Getúlio Vargas permitiu, que cada vez mais, a lógica do discurso factual de poder fosse consolidada por fora do entorno paulista.

E ainda para completar a consolidação dessa nova territorialidade de poder, a seca que arrastrou o Nordeste em 1932, se configurou como o elemento básico desse alinhamento político exercido por Vargas e articulada, agora, por José Américo, então ministro da Viação e Obras Públicas. A seca favoreceu a reacomodação do poder para o alinhamento pretendido por Vargas, pois:

> a análise da documentação sobre a seca de 1932 nos revela muitos indícios de que houve uma reacomodação política pela concessão de vantagens. No relatório do Ministro José Américo, há todo um esforço em demonstrar isenção política na execução das obras de combate às secas no Nordeste. A todo instante, seu autor apela para a preservação da moralidade dos recursos públicos e sua boa aplicação. É certo que houve realmente cautela quanto à execução das obras, mas, ao mesmo tempo, faltou uma severa isenção de interesses (SANTOS NETO, 2007, p. 133).

Da tutela tenentista à assistencialista e civil, foram construídas as bases de poder e de apoio de Getúlio Vargas. De um lado, os militares trataram de reorganizar a política regional conforme os princípios tenentistas que, gradativamente, foram substituídos por uma moral ética do Estado, e se configuraram como poder barganhado. De outro, o "Bloco do norte" esteve bem articulado em favor dos ditames do Governo Provisório, com a promessa de que a região recuperaria o seu prestígio político.

A costura política do Norte foi o terreno fértil da "ordem", pronunciada constantemente pelos militares, ao passo que, as interventorias revelaram a perspectiva

de ação dos militares e suas pretensões de poder. No bojo dos embates de 1932, com São Paulo, e na constituinte, o discurso da "ordem moralizadora" do Norte sustentou tanto Vargas quanto os militares no poder. É certo que as questões políticas, no decorrer do Governo Provisório, foram acomodadas, mas é certo também que foi dessa sustentação que os militares se utilizaram para barganhar seus interesses, mesmo que indiretamente, com Getúlio Vargas: uma troca política e de interesses com outra base de poder regionalizada.

4

Economia e poder no Nordeste pós-1930 e as possibilidades de ascensão política

Historicamente, o espaço econômico do Nordeste se constituiu como *lócus* de reivindicações ao poder central, tanto na base de investimentos quanto na perspectiva de que esse espaço regional passasse a ser poder no Estado. Sob os efeitos do gradativo deslocamento do centro dinâmico da economia brasileira para o centro-sul, o Nordeste experimentou o seu crescente declínio econômico e político de modo a ser colocado como um lugar atrasado e de pouca dinâmica no processo de acumulação capitalista brasileiro.

Com a proclamação da República e de modo mais intenso, a partir da década de 1920, consolidou-se a ideia de que, no Nordeste, a produção de mercadorias deveria buscar a equivalência dos interesses do setor produtivo do centro-sul, pelo menos é o que tem colocado uma vasta produção de estudos, quando consideram que o espaço regional do Nordeste foi nitidamente complementar e pouco dinâmico frente aos interesses da economia cafeicultora e do Estado brasileiro[57]. Certamente esses estudos têm suas teses validadas na medida em que as análises se propõem a discutir o crescimento e o processo de industrialização do Brasil, cuja base foi a economia agroexportadora sob o patrocínio quase absoluto do Estado. Entretanto, a perspectiva de que o Nordeste também tivesse uma dinâmica produtiva interna e externa, caracterizada pela formação do mercado interno de consumo e pela exportação de seus

[57] Por exemplo, FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil.** 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976; IANNI, Octávio. **O colapso do populismo no Brasil.** 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988; IANNI, Octávio. **Estado e planejamento econômico no Brasil.** 6 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996. DRAIBE, Sônia. **Rumos e metamorfoses:** Estado e industrialização no Brasil 1930/1960. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1985; CANO, Wilson. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil (1930-1970).** 3 ed. São Paulo: ed. da UNESP, 2007. Em boa parte desses estudos, o Nordeste não aparece de forma consistente e discutida, mas, implicitamente, como um espaço que incorpora a dinâmica da economia brasileira e do Estado brasileiro a partir do centro-sul.

produtos, não teve relevância frente aos interesses das elites políticas e cafeicultoras do centro-sul que detinham o poder do Estado.

Nesse contexto, a emergência do Estado como regulador das relações econômico-políticas no pós-30 inverteu a lógica de um determinismo mecânico e direto da economia sobre a política, pois as reivindicações fora do eixo do centro-sul só podem ser consideradas como relativamente fracas, do ponto de vista econômico, e têm um peso político forte, porque os grupos que chegaram ao poder depois de 1930, sem base econômica sólida, pressionavam o fortalecimento do Estado e a consequente ampliação de sua ação intervencionista nesse espaço.

Nessas condições, o poder e o Estado, no contexto do pós-1930, construíram estratégias ora de legitimação do poder revolucionário, nos setores econômicos do Nordeste, ora de cooptação dos grupos a eles vinculados como base da legitimação política do Estado pós-30. Nessa relação Estado–economia–poder, os espaços de enfrentamento e de apoio foram construídos como produtos de aproximações sociais estratégicas. Houve certa interatividade entre os propósitos revolucionários e os anseios das elites políticas nordestinas, sobretudo, se considerarmos a aproximação do programa revolucionário tenentista e os anseios da Região Nordeste. A relação estabelecida entre o poder político revolucionário do pós-1930 e o Nordeste não foi um movimento de dominação e de favores, mas de cooptação e redirecionamento aos interesses de Vargas.

Com o objetivo de modificar as estruturas de poder, o Governo Provisório buscou construir outros espaços de legitimação política como contrapeso aos anseios do centro-sul e, para isso, recuperar os espaços econômicos e de poder do Nordeste foi a estratégia mais consistente no contexto pós-revolucionário de 1930, pois, mesmo que estivessem formalmente representadas pelo Estado, a população urbana e a economia nordestina se encontravam excluída do poder, ou, pelo menos, fora das esferas da sustentação política do Estado.

Dessa feita, a relação estabelecida entre o Governo Provisório e o Nordeste se processou junto com a dinâmica do processo de industrialização e transformação econômica do país pós-1930, e a urbanização das relações de trabalho favoreceu tanto as transformações políticas quanto as sociais. Esse processo provocou o alargamento da presença dos segmentos urbanos como força de pressão ao Estado, representada pelo operariado, pelas camadas médias urbanas do setor de serviços ou pelas transformações

econômicas processadas nesse espaço. Tal pressão, em suas reivindicações, não passaram despercebidas nem puderam ser reprimidas no pós-1930, sob pena de esmigalhar a base de apoio social do Estado revolucionário ou colocar em risco sua soberania (SAES, 1984, p. 101-106). Contudo, essa sustentação socioeconômica do Governo Provisório de Getúlio Vargas deve ser entendida a partir das transformações das relações sociais urbanas, das transformações causadas pelo processo de industrialização no pós-1930 e dos ajustes econômicos e de poder construídos ainda no contexto da Primeira República.

Não se tratou de trazer para o Nordeste brasileiro a ideia de que esse espaço regional seria, de fato, do contrapeso político de Vargas, mas de construir uma perspectiva de ação estatal fora do eixo do centro-sul, com a reestruturação do aparato estatal de modo centralizador e organizado burocraticamente. Para tanto, o sistema de interventorias funcionou como *lócus* dos interesses políticos do Governo Provisório, e alguns investimentos e a criação dos Institutos econômicos voltados para as culturas nordestinas possibilitaram, em larga medida, o crescimento político do Nordeste. Foram os ajustes, os acordos, as nomeações políticas e os investimentos econômicos que garantiram a Vargas o alinhamento do Nordeste a sua política centralizadora e estatizadora e a construção de sua territorialidade de poder, com vistas a legitimar as ações do Governo Provisório.

4.1 – O crescimento econômico e a produção no Nordeste da Primeira República: a dinâmica da economia regional

A contextura regional da economia nordestina da Primeira República pode ser considerada desde as suas conformidades, com a singularidade do espaço regional à formação do lastro político desenhado pelo Governo Provisório de Getúlio Vargas, no que diz respeito à cooptação das elites regionais como base de sustentação política.

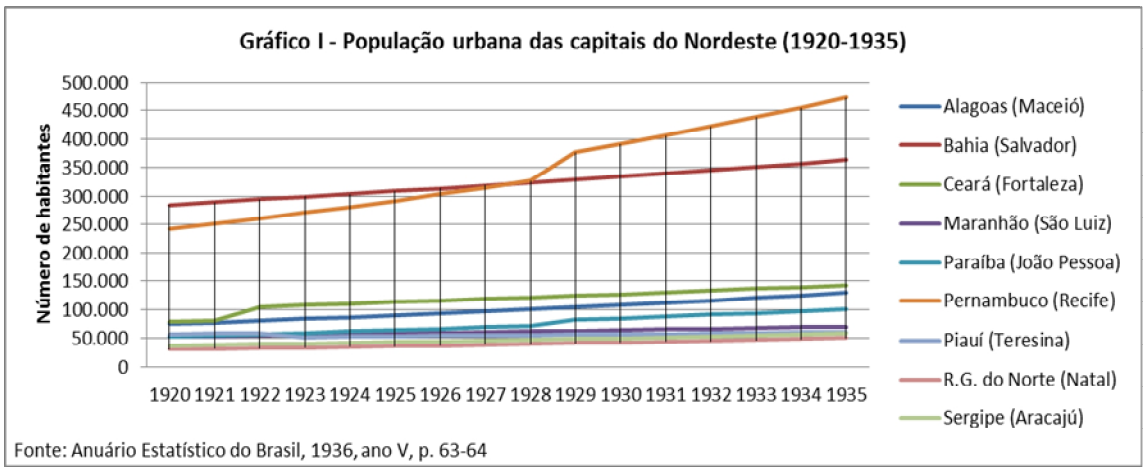
No espaço regional do Nordeste, processaram-se transformações estruturais e sociais, de modo a redefinir o papel dessa região como centro de articulação de poder, transformado e alavancado gradativamente, no período compreendido entre 1920 e 1930. Essa assertiva não significa a substituição e/ou a valoração do espaço nordestino como motor exclusivo da política varguista, mas o estabelecimento de parâmetros de cooptação e redefinições das relações políticas estabelecidas entre o poder central e os estados.

Esse processo pode ser compreendido se considerarmos as mudanças na estrutura urbana do país, iniciadas em um ritmo crescente desde 1872. A população ativa dessa região, até 1920, concentrou suas atividades na exploração do setor primário, contudo o espaço urbano aprofundou a dinâmica social da força de trabalho, e os setores produtivos demonstraram uma crescente demanda de mão de obra para a economia urbana: o setor industrial, de transporte e de comércio (GAREIS, 1994, p. 53), cuja participação obteve taxas de desenvolvimento crescentes e substanciais, mas associadas a uma produção de peso agrário.

Nesse conjunto urbano, a distribuição da população ativa não significou o crescimento amplo da economia nordestina, e a tendência de crescimento econômico do Nordeste, a partir de 1872, favoreceu a concentração de espaços urbanos bastante desiguais e intensamente concentrados no que diz respeito ao desenvolvimento urbano e industrial desse espaço, pois

> a população do Nordeste distribuiu-se de forma bastante desigual nas três regiões naturais em que o Nordeste comumente é dividido: Zona da Mata, Agreste e Sertão. A população urbana é mais expressiva na região da Mata, porque ali se localizam as principais cidades nordestinas. O sertão tem uma taxa de população urbana muito baixa. No agreste a porcentagem da população urbana é reduzida, existindo poucas cidades com densidade populacional (GAREIS, 1994, p. 54).

A pressão populacional descrita acima exerceu uma modificação sobre os tipos estabelecidos de relações de trabalho, sejam eles assalariados e concentrados nos grandes centros urbanos, basicamente situados na Região da Mata, ou não assalariados, concentrados, sobretudo, no Agreste e no Sertão, cujas relações de trabalho funcionavam como recrutamento e subserviência do trabalhador ao patrão, na base da atividade agropecuária e no cultivo de fumo, algodão e café. Centros urbanos como Recife, Salvador, fortaleza, Maceió, João Pessoa e as capitais nordestinas em geral se caracterizaram como centros de grandes transformações econômicas e de dinâmica urbana intensa.



Pelo gráfico acima, podemos perceber que o crescimento populacional urbano foi positivo em todas as capitais nordestinas. Por volta de 1920 a 1935, as transformações urbanas dessas cidades moldaram uma estrutura de organização social que, não necessariamente, estavam ligadas ao mundo rural. Paulatinamente, observaram-se a definição de políticas econômicas e as transformações na identidade social dos nordestinos, no sentido de construir novas formas de articular a região com o restante do país. A expansão urbana e econômica, o crescimento e a modernização industrial do Nordeste fizeram parte de um processo de mudanças que alteraram as relações desse espaço regional com os outros espaços regionais brasileiros. Ou seja, a partir do crescimento populacional urbano, a matriz social e econômica iniciou, gradativamente, outras formas de atuação do Estado na reprodução do capital e da força de trabalho na região.

No caso do Nordeste, as especificidades da acumulação de capital, a reprodução das estruturas sociais, caracteristicamente agrárias, e a organização de classes de modo a reproduzir a herança colonial do "senhor de engenho" tenderam a sofrer alterações com o crescimento da população urbana e a nascente economia de base "industrial" (fabril) nesse espaço. Os anos de 1880 a 1920 foram de grandes transformações econômicas internas. Aproximadamente, já por volta de 1872 (ainda no Império), o Nordeste começou a viver sua paulatina transformação econômica, alavancada pelas transformações de participação da população nos diversos setores da economia. Embora a atuação da população economicamente ativa do Nordeste ainda concentrasse suas

atividades no setor primário, a participação dessa força de trabalho no setor industrial, de transporte e de comércio é significativa.

De acordo com os dados da tabela I, os estados da Bahia, da Paraíba, de Pernambuco e do Ceará concentraram uma movimentação de 13,4%, 6,0%, 11,1% e 11,1%, respectivamente, do montante da população ativa que trabalhava nas indústrias. Esses dados nos permitem entrever uma movimentação crescente de trabalhadores em atividades econômicas sem a base exclusiva das relações de trabalho rural. Porém, mesmo que essas indústrias tenham características de produção de bens de consumo fortemente ligadas ao campo (tecidos, açúcar, cigarros), podemos identificar um movimento crescente de trabalhadores que convergiram para as cidades. Centros como Salvador e Recife, de modo crescente entre 1920 e 1934, concentraram uma população ativa cada vez mais crescente, o que acarretou a constituição de um verdadeiro celeiro de mão de obra livre e assalariada. A consequência desse excedente foi o barateamento da força de trabalho para a indústria têxtil e a açucareira, mais especificamente, a crescente concentração populacional desses centros urbanos, que iniciou um gradativo processo de redefinições e ajustamentos das relações sociais com o poder político estabelecido nesses espaços.

Outro ponto a ser destacado, na tabela I, é a crescente população ativa que integra os serviços públicos desses estados. A somatória dos trabalhadores da força pública e da administração pública nos dá como valores numéricos: 12,7%, 15,3%, 12,4% e 16,6%, respectivamente, para a Bahia, a Paraíba, Pernambuco e Ceará. Esses números indicam que se estabeleceu outro tipo de relações sociais e de *status* e que as funções públicas acompanharam o crescimento urbano, na medida em que as funções e as transformações desses espaços adquiriram um formato “modernizante”. O crescimento das cidades nordestinas, sobretudo das capitais, alavancado por uma movimentação urbana crescente e dinâmica, exceto o contexto entre os anos de 1928 e 1930, devido às condições econômicas da crise de 1929 e da “Revolução de 1930”, favoreceu uma euforia para a condição de “funcionário público”. Esse *status* teve seu peso no conjunto das relações agrárias de poder e de trabalho, pois tal *status* representava o afastamento da prerrogativa agrarista de poder, considerada como desqualificadora pelas elites letradas do Nordeste que, paulatinamente, procuraram se afastar dessa identidade agrária. No bojo dessa construção identitária “modernizante”, o espaço social das profissões liberais foi cada vez mais ampliado.

Essas profissões liberais nos chamam a atenção na tabela I. De acordo com o Anuário Estatístico do Brasil de 1939/1940, os profissionais liberais seriam aqueles que, em geral, tinham atividades de comércio. Nos estados da Bahia, da Paraíba, de Pernambuco e do Ceará, essas profissões atingem percentuais crescentes que partem de 13,6%, 9,6%, 13,4% e 12,2%, respectivamente, ao longo dos anos, aumentando significativamente depois de 1930. Esses dados indicam que as atividades ligadas essencialmente ao urbano cresceram e trouxeram para o Nordeste outra dinâmica para a sociedade, sobretudo, com a chegada da luz elétrica nas capitais nordestinas em meados da década de 1910.

Some-se, ainda, ao crescimento dos centros urbanos nordestinos da Primeira República a conjuntura política de 1919 a 1922, quando da presidência do paraibano Epitácio Pessoa. Sob o fogo cruzado da crise do café e na defesa da política dos governadores, o governo do então presidente trouxe à tona a fragilidade do sistema político do café com leite, porém deu impulso ao desenvolvimento das cidades nordestinas. As obras de combate à seca, empreendidas por esse presidente, colocaram no Nordeste um somatório gigantesco de verbas e movimentaram as relações de poder no sentido de consolidar seus redutos de poder. Entretanto, esse favorecimento político não aprofundou o que já estava posto, em termos de relações oligárquicas, mas serviu para dinamizar o espaço nordestino de produção e movimentação econômica, embora com reservas.

Essa conjuntura, embora apontasse para uma movimentação crescente desse espaço regional, não o caracterizou como espaço de ações políticas amplas, visando se constituir como lugar de peso nas relações de poder do Estado nacional. Portanto, a Presidência de Epitácio Pessoa, politicamente, não foi significativa para o arranjo do café com leite, tampouco, inaugurou uma perspectiva de que esse espaço regional pudesse ser influente na organização do consenso da Política dos Governadores, embora seu significado político tenha exposto os esgotamentos dos ajustes até então moldados para sustentar a ordem política da Primeira República.

Tabela I – População do Nordeste ativa segundo recenseamento de 1920

Estados	Atividades													
	Primárias		Industriais		Transporte e comércio		Força Pública		Administração		Profissões liberais		Serviços domésticos	
Alagoas	221.388	79,3%	29.683	10,6%	13.556	4,9%	1.671	6,0%	2.332	8,4%	2.772	9,9%	6.579	23,6%
Bahia	764.003	73,4%	139.091	13,4%	74.868	7,2%	4.952	4,8%	8.221	7,9%	4.155	13,6%	32.471	31,2%
Ceará	285.017	77,4%	40.963	11,1%	17.581	4,8%	1.569	4,3%	4.545	12,3%	4.487	12,2%	13.328	36,2%
Maranhão	208.430	77,7%	32.578	12,2%	14.362	5,4%	1.177	4,4%	2.597	9,7%	2.438	9,1%	6.198	23,1%
Paraíba	217.027	84,7%	15.318	6,0%	10.192	4,0%	1.619	6,3%	2.297	9,0%	2.456	9,6%	6.718	26,2%
Pernambuco	475.653	75,3%	70,313	11,1%	43.841	6,9%	2.458	3,9%	5.378	8,5%	8.445	13,4%	24.507	38,8%
Piauí	124.561	72,9%	29.104	17,0%	7.338	4,3%	955	5,6%	1.035	6,1%	1.512	8,9%	4.979	29,1%
R.G. do Norte	114.554	79,6%	13.503	9,4%	7.846	5,5%	873	6,1%	1.481	10,3%	1.342	9,3%	3.813	26,5%
Sergipe	104.864	71,5%	24.317	16,6%	9.390	6,4%	697	4,8%	1.502	10,2%	1.502	10,2%	3.869	26,4%
Total do NE	2.515.497	69,1%	394.870	11,9%	198.974	49,4%	15.971	46,2%	27.091	82,4%	29.109	96,2%	102.462	26,1%
São Paulo	882.559	63,9%	229.280	16,6%	139.269	10,1%	11.558	8,4%	24.228	17,5%	38.229	27,7%	42.477	32,9%
Total NE+SP	3.398.056	72,5%	624.150	13,3%	338.243	7,2%	27.592	54,6%	51.319	99,9%	67.338	12,3%	144.939	59,0%

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil, 1939/1940, ano V, p. 1302-1303

Todo esse ensaio urbano modernizante foi significativo, se considerarmos as transformações da estrutura do capital interno do Brasil entre as décadas de 1910 e 1920, pois, no interior do espaço regional do centro-sul e, de certo modo, desconsiderando a dinâmica regional do Nordeste, o país se constituiu como economia de base exportadora de bens primários, privilegiadamente o café. Assim, com o protecionismo do governo federal, a elite dominante paulista procurou sustentar o favorecimento ao seu produto, ao mesmo tempo em que diversificou seu capital: investiram em estradas de ferro, bancos e empresas comerciais. Toda essa diversificação trouxe a oportunidade de acelerar as transformações urbanas, de uma cultura essencialmente agrária para uma paulatinamente urbana e industrializante.

Assim, "a implantação de uma economia de salários em dinheiro, no Brasil, ocorreu dentro do contexto do triunfo do sistema de exportação do café" (DEAN, 1985, p. 252). Isso significa dizer que a constituição de uma economia urbana e industrial foi forjada no interior das relações econômicas e de poder ainda agrárias, e mesmo que tal economia não se firmasse como predominante, foi favorecida largamente pela imigração europeia, que forneceu mão de obra alfabetizada e qualificada, em detrimento dos trabalhadores nativos não alfabetizados, a maioria de trabalhadores rurais migrantes para as cidades.

O processo de transformação da estrutura do capital agrário para o capital urbano e industrial se processou por uma via de acumulação de lucros e incentivos convergentes para a região cafeicultora do centro-sul, e a transferência dos investimentos e da mão de obra também se processou na direção Nordeste-Sudeste. Ora, mesmo que a presidência de Epitácio Pessoa tenha sido responsável pelo *boom* de investimentos no Nordeste, com a justificativa de combater a seca, esses investimentos não tiveram outro propósito senão o de garantir a permanência dos grupos oligárquicos nos estados nordestinos. De outro lado, as iniciativas de Epitácio Pessoa não ultrapassaram as ações contra as secas na região, ou seja, no plano político, o que preponderou foi o acordo do café com leite e o contínuo protecionismo do Estado brasileiro aos interesses dos grupos cafeicultores do centro-sul. Ainda de modo convergente,

> a República estorvou a criação de um mercado nacional para os artigos manufaturados permitindo que os estados tributassem a exportação de mercadorias, indiscriminadamente, para portos estrangeiros e para outros

> estados. Havia também muitos impostos locais que equivaliam as tarifas interestaduais de importação. Como esses impostos fossem aplicados principalmente pelos estados mais pobres, de limitadas possibilidades de renda, tiveram por efeito restringir um pouco a penetração de bens manufaturados do centro industrial de São Paulo- Rio. Alarmados pelo protecionismo do governo federal, os estados nordestinos também ofereciam isenções de impostos e contratos de compra a longo prazo a novas fábricas dentro de suas divisas, mas essas medidas foram insuficientes para fomentar a indústria, e a diferença entre os níveis regionais de renda continua a aumentar durante a República Velha. os fabricantes do centro industrial foram compensados pela perda de mercados marginais, visto que o controle da política fiscal e monetária da União pelos estados plantadores de café asseguraram uma crescente concentração de crédito e renda em suas áreas (DEAN, 1985, p. 254).

Essa conformação econômica organizada pelo Estado brasileiro imprimiu os rumos do processo de acumulação de capital em escala nacional e garantiu que as áreas econômicas do centro-sul pudessem desfrutar livremente da concorrência capitalista. Então, se as assertivas de crescimento econômico pleno e de capital industrial tiveram seu desenvolvimento nos estados do centro-sul, tal conformação foi emplacada por uma concentração de capital que favoreceu os interesses particulares dos cafeicultores dessa região. Por mais que tais interesses não se configurassem como politica de Estado, na prática, a convergência foi a construção um centro econômico dominante. O resultado dessas políticas protecionistas do Estado brasileiro foi a constituição de uma série de regiões com mercados isolados, relativamente desligadas umas das outras ao longo do período que vai de 1820 a 1930.

Ressalte-se, contudo, que essa convergência ainda foi frágil e permeada por crises internas e externas impeliu o Estado brasileiro a constantes ajustes na política de valorização do principal produto da balança comercial do Brasil na Primeira República - o café. O que se sobressai é um mercado interno de relativa mobilidade e com uma dinâmica comercial crescente. Nesse ponto, os produtores regionais do Nordeste são preponderantes, pois foi nesse espaço – devido ao declínio da demanda externa de comercialização dos produtos brasileiros – que os produtores nordestinos construíram as relações comerciais entre as regiões, associados aos representantes do capital mercantil, e exploraram os canais de comercialização interna, o que constituiu o mercado interno brasileiro.

Essa dinâmica, porém, não pode ser colocada como primaz na perspectiva do desenvolvimento econômico do espaço nordestino. Tais canais de comercialização, mesmo que crescentes, em 1820, estagnaram a partir da década de 1920. A acumulação e a diversificação da economia paulista, acompanhada em seu “grande salto”, por volta

de 1905 a 1907, construíram as raízes da concentração industrial brasileira com a intensa acumulação de capital - seria o que Wilson Cano denominou de "concentração por estímulo" (CANO 1977).

De acordo com esse autor, a "concentração por estímulo" paulista deu-se no momento em que se seguiu a Primeira Guerra Mundial, e o comércio exportador, sufocado pelas restrições da guerra e do pós-guerra, deu lugar a um comércio interno que cresceu, gradativamente, para atender à demanda das outras regiões do país. De outro lado, já no contexto da década de 1920, quando os primeiros sinais da crise mundial, cujo ápice seria o ano de 1929, passaram a ser sentidos no Brasil, a economia paulista passou por um momento de "concentração por necessidade". Esse segundo momento do desenvolvimento econômico de São Paulo foi alavancado pela tentativa de conquistar os mercados regionais de forma mais intensa e conjugada, e a viabilidade dessa estratégia derivou-se do mercado dinâmico do café que, entre outros incentivos, contou com o apoio do Governo Federal. Para Wilson Cano, a concentração por necessidade da economia paulista foi também qualitativa, na medida em que a diversificação da sua base econômica ultrapassou as relações meramente agrárias (CANO, 1977, p. 227-256). Ainda seguindo a análise de Wilson Cano, o processo de industrialização paulista, em detrimento das demais regiões do país, nas condições restringidas pela Primeira Guerra Mundial, seria quase fatalítico, caso o conflito não tivesse ocorrido:

> Entretanto, se não houvesse ocorrido a primeira guerra, é muito provável que aquilo que teria sido uma concentração por estímulo tivesse de ser uma concentração por necessidade, pela razão simples de que a acelerada acumulação que preceda a guerra talvez também imprimisse a necessidade de conquista de mercados exteriores, já naquele período [1905 a 1907], a fim de evitar a ociosidade de grande parte de seus equipamentos [...].
> A introdução de equipamentos industriais complexos, como o de bens de capital, de cimento, de aço, química, etc., enquadrar-se-ia "naturalmente" nesse processo. Ocorrendo durante a década de 20 aquilo que se poderia chamar de primeira ordem de inversão de bens de produção, tais investimentos, obviamente encontrariam as melhores condições de localização, principalmente, pelo lado da demanda, o que viria reforçar, ainda mais, o processo de concentração regional. Direcionado para um âmbito maior que de uma "simples região", sua implantação, em São Paulo, reduzia ao mínimo as possibilidades de que o restante do país pudesse contra com plantas similares (CANO, 1977, 234 e 235. Grifo nosso).

O autor se esquece de que o processo de industrialização e a concentração econômica que favoreceram o desenvolvimento do São Paulo foram construídos na base de um contexto histórico agrarista. Isso significa que as transformações econômicas

ocorridas no Brasil, mais precisamente, entre o final da primeira Guerra Mundial e a crise de 1929, não favoreceram o centro-sul apenas por situações estreitamente econômicas. A base do desenvolvimento econômico dessa região tem a ver com os rumos e a ideia de Estado Nacional construído pelas elites políticas constituídas desde a independência do Brasil[58].

Em seus argumentos, o autor esqueceu-se de mencionar que, alinhado a esse suposto desenvolvimento "fatalístico" do centro-sul, os representantes dos estados do centro-sul na Câmara Federal construíram um bem articulado conjunto de ações políticas. Essa constatação emergiu no debate, na tribuna da Câmara Federal, entre o deputado Otávio Mangabeira, da Bahia, e Hermes da Fonseca, do Rio Grande do Sul, em 1914. A discussão teve por foco a disponibilidade de empréstimos aos estados para amparar a produção nacional no valor de 100.000 contos e a má distribuição entre os estados. Segundo Otávio Mangabeira, as Delegacias Fiscais, nos estados fora do eixo do centro-sul, não têm as instruções necessárias para que se possam adquirir esses empréstimos, o que justifica este protesto do deputado baiano:

> O governo deveria fornecer às delegacias fiscais instruções minuciosas, de maneira que representantes da fazenda nos estados pudessem dar aos interessados que os procurassem os esclarecimentos precisos, relativamente à operação; ao mesmo tempo deveria armar essas Delegacias Fiscais de autoridade bastante para, ou resolver sobre o caso, ou remeter as propostas, com urgência, para que o Ministro delibere.
> E quer ver Exª., de um modo muito expressivo, que puramente a verdade o que estou referindo? É que justamente o Rio de Janeiro, São Paulo e o Rio Grande do Sul é que têm feito empréstimo.
> Por que o Rio de Janeiro? Porque o Rio de Janeiro é a sede do governo. Por que o Rio Grande do Sul? Porque o Rio Grande do Sul é a terra do ministro da Fazenda. Por que São Paulo? Porque São Paulo, pode-se dizer, colaborou bem de perto nas providencias tomadas; de lá veio o honrado diretor do Banco da Indústria e Comércio, o Dr. Rubião Junior, que é também um dos próceres acatados da política paulista, que acompanhou inteligentemente tudo que se passou e, portanto, levou para São Paulo informações esclarecidas (MARINHO, 1978, p. 101).

[58] Isso porque o bloco de poder que emergiu com a independência do Brasil provocou a total erosão da estrutura de poder dominante até então, de base portuguesa e de corpo administrativo também metropolitano. Embora a burguesia mercantil tenha acabado com a herança portuguesa no poder, a natureza do novo bloco continuou a ser agrário-mercantil. E essa natureza favoreceu largamente a hegemonia dos interesses tidos como "nacionais". Mais precisamente, a emergência administrativa da nação brasileira foi agrária e voltada para os interesses dessa classe, pior isso a preponderância dos proprietários rurais na política brasileira. Ou seja, "foi do arsenal ideológico do liberalismo que as elites rurais agroexportadoras extrairiam os elementos que fundamentaram sua unificação e o seu estabelecimento como classe hegemônica que imporia, como se fosse geral, o seu projeto político à sociedade brasileira como um todo" (SILVEIRA, 2009, p. 106).

No discurso de Otávio Mangabeira, percebe-se a canalização dos investimentos e dos empréstimos recorrentes na proteção da produção setorial em suas necessidades sob a égide de produção nacional. No decorrer do debate, a fala do Deputado Astolfo, Dutra de Minas Gerais, ilustrou essa canalização:

> É preciso que V. Exa. Note uma coisa: protegido o café, este benefício há de refletir vantajosamente sobre todos os gêneros de produção nacional, porque é um fenômeno que nós não podemos contestar, que, uma vez próspero o café, essa prosperidade traz um reflexo sobre as demais produções, que são satélites do café. Com a valorização do café, valoriza-se até a própria capacidade individual (MARINHO, 1978, p. 105).

A fala desse deputado mineiro pode ser considerada o eco do discurso que prevaleceu no governo federal, nas ações e nos arranjos de investimentos direcionados à cafeicultura do centro-sul. A ideia de "capacidades individuais" aludida pelo deputado nos remete ao entendimento de que, uma vez valorizado o café, os estados não produtores teriam suas capacidades de desenvolvimento econômico alargadas, portanto, não haveria concentração de investimentos, mas reflexos positivos e possibilidades de crescimento ampliado.

Não foi o que de fato ocorreu. Os debates fazem-nos entender que a configuração do Estado Nacional brasileiro é uma representação do centro-sul do país, e a ideia de um desenvolvimento econômico só pela diversificação da produção não é suficientemente sustentável, como defendeu Wilson Cano, sem que consideremos os arranjos políticos de verticalização dos investimentos que privilegiaram a produção dessa região e colocaram a produção do restante do país como reflexo sob a proteção do café. Esse discurso foi rebatido pelo deputado Otávio Mangabeira, que afirmou: "S. Exª há de convir que, no momento, e para os outros produtos, não lhe basta o reflexo. Eles hão de querer, naturalmente, alguma coisa mais eficiente, alguma coisa mais prática do que o simples reflexo" (MARINHO, 1978, p. 105).

Se constatarmos que, no Nordeste, houve certa concentração de equipamentos industriais (têxteis e de manufaturamento de bens da produção agrícola da região), como aponta o Anuário Estatístico de Brasil de 1939/1940, em suas tabelas produtivas, podemos auferir que a concentração econômica e a formação de um centro dinâmico da economia brasileira, no centro-sul do país, foram forjadas na conjuntura da política dos governadores e dos interesses da elite cafeicultora.

Florestan Fernandes refere que a formação da consciência da nação e de sua matriz econômica foi um misto de avanços e de recuos, no que diz respeito à reprodução da estrutura política e social herdada da Colônia e do Império. E como o Brasil se integrava ao sistema mercantil internacional, engendrado pela expansão do capitalismo comercial, o Estado Nacional brasileiro deveria ser instrumentalizado segundo a utopia dessa classe agrário-exportadora. Nesse sentido, o Estado Nacional e sua política econômica seriam formais em seus fundamentos e patrimonialistas no plano político (FERNANDES, 1976, p 35-36 e 68)[59]. A definição do Estado como agente da política econômica foi do interesse das elites agrárias e exportadoras, que tenderam a se consolidar com a proclamação da República e a configuração da Política dos Governadores. Para Rosa Godoy Silveira,

> ao nível político, o Estado Nacional afigurar-se, aos olhos das elites rurais, como modelo de Estado a ser estabelecido no país, decorria do fato de que, para tais elites, viabilizava alguns requisitos imprescindíveis à própria constituição e manutenção da classe: em primeiro lugar criava mecanismos de superação do "esbulho", mas não da estrutura colonial; em segundo organizava e utilizava o poder a seu favor, em outras palavras, estendia o plano de domínio para o plano da coletividade. A conjunção de tais requisitos demandava a organização da sociedade política capaz de instruir, no plano legal, o privatismo como princípio de ordenação societária. Ainda implicava criar uma solidariedade entre as várias frações de classe dos proprietários, de modo a evitar que se fragmentassem, concretizando uma tendência latente que o domínio privado da unidade produtiva favorecia (SILVEIRA, 2009, p. 109).

As afirmações da autora são relevantes, considerando que a organização da estrutura econômica do Brasil, concentrada na região, configurou-se como base da balança comercial do Brasil. Se o esbulho da herança colonial já havia sido superado pela proclamação da República em 1889, a estrutura do Estado patrimonialista da colônia e do Império, com alguns avanços e recuos, permaneceu. Mais ainda, tanto o plano político quanto o econômico foram favorecidos pela engrenagem ideológica de poder da Política dos Governadores, que ordenou as frações de proprietários como coparticipativas no estabelecimento da hegemonia da unidade produtiva do Estado no centro-sul.

Essa coparticipação nos remete às questões que envolvem as políticas de valorização do café[60], com as quais o Brasil procurou garantir a solidez econômica do

[59] Para um estudo mais sistemático sobre o Estado patrimonialista, consultar: URICOCHEIA, Fernando. **O minotauro imperial:** a burocratização do estado patrimonial brasileiro no Século XX. Rio de Janeiro: Difel, 1978.

[60] As políticas de valorização do café pelo Estado brasileiro ocorreram quando o preço do café, no mercado internacional, enfrentou desvalorização constante. Para garantir o lucro dos produtores, o

Estado, devido às formas desarticuladas nas quais se desenvolveu o capitalismo brasileiro, cujos limites operaram descompassos políticos, sociais e econômicos. Ou seja, as finanças públicas estavam reféns dos fluxos e refluxos do mercado exterior. Portanto, o que cabia ao Estado era apenas tributar as importações e, na mesma medida, as importações e exportações dos governos estaduais nessa configuração.

> A fragilidade financeira do Estado era, portanto, dupla. A receita federal dependeu quase exclusivamente do desempenho da economia cafeeira, sua principal fonte permanente, e fico atrelada a seu andamento cíclico. Por outro lado, a receita pública estadual, além de sujeita aos sabores do comércio exterior, distribuiu-se muito desigualmente do ponto de vista regional, e apenas os estados cafeeiros contaram com uma base tributária estável. Mesmo um Estado assentado sem os fundamentos de um mercado nacional integrado, unificado pelos interesses hegemônicos de uma fração de classe verdadeiramente nacional, tinha de contemplar, na política de gasto federal, os interesses das demais classes e frações de classes integrantes do bloco de poder (SILVA, 1976, p. 60).

Vemos, então, que a fragilidade de capital era limitada em seus fins e até mesmo na geração desse capital pelo Estado. Por essa razão, é importante valorizar constantemente o café como produto base da geração desse capital interno. O complicador é que, durante a Primeira República, o Brasil não tinha um mercado consumidor interno integrado que pudesse garantir a captação de capital, seja por tributos ou por movimentação dos lucros gerados com as exportações[61].

Outro ponto ainda mais limitador do capitalismo brasileiro é a gestão estatal do trabalho, o que significa que o domínio da produção capitalista e seu aprofundamento não foram de interesse dos grupos detentores do poder econômico, e as relações de trabalho continuavam a ser vistas como desprezíveis, sem a perspectiva de ser transformada em um tipo específico de mercadoria. O aparelho ideológico do Estado esteve apto apenas a "forçar" a reprodução de um tipo de relação trabalhista ainda com resquícios do escravismo ou da subserviência ao patrão.

---

governo criou mecanismos de estabilização do câmbio, comprou os estoques excedentes e até retirou o produto do mercado para forçar a alta dos preços. A intenção do governo foi de garantir algum lucro aos produtores ou, pelo menos, que os produtores brasileiros não tivessem prejuízos. As chamadas políticas de valorização do café foram colocadas em prática pelo governo federal em 1906, 1917 e 1921.

[61] Essas afirmações explicam porque o Estado brasileiro não poderia substituir os incentivos ao café para manter a receita interna. A ampliação da dívida externa favoreceu os incentivos ao café, com o objetivo de equilibrar a balança de pagamentos da dívida externa brasileira que, no contexto de crise da década de 1920, estava contrária a qualquer renegociação. Portanto, construir outra base de arrecadação, sejam eles o imposto de renda ou o imposto de consumo, significaria limitar a arrecadação, e nem os setores das classes dominantes nem a pequena burguesia rural e urbana estavam dispostos a ter seus lucros reduzidos com o aumento da carga tributária.

Todo esse cenário econômico interno, refém do cenário de crise externa, acentuada a partir da década de 1920, favoreceu o afunilamento das políticas de geração e incentivos de capital ao centro-sul. Para o governo brasileiro, o crescimento e o distanciamento da bancarrota fiscal implicavam a solidez do mercado do centro-sul, e para o restante do país, as ações deveriam ser emergenciais ou até reflexivas, como salientou o deputado federal mineiro Astolfo Dutra. Tal conformação, longe de ser isenta politicamente, não significou atraso ou estagnação de outras regiões, sobretudo do Nordeste.

Na análise das relações socioeconômicas e políticas do Nordeste, percebe-se o conteúdo abstrato de conceitos desqualificadores quanto à dinâmica produtiva dessa região. Colabora com essa afirmação a ideia de que o Nordeste seria o *lócus* de um modelo de poder e de relações econômicas pouco dinâmicas, mais ainda, atrasado. De fato, o que se processou foi um isolamento relativo, devido à ausência de um mercado interno dinâmico e integrado. E mesmo que a economia nordestina da década de vinte não tenha sido preponderante, no conjunto das transformações econômicas do Brasil, constantemente mergulhado em manobras e soluções de sustentação da economia cafeeira, o setor econômico do Nordeste não chegou a uma prostração ou involução econômica. A perspectiva de uma evolução econômica restrita ou de uma gradativa transformação econômico-social e urbana nos revela uma dinâmica de ajustamento às demandas internas que, processualmente, começou a ser dotada de infraestrutura e de meios de interligação entre várias sub-regiões e estados nordestinos que, segundo Leonardo Guimarães Neto,

> desempenharam um papel compensatório, em relação ao comportamento de produtos primários principais da pauta de exportação nordestina, as exportações dos produtos de menor importância: sobretudo cacau e fumo. No caso desses produtos, as quantidades alcançaram suas marcas mais altas nos primeiros decênios do século atual [1910-1920], quando mais acentuado é o declínio dos produtos tradicionais da pauta de exportação na região. No entanto, examinando a pauta de exportação dos principais produtos exportados pelo Brasil cuja produção estava concentrada sua maior parte nos estados nordestinos, não se pode negar que prevaleceu, no cômputo geral, o declínio observado, anteriormente para o açúcar e o algodão (GUIMARÃES NETO, 1986, p, 62. Grifo nosso)[62].

[62] O declínio e a desvalorização no mercado externo da produção nordestina de açúcar fizeram com que os usineiros da região tentassem conseguir do governo federal uma política de valorização do produto em 1911, o que foi negado. Diante da crise, os produtores nordestinos, sobretudo, os pernambucanos, em consequência da desvalorização do seu produto, presenciaram uma crescente crise na produção pela extinção dos banguês, a ponto de explodirem confrontos violentos entre os usineiros e os fornecedores de cana de açúcar, depois de 1930, quando os preços não compensaram os custos da produção.

As análises do autor nos revelam que a dinâmica das exportações nordestinas se deu pela substituição por outros produtos e aumentou suas somas, mesmo estando em baixa em relação ao setor exportador no cômputo geral do Brasil. Entretanto, temos que entender que essa substituição de exportação dos produtos da balança comercial do Nordeste foi uma substituição em um contexto de crise do mercado internacional. Como já apontamos, o ajustamento para o setor econômico da região foi de evolução, no sentido de canalizar a produção regional para o mercado interno. Um exemplo disso é que as safras pernambucanas de açúcar de 1921/1925 e 1926/1928 atingiram cifras de 70% das quantidades exportadas para o mercado interno brasileiro (IBGE - ANUÁRIO ESTATÍSTICO 1939/1940, p, 1375-1379)[63]. Esses indicadores demonstram que o setor da economia nordestina também teve sua dinâmica e sua evolução e que a região foi palco de transformações consideráveis que levaram a reboque o crescimento de relações sociais bastante complexas.

No que se refere ao setor algodoeiro, a articulação econômica operou algumas ações conjugadas, ou seja, o *boom* algodoeiro envolveu Pernambuco e a Paraíba. Vejamos alguns dados:

Tabela II – Produção de algodão em caroço na Paraíba em kg (1901-1930)

Ano	Produção	Ano	Produção	Ano	Produção
1901	4.890,460	1911	14.253,061	1921	12.433,118
1902	7.358,472	1912	16.574,745	1922	26.270,588
1903	9.354,496	1913	19.440,526	1923	28.000,000
1904	7.055,798	1914	12.051,752	1924	20.000,000
1905	7.066,024	1915	11.285,961	1925	15.200,000
1906	8.551,200	1916	13.201,378	1926	29.000,000
1907	10.760,972	1917	16.664,376	1927	22.000,000
1908	7.902,813	1918	9.881,471	1928	19.000,000
1909	9.386.019	1919	6.581,820	1929	29.000,000
1910	13.531,122	1920	9.372,868	1930	18.000,000

Fonte: VASCONCELOS, Silvano Alberto de. **A ascensão e a queda da economia algodoeira de Campina Grande (1907-1940):** um estudo de caso. Dissertação (Mestrado em Engenharia da Produção). João Pessoa: Centro de Tecnologia/UFPB, 1980, p. 84.

[63] Ver também as considerações de EISEMBERG, Peter L. **Modernização sem mudanças.** São Paulo: paz e Terra, 1977.

Tabela III – Destino do algodão comercializado em Capina Grande e João Pessoa (1919-1924)

Ano	Procedência (em kg)				Destino (em kg)	
	Campina Grande	%	João Pessoa	%	Recife	%
1919	5.221,008	100	1.793,408	34,4	3.417,600	65,6
1920	10.317,184	100	3.443,648	33,3	6.873,536	66,7
1921	8.976.960	100	3.899,840	43,4	5.077.120	55,6
1922	10.529,216	100	2.643,200	25,1	7.886,616	74,9
1923	14.053,568	100	1.245,248	8,8	12.808,320	91,2
1924	9.105,344	100	6.089,744	66,3	8.065,600	33,7

Fonte: VASCONCELOS, Silvano Alberto de. **A ascensão e a queda da economia algodoeira de Campina Grande (1907-1940):** um estudo de caso. Dissertação (Mestrado em Engenharia da Produção). João Pessoa: Centro de Tecnologia/UFPB, 1980, p. 71.

Tabela IV – Algodão: exportação pelo porto de Recife (1918-1928)

Safra	Destino					
	Nordeste		Sudeste		Exterior	
	Toneladas	%	Toneladas	%	Toneladas	%
1918/1919	469,7	7,2	4.688,7	71,4	953,0	14,5
1919/1920	527,8	5,2	4.923,5	48,9	4.483,9	44,6
1920/1921	871,8	8,2	8.318,0	79,1	848,7	8,1
1921/1922	519,9	3,7	6.571,1	47,7	5.769,0	41,9
1922/1923	328,8	3,3	4.843,2	48,3	4.379,6	43,7
1923/1924	490,0	6,8	3.672,0	50,8	2.340,2	32,4
1924/1925	449,2	5,2	4.221,5	48,9	3.243,9	37,6
1925/1926	303,9	3,5	4.589,3	52,3	3.241,4	39,0
1926/1927	281,6	2,3	7.901,7	63,7	3.093,7	25,0
1927/1928	407,3	3,6	5.979,9	52,3	4.081,4	35,6

Fonte: Adaptada da tabela em anexo no estudo de GONÇALVES & SILVA. **O açúcar e o algodão em Pernambuco.** Recife, 1929.

As tabelas acima mostram que, no Nordeste, o surto da economia algodoeira gerou uma grande soma em sacas, produzidas tanto na Paraíba quanto em Pernambuco[64], e que escoaram no porto de Recife. As proporções nos permitem auferir que a economia nordestina teve uma movimentação crescente, se considerarmos o

[64] No tocante à produção algodoeira de Pernambuco, a média atingida para o quatriênio de 1927 a 1931 foi de: 40.135 toneladas de algodão de caroço e 17.201 toneladas de algodão em rama. Para o triênio 1932 a 1934 a média da produção algodoeira pernambucana foi de: 39.994 toneladas de algodão de caroço e 17.141 toneladas de algodão em rama. Esses dados demonstram que a produção algodoeira pernambucana permaneceu em um ritmo estável de produção de 1927 a 1934, seguido de alta nos anos de 1935 e 1936. Ver: **Anuário Estatístico do Brasil.** Ano III. Rio de Janeiro: Tip. Do Dep. De Estatística e Publicidade, 1937; p. 212. No que diz respeito a área cultivada, Pernambuco atingiu valores expressivos para o quinquênio de 1932 a 1936:

Tabela V – Área cultivada com algodão em Pernambuco – 1932 a 1936 (em hectares)

Produto	Área cultivada (hectares)				
	1932	1933	1934	1935	1936
Algodão	120.000	67.000	182.803	165.300	156.530

Fonte: **Anuário Estatístico do Brasil.** Ano III. Rio de Janeiro: Tip. Do Dep. De Estatística e Publicidade, 1937; p. 201.

aumento contínuo da produção algodoeira paraibana e da pernambucana, principalmente a partir de 1920, quando o fluxo da produção algodoeira paraibana atingiu volumes grandiosos de safras anuais.

O escoamento da produção, feito, quase que exclusivamente, pelo porto de Recife, levou a economia pernambucana a aliviar a dependência do açúcar nos termos da movimentação portuária e das divisas secundárias que a produção do algodão havia gerado. Muito mais do que isso, a produção algodoeira do Nordeste foi responsável por movimentar o dinamismo econômico da região sem que se pensasse em estagnação econômica. É certo que a dinâmica econômica da indústria algodoeira, pelo menos de 1927 a 1934, movimentou a região e favoreceu o surgimento de indústrias ligadas a essa atividade econômica. Nesse particular, podemos observar transformações que circulam entre as relações de trabalho do campo – rurais - e as relações de trabalho das cidades – fabris. Com essa constatação, podemos dizer que, apesar de haver uma dinâmica econômica e social no espaço nordestino, as relações sociais de produção se comportavam, ainda, associadas a uma agricultura de subsistência, o que permitiu a recriação de relações de trabalho arcaicas.

A dinâmica social alavancada pelo *boom* da produção algodoeira foi considerada um assunto de organização estatal. Nos estados do Nordeste, apesar de experimentarem a movimentação intensa dos dividendos decorrentes da produção do algodão, coube à administração estatal providenciar ações que regulassem ou estabelecessem um regime de regulamentação da produção algodoeira, desde a produção à instalação de fábricas voltadas para a cadeia de produção do "ouro branco". Na Paraíba, houve incentivos da parte do Estado para a instalação de usinas de beneficiamento. Embora de modo cauteloso, esses incentivos foram conjugados com a participação de investimentos estrangeiros. As empresas Wharton Pedrosa & Cia e a Companhia Parahybana de Beneficiamento e Pesagem do Algodão – CPBPA - foram caracterizadas por seu capital nacional e estrangeiro (FERNANDES, 1999, p. 142-147).

Em Pernambuco, o setor têxtil iniciou as primeiras manufaturas com a *Companhia de Fiação e Tecidos de Pernambuco S. A.,* criada em 1884. No início do período republicano, outras fábricas também se instalaram nesse estado, entre elas, a C*ompanhia Têxtil de Aninhagem* – instalada em 1891, a *Companhia de Tecidos Paulista* – também instalada em 1891 e de propriedade da família Ludgren, e a *Companhia Industrial Fiação e Tecidos Goyanna* – instalada em 1893 na cidade de Goiana. Nos anos de 1920 e 1930,

Pernambuco vivenciou grandes investimentos no setor têxtil, que foram desde a construção das vilas operárias – construídas pela *Tecelagem de Seda e Algodão de Pernambuco* e pela Indústria *Cotonífico José Rufino*, no ano de 1926 – ao aparelhamento do setor, cujos crescentes investimentos de capital impulsionaram a economia pernambucana e diversificaram as relações de trabalho, como podemos auferir pela tabela abaixo.

Tabela VI – Estrutura, operariado e capital da indústria têxtil de fiação e tecidos de Pernambuco (1889 a 1927 e 1934)

Especificações	**Anos**				
	1893 (1)	1907 (2)	1920 (3)	1927 (4)	1934 (5)
Nº de estabelecimentos	1	8	9	10	22
Capital empregado	1.200:000	19.241:660	36.564:734	52.650:000	87.090:000
Nº de operários	510	3.700	6.800	11.488	18.444
Valor da produção	807:300	9.840:073	28.861:869	72.329:00	93.753:969*
Força motriz HP	.....	2.764	8.946	9.375	12.010

Fonte: (1) SINGER, Paul. **Desenvolvimento econômico e evolução urbana.** 2 ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1977, p. 305-306.
(2) Inquérito Industrial do Centro Industrial do Brasil. Vol. III. Rio de Janeiro: M. Orosco e Cia, 1911, p. 78-83.
(3) Annuário Estatístico de Pernambuco. Ano I, 1927, p. 301.
(4) Annuário Estatístico de Pernambuco. Ano III, 1929, p. 386.
(5) PEREZ, Apollonio & CAVALCANTI, Manoel M. **Indústrias de Pernambuco.** Recife: Imprensa Industrial, 1935.
*Valor da produção exportada em 1934
Tabela adaptada a partir de similar contida no estudo de: DOMINGUES, Luiz Manoel. O processo de industrialização em Pernambuco (1890-1920). IN: **Revista Symposiu M.** Ano 4, nº 1, janeiro a junho. Recife: Universidade Católica, 2000, p. 57-76.

Se abrirmos um pouco mais o leque da economia algodoeira no Nordeste, de 1820 a 1930, encontramos o estado da Bahia com uma estrutura fabril algodoeira expressiva. Já no fim do Século XIX, esse estado concentrou expressivo setor industrial voltado para o manufaturamento do algodão:

> Ao final do século XIX, a economia baiana exibia sinais de uma industrialização expressiva para o Brasil da época: havia 123 fábricas no Estado, sendo 12 de tecidos, todas em atividade. O período compreendido entre o final do século XIX e a década de 1930 é considerado o auge da indústria têxtil baiana. Houve uma concentração de empresas, exemplificada pelas Companhias União Fabril da Bahia (resultante da fusão de cinco fábricas em 1891) e Companhia Progresso Industrial da Bahia, que incorporou as fábricas Todos os Santos e Nossa Senhora do Amparo em 1887. Data também desse período a criação da Companhia Empório Industrial do Norte (STELLING, 2003, p. 73).

Essas empresas não estavam estabelecidas no território baiano apenas com capital nacional, e os investimentos demandavam, principalmente, comerciantes

ingleses[65]. Elas estavam concentradas nos arredores de Salvador e no Recôncavo Baiano. E como bem salientou José Luiz Sampaio (1975), o capital mercantil gerado por essas empresas favoreceu o crescimento de uma dinâmica regional ampla, embora entrelaçada na teia das relações de poder legitimadas pela conjuntura da política do café com leite. Sentindo fortemente os efeitos da política financeira oficial, a economia baiana chega a um patamar de participação econômica decrescente, ou seja, a porcentagem da Bahia, no total da indústria nacional, apurada no Censo de 1920: em capital aplicado (3,5%), força motriz (4,0%), operários (5,7%) e produção (2,8%); no Censo de 1940, caiu para, respectivamente, 1,9%; 2,3%; 3% e 1,3%.

Para Tavares (1966) e Almeida (1977), esse processo involutivo do crescimento econômico da Bahia, a partir da década de 1920, tem como provável explicação a contínua desmobilização do crescimento econômico do estado face às políticas de valorização do café. Por outro lado, Tavares avança quando adverte:

> Estamos para advertir não propriamente uma involução, mas antes a verificação de que as empresas manufatureiras criadas não cresceram em virtude do sistema econômico baiano, estruturalmente agrário-mercantil. Com uma tal premissa, além de constatarmos os pontos de estagnação comuns ao desenvolvimento industrial de todo o Brasil – falta de capitais, carência de força motriz, pobreza de mão-de-obra técnica, deficiência do mercado interno–, salientamos a subordinação das empresas industriais baianas às grandes firmas comerciais, através do mecanismo da consignação (TAVARES,1966, p. 5).

O ponto de involução do estado baiano foi a subordinação das empresas locais ao capital externo, o que desfavoreceu a dinâmica interna em detrimento de investimentos e aplicações nos setores fora da Bahia, e/ou fugiu da estrutura agrário-mercantil do estado. Nas palavras de Otávio Mangabeira, havia um "enigma baiano" a ser solucionado, pois como entender que uma economia próspera do final do Século XIX e ainda em franco desenvolvimento percorre um processo de travamento do seu crescimento? Talvez a explicação esteja no "ritmo fraco de capitalização devido à decadência política da Bahia na República, efeito e novamente causa" (ALMEIDA, 1977, p. 72)[66].

---

[65] Um exemplo é a Companhia Fabril dos Fiaes, entre cujos fundadores tinha Archibald Mac Nair, Arthur Henry Willcox, Charles Vaughan e James Scott Withnall, todos comerciantes ingleses de Manchester, o primeiro radicado na Bahia. Essa fase tem início por volta de 1891 e se estende por quase todo o período da República Velha.

[66] Outra questão importante a ser colocada sobre a economia baiana da Primeira República diz respeito a certa pluralidade da sua produção, ou seja, ao lado do setor algodoeiro, não podemos deixar de mencionar a produção cacaueira, que respondeu por 40% das exportações baianas, no final da década de 1920, perfazendo uma cifra de 20 a 25% das receitas públicas do estado. Outra cultura integrante da produção econômica da Bahia é o fumo. O setor da produção fumageira teve o seu lugar garantido na balança

Se fizermos um paralelo conjuntural das economias da Paraíba, de Pernambuco e da Bahia, constataremos que o desenvolvimento do capital regional e, consequentemente, as primeiras experiências industrializantes não estão estagnados a ponto de haver um processo involutivo da economia nordestina a partir da década de 1920. Mesmo que, na Bahia, os patamares de crescimento não atingissem uma escala crescente em relação a outras regiões, notadamente o centro-sul, o complexo da economia nordestina se destacou na perspectiva de construir uma via de comercialização da produção pelo mercado interno.

Esse avanço ou, pelo menos, essa movimentação da economia nordestina, em direção ao mercado interno, construiu uma engrenagem que, se não avançou em termos de desenvolvimento de uma zona econômica influente, constituiu-se como capital mercantil cada vez mais articulado entre as regiões brasileiras, de modo a absorver diversas relações de trabalho, combinando formas distintas e intermediárias, por exemplo, no caso do algodão: pequenos proprietários, parceiros, arrendatários e trabalhadores assalariados (GUIMARÃES NETO, 1986, p, 92).

Esse sucinto panorama econômico da Região Nordeste nos faz entender que existiu uma dinâmica econômica regional, que sofreu impulso a partir de 1820 e tendeu ao esfriamento da movimentação produtiva, graças ao deslocamento do centro dinâmico da economia brasileira focado na cafeicultura do centro-sul. Porém, mesmo com um processo secundarizado, a economia nordestina, na Primeira República, promoveu significativas transformações econômicas, sociais e urbanas, de modo a constituir um mercado regional ativo e significativo para a formação de forças sociais importantes, substancialmente atuantes depois de 1930.

4.2 – Dinâmica econômica e mercado interno no Nordeste pós-1930: transformações sociais e políticas

Ano de 1929 - a bolsa de valores de Nova York quebrou. Em um contexto de deslocamento econômico interno, o mercado de capital brasileiro tem suas expectativas

comercial baiana de, aproximadamente, 1901 a 1950. Esse interregno foi marcado por algumas fases, que não nos propusemos a detalhar neste o estudo. A indústria fumageira baiana perpassou, de 1901 aos primeiros anos da década de 1930, por um lento crescimento da quantidade exportada. Ao lado da produção de cacau, cujo auge da produção foi a década de 1910, o fumo garantiu outra fonte regular de renda ao estado (ALMEIDA, 1983, p, 53 e 66).

de acumulação de capital abaladas pela onda de quebra-quebra das economias em dimensões internacionais.

A política permanente de valorização do café, elaborada pelo governo federal, em 1922, e levada a cabo pelo governo paulista a partir de 1924, produziu certo otimismo, pois havia um equilíbrio aceitável alternado entre uma grande safra de café para cada duas safras normais e menores. Entretanto, essa perspectiva aceitável foi contrariada com as safras de 1928-1929 e 1929-1930, ambas recordes. Assim, o que parecia ser a solução para manter a política de valorização permanente do café, a compensação das safras menores pelos estoques anteriores de safras maiores, esvaiu-se completamente após o *crach* da bolsa de valores de Nova York em 1929.

> A partir de setembro de 1929, dois eventos precipitariam os preços para enorme baixa. Primeiro, no plano interno, o governo federal, tendo em vista a campanha sucessória da Presidência da República e, principalmente, sua política deflacionista e de estabilização cambial, deixou de socorrer o Instituto do Café, gerando clima de desconfiança no comércio cafeeiro. Logo a seguir, no plano externo, a eclosão da crise na Bolsa de Nova York repercutiu pronta e negativamente, agravando negativamente a crise internacional do café (CANO, 2007, p. 165-166).

Chegava ao início do fim o Estado cafeeiro. A perspectiva de um desenvolvimento sem dinâmica econômica e, até certo ponto, forçosa, frente às transformações do mercado internacional, não interessava mais ao Estado brasileiro. A crise havia sido traduzida em números: o valor das exportações caiu de uma média de 88.200 mil libras, durante os anos de 1926-1930, para 38.000, de 1931 a 1935; as importações baixaram de 5.460 mil toneladas para 3.830 mil durante os mesmos períodos; a saca de café baixou de 4, 71 Libras, em média, em 1929, para 1,80 em 1933-1940, e o café exportado, que havia dado ao Brasil 74 milhões de Libras, em 1925, caiu para 21 milhões de Libras em 1934, o que já não justificava o empenho do Estado em uma maciça e regular política de valorização. Em contrapartida, a relativa recessão da cafeicultura propiciou o crescimento do setor industrial, a ponto de se vislumbrarem outras perspectivas dinâmicas de produção sem que, necessariamente, estivesse vinculado ao setor cafeeiro (LIMA, 1973, p, 353). Os dados apontam para esses setores uma taxa média de crescimento que vai de 2,8%, de 1920 a 1929, 1,3%, de 1929 a 1933, e 11,3%, de 1933 a 1939 (VILLELA & SUZIGAN, 1973, p. 180).

Ressalte-se, entretanto, que a conjuntura brasileira do pós-1930 não foi caracterizada só pela economia, porquanto a política interna também contribuiu para

que as transformações do Estado brasileiro operassem um conjunto de ações que podemos colocá-las em dois eixos: o eixo político, ou seja, a conformação do Estado pós-1930 foi de transformação, e se essa transformação pode ter sido processada apenas na retórica política, considerando seus limites[67], não podemos deixar de percebê-la, pois esse "outro" Estado que emergiu depois da Revolução de 1930 não estava tão intimamente ligado ao setor cafeeiro paulista, tampouco, disposto a se doar completamente para encontrar soluções para a crise do café. O segundo eixo é, necessariamente, o econômico, e a conjuntura internacional, depois de 1930, era outra, completamente diversa da conjuntura da década de 1920, por isso outros passos e outras estratégias deveriam ser planejados para a economia brasileira, considerando que a crise de 1929 operou a ruptura do Brasil com o comércio exterior, pelo menos no ritmo do exercido na Primeira República.

E isso pode ser percebido pela dinâmica urbana do Nordeste. No período compreendido entre 1930 e 1935, a movimentação da população nordestina, tanto nos aponta para um crescimento em número de habitantes, como nos indica uma movimentação populacional que tendeu a se concentrar nas capitais e nas regiões metropolitanas. Foi a concentração urbana em cidades como Salvador e Recife, acompanhada por um entorno produtivo, que carregou outras cidades como João Pessoa, Maceió e Fortaleza a uma intensa migração do campo para as cidades, sobretudo nos momentos de seca.

[67] Esses limites a que nos referimos têm a ver com uma conjuntura politica que, na prática, ainda estava ordenada de acordo com os arranjos de poder da Primeira República, ea chegada dos revolucionários de 1930 ao poder não significou, de imediato, uma ruptura com a velha ordem. Uma vez estabelecido o Governo Provisório, as conformações da política revolucionária ainda estavam por ser elaboradas.

Tabela VII – Crescimento populacional do Nordeste (1930 a 1935)

		1930	1931	1932	1933	1934	1935
Alagoas	Total Geral	1.127.840	1.143.042	1.158.379	1.173.852	1.189.460	1.205.204
	Capital (Maceió)	107.756	111.723	115.836	120.100	124.521	129.105
Bahia	Total Geral	3.902.861	3.961.563	4.020.929	4.080.961	4.141.661	4.203.033
	Capital (Salvador)	335.309	340.809	346.399	352.081	357.856	363.726
Ceará	Total Geral	1.536.738	1.550.114	1.581.727	1.604.576	1.627.664	1.650.991
	Capital (Fortaleza)	126.666	129.827	133.066	136.385	139.789	143.277
Maranhão	Total Geral	1.063.758	1.083.939	1.104.466	1.125.342	1.146.575	1.168.167
	Capital (S. Luiz)	64.069	65.264	66.482	67.722	68.985	70.272
Paraíba	Total Geral	1.218.676	1.247.027	1.276.038	1.305.722	1.336.095	1.367.172
	Capital (J. Pessoa)	84.623	87.719	90.929	94.256	97.705	101.280
Pernambuco	Total Geral	2.664.026	2.718.967	2.774.979	2.832.081	2.890.293	2.949.634
	Capital (Recife)	390.942	405.087	421.818	438.159	455.133	472.764
Piauí	Total Geral	751.782	767.169	782.853	798.839	815.132	831.737
	Capital (Terezina)	57.110	57.806	58.510	59.223	59.944	60.674
R.G. do Norte	Total Geral	681.095	696.937	713.147	729.734	746.796	764.070
	Capital (Natal)	43.149	44.595	46.089	47.633	49.229	50.878
Sergipe	Total Geral	527.130	532.058	536.999	541.951	546.914	551.887
	Capital (Aracajú)	50.564	52.056	53.592	55.173	56.801	58.477
Total do NE	79.864.043						
São Paulo	Total Geral	5.882.554	6.025.669	6.172.324	6.322.604	6.476.596	6.634.389
	Capital (S. Paulo)	877.810	925.301	964.375	1.005.099	1.074.877	1.120.405

Fonte: **Anuário Estatístico do Brasil.** Ano III. Rio de Janeiro: Tip. Do Dep. De Estatística e Publicidade, 1937; p. 62 e 64.

A tabela acima nos permite entrever que tal concentração urbana esteve atrelada ao desenvolvimento de um mercado produtor significativo e de grande mobilidade. Isso porque, em cidades como Recife, no início da década de 1930, a ebulição têxtil havia favorecido o crescimento da massa urbana trabalhadora, graças ao crescente número de fábricas, que permitiu ao entorno produtivo de Pernambuco a evolução crescente da concentração urbana, sobretudo, nas capitais. Tal evolução urbana e concentrada pode ser identificada a partir de 1932, um ano de grande seca, cujas cidades com maior grau de urbanização e/ou concentração de atividade industrial, principalmente têxtil, tornavam-se locais de intensa migração intermunicipal (FERREIRA, 1997, p. 104).

Ao compararmos a média de crescimento populacional da capital paulista, de 6.252.356 milhões de habitantes, no período de 1930 a 1935, verificamos uma equivalência aceitável de crescimento médio em cidades como Salvador: 4.051.835, Recife: 2.804.99, Fortaleza: 1.591.864 e João Pessoa: 1.291.788, associado ao desenvolvimento econômico, o que nos permite concluir que a dinâmica econômica do Nordeste não foi estagnada, mas permitiu que, na conjuntura política do pós-1930, os interesses econômicos do Nordeste se configurassem também como elemento de ajustes junto com o Governo Provisório.

E por esse eixo econômico, temos uma transformação na demanda da base econômica brasileira que começou a se voltar para o mercado interno e a construir outro padrão de acumulação assentado na expansão industrial, um movimento endógeno de acumulação paulatino e restrito, cujo efeito mais profundo só seria sentido a partir da década de 1940 (BERNARDI, 2007, p. 9-22), devido às bases técnicas e financeiras da acumulação. Houve um direcionamento no sentido de se investir a partir da capacidade instalada gerada pela renda do setor externo.

> É evidente, portanto, que a economia não somente havia encontrado estímulo dentro dela mesma para anular os efeitos depressivos vindo de fora e continuar crescendo, mas também havia conseguido fabricar parte dos materiais necessários à manutenção e expansão de sua capacidade produtiva (FURTADO, 1977, p. 199).

Na perspectiva de Celso Furtado, o estímulo industrial dado pelo Brasil, na década de 1930, deveu-se às divisas geradas pelo setor externo da economia exportadora, razão por que a capacidade instalada de produção, embora ainda simplória e restrita, garantiu as possibilidades de a economia brasileira inverter o seu foco: do mercado externo para o mercado interno. Isso parece significativo, se considerarmos as

declarações de Getúlio Vargas em 1931, com a perspectiva de dinamizar o setor industrial brasileiro para a retomada do crescimento econômico.

> Economicamente, o país caíra em verdadeiro colapso. A retenção prolongada do café nos reguladores paulistas obstruía literalmente os mercados nacionais, impedindo aos lavradores de vender, ou sequer, de caucionar o que produziam. Em consequência, cessaram eles os seus pagamentos aos próprios colonos, e, por tal motivo, os comerciantes do interior, privados de receber o que já haviam adiantado, colocaram os atacadistas em dificuldades extremas, que se refletiram, por seu turno, nas indústrias, paralisando o respectivo movimento [...] A urgência de restabelecer o ritmo de nossa vida econômica determinou a providência da compra dos stocks, a qual permitiria o livre escoamento das safras futuras. Com essa medida, esperavam-se dois efeitos; interno, que era o de restituir o crédito ao lavrador, restaurando, portanto, aquele ritmo interrompido, e outro, externo, que era o de restabelecer a confiança nos mercados consumidores. (VARGAS, 1938, v.1, p. 175-176).

Sob o ponto de vista de Getúlio, o colapso devia-se à retenção dos estoques de café e sua consequente crise no mercado internacional a reboque da crise de 1929. Para o presidente do Governo Provisório, a paralisação dos estoques nos armazéns paulistas, com o prolongamento da crise, afetou o mercado interno em grandes proporções e obstruiu a movimentação do capital interno.

Segundo concebe o Governo Provisório, a economia brasileira ainda não podia deixar de se ajustar às necessidades do setor cafeeiro, mas isso não implicaria uma retomada dessa base econômica, pois, quando Vargas colocou como secundarizada a paralisação dos estoques de café, a indústria apontou para as possibilidades de dinamização econômica, não mais exclusivamente no modelo cafeeiro de economia. Aqui temos uma tomada de posição do Estado como fomentador de uma política econômica ampliada. E por mais que caracterizemos a década de 1930, no sentido de formular uma política econômica de substituição de importações, temos que perceber que essa substituição contribuiu para que a política econômica de intervenção estatal ajustasse o mercado interno e a economia com políticas mais gerais, como as políticas de comércio internacional e as tarifárias.

O redirecionamento do Estado para o que podemos chamar de políticas gerais de ajustamento econômico aconteceu com o objetivo de enfatizar os interesses prioritários do mercado interno brasileiro, pois,

> seja como forem suas convicções doutrinárias, Vargas, Whitaker e Aranha não eram professores ou teóricos, eram políticos envolvidos com a gestão de políticas econômicas em um contexto restritivo. Sendo assim, mais do que enfatizar as

> restrições ideológicas e doutrinárias que herdaram de seu passado como políticos da Velha República, é preciso identificar tanto aquilo que os obrigava a não implementarem sempre as políticas ortodoxas que viam ainda como desejáveis em circunstâncias ideais, como aquilo que os disciplinava, senão o suficiente para que conseguissem implementar políticas ortodoxas em um cenário em que elas seriam desastrosas, pelo menos para manter as aparências. Para este fim, a imagem de que agiam (e não apenas falavam) p'rá inglês ver é rigorosamente adequada: pelo menos até que ficasse claro qual a profundidade da ruptura dos mercados internacionais de capitais ao longo dos anos trinta, as autoridades econômicas brasileiras não pretenderam se afastar, sem vacilações, idas e voltas, das políticas econômicas tidas como necessárias para assegurar boas relações com a comunidade financeira internacional (BASTOS, 2001, p. 170).

Então, não se trata apenas de substituir as importações ou simplesmente fomentar o mercado interno, mas de ajustar a economia a um momento de crise que pudesse driblar a bancarrota e assegurar as relações com a comunidade financeira internacional. O que a economia brasileira experimentou foi um modelo de ajustamento às prioridades, em um contexto de crise, sem privilégios exacerbados aos interesses de uma minoria – nomeadamente os cafeicultores. A adoção de tal postura protecionista poderia levar a economia brasileira a diminuir as possibilidades de se recuperar nos mercados internacionais e descartar as possibilidades de investir no setor industrial. A conjuntura política da Revolução de 1930 não permitiu que essas ações protecionistas exclusivistas fossem retomadas. Nessa perspectiva, o lema básico da Aliança Liberal e do movimento revolucionário, que havia se constituído pela defesa da policultura, deveria também atender às reivindicações das demais culturas.

Havia um pacto político a ser alargado e consolidado em uma perspectiva nacionalizante. As forças políticas estaduais pressionaram o governo para que a manobra da política econômica também se estendesse aos seus produtos e pressionaram o Estado para que também estivesse presente como regulador dos seus estoques. Essa pressão favoreceu a ampliação dos domínios do Estado em uma estrutura duplamente centralizadora. Então, se, de um lado, o fortalecimento do pacto político e revolucionário do pós-1930 deu a Getúlio Vargas o apoio necessário para consolidar sua base de poder, com a ampliação da intervenção estatal nacionalizante, de outro, a regulação econômica empreendida pelo governo federal reforçou essa base de apoio. A criação do Instituto do Cacau da Bahia, em 1931, do Instituto do Açúcar e do Álcool (IAA), em 1933, do Instituto Baiano do Fumo, em 1935, do Instituto Nacional do Mate, em 1938, do Instituto Nacional do Pinho, em 1941, e do Banco de Crédito da Borracha,

em 1942, deu à política econômica de Vargas as possibilidades de fazer a manobra política de que necessitava em sua perspectiva econômica[68].

Essas iniciativas responderiam pela constituição do novo bloco de interesses emergentes a partir de 1930. Sua base de sustentação foi cada vez mais reforçada pela influência dos estados do Norte/Nordeste e consolidada pelo gradual reforço da estrutura material do Estado. Então, podemos afirmar que houve

> a construção gradual de um novo padrão estrutural de interação entre Estado e economia que se materializava tanto em novos aparelhos estatais, quanto em novos modos de conduzir a gestão econômica, ou seja, macroeconômica e setorialmente. Ademais, os dois aspectos do processo tendiam a interagir e a se reforçar mutuamente, empurrando adiante a modernização do Estado e da economia, e de sua relação, com força irresistível. De fato, novos aparelhos estatais materializavam, setorialmente, a expansão do gasto agregado do governo que facilitava a recuperação e transformação da economia; as clientelas atendidas pelos novos aparelhos tendiam a sustentar politicamente suas tarefas e dificultar a reversão das políticas de gasto público que estimulavam ramos de atividade específicos; por sua vez, a recuperação do gasto privado tendia a expandir o emprego e gerar receitas tributárias crescentes que financiavam, *ex post*, pelo menos parte da ampliação das novas tarefas do Estado, de modo que os valores absolutos do gasto público, em termos reais, tendiam a crescer mais do que o déficit público, mas de toda maneira realimentando a expansão de lucros, salários, capacidade produtiva, oportunidades de emprego e, indiretamente, pressão e apoio político. E como um conjunto complexo e diversificado de interesses era trazido 'para dentro' dos novos aparelhos criados, a tendência de reprodução ampliada dos programas setoriais e de sua escala de intervenção, paralelamente à reprodução ampliada de uma economia crescentemente integrada em escala nacional, reforçava 'desde dentro' as pressões para que a administração pública, como diria Vargas em 1938, deixasse de estar 'emparedando-se nos velhos processos fiscais e de controle financeiro', superando a ortodoxia. Afinal, não custa lembrar que não se criam novos órgãos públicos e programas setoriais sem instalações, obras públicas, funcionários, encomendas, enfim, recursos que os 'velhos processos fiscais e de controle financeiro' tendiam a sonegar. (BASTOS, 2008, p. 210-211)

Esse direcionamento econômico conduziu ao fortalecimento do mercado interno e ao processo de industrialização limitada, sem avanços significativos na instalação das indústrias, mas importantes na estrutura estatal que, depois de 1930, passou a ser reguladora. A montagem da estrutura econômica estatizada do pós-1930 favoreceu, ainda, a constituição da integração do capital regional, na medida em que as bases de atuação desse Estado possibilitaram a participação de grupos distintos no processo de acumulação do capital interno.

---

[68] O IAA foi criado a partir de um conjunto de medidas e decretos em prol do setor açucareiro: como primeira medida após-1930, estabeleceu a obrigatoriedade da adição de 5% de álcool na gasolina, por meio do decreto nº 20761 de 1931, organizou a Comissão dos Estudos sobre o alcool-motor e limitou, em 1932, através do decreto nº 22152, a produção de açúcar em todo o território nacional, ao mesmo tempo em que expandiu a produção do álcool-motor. Com a perspectiva de fomentar a pesquisa agrícola e desenvolver o potencial produtivo com a criação de estabelecimentos de experimentação agrícola, o governo varguista justificou também a criação e o investimento nos outros institutos.

O Estado passou a incorporar novas questões e novos interesses e contou com grande parte dos grupos estaduais de poder marginalizados pelo pacto anterior do café com leite. Contou também com novos grupos sociais emergentes, como o empresariado industrial e o proletariado urbano. Por isso se pode perceber um gradativo rompimento com a ortodoxia financeira do grupo cafeicultor, para a ampliação dos interesses econômicos do Estado a partir de um paulatino desenvolvimento industrial, com políticas de unificação e integração do mercado interno, extinguindo barreiras políticas e econômicas entre os estados e padronizando o sistema tributário, ou seja,

> os interesses regionais foram organizados em espaços específicos, regidos por um interesse particular a todos, seja a indústria, o açúcar, o café, entre outros; cuja reprodução ocorreria em condições reguladas pelo próprio aparelho estatal. Deixando patente nova forma de articulação do Estado e as forças sociais, marcada pela constituição de organismos executivos centralizados, criando frações nacionais de classe, e não mais propriamente interesses regionais. [esse é também o entendimento de Sônia Draibe (1985, p. 84) e Liana Aureliano da silva (1976)] (BERNARDI, 2007, p. 73. Grifo nosso).

Essas considerações acerca das ações do Estado brasileiro pós-1930 nos permitem auferir que, entre 1930 e 1935, houve uma crescente burocratização do Estado brasileiro, no sentido de regulamentar o setor econômico nacional e integrar as chamadas economias regionais a um mercado interno. Mas essa mesma integração regional tende a pensar o desenvolvimento econômico e industrial, iniciado depois da Revolução de 1930, com a acumulação de capital convergente para o centro-sul. A disposição econômica das outras regiões, embora estejam integradas ao mercado nacional, não é reconhecida como suporte significativo nesse mercado interno, ou quase inexistente, se considerarmos o Norte e o Nordeste do Brasil.

A percepção dessas particularidades e da dinâmica econômica interna da região Nordeste pós-1930 parece-nos algo ainda pouco discutido no conjunto estrutural da economia brasileira. Consideramos importante a perspectiva de que esse espaço territorial tenha sua mobilidade na montagem das relações de poder estabelecidas entre o Governo Provisório de Getúlio Vargas e a política local. Se considerarmos que o pacto do café com leite havia sido substituído pela conjuntura revolucionária do pós-1930, há um reordenamento político a partir dos domínios do Estado, e as bases da sustentação desses domínios deveriam contemplar um setor produtivo que, paulatinamente, havia sido preterido em relação ao desenvolvimento do centro-sul. Muito mais que isso, pode-

se identificar uma política de Estado com a ideia de processo sem a perspectiva de polarização, mas em correlação com diversas forças econômicas.

> O que está em pauta [para o Governo Provisório] são as tendências alternativas frente à industrialização e as bases sobre as quais se definem no Estado distintos projetos de transformação social e de hierarquização dos interesses econômicos e políticos. [...] e finalmente a construção e funcionamento das próprias estruturas estatais (DRAIBE, 1985, p. 16. Grifo nosso).

O que se coloca, portanto, é o funcionamento do Estado na perspectiva de um desenvolvimento econômico processual e com avanços, sem a retomada do modelo agroexportador. Nesse sentido, as pretensões do Governo Provisório de Vargas eram de construir uma dinâmica econômica interna que alavancasse ou, pelo menos, abrisse espaço para os distintos projetos de transformação social e de hierarquização dos interesses econômicos e políticos. Essa fórmula política bateu de frente com a lógica agrária e com a elite agrária paulista e fomentou a constituição de ações, digamos, técnicas para a economia brasileira, bem como seu planejamento. Para Vargas,

> [o capitalismo] com o efeito inevitável, manifesta-se o descompasso da vida econômica, evidenciando que o seu mecanismo não foi organizado previamente, uma vez que permite aos detentores das forças que o impulsionam movimentá-lo ao sabor de seus interesses (VARGAS, 1938, vol. 1, p. 146. Grifo nosso).

Essa interpretação econômica da crise de 1929 feita por Getúlio Vargas mostra que o ordenamento do sistema produtivo brasileiro partiu de um apelo à centralização econômica pela esfera federal e considerou que até o principal produto da economia brasileira – o café - deveria ser regulado pelo governo, mas sem exclusividade. Para além dessa constituição estatal da economia, salta-nos a ideia de organização econômica pela via federal, pois, segundo Vargas, "[o governo revolucionário] interpreta, exprime e defende os superiores interesses nacionais, em íntima e perfeita correspondência com as necessidades, os sentimentos e as aspirações do país" (VARGAS, 1938, vol. 2, p. 56. Grifo nosso).

A ideologia construída pelos revolucionários de 1930 trouxe para o discurso do Governo Provisório a ideia de que seria o Estado o verdadeiro representante da sociedade brasileira e, por isso mesmo, a organização do sistema produtivo do país não poderia estar limitada aos interesses de uma única parte da cadeia produtiva do Brasil. Percebe-se, então, a descontinuidade da política econômica do período da Primeira

República. Ao Estado seria dada a prerrogativa de completa organização da cadeia produtiva brasileira, pela via do centralismo estatal, que podemos perceber no pronunciamento do então presidente do Banco do Brasil, Souza Costa, de 1933.

> A orientação que adotamos, ditada pelo bom senso, aconselhada pela experiência, tanto nossa quanto de outra nações e, ainda, pelo ensinamento dos mestres, não há de falhar nos seus resultados. Cortar despesas, equilibrar orçamentos, estimular as fontes de produção, diminuir a importação e aumentar a exportação – julgamos medidas elementares de política econômica de benefício certo e insofismável (VARGAS, 1938, vol. 1, p. 252).

Essas questões, além de desenhar as perspectivas da política econômica do Governo Provisório, trazem-nos a perspectiva de ampliar os setores econômicos do Estado brasileiro. Vez por outra, o Governo Provisório falou em estímulo às fontes de produção e regulamentação do setor produtivo brasileiro, os quais se revestiram também de significados políticos, quando tratamos de um momento em que o Estado Ditatorial Revolucionário pós-1930 estava tentando buscar sua legitimação política e construir suas bases de sustentação.

O apoio político que Vargas recebeu das elites políticas nordestinas teve um duplo sentido: primeiro, a perspectiva de que os setores econômicos do Nordeste teriam alguma garantia do Estado; segundo, o apoio político foi também a tentativa do Nordeste de ascender politicamente. A criação dos Institutos tem, portanto, um significado político muito evidente no conjunto das relações de poder construídas pelo Governo Provisório de Vargas, e alguns desses Institutos, não por acaso, atenderam diretamente aos interesses das elites desse espaço regional: o Nordeste.

A criação do Instituto do Cacau da Bahia em 1931, por exemplo, é um dos elementos dessa relação política estabelecida entre o Governo Provisório e as elites políticas do Nordeste, mais especificamente, a elite cacaueira do Recôncavo baiano. Ainda de forma mais ampla, a criação do Instituto Baiano do Cacau garantiu o controle e os incentivos à produção cacaueira, e à organização estatizada da produção, com a viabilização de recursos, empréstimos e políticas de Estado para a produção do cacau.

Tabela VIII – Produção de cacau amêndoa (1926-1936)

Ano	Dados originais (Y) volume (em t.)	Dados estimados (Yc) volume (em t.)	Variação dos dados originais em relação aos estimados (Y- Yc)
1926	58 964	71 196	- 11 232
1927	77 823	73 761	4 062
1928	72 025	73 725	- 4 300
1929	66 752	78 890	- 12 138
1930	59 080	81 454	- 22 374
1931	91 907	84 018	7 889
1932	94 365	86 580	7 782
1933	78 209	89 147	- 10 938
1934	98 173	91 712	6 461
1935	120 163	94 276	25 887
1936	110 069	96 841	13 228

Fonte: Dados originais da Comissão de Comércio de Cacau da Bahia, 1900 – 1960
Yc = 4 520,25 + 2 564,46 X. Origem 1900/1

Tabela IX – Participação relativa[1] dos portos de Salvador e de Ilhéus na exportação de cacau (amêndoas) da Bahia – longo curso – (1926-1959)

Ano		Volume		Valor	
	Exportação de cacau Bahia %	Exportação de cacau Salvador %	Exportação de cacau Ilhéus %	Exportação de cacau Salvador %	Exportação de cacau Ilhéus %
1926	100	63,0	37,0	58,7	41,3
1927	100	61,7	38,3	61,4	38,6
1928	100	63,8	36,2	63,9	36,1
1929	100	59,2	40,8	59,8	40,2
1930	100	59,8	40,2	59,2	40,8
1931	100	79,7	20,3	79,8	20,2
1932	100	68,6	31,4	68,1	31,9
1933	100	75,7	24,3	74,7	25,3
1934	100	84,4	15,6	84,3	15,7
1935	100	81,6	18,4	81,6	18,4
1936	100	58,9	41,1	56,5	43,5

Fonte: Ministério da Fazenda – Diretoria de Estatística Comercial – Serviços de informações econômico-fiscais, s/d e s/pag. [1]Cálculo a partir dos dados originais constantes nas tabelas de exportação de cacau – longo curso – por Salvador e Ilhéus.

Nas tabelas acima, podemos perceber que a produção cacaueira contribuiu com um montante avolumado das exportações baianas, e nenhum outro produto, no período, atingiu as taxas de exportação do cacau. Isso nos remete à ideia de que a produção cacaueira da Bahia, em termos de divisas para o tesouro nacional, não poderia ser colocada como complementar, embora a região protagonizasse uma produção irregular com alguns saldos negativos entre os anos de 1926 e 1936. O volume de exportação do

cacau respondia por mais da metade dos tributos do estado da Bahia. Então, o Governo Provisório, diante das pressões do setor cacaueiro, propôs a criação do referido Instituto. A tabela IX mostra, ainda, que, a partir de 1926, a produção cacaueira brasileira aumentou consideravelmente, sobretudo, com a criação do Instituto.

O Instituto do Cacau possibilitou que Vargas levasse para sua base de poder a elite produtora da Bahia, de modo prescindir de uma dupla vantagem: primeiro, levou para a esfera federal o controle das exportações do produto, como forma de eliminar os intermediários (casas exportadoras), e investiu no setor para atender a antigas reivindicações dos produtores baianos. A criação do Instituto deu à economia do cacau os incentivos do estado, de melhorias técnicas e financiamentos para produção, pois, desde outubro de 1929, os produtores da zona cacaueira "patentearam um elevado número de protestos, falências, hipotecas e pedidos de ajuda ao Banco do Brasil" (GARCEZ, 1975, p. 38). Segundo, o Instituto do Cacau abriu para Vargas a constituição de outro espaço de apoio político e de poder fora o eixo do centro-sul, e os incentivos à produção cacaueira possibilitaram o alinhamento da elite baiana ao projeto varguista e, sobretudo, a sua politica de incentivos à produção fora da política cafeicultora.

Nessa lógica, o Instituto do Açúcar e do álcool, criado em 1933, produziu o mesmo efeito político e econômico pretendido por Vargas. Não se trata de analisar historicamente as questões do setor açucareiro no Brasil[69], mas de perceber que, com o acúmulo de crises, que vão desde o deslocamento do centro dinâmico da economia brasileira para o centro-sul (meados do Império e início do Período Republicano), dificultando ainda mais o setor açucareiro do Nordeste em relação aos maiores centro de comercialização e consumo, as reivindicações do setor foram crescentes de modo a requerer do Estado políticas de fomento e de incentivos para a lavoura canavieira.

No contexto desse acúmulo de crises, a segunda metade da década de 1920 foi, particularmente, excepcional para o setor açucareiro e atingiu seu ponto máximo com a supersafra de 1929, que levou à virtual ruína do setor[70]. Devido a isso, a agroindústria

[69] Para essas questões, consultar: Mattos, Aníbal R. **Açúcar e álcool no Brasil.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942; EISENBERG, Peter L. **Modernização sem mudança:** a indústria açucareira em Pernambuco, 1840-1910. Campinas: Paz e Terra, 1977; AZEVEDO, Fernando de. **Canaviais e engenhos na vida política do Brasil.** São Paulo: Melhoramentos, 1958.

[70] Para entendermos bem mais a complicada situação do setor açucareiro com a supersafra de 1929, alguns números podem nos ajudar: a produção paulista, em 1925, foi de 155.348 sacos de açúcar, enquanto que a do Rio de Janeiro, nesse mesmo ano, chegou a 871.070 sacos; para o ano de 1929, a produção foi de 1.113.417 sacos e 2.102.019 sacos de açúcar, respectivamente, para os dois estados citados. Pernambuco e Alagoas produziram, em 1929, uma safra recorde, 4.603.127 e 1.450.986 sacos de

açucareira chegou à década de 1930 vulnerável a qualquer outra oscilação do mercado, e para complicar ainda mais, a crise da economia cafeeira redirecionou os investimentos dos cafeicultores paulistas que, na tentativa de minimizar os prejuízos com a rubiácea, alavancaram um crescente crescimento da produção do açúcar. "Nessa progressão, São Paulo ameaçava atingir o limite de seu consumo [...] e tornar-se autossuficiente. Isso seria a ruína final das velhas regiões produtoras, em particular, do Nordeste" (PRADO JÚNIOR, 2006, p. 251). Com esses contornos, o Governo Provisório pôs em prática uma política de intervenção no setor açucareiro, que visou, sobretudo, preservar a sobrevivência da agroindústria açucareira do Nordeste, pois "essa intervenção do Estado na economia açucareira foi instaurada a pedido dos próprios produtores do subsetor (isto é, por solicitação dos usineiros, principalmente, mas não apenas, os do Nordeste), ameaçados de ruína devido ao excesso de produção" (SZMRECSÁNYI, 1976, p. 153).

Convém enfatizar que não foi apenas o excesso da produção que ameaçou concretizar uma derrocada sem precedentes do setor açucareiro nordestino, mas também a intensa luta entre os produtores do Nordeste e do Sudeste do país, e os desdobramentos da supersafra de 1929, que foram apenas o ápice de um conjunto esgotado das políticas governamentais para o setor. A crescente perda do mercado interno pelo Nordeste, em consequência do processo de interiorização da economia brasileira, no final da década de 1920, agravou sobremaneira as relações comerciais entre o Nordeste e o Sudeste. Enquanto a economia cafeeira paulista detinha a hegemonia dos investimentos no mercado interno, não haveria grandes crises, pois "o fornecedor de cana, em São Paulo, antes de 1929, surgia quando o açúcar subia de preços, regredia à proporção que os preços rebaixavam e submergia quando o recalque de preços se prolongava" (DE CARLI, 1943, p. 149). Pelo menos, não haveria a sombra de uma derrocada da produção do açúcar do Nordeste, mas, quando a crise de 1929 esgotou a capacidade de exportação do café brasileiro, o setor açucareiro paulista retomou as atividades e estabeleceu sua influência sobre o mercado de consumo interno. Assim, o Nordeste perdeu seu principal mercado consumidor, e isso acirrou ainda mais as disputas comerciais no setor.

---

açúcar respectivamente. A saturação da produção, aliada à crise financeira externa, fez o mercado do açúcar cair em queda vertiginosa, a ponto de o salário dos trabalhadores da cana de açúcar, no Nordeste, ser desvalorizado diuturnamente entre os meses de março e outubro de 1929.

Pouco antes da Revolução de outubro de 1930, em mensagem ao Congresso Legislativo, o governador de Pernambuco, Estácio Coimbra, asseverou:

> Sem a cooperação, ao menos dos principais estados exportadores, a defesa de um justo preço para o açúcar, será empreendimento precário, pois das tentativas feitas têm-se verificado que o acordo interestadual não chegou ainda a concretizar-se numa fórmula permanente. Estou, entretanto, persuadido, que a intervenção coordenada do poder federal logrará conseguir o agrupamento daqueles estados numa poderosa organização reguladora da produção e do comércio do açúcar dentro do Brasil, com proveito real para os lavradores, industriais e consumidores, com para os estados e para o país (COIMBRA, 1930, p. 152).

A mensagem do governador Estácio Coimbra deixa evidente que, mesmo antes da intervenção coordenada do Estado sobre o setor açucareiro, havia reivindicações no sentido de requerer que o Estado se fizesse presente. Era consenso entre os produtores de açúcar que somente a intervenção federal, de modo regulatório, poderia imprimir uma dinâmica de garantias à produção açucareira, como política nacional que atuasse na organização agrupada do setor e melhorasse o cultivo da matéria-prima e a seleção das sementes.

Para os estados produtores, basicamente, os nordestinos, a política estatal permitiria a regulação entre a oferta e o consumo de modo a preservar a salubridade do setor e garantir um equilíbrio que se fazia premente, frente às dimensões da crise de 1929. Nesse contexto, a atuação do Governo Provisório, depois da Revolução de 1930, muito mais que direcionada para esse aspecto, a partir da institucionalização do setor açucareiro, permitiu ao Estado construir os pontos de apoio necessários a sua legitimação pela via do setor produtivo do Nordeste.

Para Vargas, a regulamentação do setor açucareiro foi uma questão de "segurança nacional", cuja perspectiva seria a da integração econômica do Brasil, com políticas fora dos compromissos de grupo. A importância de se regulamentar esse setor se justificou porque fortaleceu o comércio interestadual e promoveu a continuidade do *status quo* dos grupos políticos a ele associados. Ou seja, no apanágio geral, com a criação do Instituto do Açúcar e do Álcool, Vargas conseguiu alinhar uma extensa economia regional aos interesses do estado, mas com a lógica econômica. Vejamos alguns dos principais objetivos da criação do IAA, consubstanciados no artigo 4º do decreto nº 22.789, que criou o referido Instituto:

> (a) assegurar o equilíbrio entre as safras anuais de cana e o consumo de açúcar, mediante a aplicação obrigatória de uma quantidade de matéria-prima, a determinar, ao fabrico do álcool;
> (b) fomentar a fabricação do álcool anidro, mediante a instalação de destilarias centrais nos pontos mais aconselháveis, ou auxiliando... as cooperativas e sindicatos de usineiros que para tal fim se organizarem, ou os usineiros individualmente, a instalar destilarias ou melhorar suas instalações originais (Revista ECONOMIA E AGRICULTURA, 1933, p. 31).

Pelas alíneas citadas do anteprojeto do Instituto do Açúcar e do Álcool, podemos perceber que os propósitos econômicos prevalecem, mas a ideia de um equilíbrio toma forma e demonstra a influência direta do Estado no setor, quando estabeleceu os fins do setor açucareiro no pós-1930. Ainda de forma mais sutil, a fomentação das cooperativas e dos sindicatos dos usineiros nos permite auferir os princípios da organização da economia açucareira, cuja base seria a salvaguarda dos usineiros. Não por acaso, Gileno De Carli enfatizou que o IAA "seria o clamor dos produtores, completamente perdidos, e sem uma intervenção do governo, o Estado interveio para que se transformasse o problema do açúcar em um problema nacional" (DE CARLI, 1942, p. 154). Ora, os princípios regulatórios do Estado brasileiro pós-1930, se tinha um discurso de desenvolvimento pleno do Brasil com o estabelecimento do equilíbrio das forças produtivas, não poderia prescindir dos alicerces que garantissem a permanência e a imposição de tal discurso. Portanto, o clamor dos produtores foi a brecha aproveitada pelo Governo Provisório para estabelecer novas relações políticas na base dos encaminhamentos do Estado, mesmo que de forma ajustada. De problema nacional ao resguardo dos interesses dos produtores nordestinos, a criação do IAA foi

> por inspiração corporativa, como uma organização dos corpos funcionais do setor açucareiro da economia. Encarregado de estudar os problemas de ajustamento entre os grupos funcionais, ele encaminharia ao chefe do governo a soluções que o consenso estabelecesse; com atribuições do Governo, ele executaria, sob a vigilância do chefe de Governo, a política de coordenar os corpos funcionais nele incorporados; tendo atribuições legisferantes, a corporação, pelo consenso dos seus oriundos dos corpos funcionais, regulamentaria a lei; com funções judicantes e dirimiria em primeira instância os conflitos entre os corpos funcionais em todas as esferas, e não meramente as questões administrativas (GNASCCARINI, 1972, p. 228).

Não seria apenas regulamentar e equilibrar o setor, mas construir, pela regulamentação, atributos estatizados que provocassem uma busca pelo ajustamento econômico e estrutural do setor açucareiro brasileiro. E quando a organização envolveu os corpos funcionais do setor, obrigatoriamente, conduziu as disputas para a esfera do

Estado, e os princípios regulatórios não puderam ser constituídos sem a interferência do Governo varguista. O IAA funcionou, então, como pêndulo político de cunho econômico, para onde convergiram os interesses das elites produtoras de açúcar do Nordeste.

Tabela X – Produção de açúcar dos oito maiores estados produtores (safras de 1929 a 1935)

	Safra 1929/1930 sac. de 60kg	Safra 1930/1931 sac. de 60kg	Safra 1931/1932 sac. de 60kg	Safra 1932/1933 sac. de 60kg	Safra 1933/1934 sac. de 60kg	Safra 1934/1935 sac. de 60kg
Pernambuco	4.603.127	3.106.144	3.854.742	3.306.578	3.219.124	4.267.176
Rio de Janeiro	2.102.019	1.345.297	1.705.700	1.486.209	1.767.250	1.825.474
São Paulo	1.113.417	1.108.510	1.565.824	1.673.998	1.828.668	1.844.496
Alagoas	1.450.986	1.037.170	892.412	963.652	747.557	1.336.577
Bahia	539.789	563.252	350.896	517.501	651.514	641.284
Sergipe	580.269	742.508	393.424	342.911	298.790	743.802
Minas Gerais	78.291	145.348	177.106	212.127	258.602	245.821
Paraíba	218.071	118.507	121.060	152.321	166.800	117.013
Total	9.234.983	8.166.736	9.061.164	8.655.297	8.679.515	11.021.643

Fonte: Annuario Açucareiro para 1936. Rio de Janeiro: Ed. De Brasil Açucareiro, 1936, p. 82.

Essa tabela mostra que, dos oito maiores estados produtores de açúcar, seis estavam no Nordeste e, de modo evidente, Pernambuco e Alagoas detêm os maiores índices de produção da região. Há um montante de produção que o Governo Provisório não pôde deixar de lado, considerando-se a estruturação de um poder estatal que, necessariamente, passaria pela observância das demandas dos setores produtivos do país. Para construir sua base de poder, atender às demandas dessa produção no Nordeste garantiria para Vargas o alinhamento das elites regionais. A orientação reguladora da economia açucareira esboçou as prerrogativas dos interesses políticos do Estado. A produção de açúcar nas dimensões numéricas da tabela acima indica que o que estava em jogo eram os interesses das elites políticas regionais.

Esses dados nos remetem a uma dinâmica estrutural de mobilidade econômica no Nordeste que, só depois de 1930, começou a ser percebida de forma organizada pelo Estado. É evidente que, a partir da década de 1930, na Região Nordeste, forjou-se a formação de um espaço econômico regulamentado pelo Estado, e mais evidente ainda foi o direcionamento decisivo do Governo Provisório em conceber esse espaço econômico como parte de um discurso de poder que ultrapassou as perspectivas de desenvolvimento econômico. Se o espaço nordestino vinha, há muito tempo, sendo considerado atrasado, as condições objetivas de desenvolvimento econômico, formuladas pelo Estado, favoreceram largamente a legitimidade política de que precisou o Governo Provisório para se estabelecer, por meio do Estado, como *lócus* de poder.

Além disso, se as desigualdades percebidas entre o Nordeste e o Centro-sul, no que diz respeito à dinâmica do processo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil, exigiram uma unificação capaz de permitir o processo de acumulação capitalista formado por várias economias regionais para uma economia nacional localizada em diversas partes (OLIVEIRA, 1985), a ação da política estatizadora e reguladora do Governo Provisório de Vargas teve um sentido bem mais amplo do que a nacionalização da economia. Assim, o alinhamento dos setores produtivos do Nordeste, através dos Institutos e de políticas de fomento aos produtos nordestinos, levou as elites políticas locais para as bases políticas de Getúlio Vargas de modo quase inconteste, graças à posse dos revolucionários do aparato estatal com as interventorias e ao seu desprendimento relativo do jogo de favores dos grupos oligárquicos locais.

4.3 – O estado interventor no Nordeste: uma costura econômico-política

No interior das relações políticas, construídas pelo Governo Provisório de Getúlio Vargas, territorializar outras bases de poder significou, também, acalentar os anseios da estrutura produtora desse novo espaço constituído de poder. Não se tratou de conceber a Região Nordeste como esteio de um desenvolvimento pleno e economicamente promissor pela via da tutela estatal, mas de produzir um efeito de desenvolvimento como suporte político, que foi a estratégia para garantir a legitimidade da política varguista depois de 1930. Para esse fim, a estrutura econômica, com base na organização dos Institutos e na fomentação, pelo Estado, da produção do Nordeste, favoreceu a concretização da territorialidade do poder pretendido por Getúlio Vargas.

As costuras políticas do Governo Provisório com o Nordeste também foram econômicas e de tentativa de contornar a crise da economia, com vistas a uma tentativa de recuperação, pois foi esse o tom da circular enviada aos interventores do Norte e Nordeste por Juarez Távora:

> Considerando que todos os estado do norte se debatem activamente numa crise econômico e financeira sem precedente, considerando que essa crise é, em grande parte, da desonestidade dos governos ou afilhados dos políticos do regimen decahido, essa desonestidade é em muitos casos patente e pode ser verificada por exame rápido da contabilidade pública [...] e atendendo a que a revolução se fez para curar summariamente pelo controle ou pela cirurgia esses males incuráveis [...] recomendo, como delegado federal do Norte, aos interventores dessa zona do paiz [...] a obrigar pelos meios mais eficazes aos defraudadores a retornarem com as quantias desviadas dos cofres dos estados e dos respectivos municípios,

> cabendo-lhes recorrer desse acto dos interventores para o Tribunal Especial (ARQUIVO DE JUAREZ TÁVORA/CPDOC: JT dpf 1930.12.08; 10 de mar. de 1931, docs. 2228 e 230).

A circular enviada aos interventores do Norte traz-nos as orientações diretas do Delegado do Norte, na tentativa de recuperar as finanças estaduais, mas coloca também os limites de que essa medida de resgate deveria ser seguida pela zona de influência da delegacia do Norte. Por isso as interventorias assumiram um papel regulador incontestável nos espaços administrativos e de poder, cujos encaminhamentos estão direcionados por uma diretriz na qual o Estado se faz presente e determina quais os pressupostos e os direcionamentos a serem executados economicamente, ao passo que apresenta a coesão dos atos do Governo Provisório para essa territorialidade de influência política. É evidente que, na prática, esses encaminhamentos não foram de todo executados, com exceção de poucos estados e municípios. Contudo, a construção dessa prerrogativa que parte do Estado acalentou os ânimos e a verticalização dos interesses dos grupos econômicos dessa região, ao mesmo tempo em que buscou definir condutas e saneamento econômico para os estados, visando criar mecanismos de soerguimento econômico da região.

Ainda assim, devemos atentar para o fato de que a conjuntura do pós-1930 coincidiu também com o processo de transformação capitalista. Pela análise clássica de Celso Furtado, a conjuntura econômica herdada pelo Governo Provisório de Getúlio Vargas o fez adotar medidas de caráter anticíclico, para garantir a sustentação da renda nominal e tentar estabilizar o preço do café (FURTADO, 1977, p. 31-33). Devido a essa postura, o governo ampliou o crédito de modo a garantir a sustentação das políticas de contenção da queda de preços do café, e a compra do estoque excedente pareceu ser a saída mais adequada. Consequentemente, os gastos em investimentos verificaram queda, pois a injeção de dinheiro na economia, com o fim de contrabalancear a desvalorização do café, produziu o efeito de financiar, mesmo que indiretamente, as atividades secundárias do complexo cafeeiro. Isso evitou a quebra dos cafeicultores.

De outro lado, essas medidas anticíclicas de ampliação do crédito para conter a baixa no preço do café poderiam gerar outra crise: o desequilíbrio do balanço de pagamentos no setor externo da economia, uma vez que, se o governo havia adotado medidas de expansão do crédito, o risco seria o de ter que financiar as importações. Frente ao problema, a medida adotada pelo Governo Provisório foi a de desvalorizar o

câmbio. Tal medida alterou os preços dos produtos importados e fomentou a dinâmica do consumo e dos investimentos internos – a chamada substituição das importações (FURTADO, 1977, p. 195-196). De acordo com Celso Furtado, essas medidas foram fundamentais para que se pudesse perceber uma mudança significativa na estrutura do sistema econômico brasileiro, que acabava por deslocar o centro dinâmico da nossa economia para o mercado interno:

> Depreende-se facilmente a importância crescente que, como elemento dinâmico, irá a lograndо a procura interna nesta etapa de depressão. Ao manter-se a procura interna com maior firmeza que a externa, o setor que produzia para o mercado interno passa a oferecer maiores oportunidades de inversão que o setor exportador. Cria-se, em consequência, uma situação praticamente nova na economia brasileira, que era a preponderância do setor interno no processo de formação do capital (FURTADO, 1978, p. 197).

Essa perspectiva de que o setor econômico brasileiro viveu um momento de medidas anticíclicas, como colocou Celso Furtado, e o seu consequente deslocamento do centro dinâmico da nossa economia para o mercado interno é bem pertinente. Entretanto, sem desconsiderar nossa concordância com essas anotações, verificamos que, na prática, as medidas econômicas do Governo Provisório não surtiram o efeito verticalizado com a perspectiva de superar os entraves econômicos decorrentes da crise de 1929.

Poderíamos supor que tal superficialidade deveu-se à interpretação de que, da parte do Governo Provisório, não se processaram medidas anticíclicas, mas uma continuidade daquilo que se vinha praticando desde a Primeira República: valorização cambial, equilíbrio orçamentário e estabilidade monetária. Por esse entendimento, a política econômica do Governo Provisório apenas acrescentou alguns elementos, para acompanhar o contexto pós-crise de 1929 (VILLELA & SUZIGAN, 1973, p. 55, 185-186). Tais elementos, pela chamada substituição das importações, na verdade, reforçaram, por meio de uma via indireta, as medidas em defesa do café. Contudo, a perspectiva das ações econômicas no pós-1930 estava imbuída do principio da austeridade e do equilíbrio governamental, alardeado pelo discurso varguista.

Ao considerar essas duas interpretações para as medidas econômicas adotadas pelo Governo Provisório, devemos conjugá-las ao momento político de estabelecimento do intervencionismo estatal. Isso porque, na prática, as medidas econômicas adotadas entre 1930 e 1934 não surtiram o efeito esperado de recuperação econômica. É certo

que a crise internacional e a difícil costura política empreendida por Getúlio para legitimar e consolidar a Revolução conduziram, em demasia, a perspectiva de organização do Estado brasileiro para um terreno do estabelecimento de um campo político que favorecesse as ações do Governo Provisório e garantisse que o cenário político do pós-30 sustentasse a ideia moralizadora e intervencionista do Estado.

Villela e Suzigan têm razão quando indicam que as medidas econômicas adotadas não foram tão ousadas, mas conservadoras e, mais ou menos, tradicionais, com resquícios de continuidade, porque a revolução havia imprimido um discurso factual de poder, em que ele não deveria ser posse de grupos, e que emergiu da revolução. Então, se não primasse pela austeridade e pela isenção de suas ações, deslegitimaria a verdade construída para que se empreendesse um movimento revolucionário. Esse tradicionalismo e/ou conservadorismo foi algo percebido por alguns dos auxiliares mais próximos e pela imprensa:

> Um programma avançado e baseado nas nossas possibilidades – deve se rposto immediatamente em execução de acôrdo com as ideias mestras que temos apresentado. Acabar com esse muçulmanismo, o lysantysmo generalizado com as exitações e preconceitos, tratar o inimigo como inimigo, acabar com os casos desmoralizantes. Dar uma estrutura forte ao governo [...] abordar decididamente o problema econômico e demais questões vitaes (ARQUIVO DE GÓES MONTEIRO – AN_046_97. 14 de set. de 1931; doc. 152).
>
> .....
>
> O mal do governo revolucionário é que elle nunca teve convicções revolucionarias, nunca teve enthusiasmo, decisão energia, coragem das responsabilidades. Sua tendência política é para a linha da menor resistência. Seu fito é a commodidade, a complação com todos os erros e absurdos, contanto que evite uma posição definida (jornal DIÁRIO CARIOCA, 30 de mai., 1933, p. 1).

As duas citações acima, mesmo que em contextos diferentes, complementam-se, porque, nela, podemos identificar que o Governo Provisório não teve a máxima ousadia em ter o posicionamento aguerrido e decidido, como pretendeu Góes Monteiro, e que a energia revolucionária ficou a desejar. Portanto, com esse mal revolucionário, como salientou o Diário Carioca, não se pôde esperar que as decisões econômicas dotassem o período compreendido entre 1930 e 1934 de medidas incisivamente desconstrutoras, mas de uma prática de avanços e recuos, mesclada pela construção de alinhamentos políticos ajustados, razão por que as medidas econômicas foram consideradas tradicionais.

Ainda assim, Celso Furtado nos ajuda a compreender que as medidas econômicas adotadas pelo Governo Provisório, ao empreender uma política econômica de

substituição de importações, deslocou o centro dinâmico da economia para o mercado interno. Isso fez com que outros espaços de poder fossem beneficiados. Consequentemente, o conjunto das medidas econômicas ampliou as possibilidades de que o Governo Provisório estruturasse suas bases de sustentação política na medida em que tais medidas permitiu-lhes que os Institutos econômicos acalentassem interesses.

Não podemos desconsiderar que as medidas adotadas impunham certo distanciamento do poder quando apelavam para a moralidade e o bom senso e, ao mesmo tempo, contribuíram para que Getúlio Vargas fizesse de tais medidas um instrumento político. O equilíbrio orçamentário, cujo objetivo se impôs com vistas a equilibrar e ordenar a vida administrativa do país (VARGAS, 1938, vol. 2, p. 37), foi o ponto de percepção dos interesses políticos implícitos nas medidas econômicas do Governo Provisório. No decorrer dos anos, o governo precisou justificar constantemente por que tal equilíbrio não estava sendo alcançado (VARGAS, 1938, vol. 1, p. 179).

Ao atentar para essas intenções econômico-políticas, contidas nas medidas econômicas do Governo Provisório, compreendemos que elas são mais um elemento prático do discurso factual de poder para o estabelecimento de outra territorialidade de poder, com vistas a garantir as bases de sustentação de Getúlio Vargas. E isso foi sintomático quanto aos encaminhamentos políticos, pela via econômica dos Institutos, sobretudo, do setor açucareiro, cujas medidas desembocaram, posteriormente, no Instituto do Açúcar e do Álcool, no Instituto do Cacau e com as medidas do setor algodoeiro.

O *lócus* dessas medidas econômico-políticas no setor açucareiro, que costurou o alinhamento político de Getúlio Vargas, no Nordeste, foi a Comissão de Defesa da Produção do Açúcar (CDPA), fundada pelo Decreto 20.716 de 07 de dezembro de 1931, e instalada em onze de fevereiro de 1932, na cidade de Recife-PE[71]. Essa comissão não reuniu os grandes usineiros do açúcar, mas grande parte daqueles produtores médios do Nordeste. A percepção de que esse espaço de discussão e execução das medidas de

[71] Estiveram presentes reunião de instalação da CDPA: Leonardo Truda, Diretor do Banco do Brasil (eleito presidente da CDPA); Francisco Solano Carneiro da Cunha, representante dos usineiros de Pernambuco (eleito vice-presidente); Bento Dias Pereira, representante do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (eleito 1º secretário); Deodato Maia, Representante dos produtores de Sergipe (eleito 2º secretário); Raimundo Pereira Magalhães, representante dos produtores da Bahia (eleito vogal); Tarcizio Miranda, representante dos usineiros do Rio de Janeiro (eleito vogal);; Décio Fernandes Guimarães, representante do Ministério da Fazenda (eleito vogal); Paulo Nogueira Filho, representante dos usineiros de São Paulo (eleito membro do conselho consultivo); representante dos produtores da Paraíba; representante dos produtores de alagoas; representante dos produtores de Minas Gerais; Adolpho Cardoso Alyres (consultor técnico) e Mário Saboia Viriato de Medeiros (secretário geral).

proteção ao açúcar deixou clara a tendência a proteger os usineiros e produtores do Nordeste e o plano de defesa do açúcar foi duramente criticada pelos jornais:

> O plano de defesa do Assucar é immoral no processo adoptado, que consta de tirar por uma taxa de violência, o dinheiro dos açucareiros trabalhadores, competentes e prósperos, para sustentar os vadios, incompetentes e fallidos. Immoral na sua origem, pois resulta de um connubio de um credor desastrado com os poderes públicos [Leonardo Truda], para indenizar a custa de terceiros prejuízos de seus erros. Immoral finalmente nos seus objectivos, pois o encarecimento propositado de um gênero de primeira necessidade não pode ser obra de um governo honesto, aberra todos os princípios da economia política (Jornal DIÁRIO CARIOCA, 09 de dez. 1931, p.1)

A matéria do *Diário Carioca* enfatizou o quanto os limites do Plano de Defesa do Açúcar só serviram para que comportasse as manobras políticas do Governo Provisório, porquanto só serviriam para resgatar da ruína os usineiros que não tinham como almejar uma boa margem de lucro, devido à ineficiente e atrasada estrutura dos estabelecimentos de produção de açúcar. Em outro artigo, publicado no mesmo jornal, essas afirmações fizeram alusão expressa aos produtores do Nordeste, quando referiu que as ações do Plano de Defesa do Açúcar só artificializaram as medidas de defesa para beneficiar os produtores falidos do Nordeste (Jornal DIÁRIO CARIOCA, 11 de dez. de 1931, p. 1).

Essas acusações de artificialismo com as medidas de proteção da lavoura canavieira geraram os protestos dos produtores de fora do Nordeste, inconformados com a taxação sobre a produção. Essa taxação do excedente foi cobrada também retroativamente à produção anterior à promulgação do Plano de Defesa do Açúcar, ou seja, referente à produção do início do ano de 1931, quando a safra no centro sul já havia terminado, pois, segundo a defesa dos usineiros paulistas,

> o Dr. Joaquim Paranaguá affirma considerar isentos [os usineiros paulistas] das taxas dos assucares pertencentes as usinas [pois a produção paulista só poderia ser taxada se] se encontrassem depositados em armazéns particulares e que não estivessem servindo de garantia de operações de warrantagem ou outras de idêntica natureza, visto não se poder dá effeito (Ata da COMISSÃO DE DEFESA DO AÇÚCAR, 22 de fev. de 1932, fol., 8).
>
> .....
>
> Queiram ou não o bloco do Norte, S. Paulo é o estado que mais consome assucar foi esse ano o segundo em produção, vindo logo abaixo de Pernambuco! Note-se ainda que S. Paulo não quer nem precisa de valorização do assucar! (Jornal DIÁRIO NACIONAL, 14 de fev. de 1932, p. 1).

Se, de um lado, a taxa de defesa, como ficou conhecida a taxa cobrada sobre o excedente da média de produção, causou descontentamento para os produtores paulistas, de outro, ela foi decisiva para que os interesses dos usineiros e dos produtores do Nordeste fizessem valer o equivalente de produção e comercialização do açúcar para o mercado interno, o que justifica o seu descontentamento a ponto de inferir que haveria a paralisação do comércio da Praça de Santos, caso não fosse revertida a cobrança. Diante da impossibilidade, a resposta dos produtores paulistas foi de que os usineiros daquele estado não precisariam de nenhuma política de valorização.

Essa quebra de braço aproximou o Governo Provisório, cada vez mais, dos produtores do Nordeste, e as iniciativas de crédito da disponibilidade de os interventores dos estados produtores intermediarem as reivindicações contribuíram para consolidar as bases de sustentação política de Getúlio Vargas frente aos interesses do centro-sul.

> Sendo o interventor intermediário entre o governo da União e as classes productoras, irá encaminhar as consultas e os pareceres em torno da projectada organização da defesa do assucar. Para isso o senhor Lima Cavalcanti tem procurado auscultar os interesses na solução do relevante problema, de modo a resolver da melhor maneira as justas conveniências dos productores (Jornal A ESQUERDA, 14 de out., 1931, p. 2).
>
> .....
>
> Peço 30$000 fixo a Commissão de Defesa para effeitos para financiamentos do assucar. Pela Agencia do Banco do Brasil aqui vim contribuir com a baixa do producto visto como sendo essa warração sujeito a descontos 3$000 por usineiros que apuram 27$000 quando antes o mercado estava firme 28$000. Peço por isto seu interesse para que o limite estabelecido para Sergipe seja elevado para 33$000, pois do contrário os effeitos dos benefícios que esperávamos valorização resultarão contraducentes de relação nosso estado. Augusto Maynard (Ata da COMISSÃO DE DEFESA DO AÇÚCAR, 03 de mar. de 1932, fol., 10).

Muitos exemplos como esse se seguiram em jornais e junto com a Comissão de Defesa da Produção do Açúcar (CDPA), os créditos abertos e negociados com o Banco do Brasil, surtiu o efeito legitimador do aspecto econômico-político do Governo Provisório. Gradativamente, muitas foram as intermediações dos interventores para que os usineiros, em seus estados, fossem contemplados com a abertura de créditos suplementares, uma vez que, se todos deveriam pagar a “taxa de defesa”, a diminuição dos lucros não seria de todo insignificante.

As justas conveniências aludidas pelo Interventor de Pernambuco nos fazem entrever que, a exemplo dos outros estados produtores, foram as interventorias que dialogaram, no sentido de usufruir ao máximo das iniciativas de defesa do açúcar, pois

isso significou certo reordenamento econômico, sobretudo, dos estados produtores de açúcar no Nordeste. Isso, de certa forma, no plano político, legitimou as ações dos interventores e o consequente ajustamento das elites produtoras ao Governo Provisório.

A CDPA exerceu um direcionamento convergente para que a aproximação do Governo Provisório fosse sentida por todo o Nordeste, principalmente pelos estados produtores – Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Sergipe. Da parte dos estados produtores do sudeste, que também participavam da CDPA, havia uma evidência de que, se as inciativas de proteção do açúcar tiveram um fim econômico, tiveram também forte conjugação dos interesses políticos, como asseverou o *Diário Carioca*:

> Como é do domínio de todos, o amparo a indústria açucareira foi uma das primeiras preocupações do Governo Provisório que, influenciado, mais tarde, pelo interventor de Pernambuco, sr. Carlos Lima Cavalcanti, criou a Commissão de Defesa do Assucar, recorrendo as luzes do sr. Leonardo Truda (Jornal DIÁRIO CARIOCA, 22 de dez. de 1932, p. 6).

Não houve, entretanto, absolutização nesse ajuste econômico-político pela via do beneficiamento aos produtores de açúcar do Nordeste. A estratégia adotada foi de um alinhamento econômico-político monetariamente construído com as elites produtoras do Nordeste. Isso significa levar em conta que, para se legitimar e construir sua austeridade política, o Governo Provisório não podia estar amalgamado com essas elites, porque havia o risco de fazer a opinião pública e até os tenentes cuja influência estava bem enraizada no conjunto social de político do Nordeste perceberem uma latente aproximação do governo com os antigos grupos oligárquicos da região. Por isso as ações da CDPA se processaram na alçada de incentivos governamentais, com a justificativa de um propósito de soerguimento das finanças e a recuperação dos setores produtivos do país.

O fortalecimento econômico-político do bloco do Norte não passou ao largo quanto aos incentivos dispendidos na região cacaueira. A criação do Instituto do Cacau, também em 1931, trouxe para junto do Governo Provisório o sul baiano. A intervenção do Estado no setor cacaueiro desenhou a mesma estratégia, com o interventor e o delegado do Norte se colocando como intermediadores dos produtores e das políticas de incentivos/ajustamento do setor. Disso decorreram as cartas enviadas diretamente a Getúlio, com o fim de que o Governo Provisório atuasse em relação ao problema das taxas de juros cobradas pelo Banco do Brasil para o setor. Juarez Távora assevera que “o

estado baiano é um dos mais importantes da federação" e que não pode ter suas garantias de empréstimos ao setor cacaueiro prejudicadas por uma confusa sobretaxa (ARQUIVO DE GETÚLIO VARGAS/CPDOC: GV c 1931.05.20; 20 de mai. de 1931, docs. 1-8).

Ao considerar que a lavoura cacaueira se constituiu como o produto de maior riqueza econômica do estado depois de 1930, atentamos para o fato de que a produção do cacau havia alcançado um crescimento de produção que passou de 75 mil toneladas, para 104 mil depois de 1930, ao passo que a área cultivada havia aumentado consideravelmente. Por causa da crise internacional, essa produção havia desbancado os negócios, e a insolvência nas casas de exportação foi generalizada. Nessa conjuntura, o governo tinha uma desolação financeira de praticamente todos os produtores do sul baiano, portanto, tratar de articular as medidas de estabilização e estruturação do setor cacaueiro foi um passo importante na delimitação da territorialidade a ser construída em bloco com o Nordeste.

Com a fundação do Instituto do Cacau Baiano (IBC), houve uma ação direta do Governo Provisório, que agiu em uma frente dupla: conteve ou, pelo menos, estabilizou esse setor de produção da economia com a intermediação de compra e venda da produção, criou a estação experimental de Uruçuca, construiu rodovias de tráfego para escoar a produção (BAIARDI, 1984, 64) e ampliou a margem de apoio político. É interessante como essa costura política pode ser percebida nas esferas administrativas e converge para um alinhamento político ampliado. Vejamos:

> Agricultores do cacau do município de Canavierias pedem valiosa intervenção de vossa senhoria junto ao novo interventor da Bahia afim de ampara o Instituto do Cacau recentemente fundado neste estado para amparar aquela lavoura ameaçada pela completa ruína em virtude da modicidade dos seus juros, pela dilatação dos prazos dos seus empréstimos ou outras providencias protetoras. O Instituto do Cacau representa a única salvação da lavoura de cacau desse estado a qual tanto contribuiu para a economia nacional. confiantes no elevado patriotismo de vossencia ficam certos de que a lavoura cacaueira não perecerá, saudações. (ARQUIVO DE OSWALDO ARNHA/CPDOC: OA cp 31.01.06/2; 13 de mar. de 1931, docs. 0017).

Assinaram o telegrama acima, enviado ao Ministro da Justiça Oswaldo Aranha, 52 produtores e proprietários de lavouras de cacau. Seu conteúdo denota que houve uma busca por se aproximar e das ações econômicas empreendidas pelo Governo Provisório e usufruir delas. O que poderíamos definir como elite econômica de Canavieiras

requereu do Estado a intercessão política para seus interesses. Essa mesma elite local se percebe como destituída do poder direto sobre o aparato estatal local. Foi por essa via que Getúlio Vargas construiu sua sustentação política no Nordeste, e seu discurso factual de poder ampliou a percepção de que, através das ações do Estado, agora desterritorializado do entorno paulista e coeso politicamente, os interesses poderiam surtir solução de continuidade.

A atuação da interventoria de Juracy Magalhães na Bahia traduz essa ideia, e embora houvesse uma acirrada disputa política no interior das conformações de poder baiano, a presença do Estado interventor foi sentida. A confiança política adquirida pelo então interventor baiano foi o ponto de amalgamento entre os interesses políticos de Getúlio Vargas e os interesses dos produtores baianos. Ações como a reestruturação do IBC e o completo alinhamento político dos coronéis do Vale do São Francisco ao Governo Provisório foram basilares para Getúlio (PANG, 1979, p. 227-228).

As questões colocadas até aqui nos permitem afirmar que a reorganização dos espaços econômicos, no período compreendido entre 1930 e 1934, foi política. Certamente houve – embora tenhamos constatado que o setor econômico do Nordeste comportou uma dinâmica interna sem estagnação – uma inversão para a hegemonia econômica do centro-sul sobre a economia e sobre os setores produtores do Nordeste, pois a apropriação dos incentivos do Estado para tais setores significou a verticalização dos investimentos por fora da agroexportação. As conformações econômicas do Governo Provisório tenderam, em sua perspectiva macro, a "fechar-se" para repor a produtividade e para defender os setores básicos de sustentação das divisas do país (OLIVEIRA, 1981, p. 65).

O mesmo processo, numa perspectiva econômico-política e ideológica, pode ser capturado para o entendimento de que, à medida que os questionamentos e a pressão dos grupos políticos preteridos com a Revolução de 1930 tentaram articular a volta da hegemonia do entorno paulista, a estratégia do Governo Provisório foi também de "se fechar" politicamente. Entretanto, essa postura precisou construir, para além do discurso factual de poder que lhe garantiu a legitimidade das propostas de transformação do Estado, um espaço consolidado e de base econômica suficientemente consolidada para não ser acusado de insustentável sem correr o risco de empobrecer o Estado, uma vez que não haveria divisas suficientemente dinâmicas, pelo menos internamente, considerando a crise internacional.

Para tanto, o Estado processou uma quebra da hegemonia econômica do centro-sul, quando restringiu os acessos aos financiamentos quase exclusivos do setor cafeicultor e deslocou esses acessos para onde seria sua nova territorialidade de poder – o Nordeste. É importante que fique claro que estamos falando da construção da legitimidade política do Governo Provisório, frente às constantes tentativas de retomar a influência política do estorno paulista. Estamos afirmando que, no Nordeste, a política de defesa e de proteção das culturas foi basilar, para que esse espaço regional comportasse o alinhamento em bloco pretendido por Getúlio Vargas. Não se trata, portanto, de negar as medidas econômicas do Governo Provisório ou de questioná-las mais detidamente, mas de perceber como elas contribuíram para consolidar o poder do Estado varguista. Por esse motivo, entendemos que a consolidação da territorialidade política do Governo Provisório não aprofundou as medidas econômicas direcionadas para o Nordeste. Então, gradativamente, depois de 1934, os eixos da produção do Nordeste passaram para a região industrial do entorno paulista (OLIVEIRA, 1981, p. 67).

Isso se deveu, sobretudo, ao posicionamento de que Getúlio Vargas só pretendia se constituir como poder, frente à estrutura consolidada de longa data, de um Estado nitidamente oligárquico. Para transformar essa ideia, os mecanismos de desterritorialização política superficializaram a relação do Estado com as estruturas econômicas e políticas do Nordeste. Porém a intenção não foi de transformar o Estado, mas de redistribuir os fins da organização do poder e da política brasileira que, uma vez consolidados, deveriam estar calçados das diretrizes de melhor desenvolvimento econômico com vistas ao progresso. Ficou claro, ainda, que os setores produtivos do Nordeste “compraram” essa perspectiva, acalentados pelo discurso dos militares alçados à categoria de interventores.

A adoção dessa postura e os encaminhamentos para promover a construção econômico-política da sustentação política desterritorializada do Governo Provisório só foram possíveis porque, no processo de nacionalização da economia, pelas medidas de substituição das importações, havia iniciado um processo em que “a autonomia política dos Estados federados havia sido gradualmente reduzida, característica política mais marcante do pós-30, [pois], do lado da força-de-trabalho, os movimentos migratórios que se intensificam no pós-guerra haviam transformado uma "população para as regiões" em uma "população para a nação" (OLIVEIRA, 1981, p. 77. Grifo nosso).

5

O poder político constituído: a legitimidade e a sustentação política do Governo Provisório no Nordeste

A constituição do poder político de Getúlio Vargas e suas bases de sustentação política, que vem sendo objeto da nossa investigação, têm sido demostradas com a construção do discurso factual do poder e a desterritorialização de alguns domínios de influência política que, antes de 1930, estavam fortemente concentrados no entorno paulistano. A perspectiva de haver a emergência de outras conjunturas de poder espacialmente alinhadas ao projeto varguista de poder, de modo a ser percebido como espaços de legitimação e sustentação da conjuntura centralista do pós-30, permite-nos afirmar que as bases políticas de Getúlio Vargas estiveram constituídas no Nordeste, porque, logo após a Revolução de 1930, os alinhamentos de poder tiveram esse espaço regional como *lócus* de intensa atividade política. Os desdobramentos dessa Revolução foram para esse espaço regional, a tentativa de redefinir seu papel político em âmbito nacional. E embora devamos atentar para o fato de que as conformações de poder desenhadas por Getúlio Vargas, depois de 1934, esvaziaram esses interesses alimentados pelas elites políticas nordestinas, não podemos desconsiderar que a montagem do discurso factual do poder e a legitimação política do pós-30 estiveram concentradas nesse espaço regional/geográfico.

A constituição do poder estatizado e os alinhamentos necessários à emergência de uma ordem política centralista não poderiam ser colocados em prática se a cúpula política do pós-30 não houvesse costurado seu alinhamento político com o Nordeste. Com os desdobramentos de organização/alinhamento do poder, que culminou com a criação do Clube 3 de Outubro e da empírica ideia do "vice-reinado do Norte", o Nordeste se constituiu como sustentáculo político de Getúlio Vargas para o desenho

centralizador do Estado, sobretudo, se considerarmos o discurso fatualista de Vargas, que desterritorializou a influência política do entorno paulista (ver mapa[72] abaixo).

Mapa elaborado pelo autor

[72] Pelo desenho do mapa podemos identificar as zonas de oposição e influência política do Governo Provisório Varguista. A zona identificada como "*Oposição a Getúlio Vargas e Alinhamento político a São Paulo*" capitaneou o esteio das querelas políticas de São Paulo e a tentativa de desestabilização política de Getúlio Vargas. Contudo, de todas as conformações políticas desenhadas, três grandes espaços podem ser considerados sob a influência direta e relativa de apoio a Getúlio Vargas. A parte descrita como "*alinhamento relativamente distanciado do Governo Varguista*" constitui o espaço de territorialidade de poder do Governo Provisório de Getúlio Vargas sem engajamento estrutural, ou seja, esse espaço de poder colaborou com as medidas de alinhamento político junto ao Governo Provisório, uma vez que, em todos os estados (majoritariamente os estados do Amazonas, Acre, Rondônia, Pará e uma estreita região matogrossensse com influência paraense) houve alinhamento político dos interventores, mas, ao mesmo tempo esse espaço de poder se manteve distanciado das disputas e lutas políticas hegemônicas. Os espaços identificados como "*Relativamente neutros frente ao governo varguista*" pode ser percebido como espaços de poder de pouca expressão política; as querelas políticas internas não tiveram posicionamentos significativos junto a estruturação da territorialidade de poder construída pelo Governo Provisório, porém, não podem ser identificados como oposição. Já no espaço identificado como "*Territorialidade de poder de Vargas*" podemos perceber o desenho hegemônico do apoio inconteste a Getúlio Vargas, cuja força política esteve concentrada no Nordeste, Rio Grande do Sul e parte do Centro Oeste, por meio de alianças políticas e do complexo jogo de poder estrutural de base local/nacionalista do Governo Provisório de Vargas.

Isso porque as rápidas alianças construídas no Norte/Nordeste pela Aliança Liberal promoveram, pela emergência do Tenentismo, uma articulação fértil para o projeto de ascensão política desse espaço frente ao processo de constitucionalização vindo do Sul (PANDOLFI, 1980, p. 342-343). Assim,

> é no norte que o governo Provisório vai conseguir maior penetração, graças às condições específicas dessa região, resultante de declínio econômico e político. As ausências de máquinas partidárias estruturadas e de uma classe política permitem que a Revolução se faça mais presente... O sistema de interventorias, considerado um dos principais mecanismos de centralização política, assume no Norte características bastante específicas. Trata-se de um "instrumento de controle e uma cunha do poder central em cada estado", decisivo na relação estados-União, modificação almejada pelos tenentes e, particularmente, por todos os "revolucionários nortistas" (PANDOLFI, 1980, p. 345).

As conclusões da autora nos fazem questionar sobre quais as condições políticas específicas dessa região emergiram no contexto pós-revolucionário de 1930, já que o viés econômico teve um papel preponderante. Mas, pensando mais detidamente no Norte/Nordeste, podemos elencar, nesse contexto, muitas outras especificidades para que as conformações de poder tenham sido particularmente divergentes do contexto do Sul e do Sudeste.

Ao atentar para a proposta moralizadora do Clube 3 de Outubro, reduto dos tenentes, contida nas "Diretrizes iniciais para o estabelecimento do Estado Maior do Clube 3 de Outubro" e no "Clube 3 de Outubro – aspirações Mínimas"[73], verificamos que há um complexo jogo político que ultrapassou a mera moralização administrativa. Mesmo para os tenentes, civis ou "revolucionários", cuja ação política deveria seguir o que determinava o Código dos Interventores, as especificidades do contexto nordestino traçaram caminhos mais amplos do que os previstos por esse código, de modo a construir uma base política muito forte para sustentar o processo de desterritorialização do entorno paulista.

Nessa região, as teses da defesa dos interesses moralizadores da Revolução serviram como credenciais para outros agentes do poder, distintos das que predominaram na política em seu aspecto oligarquista (CARVALHO, 1975, p. 13-22), seja pela reacomodação política e administrativa seja pelo sentido moralizador dado ao pós-30 nesse contexto regional.

[73] Esses documentos fazem parte do arquivo Osvaldo Aranha, depositado no CPDOC da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro.

Foi na Região Nordeste onde o Governo Provisório de Vargas se fortaleceu e, em última instância, favoreceu a escalada da política centralista e a imposição de um ordenamento estatizado promovido pelo novo regime. Nesse cenário, o Tenentismo teve o seu papel triunfante como força política, atuou como porta-voz do Governo Provisório e articulou os arranjos necessários à consolidação do projeto varguista.

5.1 – Destituição e alinhamento político no Nordeste: a ação dos interventores

O estabelecimento do Código dos Interventores, em 1931, não surtiu tantos efeitos quanto no Nordeste, e a política de moralização e de organização dos espaços da política alçou os mais altos empreendimentos quando se tratou de reconduzir a política do Nordeste aos anseios do Governo Provisório. Dessa feita, a nomeação dos interventores da Bahia, da Paraíba e de Pernambuco foi sintomática. No caso da Bahia, a nomeação dos interventores não obteve o consenso esperado, porquanto, de novembro de 1930 a setembro de 1931, foram nomeados três interventores para esse estado: Leopoldo Amaral (01 de novembro de 1930 a 18 de fevereiro de 1931), Artur Neiva (18 de fevereiro de 1931 a 15 de julho de 1931) e Juracy Magalhães (19 de setembro de 1931 a 10 de novembro de 1937).

As duas primeiras interventorias podem ser consideradas desastrosas, no sentido de tentar impor reformas profundas em um curto espaço de oito meses, pois, desde longa data, a política baiana contou com grande influência dos coronéis locais, cujo respaldo havia repercutido nacionalmente, com foi o caso de José Joaquim Seabra e Góes Calmon. E mesmo que a Revolução de 1930 viesse com o intuito de afastar os grupos oligárquicos do poder local, o respaldo de J. J. Seabra se fazia sentir até mesmo para que a articulação baiana com os revolucionários tivesse êxito. Assim, um processo de reformas e de alinhamento político não lograria resultados positivos em curto prazo[74].

[74] A composição oligárquica que dominou a Bahia, do final do Império até o fim da Primeira República, foi marcada por zonas de influência oligárquica bem delimitadas e expressivamente articulada nas regiões do estado. Desses grupos de influência, o personalismo foi a pedra de toque, como não seria diferente no restante do país. Os partidos refletiam bem tal personalismo, por exemplo: o Partido Republicano Baiano (PRB) foi conhecido como Partido "Vianista", pois se constituía berço da influência política de Luiz Viana (governador da Bahia entre 1896- 1900) e, posteriormente "Severianista", pelo prestígio político de Severino Vieira (governador da Bahia entre 1900 e 1904). Já ao final da Primeira República, o PRB foi reestruturado para comportar as novas lideranças, como a de Miguel Calmon (Ministro nos governos de Afonso Pena (1906-1910) e Artur Bernardes (1922-1926), e Góis Calmon (governador da Bahia entre 1924 e 1928) e Otávio Mangabeira (ministro das Relações Exteriores (1926-1930). Também teve grande influência o Partido Republicano Democrático (PRD), conhecido como partido "seabrista" que serviu de reduto político para os aliados de José Joaquim Seabra; sob o domínio seabrista a Bahia ficou de 1912 a

Os incidentes da prisão dos coronéis que apoiavam Washington Luiz, empreendidos pelo então interventor Leopoldo Amaral, em cumprimento às instruções do Tribunal Especial, instalado no Rio de Janeiro, cuja determinação incidiu sobre a investigação da conduta dos homens públicos da Primeira República, foram agravados pelo *quebra-bondes* ocorrido em outubro de 1930, cujo fim foi de atingir diretamente a Cia. Linha Circular de Cariris da Bahia[75]; ainda no interregno da administração de Leopoldo Amaral, a tentativa de isenção política frente aos interesses do grupo ligado a J. J. Seabra dificultou ainda mais a sustentação política do interventor[76] e desenhou um cenário de entrave político para o Governo Provisório a ser resolvido na Bahia.

Tão logo se seguiu a substituição de Leopoldo Amaral por Artur Neiva, em fevereiro de 1931, os ares do clima político não tenderam a ser menos tumultuosos. Mesmo que Artur Neiva tenha se colocado como um nome indiferente, sua ações se, de um lado, trouxeram certo alento aos produtores com a criação do Instituo Baiano do Cacau (IBC), de outro, provocaram grande descontentamento, pois o decreto de reforma municipal de 08 julho de 1931 não agradou aos chefes políticos do interior. Pela reforma, os municípios com menos de vinte mil habitantes deveriam ser suprimidos. Por essa lógica, o governo pretendia enxugar a máquina administrativa do estado e recompor as finanças, entretanto, a reação à reforma municipal de 08 de julho foi intensa e custou o cargo do então interventor Artur Neiva. No bojo dessa reforma, estava a tentativa de reduzir as despesas públicas e destruir dos redutos coronelistas no estado, algo que pareceu ser impraticável pela forma abrupta como foi estabelecida.

Diante do impasse político local, a nomeação do Tenente Juracy Magalhães pareceu ser a saída do Governo Provisório para que se resolvesse o caso baiano. Mesmo considerando que essa nomeação seria uma aposta duvidosa, devido às pretensões de J.

1924, e mesmo que o interregno de 1916-1920 tenha sido governado por Antônio Muniz de Aragão, esse foi aliado direto de J. J. Seabra. A partir dessas influências política, o controle da política baiana pode ser compreendido por um primeiro momento de dominação do PRB de 1889 a 1912 com políticos advindos de Império chamados de "monarquistas conservadores", um segundo momento que compreendeu o poder direto de J. J. Seabra e um terceiro momento em que o PRB estabeleceu um novo domínio político sob a liderança dos calmonitas e mangaberistas, permanecendo até 1930. Sobre a política baiana na Primeira República ver: SAMPAIO, Consuelo Novais. **Os partidos políticos da Bahia na Primeira República:** uma política de acomodação. Salvador: CED/UFBA, 1975.

[75] A companhia de bondes estava filiada ao capital externo norte-americano, cujos interesses rederam a acusação de trabalhos forçados. Após o episódio do *quebra-bondes* o cônsul americano na Bahia Lawrence Briggs, iniciou uma serie de acusações contra o interventor Leopoldo Amaral.

[76] Esses interesses consistiram na tentativa de J. J. Seabra em reaver sua influência política na administração de Leopoldo Amaral, pois a adesão desse chefe baiano a Revolução de 1930 se deu na esperança de voltar a cena política da Bahia, pois, desde o reordenamento do PRB Otávio Mangabeira e Góes Clamon havia se constituído como liderança política no estado.

J. Seabra, que apoiou a Revolução na esperança de retornar ao domínio político da Bahia, tal nomeação confirmou a máxima de que os interventores deveriam ser pessoas isentas e fora do contexto político local. Contudo, esse foi o maior problema enfrentado pelo novo administrador estadual, depois de ser nomeado. Foram constantes as acusações de "forasteiro" e as alusões a sua pouca idade – 26 anos - algo que parecia uma tragédia política anunciada. Entretanto, com as habilidades políticas de Juracy Magalhães, costurou-se um alinhamento político bem peculiar, para garantir que a destituição do poder local fosse sentida, visto que as ações do então interventor direcionaram para o Estado as pretensões de tais grupos, a negociação foi a estratégia adotada, e a fórmula foi o centralismo da máquina e da representação política do interventor junto com os coronéis baianos, o que resultou na escalada do alinhamento político na região.

A continuidade desse alinhamento contou com uma Paraíba cuja comoção com a morte de João Pessoa se processou de modo a dar o tom ideológico do alinhamento pretendido por Getúlio Vargas. Praticamente todo o estado esteve ao lado dos revolucionários, e as conspirações foram as mais profícuas, porquanto ocorreram nos bastidores do Governo de Álvaro de Carvalho, vice-presidente do estado, que assumiu o governo da Paraíba depois do assassinato de João Pessoa, sem que as resistências criassem grandes percalços. Isso porque a morte do "mártir da Revolução" apagou o peso das querelas partidárias no estado, na medida em que os preparativos revolucionários envolveram desde auxiliares mais próximos do governo até líderes como Juarez Távora, cuja passagem pela Paraíba se deu na iminência dos preparativos revolucionários[77].

Após a vitória revolucionária, José Américo de Almeida foi nomeado interventor, mas só ficou no cargo apenas meses, uma vez que foi nomeado para o cargo de Ministro da Viação e Obras Públicas do Governo Provisório de Getúlio Vargas. Com sua saída,

[77] A julgar pela comoção popular – conforme Barbosa Lima Sobrinho descreveu - "a passagem do cortejo fúnebre pela Paraíba pareceu o anúncio do fim do mundo [...] as dores de cada um, no contágio das mesmas expansões, crescem, aprofundam-se e sobem aos céus num clamor lancinante [...] os oradores trocam as palavras por soluços; grandes, pequenos, ricos e humildes confraternizam-se na comunhão da mesma perda irreparável" (SOBRINHO, 1983, p. 188) –, e pelos editoriais inflamados "tem responsabilidade nesse grande crime o Sr. Presidente da República, com seu gesto, convulsionando o paiz para eleger seu sucessor um seu affeiçoado, tem responsabilidade o Sr. Presidente que provocou a desordem no solo paraybano, dando mão forte ao cangaceirsmo e negando ao presidente assassinado o direito de importar armas e munições para combater o cangaceirismo protegido pela política federal [referência a guerra de Princesa] (JORNAL DO RECIFE, 07 de ago., 1930, p. 1. Grifo nosso), não haveria espaço para que a oposição, ou as querelas partidárias do estado adquirissem qualquer grande importância depois de 1930, o que restou dela foi apedrejado, silenciado e exilado do estado, e sem grande expressão política, pouco ou quase nada pôde fazer para voltar a cena política paraibana.

assumiu a interventoria o tenente civil Anthenor Navarro, que havia conspirado em favor da Revolução. Sua passagem pela interventoria paraibana foi saudada com entusiasmo e mereceu grandes manchetes dos jornais locais, pois, no discurso de posse, Anthenor se colocou como continuador da obra moralizadora de João Pessoa, o que lhe rendeu ampla margem de ação política e liberdade de ajustamento[78].

Já no que diz respeito a Pernambuco, a cena política do estado se aproximou das eleições de 1930, acompanhada de uma maré quase mórbida, favorecida pela fraude eleitoral. Isso porque a hegemonia política do então governador, Estácio Coimbra, minimizou qualquer repercussão política nas proximidades das eleições de março de 1930, de modo que não houve sequer a preocupação de intenso alistamento eleitoral, e o Partido Republicano de Pernambuco ficou quase desobrigado de insistir no empenho de apoio à chapa da situação, como pode ser percebido no "Boletim do Partido Republicano":

> O Partido Republicano de Pernambuco vem desobrigar-se do dever de apresentar ao sufrágio de eleitorado, no pleito de 1º de março próximo, os nomes dos candidatos a Presidente e vice-presidente da república, à renovação do terço do senado e representação do estado na câmara dos deputados federais.
> Já conhecida de todo paiz a attitude do nosso partido em face a sucessão presidencial. Secundando a superior orientação do preclaro homem público que governa Pernambuco. [...] na composição para a representação federal não podíamos deixar o nosso devido apreço, [...] a nossa resolução e do prestigioso chefe do Partido Republicano o sr. Estácio Coimbra.
> [...] no empenho de manter a continuidade da orientação política do sr. dr. Estácio Coimbra altamente inspirada no bem público [...] o nome do sr. dr. José Maria Bello parecenos capaz de concretizar as legítimas aspirações do estado [pois é] dotado de superior intelligência, sólida e variada cultura (jornal DIÁRIO DO ESTADO, 14 de fev. de 1930, 251. Grifo nosso).

O boletim nos mostra que a perspectiva da continuidade política pareceu inalterada, não houve qualquer grande incidente que causasse qualquer descrédito de que as eleições de 1930 não obtivessem o resultado esperado. Ao mesmo tempo, enfatizou a liderança do então presidente do estado Estácio Coimbra. Somente com o desfecho trágico da Confeitaria Glória foi que outros ares foram percebidos na política pernambucana. Mesmo assim, esses novos ares viriam de acontecimentos externos à conjuntura política alinhada do estado. Contudo, essa mesma cena política, se esteve

[78] Para aprofundar os acontecimentos de 1930 na Paraíba, ver: CARVALHO, Álvaro de. **Nas vésperas da Revolução:** 72 dias na presidência do estado da Paraíba - memórias. 2 ed. João Pessoa: Acauã, 1978.; SANTOS NETO, **Os domínios do Estado:** a interventoria de Anthenor Navarro e o poder na Paraíba (1930-1932). (dissertação Mestrado em História). João Pessoa: PPGH/UFPB, 2007.

alinhada à política, ficou omissa frente aos episódios do levante militar revolucionário na capital. Inúmeros relatos e editoriais de jornais deram conta da fuga e do isolamento de Estácio Coimbra, no Palácio das Princesas, e da marcha triunfal dos revolucionários comandados pelo então tenente Juracy Magalhães sobre Recife[79].

Esses incidentes no calor da Revolução conduzem-nos a constatar que a substituição da ordem da Primeira República pela ordem revolucionária, no Nordeste, foi constituída de ações políticas, e as perspectivas de que a Revolução seria sentida de forma ampla, nos mais variados setores da sociedade, só se confirmaram na Paraíba. Porém tais ações, consideradas como populares, aconteceram em momentos anteriores ao levante, pois a comoção pública pela morte de João Pessoa traduziu um descontentamento que pouco tinha a ver com questões políticas. E apesar do episódio da "linha azul" de Recife, onde funcionários da Pernambuco Tramawys foram recrutados e, consequentemente, tal recrutamento acabou por ser definitivo na tomada da capital pernambucana pelos revolucionários, ele não traduz o caráter popular do movimento revolucionário.

Percebeu-se, então, a substituição de um ordenamento caracterizado por políticos, cujas ações e arranjos estavam postos pela influência, pela proximidade ou pelo distanciamento do alinhamento da Política dos Governadores. Em se tratando do Nordeste, tal alinhamento havia se constituído de forma tão complementar que até o apoio dado aos revolucionários, no caso da Bahia, por J. J. Seabra, seria uma opção de beneficiamento político. Então, tornar efetiva a ação do Estado, nesse espaço regional, requereu muito mais do que a tomada dos Batalhões de Caçadores das cidades nesses estados, pois foi preciso que a ideologia tenentista de centralização e moralidade política se fizesse fulcral. De outro lado, a perspectiva de soerguimento econômico emergiu como possibilidade de alavancar o mercado de produtos dessa região, sem que se privilegiassem os ajustes direcionados aos cafeicultores.

A destituição da velha ordem seria, então, por estágios: negociada, como foi o caso da Bahia, e imposta, como em Pernambuco e na Paraíba. Em todos os casos, o objetivo dos interventores foi de trazer para a cena política do Nordeste a ideia de que o

[79] Sobre a Revolução de 1930, em Pernambuco, ver: LIMA SOBRINHO, Barbosa. **A verdade sobre a Revolução de 1930.** São Paulo: Alfa-Ômega, 1983; FERNANDES, Aníbal. **Pernambuco no tempo do vice-rei.** São Paulo: Schmidt Editor, s/d; SARMENTO, Antônio Natanael Martins. **Urnas e baionetas:** os comunistas na história política de Pernambuco – (1930-1935). (Doutorado em História). Recife: PPGH/UFPE, 1998.

poder e a política deveriam estar alinhados aos ditames do Governo Provisório, sem os oligarquismos locais:

> Nessa ocasião [inicio de 1932], eu já havia arregimentado em torno de mim os principais nomes em atividade na política municipal [...] visitei regularmente os chefes locais, mantendo contato com a população do interior, [...] tornando-me o primeiro governador a conhecer todo interior do estado e suprimi os intermediários no contato com os chefes locais, que antes de mim eram feitos através de João Mangabeira no sul, de Francisco Rocha no São Francisco e de fróis da Mota em Feira de Santana (MAGALHÃES, 1982, p. 76. Grifo nosso).
>
> .....
>
> Todo estado da Parahyba desfructa nesse momento de uma excellente situação de ordem, de segurança e de plenas garantias asseguradas indistinctamente, a todos os cidadãos. Passados o momento da luta com o advento da Revolução todos comprehenderam, o dever de cooperar harmonicamente para a mesma obra de paz e trabalho, e de engrandecimento da Parahyba e do Brasil. [...]
> O governo da Parahyba tem se esforçado por executar fielmente o elevado programma revolucionário enumero alguns decretos: decreto restringindo nos orçamentos municipais as despesas de pessoal, no máximo 30% das duas rendas; decreto de continuaçõa de todas as obras iniciadas pelo presidente João Pessoa; a reforma da justiça de accordo com as possibilidades do estado (Jornal A UNIÃO, 07 de mar. de 1931, p. 1).
>
> .....
>
> Attendendo a solução revolucionário que de facto, extinguiu todo aparelho político e administrativo contrário ao seu programma reivindicador: decretou a dissolução dos senados, Câmara e todos os conselhos Municipaes de Pernambuco, bem como destiuiu dos cargos os prefeitos municipaes (DIÁRIO DO ESTADO, 19 de out., de 1930, p. 1724).
> Decreto que nenhum prefeito ou quem quer que se julgue com prestígio partidário, se intitulará chefe político, pois isso contraria o programa revolucionário. os prefeitos se limitarão a administrar os municípios e não intervirão em assuntos policiais (DIÁRIO DO ESTADO, 21 de out., de 1930, p. 1728).
> O governo de Pernambuco faz constar ao povo que é permittido a quem quer que seja representar, mediante petição dirigida ao chefe do executivo, denunciando abusos das autoridades do regimen decahido (DIÁRIO DO ESTADO, 22 de out., de 1930, p. 1732).

O direcionamento para fazer com que os ajustamentos políticos estivessem bem armados junto da interventoria caracterizou as ações dos interventores de modo bem plural, e a iniciativa de reunir, em torno do poder constituído do estado, os elementos políticos em atividade foram a estratégia de Juracy Magalhães, na Bahia. Tal acomodação levou a um alinhamento em que o poder local se constituiu como base do próprio interventor e, posteriormente, deu-lhe a legitimidade de que precisou para permanecer como interventor. No depoimento de Juracy Magalhães, podemos perceber que o contato feito com as lideranças do interior do estado eliminou o atravessamento de intermediários no acesso ao poder constituído da interventoria e levou para ela o apoio direto dos políticos locais em seus redutos.

Do mesmo modo, mas em uma perspectiva impositiva e autoritária, o alijamento dos grupos oligárquicos pretendidos pelas interventorias da Paraíba e de Pernambuco pode ser percebido pelo elevado número de decretos direcionado às municipalidades e referentes às questões de ordenamento econômico desses estados. Pelo tom impositivo das determinações por decretos, que funcionaram como respaldo da legalidade para as interventorias de Anthenor Navarro e Lima Cavalcanti, os atos frequentemente publicados nos jornais nos dão conta de que foi emitido um número cada vez mais expressivo de decretos, com os quais as interventorias, nesses estados, tentaram regular a ordem e os limites das pretensões de poder. Houve uma espécie de convocação para se executar harmoniosamente o programa revolucionário e, ao mesmo tempo, abriu-se espaço para que o fiscalismo fosse executado.

Essas iniciativas levaram para o âmbito local o discurso factual do poder como revolucionário, cuja perspectiva foi a de fazer sentir a presença do Estado como regulador e de atender às particularidades de cada região. Ficou evidente que, no Nordeste, a implantação do Governo Provisório pelas ações das interventorias estaduais, de forma mais nítida, concretizou o fato que levou à Revolução e os sentidos desqualificadores, que deveriam ser ultrapassados pela nova ordem se fizeram perceber pela forma como foram tratados os resquícios do que poderia lembrar a cultura de poder da Primeira República, por exemplo, o decreto que proibiu os prefeitos pernambucanos de serem reconhecidos como chefes políticos.

Sintomaticamente, os interventores nordestinos construíram, em seus respectivos estados, os desmontes da política e do poder da Primeira República. Podemos até perceber certo radicalismo nas ações dos interventores, que não pouparam as estratégias de ajustamentos dentro dos seus respectivos estados. Nos casos em que as situações pareceram mais violentas e até mais intransponíveis, não deixaram de ser acomodados aos ditames do Governo Provisório. O processo de destituição das antigas bases de poder, portanto, não teve uma regra ou uma lógica estabelecida que pudéssemos eleger como básica, pois o que pareceu mais evidente foi a tentativa cotidiana de reconduzir os fins da politica local para as hostes do Estado pela fragmentação das relações que sustentaram os redutos do poder local.

A intensa movimentação dos jornais baianos foi bem perceptível, e se a nomeação de Juracy Magalhães alçou o discurso da incapacidade política e administrativa do novo

interventor, estava carregada da lógica clientelista das relações entre o poder local e a política estadual que pretendiam desqualificar a nomeação do novo interventor:

> Nesse momento, causados pela nomeação do tenente interventor para a Baía, vislumbrando nova crise, que pode ser de molestas consequências tanto para marcha progressiva desse estado quanto para própria nação. [...] não acreditamos que não haja nessa grande unidade da federação um baiano capaz d administrá-la sem preocupações partidárias.[...] Pois não é motivo para ferir o amor próprio dos seus filhos verem, como recompensa fazer-se doação do governo de sua terra a jovem official revolucionário, estranho a seu meio e sem prova nenhuma de traquejo em administração? (Jornal DIÁRIO DA BAHIA, 1 de out. de 1931, p 4).
>
> .....
>
> O tenente Juracy Magalhães parece tirar certa vaidade da calmaria que vem cercando seu proconsulado. A dar-se lhe inteiro credito a Bahia já não é a mesma. [...] Cremos todavia que o bravo official se não apercebeu ainda, do que realmente ocorre. Se os baianos o estão deixando administrar no meio de tranquillidade tão absoluta, é porque de acordo com o "molot d'ordre" de todas as facções deliberaram fazer integra abstração dos actos da interventoria, da interventoria mesma. Para elle a Bahia realiza presentemente o mais suave dos milagres: vive sem governo.
>
> Esses baianos! ... uns "feras"! É quando nõa parecem está politicando, que mais politicam (Jornal DIÁRIO DA BAHIA, 13 de nov. de 1931, p 2).

Quando os jornais da Bahia apontaram para uma suposta crise da governabilidade, inferiram o orgulho ferido por não se ter, na Bahia, nenhum político capaz de governar sem partidarismo. Contudo, a intenção foi a de alçar J. J. Seabra à condição de interventor. Tal orgulho remeteu ao entusiasmo do Jornal *Diário da Bahia* pela nomeação de Seabra, pois não se questionaram as qualidades da Revolução, mas o desejo de se ter prestigiado aquele que, pelo menos de acordo com o jornal, a Bahia mais amava, mais o cativava – o "sodó".

O pouco traquejo com a administração política foi um dos argumentos que buscaram valorizar, pelo viés da política local, as habilidades partidaristas, bem conhecidas dos baianos. Então, ficou subtendido que a suposta tranquilidade que gozou o interventor foi, na verdade, o momento das confabulações que ludibriavam o entendimento do interventor quanto ao que de fato ocorria nos bastidores da política baiana. As confabulações deveriam se constituir como entraves para a permanência de Juracy à frente da interventoria, mas a perspectiva de estar "governando a margem das corretes políticas sem a preocupação de agradar a esse ou aquele" (Jornal A TARDE, 17 de nov. de 1931, p 1) foi fundamental para que o interventor costurasse os meios pelos quais a centralização e o redirecionamento da política estadual fossem alçados aos ditames do Estado. Pelas várias investidas e pelo grande número de políticos influentes,

a oposição baiana ao interventor poderia ter conseguido desalojar politicamente Juracy Magalhães do posto, contudo a fragmentação interna desses políticos e o descrédito que eles tiveram, junto de Juarez Távora e Getúlio Vargas, impossibilitaram qualquer efetiva reação. Mesmo com essas querelas internas, a posição do interventor estava garantida pelo suporte revolucionário que se pretendeu apartidário e em nome da soberania nacional, portanto, qualquer grande investida ou a aclamação de alcunhas como "forasteiro", "holandês" e "inexperiente" foi entendida como efeito do partidarismo baiano[80].

Em Pernambuco, a oposição tentou desqualificar a figura de Lima Cavalcanti recorrendo à falta de idealismo e de conivência com os atos praticados depois do levante revolucionário no estado:

> Latifundiário sem ideal, que se não se preoccupam nem com a pairia, nem com o povo, nem com voto secreto, cujo único ideal é o ventre e cuja única aspiração é a pose mansa e pacifica do latifúndio todo mundo sabe quaes são. São os parasitas Lima Cavalcanti, herdeiros felizardos de um boccado já feito, homens de quem não se reconhece um gesto de symphatia, de solidariedade social, de proveito collectivo (Jornal A PROVINCIA, 30 de jul. 1930, p, 1).

A matéria do Jornal *A Província* traduziu o tom em que foram deferidas contra o futuro interventor pernambucano as acusações, e a falta de idealismo revolucionário foi uma constante nos ataques a Lima Cavalcanti, sobretudo, pela oposição que integrava o grupo do governador deposto Estácio Coimbra. Contudo Lima Cavalcanti teve como escudo o respaldo de Juarez Távora que, desde os primeiros momentos do processo revolucionário, contou com o usineiro. Ainda para fortalecer seu lugar como interventor, Lima Cavalcanti teve a seu favor a desarticulação do antigo grupo de Estácio Coimbra, e as vozes que emergiram nas páginas dos jornais da oposição, como o *Diário de Pernambuco,* não conseguiram ecoar em bloco. De outro lado, o interventor contou com grande parte dos usineiros do açúcar, e ao se colocar como porta-voz deles, próximo ao Governo Provisório, garantiu para si o apoio interno dos grupos atuantes politicamente.

Apesar das acusações que houve contra o Interventor pernambucano, os decretos publicados procuraram controlar os ânimos exaltados e a oposição, em uma espécie de

[80] É o que se deixa perceber nesta entrevista de J. J. Seabra: "Não fui absolutamente ouvido sobre a nomeação do interventor da Bahia. Se o fosse, não concordaria absolutamente com a nomeação do tenente Juracy Magalhães e isto porque, se bem que me digam ser elle moço inteligente, todavia não está em condições de administrar um Estado como a Bahia, cujas tradições gloriosas elle deve conhecer e respeitar" (Jornal DIÁRIO DA BAHIA, 27 de ago. de 1931, p 2).

camisa de força, de modo que qualquer ato mais exaltado poderia ser punido legalmente. Dessa feita, a interventoria de Lima Cavalcanti empreendeu um esforço em reconduzir a política estadual para a interventoria. Assim, o alargamento das reivindicações do setor açucareiro levou o então interventor a se colocar como agente dos interesses do açúcar. Essa atuação levou a reboque os usineiros de Alagoas e de Sergipe, todos congregados na Comissão de Defesa da Produção do Açúcar (CDPA).

A atuação de Lima Cavalcanti, nessa comissão, não foi direta, mas a influência exercida sobre os usineiros se fez sentir, de modo que as decisões tomadas eram expressamente comunicadas ao interventor. Muito além do setor açucareiro, as visitas do interventor pernambucano ao interior o fizeram um político popular e cortês, e cujos encaminhamentos para o Governo Provisório se deram também na tentativa de amenizar os efeitos da seca de 1932.

Diferentemente da Bahia e de Pernambuco, a Paraíba, com a interventoria de Anthenor Navarro, seguiu o propósito revolucionário sem grandes oposições. A característica mais marcante da administração de Anthenor Navarro foi de transformar toda a máquina administrativa do estado em um corpo único e centralizado. A redistribuição das mesas de renda do estado, que ficavam em poder dos municípios e, consequentemente, dos prefeitos locais, foi conduzida para as hostes do estado. Essas determinações que, partiram da interventoria, podem ser elencadas como um princípio de atuação desse interventor.

Anthenor não enfrentou um processo de legitimação do seu governo nem teve que aglutinar interesses de uma suposta classe de produtores rurais resistentes aos ditames do Governo Provisório. As questões de reorganização do espaço de poder, nesse estado, foram de caráter político, no sentido de desalojar os redutos coronelísticos e fazer valer as determinações da interventoria, até porque o caráter centralista e moralizador – tom do discurso do então interventor – primou pela lembrança constante a João Pessoa. Por essa razão, qualquer animosidade mais complicada poderia ser entendida como uma afronta à memória do "mártir da Revolução". A exceção, talvez, tenha sido a campanha desqualificadora do interventor ao desembargador Heráclito Cavalcanti[81], ferrenho opositor de João Pessoa e presidente do Partido Republicano Conservador (PRC).

[81] Heráclito Cavalcante foi desembargador no Superior Tribunal de Justiça da Paraíba e chefe da oposição ao epitacismo. Na campanha da Aliança Liberal, em 1930, no comando do Partido Republicano

Heráclito havia reunido grande parte da oposição ao grupo político comandado por Epitácio Pessoa, e nas eleições de 1930, apoiou a chapa do então presidente Washington Luiz. Depois da Revolução, uma das primeiras ações de Anthenor foi colocar Heráclito à disposição, destituindo-o do cargo de desembargador e desarticulando o grupo oposicionista.

Nessa conjuntura de redirecionamento e emergência do poder do Estado, frente aos interesses locais, em nenhum estado do Nordeste, as pressões foram maiores do que a ação empreendida pelos aliados do Governo Provisório. A perspectiva do centralismo estatal também foi sentida quando da montagem do centralismo político costurado pelos interventores. Os constantes apelos à moralidade e a adoção de uma linha de soerguimento das finanças estaduais renderam o consistente alinhamento político do Nordeste e as possibilidades de constituir um espaço de sustentação política de Getúlio Vargas. Do lado dos interventores, havia o crescente prestígio dos Tenentes, que arregimentaram, administrativa e politicamente, o apoio em bloco ao Governo Provisório. Disso devemos considerar que muitos interventores do Nordeste eram tenentes militares.

Há que se ressaltar que até os interventores que não tinham patentes militares foram colocados como tenentes civis. Essa identificação revolucionária perdurou até meados de 1933, quando do processo constituinte, e permitiu que o discurso factual fosse percebido como transformador do Estado, na medida em que os interventores foram reconhecidos como revolucionários. Observa-se, então, que, pela perspectiva de soerguimento das finanças estaduais e as constantes transformações centralizadoras do aparato estatal, os interventores alçaram um poder que os legitimou no âmbito do estado, pois se colocaram, o tempo todo, como aqueles que desconstruiriam os redutos locais. Isso, de forma mais radical, não ocorreu, mas, pelo menos, não permitiu que o poder estadual voltasse aos territórios das localidades.

Conservador (PRC), congregou todos aqueles que haviam rompido com o então presidente do Estado e lançou para disputar as eleições na Paraíba, apoiando a candidatura de Júlio Prestes-Vital Soares à presidência da República, José Gaudêncio ao Senado e Artur dos Anjos, João Suassuna, Oscar Soares, Flávio Ribeiro e Accacio Figueiredo como candidatos a Deputados. Depois de 1930, foi posto em disponibilidade e, posteriormente, pelo decreto nº 23, de 25 de novembro de 1930, exonerado. Ver: Jornal A UNIÃO, João Pessoa, 18 e 25 de fevereiro de 1930, pp. 1 e 12, ver também Jornal A UNIÃO, João Pessoa, 26 de novembro de 1930, p. 2, com a publicação da exoneração de Heráclito Cavalcante.

Tabela XI – Interventores do Nordeste – (1931-1935)

Estados	Interventores					
	Ano/1931	Origem	Ano/1932	Origem	Ano/1933	Origem
Alagoas	Tasso Tinoco	Militar	Tasso Tinoco	Militar	Francisco A. Carvalho	Oficial/Militar (fica até 1934)
Bahia	Leopoldo do Amaral/ Artur Neiva	Tenente/Militar Civil	Juracy Magalhães	Tenente/Militar	Juracy Magalhães	Tenente/Militar (fica até 1937)
Ceará	Fernandes Távora	Civil	Roberto C. Mendonça	Tenente/Militar	Roberto C. Mendonça	Tenente/Militar (fica até 1934)
Maranhão	Lourival Seroa da Mota	Tenente/Militar	Lourival Seroa da Mota	Tenente/Militar	Antônio Martins de Almeida	Capitão/Militar (fica até 1935)
Paraíba	José Américo de Almeida/ Anthenor Navarro	Civis	Gratuliano de Brito	Civil	Gratuliano de Brito	Civil (fica até 1934)
Pernambuco	Carlos Lima Cavalcante	Civil	Carlos Lima Cavalcante	Civil	Carlos Lima Cavalcante	Civil (fica até 1935)
Piauí	Landry Salles Gonçalves	Tenente/Militar	Landry Salles Gonçalves	Tenente/Militar	Landry Salles Gonçalves	Tenente/Militar (fica até 1935)
R.G. do Norte	Irinêo Joffily/ Aluísio Moura	Civis	Herculino Cascado/ Bertino Dutra	Militar da Marinha Militar da Marinha	Mário Leopoldo P. da Câmara	Civil (fica até 1935)
Sergipe	Augusto Maynard Gomes	Tenente/Militar	Augusto Maynard Gomes	Tenente/Militar	Augusto Maynard Gomes	Tenente/Militar (fica até 1935)

Fontes consultadas para a montagem da tabela:

SANTANA, Martha Mª Falcão de C. e Morais. **Poder e Intervenção Estatal – Paraíba: 1930-1940.** João Pessoa: Universitária/UFPB, 1999, pp. 76 e 87.

Jornal **A União** de 16/12/1930, p.1 (Visita à Paraíba dos interventores do Rio G. do Norte e Pernambuco).

SAMPAIO, Consuelo Novais. **Poder & Representação:** o legislativo da Bahia na Segunda República, 1930 – 1937. Salvador: Assembleia Legislativa/ Assessoria de Comunicação Social, 1992, p. 63.

SANTOS NETO, **Os domínios do Estado:** a interventoria de Anthenor Navarro e o poder na Paraíba (1930-1932). (dissertação Mestrado em História). João Pessoa: PPGH/UFPB, 2007, p. 39.

A tabela acima dá-nos conta de que, estando organizadas em uma linha militarizada, as interventorias se constituíram *lócus* de uma ação centralista e de alinhamento bem definido para o poder de Getúlio Vargas. A recondução da administração estatal foi, portanto, um eixo de ajustamento entre o Nordeste e o poder central. Militarmente organizado e tendo suas reivindicações diretamente apresentadas ao Chefe do Governo Provisório, o Nordeste assumiu uma posição de destaque, na medida em que os aparatos estaduais foram transformados pelos interventores. Essa foi uma atuação percebida em todas as interventorias por causa das inúmeras ações cujos fins promoveram uma completa centralização e estatização de todos os setores administrativos nos estados.

Nesse sentido, o elemento ideológico do tenentismo contribuiu para que a ocupação dos cargos de interventor privilegiasse a condução de agentes alinhados, tanto com o Governo Provisório quanto com as habilidades militares. Logo após a Revolução de 1930, até, aproximadamente, 1931, houve uma série de incidentes que equiparou a nomeação dos interventores entre civis e militares. Somente os interventores de Pernambuco e da Paraíba não eram militares e se seguiam sólidos no cargo, sem que fosse preciso ser substituídos – no caso da Paraíba, Anthenor Navarro deixou o cargo em decorrência de morte em 1932. De 1932 a 1934, a variação entre os interventores civis e militares recaiu sobre o predomínio de elementos militares, pois os ajustes promovidos pelo Governo Provisório, no sentido de que a consolidação das bases de sustentação política do regime pudesse manter e fortalecer o apoio político em bloco dessa região, privilegiaram esses elementos como mais bem articulados a Getúlio Vargas. Só depois de 1934 foi que a nomeação de interventores civis suplantou o número de militares de modo mais consolidado.

Ao prevalecer a lógica tenentista, a reorganização do aparato estatal se constituiu como ponto de partida para o prestígio do Governo Provisório, porque, em uma região onde a política estava territorializada na presença do chefe político, e as determinações passavam pela decisão suprema de uma oligarquia, proceder de modo a reagrupar os interesses administrativos do estado a uma máquina cujo elemento fosse o interventor contribuiu para que a proposta de centralização e moralização do Estado desse um novo ânimo ao poder do Governo Provisório. Isso quer dizer que estabelecer tais instrumentos como movimentação para estabelecer a ordem revolucionaria significou remeter aos ditames do Estado um ensaio positivo da obra revolucionária e, nesse caso,

o Nordeste seria esse *lócus* político, porque, cada vez mais, a política regional costurada pelos interventores se aproximou dessa ideia.

Dito de outra forma, a montagem do aparato centralizado do Estado procurou ser a regra a ser cumprida no Nordeste e em todo o território brasileiro depois de 1930. A conjuntura pós-30 impôs um ordenamento estrutural bem diferente daquele dos anos vinte e, portanto, sem a significativa participação dos antigos grupos do poder. Nesse contexto, emergiu um novo pacto de poder estatizado e de conduta moralizadora que, no caso do Norte e do Nordeste, teve à frente Juarez Távora e José Américo de Almeida. Na Paraíba, a indicação de Anthenor Navarro para a interventoria consolidou a perspectiva desse pacto e garantiu as transformações centralizadoras do Estado, cujos fins foram o desmonte dos mecanismos da dominação dos grupos oligárquicos e a substituição da autonomia municipal por uma autonomia fiscalizada. Assim,

> fica assegurada a autonomia municipal, cabendo aos Estados organizar os municípios, definindo-lhes a autonomia e especificando-lhes os interesses e atribuições. A autonomia municipal não é absoluta, como absoluta não é a autonomia dos Estados; e assim como a União, ao constituir-se, circunscreveu a autonomia dos Estados, esses, em suas constituições, limitarão a autonomia dos municípios (Jornal A UNIÃO 30 de nov. de 1930, p. 5).
>
> .....
>
> Os prefeitos se limitarão a administrar os municípios: cortarão verbas inúteis, diminuirão as excessivas; manterão o pessoal estrictamente necessário ao serviço público; escolherão funccionários de idoneidade moral comprovada, evitando as nomeações que tenham visos olygarchicos (Jornal DIÁRIO DA TARDE, 31 de out. de 1930, p. 4).

Em Pernambuco, com essa centralização, as estruturas municipais foram compelidas a executar uma administração estreitamente burocrática e sem fins políticos, como noticiou o Jornal *Diário da Tarde*, e os decretos baixados praticamente dão conta de todos os estágios das municipalidades. Assim, as estruturas municipais foram reduzidas à massa de manobra da interventoria. De outro modo, essa burocratização estatizadora permitiu ao interventor Lima Cavalcanti alargar sua influência política, sobretudo, considerando que seu discurso revolucionário esteve assentado na ideia de soerguimento da economia açucareira do estado. Então, se considerarmos que grande parte da zona da mata pernambucana tinha o açúcar como principal produto de geração de divisas, essa centralização canalizou para a interventoria os anseios e os propósitos das municipalidades. Pelo interior, o combate à seca e os frequentes discursos de socorro aos flagelados, a partir de verbas do Governo

Provisório, contribuíram para que a costura intervencionista tivesse profícuos resultados políticos.

Não podemos absolutizar as afirmações de que a centralização estatal empreendida pelas interventorias do Nordeste foi um passo plenamente aceito pelos grupos políticos locais, isso porque, os alinhamentos foram negociáveis e que, em alguns estados, como Alagoas e Rio Grande do Norte, a centralização não teve a desenvoltura que houve na Paraíba, em Pernambuco e, até certo ponto, a Bahia. Mas os percalços não fugiram à regra de uma política do Estado, e mesmo que fosse necessário promover ajustes bem próximos de práticas clientelistas, tais práticas se reportaram a uma política excessiva de centralização sem a intermediação do poder local.

Isso significa que, para os fins do ajustamento político, empreender a completa submissão das forças políticas locais deu ao Governo Provisório a unidade política necessária a sua legitimidade, e isso as ações das interventorias do Nordeste conseguiram promover. Mesmo na Bahia, onde a estratégia de alinhamento político empreendida por Juracy Magalhães não foi tão revolucionária quanto se pretendia, não houve nenhuma substancial oposição, mas o direcionamento centralista e intervencionista. Não se trata de negar os ajustes e as concessões políticas feitas pelas interventorias, mas de percebê-las como instrumento de garantia das bases políticas de Getúlio Vargas. Portanto, se o governo Provisório deteve, no Nordeste, tal alinhamento e que a perspectiva de centralização estatizadora se constituía como realidade, havia um peso político a ser considerado, sobretudo, quando do enfrentamento com o Centro/Sul e com a Revolução Paulista de 1932.

A relativa autonomia municipal foi o ponto regulador das destituições e das canalizações dos interesses do Governo Provisório, para a perspectiva nacionalista do discurso revolucionário. Nas municipalidades, estava contido o facto político que promoveu a Revolução ao *status* de luta necessária à "moralização dos costumes políticos" e, consequentemente, a legitimidade do centralismo estatal pretendido por Getúlio Vargas, pois a regulação do poder local significou ajustamento político.

5.2 – Um poder para Getúlio Vargas, uma política para o Nordeste

O centralismo estatal foi o meio fim da escalada do poder varguista e, muito mais do que a simples centralização, o apoio dos estados nordestinos se fez sentir de modo

ainda mais consistente, na medida em que construção de outra lógica política para o Estado começou a se constituir como linha de ação daqueles que fizeram 1930. Tal lógica foi fundamental para que se pudesse perceber que o pós-1930 não seria um arranjo de interventores, mas um arranjo político ampliado e legitimado pela Federação. Pelo menos foi essa a ideia.

Da perspectiva do entorno paulista, menos coeso e em constante disputa com o Governo Provisório, havia um claro objetivo traçado por Getúlio Vargas, que seria o de permanecer no poder, de modo que as mudanças prometidas não seriam postas em prática, mas redirecionadas aos fins da legitimidade do Governo Provisório, nascido da Revolução de 1930. Ainda mais, os objetivos varguistas foram percebidos como uma inversão do eixo da política nacional, em que se organizava o Estado de modo a, pela militarização de suas estruturas, congregar o apoio necessário à consolidação da vitória política da Revolução.

Embora a constatação da vitória política da Revolução não estivesse organizada no momento em que o entorno paulista expôs as desavenças com o Governo Provisório, ela tem fundamento e foi exatamente o que procurou fazer Getúlio Vargas ao montar sua base de sustentação política no Nordeste. Nesse processo, somente a desterritorialização política e de poder do entorno paulista daria sentido à empreitada revolucionária, pois permitiria ao Governo Provisório a margem de barganha necessária à consolidação da sua influência política e de poder.

Para estabelecer sua estrutura de poder, Getúlio Vargas iniciou o processo de ordenamento do Estado pela junção de interesses políticos. Assim, as pretensões políticas do Governo Provisório não poderiam vir do entorno paulista, mas dos espaços militarmente controlados cujas adesões estavam misturadas a uma euforia popular revolucionária, como foi o caso do Nordeste. Ao mesmo tempo em que os acontecimentos de 1930 foram alardeados pelo discurso da destituição dos redutos oligárquicos, também foram identificados com o martírio heroico do paraibano João Pessoa, cuja morte, segundo a historiografia, não teve nenhum fundamento político próximo dos arranjos revolucionários de 1930, mas o desfecho e a comoção pública em relação ao seu assassinato trouxeram para as confabulações revolucionárias, sobretudo no Nordeste, uma espécie de honra política devida a esse espaço regional. Por isso, perceber a intensa atuação política do Governo Provisório no Nordeste nos permite

concluir que seus significados foram para Getúlio Vargas a possibilidade de garantir sua força política.

Ressalte-se, contudo, que essa força política não deveria ser apenas intervencionista em seu aspecto puramente militarizado, mas também se traduzir em ordem política e moralidade administrativa. Dessa feita, a ação política do Governo Provisório deveria encontrar, nessa combinação, o seu expoente máximo de congregação. Para tanto, a figura política de Lima Cavalcanti, em Pernambuco, contribuiu para que o apoio em bloco do Nordeste estivesse alinhado a Getúlio Vargas. O interventor pernambucano tinha o apoio e a cobertura dos militares que fizeram a Revolução no Nordeste, da qual foi aliado de primeira hora e, desde longa data, Lima Cavalcanti havia se constituído como opositor ao governo de Estácio Coimbra, de modo que, em torno da sua figura política, os opositores do então governador Estácio havia se aliado. Para Barbosa Lima,

> não se deve esquecer, nunca, que o Lima Cavalcanti era um homem rico e deu também muito apoio a todos os revolucionários que precisaram dele. Ele foi um elemento integrado à Revolução, colaborou com ela de toda maneira possível para prestigiá-la e fortalecê-la (LIMA SOBRINHO, 2005, p. 60).

Tal fortalecimento foi derivado de um conjunto de reformas administrativas, congregadas com a articulação sempre crescente do interventor pernambucano com a classe operária (PANDOLFI, 1980, p. 353). A atuação política de Lima Cavalcanti foi tentacular para Pernambuco e enérgica para a região. E desse prestígio soube se utilizar Getúlio Vargas, na medida em que encaminhou, via aliados militares no Nordeste – leia-se Juarez Távora – grande parte das demandas não apenas de Pernambuco, mas também de toda a região. Como Lima Cavalcanti colaborou intensamente com a Revolução, a liderança do então interventor pernambucano pôde despontar frente ao bloco político do Nordeste. Assim, a perspectiva de congregar as interventorias locais, alardeada de modo territorializado nesse espaço regional e negada como uma organização de interesses regionais, materializou a penetração das ideias políticas de Getúlio Vargas como base de reestruturação e estabilidade do Estado, porque

> o estabelecimento das actividades econômicas depende, em grande parte da confiança na estabilidade do novo regime e seus homens de governo. E tanto a Revolução como os próceres que a encarnam no poder civil e militar, merecem sobejamente essa confiança, não só pelos ideaes que os animam, como pelos actos já praticados, todos elles a confirmarem as promessas de regeneração e

> patriotismo, há tanto tempo divulgadas nas columnas da imprensa livre e da palavra cadente dos oradores liberaes, na praça pública ou na tribuna dos parlamentos republicanos (Jornal DIÁRIO DA TARDE, 16 de out. de 1930, p. 1).

Pode-se perceber, nessa nota publicada no Jornal *Diário da Tarde*, de Pernambuco, a recorrente chamada à estabilidade do novo regime, cujo propósito foi o de se fazer perceber que a conjuntura emergente garantiria o restabelecimento das atividades do Estado brasileiro de modo isento, pois esse pressuposto estava personificado nos ideais de regeneração da moralidade política e, ao mesmo tempo, encarnados pelos próceres que ocuparam o poder. Ainda se alardeou a perspectiva de que tais próceres estavam bem alinhados aos ideais patrióticos do Governo Provisório sem que houvesse divergência. Com esse discurso, os editoriais do Jornal *Diário de Notícias* da Bahia e do Jornal *A União* da Paraíba promoveram um alinhamento bem articulado do poder intervencionista com o Governo Provisório, para construir, gradativamente, uma espécie de legitimidade inconteste do Estado e das ações intervencionistas no aparato estatal:

> Impõe-se uma vulgarização das idéas revolucionárias, alcançando todas as classes, um trabalho efficiente de propaganda que mostre sinceramente o erro onde elle existe, que aconselhe, instrua o povo, dando-lhes consciência dos novos rumos a seguir [...] ninguém é licito negar um parcela de esforço e sacrifício sem olhar vantagens pessoaes, nem interesses contrariados. É como fator determinante desse espirito revolucionário, bem disposto a tudo que se entende, com essas iniciativas de ordem geral, manter essa cohesão de idéas, essa disciplina de pensamento em torno da directriz já determinada pelas necessidades do momento que age o governo no nosso estado [na figura do interventor Anthenor Navarro] (Jornal A UNIÃO, 07 de mar. de 1931, p. 3 e 8. Grifo nosso).
>
> .....
>
> O interventor Juracy Magalhães [...] em sua posição de membro legitimo da família revolucionária, tem podido dedicar-se com afinco e absoluto engolfamento, á analyse do nosso presente, para collimar os problemas do futuro, todos estamos a assistir, desde já aos resultados práticos [...] Ninguém, por outro lado, também isso é exacto, poderia ou poderá, com mais autoridade, pleitear qualquer coisa para a Bahia, de parte do Governo Provisório, do que o sr. interventor Juracy Magalhães, de modo que, corre-nos a todos os bahianos a consciência cívica, de desinteresse pessoal e de senso equilibrado, a obrigação precípua de não estorvar a sua obra methodizada e calma, propiciando-lhe, antes, aquella pacifica e ordeira cooperação que S. Exa. nos vem reclamar. [...] A hora é de trabalho e de actividade, para reconstrucção que se impõe (Jornal DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 24 de nov. de 1931, p. 1).

Em todo o Nordeste, foram recorrentes as ideias de que o poder instituído depois de 1930 se configurava como promotor de um novo ordenamento de poder que procurou se excluir do erro de uma política de arranjos pessoais e alardeou-se um discurso de que a conjuntura política do momento requeria uma ação, cuja sustentação

política deveria entrever a coesão administrativa dos estados em favor de uma política de beneficiamento e atendimento aos interesses locais. Mais ainda, as interventorias começaram a ser respaldadas como porta-vozes diretas do Governo Provisório, o que significava o atendimento e/ou prestígio de interesses de Getúlio Vargas.

Nesse campo de ideias, o discurso factual de poder penetrou no Nordeste de modo a se perceber que somente pela legitimidade das interventorias se poderia pleitear "qualquer coisa" para os estados. Então, se, de um lado, Getúlio Vargas encontrou divergências e questionamentos no entorno paulista, de outro, a costura legitimadora das interventorias, no Nordeste, funcionou como pêndulo para o processo de centralização política e administrativa pretendido pelo então ditador. O discurso factual apelou para uma consciência cívica, respaldada pelo senso de controle quase inconteste na ação de todas as interventorias nordestinas, e por mais que houvesse uma oposição espalhafatosa e de intensa movimentação nos estados nordestinos, não foi capaz de frear a escalada da política intervencionista do Governo Provisório. Somou-se a isso a disponibilidade de as interventorias emprestarem seus créditos políticos a Getúlio Vargas.

A construção do poder do Governo Provisório foi uma escalada desqualificadora dos atos e das ações da Política dos Governadores, da mesma forma, a legitimação e a acreditação construída para o novo regime ocorreram de modo a expor uma espécie de "falta de honra", frente à derrota política dos grupos ligados ao antigo arranjo de poder. Isso porque, quando consideramos que, no espaço nordestino, os grupos político locais estavam, desde longa data, acossados no poder (o grupo seabrista, na Bahia; o grupo ligado a Estácio Coimbra, em Pernambuco; o grupo ligado a Epitácio Pessoa, na Paraíba; entre outros), a movimentação das ideias e dos discursos construíram dois polos de atuação política: o polo revolucionário, ligado aos militares e a Getúlio Vargas, e o polo das oligarquias ou grupos decaídos com a Revolução. Em relação a esse último, a movimentação e/ou as ações foram sempre qualificadas como profanação, sobretudo, pelo fato de o recurso ideológico do poder, no Nordeste, ser a utilização larga e recorrente da ação "heróica" de João Pessoa, morto na cidade de Recife. Frequentemente os jornais davam conta de uma espécie de "desespero" ou vingança política da parte dos grupos políticos afastados do poder:

> Os áulicos da olygarchia enxotada do poder que até a bem poucas horas rojavam-se aos pés de do sr. Estácio Coimbra e dos elementos preponderantes do seu

> governo como uma massa inexpressiva e flácida de matéria unctuosa – banha, graxa ou gelatina – cuja superfície ficava plasticamente impressa a marca dos dedos, tanto das mãos quanto dos pés, dos senhores e patrões estacistas, feitorisavam aos impulsos injustificáveis dos seus mais odiosos caprichos. [...] Peor ainda é o repugnante espetáculo que estão oferecendo a população do Recife os grupos de áulicos adhesitas ao cafajeste Eurico de Sousa Leão, quando esse, exercendo o cargo de chefe da Segurança Pública, aggrediu physicamente, num requinte de estupida covardia e abuso de força o nosso companheiro Fernando Lima Cavalcanti. [...]
> Vamos senhores! Saibam cahir de pé, esquecendo os erros e as covardias passadas. Saibam assumir, sem publicidade, a autoria dos seus actos, sejam elles passiveis ou não de censura. E não deem ao povo esse espetáculo de suprema abjecção moral que está confrangendo e repugnando a cidade nessa hora de tantos sagrados acrifícios, de tanto civismo e enhusiasmo pela redempção da pátria captiva e villipendiada pelos governos que corromperam até a dissolução indivíduos e instituições, homens e processos, num total esquecimento de suas responsabilidades individuaes e collectivas (Jornal DIÁRIO DA TARDE, 29 de out. de 1930, p. 1 e 6).

Notas como essa circularam em grande parte dos jornais do Nordeste, com a finalidade de expor o descaso dos homens públicos com a administração e com aqueles qualificados como de "espírito revolucionário". Os fins de tais notas serviram para moldar a percepção, cada vez mais significativa, de que o regime dos Governadores foi de completo esquecimento das responsabilidades coletivas, e ao partir dos órgãos alinhados à conjuntura do Governo Provisório, legitimou-se uma ação perniciosa do poder, farta de caprichos e de "inexpressiva e flácida" atuação.

O que Getúlio Vargas sobrepôs a esse flácido ordenamento político pode ser percebido como um regime político que buscou resolver os antagonismos da complexa luta entre as antigas vinculações políticas, de modo a conduzi-las ao vislumbre e às possibilidades de construir novos ordenamentos de poder. Assim, o que o Governo Provisório buscou, depois de 1930, foi o endurecimento do processo político pela via centralista, de modo que as bases desse ajustamento denotassem a existência de um controle hipertrofiado do Poder Executivo sobre os demais poderes. Para tanto, a existência de uma rede intervencionista alinhada e disposta a construir a supremacia da União sobre os estados e municípios ampliou as possibilidades do poder de Getúlio Vargas.

A adesão e a disposição para traduzir o poder do Estado foram as estratégias adotadas por Getúlio Vargas para garantir sua permanência como chefe de um regime discricionário – o Governo Provisório. Assim, a perspectiva de que havia uma relativa autonomia dos interventores sobre as esferas dos estados e dos municípios calçou a política de ajustamento e de poder de Getúlio Vargas, sobretudo no Nordeste, onde o

processo de alinhamento foi um misto de representações políticas tradicionais, adesistas ou revolucionárias. Nisso, a formação do *Clube 3 de outubro* fundamentou a linha ultracentralista do regime varguista e se constituiu como *lócus* da defesa das teses centralistas, extensamente alardeadas pelos interventores. De modo mais evidente, o clube possibilitou o congraçamento dos elementos civis influentes nos estados aos interesses do Governo Provisório.

O *Clube 3 de outubro*, militarmente organizado e de ideais tenentistas, foi o responsável por consolidar a influência política de Getúlio Vargas. Com o discurso recorrente da moralidade centralista, o facto construído pelo discurso factual de poder juntou e selecionou as perspectivas que deveriam ser estabelecidas para a formação do novo bloco de poder pretendido pelo Governo Provisório e aprofundado apenas quando se qualificavam os arranjos políticos da Primeira República. Isso significa que o processo de centralização do Estado brasileiro promovido por Getúlio Vargas esteve imbuído da desterritorialização do que se vislumbrou como poder até então, na medida em que se defenderam o prolongamento da ditadura, a representação das classes e a nacionalização de alguns setores da economia.

O poder varguista foi, portanto, uma estratégia de cooptação despolitizada da burguesia urbana e daqueles próceres de influência política nos estados. Getúlio tinha os militares e os elementos mais influentes dessa burguesia urbana como aliados, principalmente no Nordeste. Assim, a cooptação foi processada pela reformulação das esferas administrativas dos estados, com o estabelecimento das interventorias e, ao mesmo tempo, pela crescente perspectiva de que o poder constituído, de modo intervencionista, aparecia como íntimo, próximo e constantemente em movimento para os ajustes do Governo Provisório no Nordeste.

Com isso, é possível perceber que os ajustamentos costurados nas determinações do Governo Provisório, no Nordeste, tiveram um caráter congraçador e em bloco. A frequência com que se dava notícia de que o Nordeste estava coeso e disposto a lutar pelo Governo Provisório foi responsável pela estruturação da legitimação política e de poder de Getúlio Vargas:

> O meu governo [Lima cavalcanti] não se afastou e não se afastará uma linha da orientação que o presidente Getúlio Vargas vem imprimindo com alta sabedoria e inquebrantável civismo a suprema administração do paíz. Pernambuco está completamente normalizado. [...] cumprirei até o fim o meu dever sem vacilações. Apoiado pela lealdade máscula e incorruptível de Juarez Távora, nutro o propósito

> de realizar firmemente o programma revolucionário (Jornal DIÁRIO DA TARDE, 18 de nov. de 1930, p. 6. Grifo nosso).
>
> .....
>
> Convêm esclarecer que os interventores recentemente nomeados para o Norte do Paíz são delegados de directa e immediata confiança do Chefe do Governo Provisório, que parece decidido a manter nos governos estadoaes, até a próxima movimentação política, agentes de segura imparcialidade. [...] Possivelmente, a preoccupação da ordem material do paíz terá influído por um machinismo de compensações na escolha dos interventores militares, no momento em que será conveniente controlar a atividade partidária (Jornal DIÁRIO CARIOCA, 20 de ago. 1931, 1).
>
> .....
>
> Precisamos já e já definir com absoluta clareza aos olhos da nação o verdadeiro e irredutível ponto de vista do Norte [...] Só a cohesão do Norte dentro dos verdadeiros princípios revolucionários actuando como elemento de equilíbrio e de apoio do governo central, para enfrentar a crise do momento, poderá salvar a causa (ARQUIVO DE JUAREZ TÁVORA/CPDOC: JT dpf 1932.05.14, dia e mês ilegíveis de 1932; docs. 42-52).

É certo que a ideia do bloco do Norte não teve nenhum efeito prático, tampouco um direcionamento oficializado, porquanto a perspectiva de que havia um alinhamento articulado permitiu a Getúlio Vargas utilizar-se desses artifícios na construção do seu poder e de sua influência política. Do Nordeste veio o discurso empolgante e latente de que os estados estariam firmes com os ditames do governo. Vieram também discursos inflamados de que a linha de ação revolucionária estava sendo solidamente posta em prática e que os interventores estavam a promover a mais completa centralização política e administrativa.

A recorrência ao heroísmo libertador de Juarez Távora permitiu o reforço ideológico de que o Governo Provisório havia construído sua nova territorialidade de poder, visto que a nomeação desses interventores personificou a ideia de chefes dos executivos estaduais, como Lima Cavalcanti, Juracy Magalhães, Anthenor Navarro, Landry Salles e Augusto Maynard, que seriam delegados de direta e imediata confiança de Getúlio Vargas, mesmo que se negasse que o chamado "Bloco do Norte" não tinha base oficial de formação, como asseverou o interventor Pernambucano Lima Cavalcanti:

> O que houve foi o seguinte: escrevi aos demais interventores nortistas incitando-os a harmonia geral no sentido de levantarmos, cumprindo, a rigor, o programma revolucionário, com Juarez Távora a frente, o nível moral a que os máos políticos tinham reduzido o septentrião. Todos responderam apoiando a ideia. E foi só (jornal DIÁRIO CARIOCA, 15 de jul. de 1931, p. 2).

Percebe-se, então, que a construção do poder político de Getúlio Vargas emergiu tendo o Nordeste como sustentáculo. Na redefinição do jogo político nacional, as bases

de sustentação de Getúlio Vargas estiveram no Nordeste, pois foi nesse espaço territorializado onde o então ditador alicerçou a força política necessária para sustentar seu domínio político. Porém não se trata de perceber que esse domínio político levou consigo o crescimento da capacidade de o Nordeste influir nas grandes decisões nacionais. Entretanto, não podemos generalizar a ideia de que a coesão política e a atuação dos interventores do Nordeste não significaram influência política, porque, nas realizações do Governo Provisório de 1930 a 1934, não se configuraram grandes pautas de decisões políticas, mas a construção dos domínios do Estado e identificação de quem comandaria esses domínios.

O instrumental de unidade política e de "bloco", embora este último tenha sido negado, permitiu que o contraponto Norte-Sul definisse o poder e a influência política de Getúlio Vargas a partir de um Estado interventor territorializado no Nordeste. Se a confirmação de sua liderança política não conseguiu ser consolidada no centro-sul, depois de 1930, no Nordeste, ela se confirmou e viabilizou ajustes que não seriam necessariamente políticos, mas de beneficiamento econômico e assistencial a esse espaço geográfico. Nesse sentido, a formulação da instância administrativo-política da Delegacia do Norte foi apenas a construção da aceitação da influência política de Getúlio Vargas como chefe político e representou a concreta consolidação política de que o Governo Provisório precisou.

Ao contrário do entorno paulista, que vislumbrou permanecer como parte das decisões políticas nacionais e se estabelecer como poder, o Nordeste político delegou esse poder a Vargas. Disso emergiu, portanto, a legitimidade de que precisou o então ditador para que a contestação fosse destituída do personalismo territorializado do entorno paulista e consolidasse um discurso factual de poder, desvinculado do personalismo apresentado como pernicioso, mas próximo do centralismo estatal, porque,

> quando se intala, o governo Provisório passa a encetar uma série de mudanças jurídico-institucionais e políticas no sentido de uma maior centralização do Estado frente ás estruturas regionais até então existentes. O objetivo era criar mecanismos capazes de viabilizar o controle político e econômico do poder central sobre as demais esferas (SOUSA NETO, 2012, p. 38).

Tais mudanças tiveram seu terreno mais fértil no Nordeste e se, de um lado, o objetivo foi o de criar mecanismos que garantissem a centralização do Estado, de outro,

as estruturas regionais em processo de estatização centralizada serviram de base para sustentar Getúlio Vargas no poder. A permanência de interventores como Juracy Magalhães e Lima Cavalcanti, cuja arbitragem conseguiu resolver o impasse da emergência do poder centralizado, sob a liderança de Getúlio Vargas, carregou a reboque a coesão do "Bloco do Norte". O Governo Provisório, de 1930 a 1934, não verticalizou transformações políticas no Estado, mas desmantelou e redefiniu os canais de acesso e influência ao poder central (SOUZA, 1983, p. 85), legitimando-se como poder a partir da territorialidade política construída no Nordeste.

A ação do Governo Provisório seguiu de modo a garantir que a coesão política permanecesse sem alteração, e mesmo que, em alguns estados como a Bahia, houvesse uma oposição relativamente atuante e com alguma força política, encetar ações de prestígio e políticas econômicas pontuais às demandas desse espaço foi fulcral para garantir a sustentação política e institucional de Getúlio Vargas. Os Institutos foram, portanto, a chave mestra da construção do prestígio varguista no Nordeste e uma completa articulação dos próceres civis e militares com o Governo Provisório para resolver problemas da região.

Alguns ministérios do Governo Provisório, como o Ministério da Viação e Obras Públicas (ocupado pelo paraibano José Américo de Almeida, de 1930 a 1934), o Ministério da Agricultura (pelo cearense Juarez Távora, de 1932 a 1934) e o Ministério da Fazenda (pelo gaúcho Oswaldo Aranha, de 1931 a 1934) contaram com elementos que, se não eram nordestinos, tinham muita simpatia com a movimentação política e estatizadora dessa região, como foi o caso de Oswaldo Aranha, ao mesmo tempo em que as reivindicações dessa região avolumaram o número de medidas saneadoras e assistenciais da parte do Governo.

A perspectiva de soerguimento das finanças do Nordeste e as articulações frente à negociação das dívidas estaduais, tanto no setor produtivo quanto no da administração pública, desenhou o retrato de uma ação eficiente da parte dos interventores nordestinos e os respaldaram, frente à política local, o prestígio dos interventores:

> Conforme combinara com Vossa Excelência envio a exposição que fiz sobre a situação do estado [...] verá quanto de esforço será necessário para restaurar a situação financeira da Bahia. [...] É imprescindível, porém, que o auxilio venha logo, pois, caso contrário, haverá profundas explorações políticas.
> Confirmo tudo o que lhe disse a respeito da situação política do estado. Em qualquer terreno, venceremos. Basta que me dê o que pedir (ARQUIVO DE GETÚLIO VARGAS/CPDOC: GV c 1931.11.26/2, 26 de nov. de 1931; docs. 1).

> .....
> Pelos termos desse contracto [para pagamento da dívida externa da Bahia com credores ingleses], fica o estado liberado das differenças de cambio [...] reconheceu-se ao governo de só recomeçar as amortizações quando, a seu juízo, melhorarem as condições do tesouro baiano (ARQUIVO DE GOÉS MONTERIO/AN: GM cp 31.12.21/4, 21 de nov. 1931; doc. 1. Grifo nosso).
> .....
> [...] convém salientar que todo esse contracto, foi submetido antecipadamente, ao estudo e aprovação do Governo Provisório, tendo sido orientado por um técnico de valor – o Dr. Oscar Bormanm. Faço, porém, questão de assumir dele integral responsabilidade emquanto estiver a frente do governo do estado, honrado pela confiança de vossa Excelência, hei de defender com todo vigor o dinheiro público (ARQUIVO DE GETÚLIO VARGAS/CPDOC: GV c 1932.05.06/2, 06 de mai. de 1932; docs. 4).

Veja-se que, no caso da dívida externa da Bahia, as correspondências do interventor Juracy Magalhães, tanto para Getúlio Vargas quanto para Goés Monteiro, dão-nos a impressão de que as demandas do estado, se atendidas, possibilitariam a incontestável legitimação de que o Governo Provisório, junto com os opositores e seriam a garantia de que, pela ação intervencionista, os acessos ao poder e as configurações das relações entre a União e o estado caminhavam para uma perspectiva que não se pretendia mais personalista, mas condicionada à influência dos interventores junto com o chefe do Governo Provisório.

A institucionalização dessas redes de relações diretas com o poder central, para o Nordeste, contribuiu para que houvesse o ascenso político dessa região às questões da política nacional, de modo próximo e com relativa influência. Essa foi a leitura de grande parte das lideranças nordestinas em relação às ações do Governo Provisório. Mas, para além desse pretenso ascenso político, ficou evidente certa superficialidade das ações do Governo Provisório em relação ao Nordeste. Contudo, foi essa política, que caracterizamos como superficializada, que garantiu a Getúlio Vargas galgar amplo poder de barganha com as investidas políticas do entorno paulista.

A embriaguez revolucionária do Nordeste possibilitou apenas a leitura que caracterizava a realização das demandas desse espaço, traduzidas pela crescente investida do Governo Provisório por meio dos Institutos econômico e das obras de combate à seca, porque

> corresponde a uma injustiça [...] não reconhecer a solicitude com que o governo Provisório, por intermédio do Ministério da Viação, tem procurado assistir ao Nordeste pela irrupção do phenomeno das secas. Pela primeira vez na história da república, os estados do meio Norte receberam consideráveis auxílios financeiros da União, ao passo que no sul predomina a execução de um programma de economias generalizado a todos os ministérios. [...] Trata-se de um dever

> rudimentar que a União tem para com aquellas populações, mas a realidade dos factos mostra que em situações bem differentes, quando no sul se prodigalizavam recursos em obras voluptuarias na defesa artificial do café, no Norte afflicto, pobre e infelicitado tudo se negava (Jornal A UNIÃO, 22 de nov. de 1932, p. 3).

A matéria acima, publicada no Jornal *A União*, da Paraíba, quantificou a ideia sobre a qual se leu o dispêndio de recursos no Nordeste, a assistência, e embora ainda fosse como um dever rudimentar da União, foi noticiada de forma a se perceber que a legitimidade e a garantia de atendimento às demandas do Nordeste só seriam possíveis com a permanência da intervenção direta do Estado. Portanto, configurou-se a ideia de que, pela emergência do poder político do Governo Provisório e da legitimidade desse poder, delegada a Getúlio Vargas, vislumbrava-se a representatividade do Nordeste, assentada na ação de um José Américo, então ministro da Viação, e em elementos favoráveis aos interesses desse espaço regional, cuja proximidade com Getúlio Vargas se constituía como uma realidade.

À luz da historiografia, essa pode ter sido uma leitura ingênua e sem alcance real dos acontecimentos práticos da política nacional, quando atentamos para a perspectiva de aproximação paulatina de Getúlio Vargas daqueles grupos que, teoricamente, a Revolução de 1930 havia afastado do poder. Porém tem sentido, pois, para esse espaço regional nordestino, Getúlio Vargas convergiu uma ação às claras, à vista daqueles grupos que procuraram se constituir como poder depois de 1930.

O resultado dessa política superficializada de investimentos e assistencialismo resultou no completo reconhecimento da autoridade política de Getúlio Vargas. A adesão coesa do Nordeste aos ditames do Governo Provisório promoveu um benefício duplo para Vargas: primeiro, a possibilidade de constituir seu projeto centralista de Estado pela via intervencionista, o que permitiu ao governo dirimir, com ampla margem de manobra os ditames do Estado; segundo, o apoio político do Nordeste evidenciou, sobretudo para o entorno paulista, principalmente depois da Revolução paulista de 1932, que a dependência do Estado não estava sendo processada por sua subserviência aos ditames dos grupos políticos locais, tampouco, pela forçosa adesão estatal aos restritos interesses econômicos desse entorno, mas, por um complexo jogo de ajustamentos que partiu dos estados rumo à União Federal.

O Nordeste fundamentou o poder do Governo Provisório para que a coesão da política regional intervencionista elegesse o então ditador como o representante legítimo do Estado, logo, não dá para generalizar a ideia de que a coesão política do

Nordeste em torno de Vargas foi ingênua e de curto alcance. Nos terrenos dos ajustes políticos, a desterritorialização do entorno paulista foi a emergência da territorialidade política do Nordeste, cujo poder se delegou a Getúlio Vargas.

Promover uma política que contrabalanceou as necessidades do Nordeste aos interesses do Governo Provisório não soa como ingênua, da parte dos grupos políticos do Nordeste, mas fundamenta a ideia de que, para essa região, deveria o governo desbravá-la com a presença irrestrita do Estado, como forma de acalentar os interesses que, até então, haviam sido preteridos em favor do estorno paulista. Se assim não o fizesse, a força política do Governo Provisório estaria comprometida, pois não haveria bloco de poder suficientemente forte para contrabalancear as investidas do entorno paulista. De mais a mais, tanto a política de investimento econômico nos setores produtivos, quanto a assistência à seca no Nordeste funcionaram como instrumento de barganha para o Governo Provisório, como instrumento de fortalecimento da sua base aliada frente aos divergentes interesses políticos do entorno paulista, e isso foi asseverado por José Américo, então ministro da Viação e Obras Públicas:

> Único ministro do Norte na primeira Organização do Governo Provisório, tinha eu, antes de tudo, a missão de colaborar no resgaste do abandono inveterado dessa região. Mas, devia dominar-me, ao mesmo passo, o sentimento de nacionalidade, principalmente dos pequenos estados que haviam incorrido nas mesmas preterições e que não contavam com elementos próprios para solução de suas necessidades [...].
> Se os grandes estados arcavam com problemas de uma complexidade que não ficavam ao alcance de uma quadra de crise geral, as unidades menos poderosas, desservidas da assistência da administração federal, contentavam-se com conquistas, muito mais accessivas, de notável influência para o seu progresso incipiente (ALMEIDA, 1982, p. 275).

Não é apenas pelas palavras que iniciam o detalhamento das obras do Ministério da Viação e Obras Públicas, no relatório apresentado a Getúlio Vargas, que a perspectiva de resgate do abandono, com a prerrogativa de solução das necessidades da Região Norte/Nordeste pode ser percebida, mas na descrição das ações desse Ministério. A observação que salta, mesmo que em uma análise aligeirada, é a de que o Governo Provisório identificava um limite na percepção do problema geral de investimentos do Estado Brasileiro, remontando aos investimentos feitos a apenas um quadrante do alcance geral dos problemas do Estado.

No detalhamento das obras realizadas pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, percebe-se que, em seu conjunto, os investimentos feitos nos estados do Maranhão, do

Ceará, da Paraíba, de Pernambuco, da Bahia, do Rio Grande do Sul e de Minas Gerais assumem um montante significativo das ações desse Ministério. Já para São Paulo, os investimentos são pontuais e estruturadores, mas sem a dimensão de investimentos percebidos para o conjunto dos estados citados[82].

No conjunto dos investimentos do Ministério da Viação e Obras Públicas, a concessão de valores aos governos dos estados nordestinos foi quase uma regra, praticamente todos receberam quantias significativas do Estado para realizar obras e auxiliar os flagelados da seca de 1932. Dessa constante destinação financeira e a variação de ações concluídas, segundo José Américo, podemos perceber que os investimentos do Governo Provisório no Nordeste foram essencialmente políticos, porquanto a constância e a verticalização de tais investimentos não podem ser percebidas depois de 1934. Mas, para esse momento de estabelecimento da supremacia política de Getúlio Vargas, a construção de um apoio político significativo e coeso fazia-se necessária para a aproximação diuturna e amigável do Governo Provisório aos "interesses" da Região, pelo menos é o que se deixa transparecer nesta entrevista de José Américo:

[82] De acordo com o relatório do ministério de Viação e Obras Públicas, no Maranhão, foram concluídas as obras no material rodante da estrada de ferro de São Luiz a Terezina; no Piauí, efetuada a concessão de 1.600:00$ ao governo do estado para a construção de estradas de rodagem; em Piauí: a construção de campos de aviação, melhoramentos nas estradas de rodagem de Petrolina a Terezina e sobral a Oiticica; concessão de 2.150.000$ ao governo do estado para construção de estradas de rodagem; ações de combate à seca junto com o governo do estado; no Ceará, construção de campos de aviação, reaparelhamento da rede de viação, inúmeras obras de combate à seca, concessão de 8.085:632$610 ao governo do estado para o combate à seca, concessão do porto de Fortaleza na quantia de 1.371 contos; na Paraíba: construção do campo de aviação de João Pessoa, prolongamento da rede de viação do Ceará para o município de Patos com estações, ampliação da malha viária do estado, construção de açudes públicos, concessão de 2.487:198$800 para assistência aos flagelados da seca no estado, concessão do porto de Cabedelo, construção de campos de palma e açudes peixados, construção de agências de correios e telégrafos; em Pernambuco: prolongamento ferroviário de estado, ampliação da rede de estrada de rodagem, concessão ao estado de 1.449:659$920 para assistência aos flagelados da seca, construção da Avenida Boa Viagem, pagamento de 42 milhões de francos para o Porto de Pernambuco; na Bahia: construção de açudes, ampliação da rede de estradas rodoviárias, concessão de 1.600:000$ para auxilio aos flagelados da seca, obras e dragagem do Porto da Bahia, concessão de rádios, materiais e fretes ao governo do estado; no Rio Grande do Sul: ampliação do tráfego aéreo, ampliação da rede de viação férrea no valor de 41.395: 384$163, construção e entrega da usina elétrica do porto do Rio Grande, ampliação e melhoramento dos portos do Estado; em Minas Gerais: arrendamento ao estado da linha férrea e ampliação da malha férrea no valor de 46.684:852$180, melhoramento das estradas de rodagem, abatimentos na comercialização de diversos produtos agrícolas e de extração mineral, concessão das tarifas das estradas de ferro; em São Paulo: ampliação das linhas aéreas, mudanças nas bitolas das estradas de ferro, melhoramento de estações de ferro e sujeição à fiscalização federal, concessão de fretes especiais para produtos agrícolas e produtos manufaturados, melhoramentos no porto de Santos, construção de linhas telegráficas e construção da rodovia São Paulo a Curitiba (ALMEIDA, 1982, p. 278-299).

> Tenho sustentado, ao contrário, que essa parte do paiz não deve confundir-se, sob uma chefia comum, na expressão geographica, que exclue a representação de suas unidades. Já disse que se o Rio Grande é o Rio Grande, São Paulo é São Paulo e Minas é Minas, os estados do Norte, embora pequenos, não devem perder até as suas denominações nos conclaves políticos.
> Deve haver, porém, uma força coordenadora, que utilize as correntes de opinião ou mesmo o pensamento político no sentido nacional.
> Insurjo-me, sempre, contra a tentativa de formação do Bloco do Norte, que exprime uma idea de opposição ao centro ou ao sul. Carecemos ao revés, de consolidar a unidade social, econômica e política do Brasil (ARQUIVO DE GETÚLIO VARGAS/CPDOC: GV c 1933.07.15/1, 15 de jul. de 1933; doc. 4).

Para o então ministro da Viação e Obras Públicas, a representação política dos estados do Norte deve caber a eles próprios, como legitimidade dos seus interesses. A ideia de uma força coordenadora foi excluída por José Américo em referência à liderança regional de Lima Cavalcanti, interventor de Pernambuco. Por outro lado, a exclusão da liderança regionalizada do Norte/Nordeste nos permite auferir que tal liderança deveria ser travestida do nacional, o que inclui os interesses desse espaço regional e, com esse pensamento, o Norte/Nordeste estaria incluso nas ações desse pensamento político nacional.

É interessante perceber que a ideia de Bloco do Norte não foi sustentada como solução, mas como separatismo político entre o Norte/Nordeste e o Centro/Sul. Todavia, em termos práticos, essa perspectiva de atuação política desse espaço regional se processou implicitamente nos fins da consolidação da liderança política de Getúlio Vargas, aludida como "pensamento político nacional", cujo poder seria coordenar os interesses nacionais. Desse modo, a política do Governo Provisório para o Nordeste foi a de favorecê-lo, com vistas a garantir seu alinhamento incondicional.

No bojo desse alinhamento político, as intempéries decorrentes da Revolução Paulista de 1932 trouxeram para a política governista e autoritária do Governo Provisório, o restabelecimento do compromisso ampliado da legitimação do regime pela via da constitucionalização, o que implicou consolidar o alinhamento político com o Nordeste e ampliar, por meio da representatividade constitucional, os espaços de alcance e de influência política de Getúlio Vargas, equilibrando-se entre a territorialidade de poder estabelecida com o Nordeste e os arranjos com os derrotados do entorno paulista.

5.3 – O Nordeste e a constituinte na sustentação alinhada do Governo Provisório.

Depois de 1932, a atuação do Governo Provisório não poderia deixar de perceber que a conjuntura política nacional havia desenhado uma complexidade de demandas políticas às quais Getúlio Vargas não pôde ficar alheio. A escalada da centralização já havia colhido seus primeiros frutos políticos, pois a acomodação ideológica do discurso factual de poder, promovida pelos revolucionários e interventores, já havia indicado que os propósitos revolucionários atuavam de modo a não restabelecer o domínio político do entorno paulista. Dessa feita, a derrota paulista de 1932 foi a consolidação desse discurso e a coroação de que o regime varguista não seria o subserviente direto dos desejos desse entorno.

Havia, contudo, a necessidade de que a legitimidade política do regime varguista adquirisse o seu suporte constitucional, um elemento de acuidade bem oportuno para o entorno paulista, que travestiu seus interesses políticos do discurso constitucionalista. Se o sucesso desse discurso não foi a garantia do retorno ao poder do entorno paulista, foi o reforço do poder de barganha de Getúlio Vargas, sob o argumento de antecipar os preparativos para a Assembleia Constituinte, quando da convocação e elaboração do Código Eleitoral, como argumentou Getúlio Vargas em setembro de 1932:

> Sob o aspecto dos interesses gerais do país, reclamam a sua volta ao regime constitucional. Motivo ideológico para uma Revolução, esse é inteiramente falho e inoportuno, porque o retorno da nação à legalidade já fora iniciado, e com data prefixada. Com efeito decreta-se o Código eleitoral; marcara-se o dia para a eleição dos constituintes e adotaram-se todas as providencias indispensáveis à execução rápida do alistamento [...].
> Se todos os motivos apontados e analisados improcedem ante a realidade dos acontecimentos, como se explica a revolta de São Paulo? Só uma explicação é possível: a ambição do poder, caracterizada por um movimento de revanche contra o de 1930, visando restaurar o passado, recuperar e reaver as prerrogativas que permitiam ser dilapidado o erário do povo brasileiro mediante todas as formas de corrupção administrativa inimagináveis (VARGAS, 2011, p. 332-333).

Getúlio Vargas pretendia que a derrota paulista se mantivesse como uma escalada inglória de propósitos revanchistas, devido à inconformidade com a perda da influência política de São Paulo. Seu discurso, dirigido ao povo paulista depois da derrota de 1932, tratou a questão de modo a fechar as margens e as reivindicações em torno da convocação da constituinte na medida em que demonstrou que o Governo Provisório já havia encaminhado ações com vistas a convocar a Assembleia Constituinte e, portanto, uma Revolução que fosse gestada com esse propósito só dava margem para

a conclusão de que os interesses constitucionais de São Paulo estavam reduzidos a interesses políticos.

Em certa medida, Getúlio Vargas tinha razão, mas, se, de um lado, a Revolução Paulista de 1932 foi uma tentativa de golpe político, de outro, a morosidade em se agilizar o processo constitucional aumentou as especulações de que o Governo Provisório pretendia prolongar indefinidamente o regime discricionário. Com ou sem a Revolução Paulista, o fato é que, se havia interesse de que a conjuntura de poder do Governo Provisório se mantivesse e definisse, a partir do Estado, os ditames da política nacional, 1932 foi o esgotamento de um discurso de ajustes revolucionários, pois os interesses políticos tolhidos por uma conjuntura autoritária e intervencionista estavam no limite da ilegalidade política, e o resultado poderia fazer emergir a articulação dos grupos políticos destituídos do poder em 1930, sem a participação de Getúlio Vargas, o que não seria interessante para os propósitos do então ditador.

O ano de 1932 foi decisivo para o Governo Provisório, seja do ponto de vista estrutural, com o encaminhamento de medidas cada vez mais centralistas, seja do ponto de vista político, visto que a possibilidade e a necessidade de o país voltar ao regime constitucional apareciam como uma evolução natural das propostas da Revolução de 1930. Então, o retardamento do processo figurava-se como descaracterização dos propósitos revolucionários, e muitos dos que haviam contribuído para a emergência do regime varguista comungavam dessa ideia. O Rio Grande do Sul seria um desses aliados que não tinham interesse em manter um regime discricionário a todo custo, mas viam no processo da constituinte a alternativa mais segura para evitar contragolpes:

> A constitucionalização é hoje um remédio de urgência, por ser o único capaz de deter a fermentação que se nota em certos meios. Quanto mais ela demorar, maiores se tornaram as possibilidades de um golpe de força e mais se irão se robustecendo os elementos reacionários que a Revolução depôs (ARQUIVO DE GETÚLIO VARGAS/CPDOC: GV c 1931.07.17, 17 de jul. de 1931; doc. 1).
>
> .....
>
> A intriga política está envenenando o ambiente brasileiro e está procurando cavar uma cisão fatal entre o Governo Provisório e o Rio Grande, esse Rio Grande leal e valoroso que todos conhecemos [...] o que ele pretende é dar sua opinião e ver essa opinião devidamente considerada [...] por que insistimos pela constitucionalização? Porque além de ser ela o corolário lógico da vitória revolucionária, além de ser hoje, sem contestação possível, uma aspiração generalizada, não há maior perigo para a ditadura, do que sua prolongação (ARQUIVO DE GETÚLIO VARGAS/CPDOC: GV c 1932.01.21, 21 de jan. de 1933; doc. 3 e 4).

O conteúdo das cartas de Raul Pilla, Oswaldo Aranha e Getúlio Vargas confirma uma análise de antecipação do processo constituinte, com o objetivo de evitar a emergência de um golpe de força, sobretudo, daqueles que a "Revolução depôs". Para o Rio Grande do Sul, a constitucionalização seria o elemento força mais consistente para garantir que, politicamente, Getúlio Vargas detivesse por completo o processo de moralização e deposição dos antigos grupos acossados no poder. Assim, a constitucionalização do país promoveria o ordenamento necessário com a participação do Governo Provisório, que não estaria isento do processo. Nesse caso, o Rio Grande seria o aliado político mais fiel.

As indefinições políticas congregadas em torno do processo constituinte nos apresentam um processo de cooptação e redefinição de alianças internas entre os grupos que fizeram 1930, em que o Governo Provisório deveria estar inteiramente mergulhado, sob pena de que poderia esvaziar as conquistas políticas e fragmentar as bases de apoio de modo ampliado. Para Getúlio Vargas, favorecer o processo constituinte significava acomodar, primeiro, os aliados de 1930 e, depois, cavar apoios em um projeto de arranjos e concessões articuladas, mas nunca independentes ou sob o comando dos antigos grupos oligárquicos destituídos de influência política.

O contexto político de 1932 contribuiu para que o sentido da ditadura como governo e poder perdesse a validade. Ao Governo Provisório coube a antecipação de sua participação no processo. Por essa razão, as ações de Juarez Távora foram direcionadas para o chamamento definitivo das bases que, até então, sustentavam o Governo Provisório:

> O Norte não deve esquecer que aqui no sul [...] os velhos partidos mineiros, gaúchos e paulistas poderão arregimentar uma massa considerável de elementos infensos à correntes contrárias surgidas após a Revolução. É do Norte, sobretudo, que todos esperamos uma reação conjunta e eficiente em defesa de nossas ideias. Ele pode e deve fazer nesse terreno, como acaba de fazer pelas armas, papel decisivo de árbitro da situação (ARQUIVO DE LIMA CAVALCANTI/IHGA-PE, boletim nº 2 de 04 de nov. de 1932).

As ponderações de Juarez Távora têm, necessariamente, um peso político consistente, e embora controverso, do ponto de vista de que o Governo Provisório já havia estabelecido sua sustentação política com o apoio, em bloco, do Norte/Nordeste, as conformações do contexto político, em 1932, estavam reprimidas ao máximo, quanto à constituição de um processo de participação política, mesmo que fosse para estar

subserviente ao Estado centralizado. Portanto, se não houvesse uma atuação também em bloco do Norte/Nordeste, a fragmentação do poder político constituído até então e delegado a Getúlio Vargas seria engolida politicamente pela arregimentação dos partidos do sul. A estratégia foi a de garantir que a organização do processo constituinte confluísse objetivamente para Getúlio Vargas. Então, cabia aos interventores

> interessar-se pela arregimentação política dos elementos que fizeram a Revolução ou que estejam integrados sinceramente a suas ideias, pois só assim a obra revolucionaria será aparada e prosseguida no regime constitucional.
> Para isso não é mister que os interventores ajam facciosamente – ficando estabelecido que: a) todas as vezes que não haja unidade de ação política local entre as corretes revolucionárias, o interventor deve ficar acima dos vários grupos, em interesse a Revolução e do Estado; b) os interventores devem sempre colocar-se acima das luctas partidárias (ARQUIVO DE GETÚLIO VARGAS/CPDOC: GV c 1933.02.15, 15 de jan. de 1933; doc. 2 e 3).

Com essas recomendações, Vargas levou os interventores a estabelecerem, pela via partidária, a arregimentação de elementos, independentemente de quais fossem, com o fim de congregar suas forças políticas. Então, garantir que suas bases de sustentação política, construídas no Nordeste, estivessem bem alinhadas de modo a não permitir que as aproximações fossem apenas de concessões foi fundamental. E por que no Nordeste, se tais recomendações eram de caráter nacional? Porque foi exatamente no Nordeste que seu peso político de fazia sentir em bloco, articulado e com fissuras contornáveis.

Entretanto, para os jornais de oposição ao regime, havia uma morosidade estabelecida, da parte do Governo Provisório, para retardar a constituinte; segundo esses jornais, a morosidade do processo foi resultado da costura territorializada e das iniciativas assistencialistas na região, que ficavam subtendidas na extensa lista de benfeitorias e investimentos, bem como nas constantes viagens ao Norte de representantes do Governo Provisório, amplamente noticiados:

> Quando o bravo major Juarez Távora se dispoz a abandonar o famoso vice reinado do Norte, o sr. Getúlio Vargas, com a vocação de cataplasma que deus lhe deu, entendeu de resolver um tumor que, por si mesmo se abria, [...] o que resultou na viagem do sr. Juarez Távora ao Norte na qualidade de "delegado" do Governo Provisório. Os fructos dessa deplorável cincada não se fizeram esperar [...] que o sr. Távora tenha essa ou aquellas idéas relativamente a oportunidade da convoção da constituinte e que as manifeste em público, quando tenha occasião não nos parece estranhável [...].
> Mas o sr. major Juarez Távora não foi ao Norte em passeio particular nem em empresa de propaganda partidária. O heroico official recebeu uma delegação do Chefe do Governo Provisório, que, certa ou erradamente, lhe deu encargo que devia

> ser desempenhado com discrição e reserva (Jornal DIÁRIO CARIOCA, 27 de jan. de 1930, p. 1).

O fim do vice-reinado do Norte não seria o fim das bases de sustentação política construídas com o Nordeste, ainda mais intensificadas com o processo constituinte, uma vez que, a viagem de Juarez Távora ao Norte serviu de catalizador para o alinhamento do Norte ao Governo Provisório. O relatório apresentado por Juarez Távora deu conta de uma extensa descrição da situação política da região, de modo que percebemos as tessituras de um discurso que, se não foi de todo favorável ao processo constitucional da parte dos interventores do Norte/Nordeste, pelo menos não foi o elemento de fissura nas relações entre o Governo Provisório e os interventores nortistas.

Muitas foram as indicações de que a convocação da constituinte seria um ato precipitado do Governo, pois, havia o entendimento de que o prolongamento da ditadura permitiria consolidar, de modo mais consistente, a envergadura de centralização e moralização da política nacional. Sustentando essa postura, os interventores do Norte/Nordeste dirigiram um crescente número de telegramas a Getúlio Vargas e a Juarez Távora, no sentido de adiar o processo. Entretanto, o momento político nacional não permitiu que Getúlio Vargas se esquivasse dele. Em contrapartida, o fortalecimento do alinhamento político do Norte/Nordeste era fundamental nas eleições para a Assembleia Constituinte. Com o pleito marcado para 3 de maio de 1933 e em decorrência do levante paulista de 1932, cujo fim se deu em 4 de outubro de 1932, a pressa do Governo Provisório foi no sentido de concentrar os esforços para que a representação política das interventorias federais garantisse as bases de sustentação do regime na representatividade da Assembleia Constituinte, para a atender aos reclamos do Governo.

Pelas circunstâncias do momento político, nem Getúlio Vargas nem os interventores federais do Norte/Nordeste, mesmo contrários à imediata convocação da constituinte, podiam deixar que a participação do Governo Provisório fosse esquivada da garantia de influir ampla e largamente no processo[83], como salientaram o interventor baiano Juracy Magalhães e o pernambucano Lima Cavalcanti:

---

[83] Para tanto, essas conclusões não podem ser percebidas à luz de uma articulação política de fácil resolução. Em meados de junho de 1932, o sentimento anticonstituinte ainda era forte tanto no Norte quanto no Nordeste, e as articulações entre os tenentes e os interventores do Norte/Nordeste, com a aquiescência do Governo Provisório, foram intensas. Lima Cavalcanti promoveu, por seu turno, uma espécie de convocatória a todos os aliados do Governo Provisório, cujo fim foi a elaboração de uma resistência enérgica à ofensiva constitucional, por meio de uma Frente Única Revolucionária. Os fins

> Somente uma Ditadura prolongada podia salvar esse paiz, mas a mentalidade do povo, preparada pelos interesses inconfessáveis de maus patriotas, deseja a constituinte... Muito nos custa aceitar esse grande mal para o Brasil, mas é preferível contrariar o nosso temperamento, transigindo um pouco, do que deixar o governo cair nas mãos de tanta gente indigna que vive a corveja-lo (ARQUIVO DE GETÚLIO VARGAS/CPDOC: GV c 1933.01.03/1, 03 de jan. de 1932; doc. 2).
>
> .....
>
> [...] Todos devem convir que a elle [Getúlio Vargas] compete decretar a opportunidade de volta do pais as franquias legaes. [...] Essa é a realidade brasileira do momento, e dentro dela está o Norte, fraternalmente unido ao sul, para defender a obra da Revolução contra a politicagem dos antigos elementos facciosos, que procuram desvirtual-a nessa agitação prematura da constituinte (Jornal DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 08 de jan. de 1932, p. 2. Grifo nosso).

É interessante notar que, ao mesmo tempo em que o interventor baiano e o interventor pernambucano não concordaram com a convocação da constituinte, ambos se propõem a colaborar com Getúlio Vargas de modo a transigir suas reais posições em nome da consolidação do processo revolucionário inaugurado em 1930. Mas, também é interessante perceber certo oportunismo político do Norte/Nordeste, quando Lima Cavalcanti referiu que esse entendimento de "volta às franquias legais" estava de acordo com o "Norte, fraternalmente unido ao Sul", como se os verdadeiros significados da Revolução e os objetivos da constituinte fossem também os objetivos desse reduto, do qual Vargas se utilizara amplamente para se fazer politicamente, diante das intempéries da política nacional. Ambos tentaram passar a ideia de que a nação, embora precipitada no imediatismo da constituinte, contava com uma sólida base de sustentação política que levaria ao encaminhamento pleno e diretivo do pleito. Desses consensos e confirmações políticas, o Governo Provisório deu seu mergulho no processo constitucional e empreendeu uma série de ações políticas, que resultaram em um desempenho articulado a partir do Nordeste.

Devido a isso, a formação dos partidos políticos para o pleito de maio de 1933 não fugiu à fórmula regionalizada, mas, diferentemente da Primeira República, seu elemento direto de representação política foi o Estado, pois estavam diretamente ligados aos interventores. Nos estados nordestinos, as articulações políticas se fizeram

---

práticos dessa frente foram a organização de uma série de atos públicos de apoio ao Governo Provisório e contra a constituinte; alardeava-se uma postura de continuidade da ditadura varguista e, ao mesmo tempo, demostrava-se a força política daqueles que estavam afinados com os propósitos do Governo Provisório pela arregimentação popular e militar (PANDOLFI, 1980, p. 357). Desse conflito político, que atingiu seu ápice com o movimento constitucionalista de São Paulo, a estratégia mais segura foi o reordenamento ideológico das forças leais a Vargas rumo à constituinte, para não perder a conjuntura aliada.

de modo que a percepção foi de um grande conclave político em grande parte dos estados dessa região[84]. Na Bahia, a ideia de uma formação partidária foi resultado de uma estratégia de centralização política, amplamente apoiada por Getúlio Vargas.

A proposta de formação do Partido Social Democrático da Bahia – o PSD baiano - se constituiu na base de uma estruturação que partiu de diretórios locais, mas centralizado diretamente na figura do interventor. A essência mantinha-se a mesma da Primeira República, mas os fins estavam direcionados, não a uma política local que compreendia uma realização intermediada para o /do chefe político local. Nessa nova fórmula partidária, as articulações eram feitas na perspectiva direta de que os interesses seriam direcionados ao Governo Provisório, e o Estado seria o elemento congraçador da costura política, por isso que, segundo Juracy Magalhães, a formação do PSD foi

> um grande trabalho de arregimentação, pois, vossa excelência bem sabe, a política baiana é cheia de grupinhos formados, em geral por incompatibilidades pessoais. Apesar disso consegui reunir elemento que asseguram a Revolução uma esmagadora maioria no estado [...] posso hoje assegurar a Vossa Excelência que a Bahia será, um dos estados, em cujo apoio politico pode o seu governo tranquilamente confiar. Daqui não sairão surpresas (ARQUIVO DE GETÚLIO VARGAS/CPDOC: GV c 1933.01.31/1, 31 de jan. de 1933; doc. 1 e 3).

É possível perceber que, da parte da política baiana, o apoio seria inconteste ao Governo Provisório na campanha da constituinte, e a arregimentação interna efetivada pelo interventor baiano havia articulado magistralmente todos os líderes políticos do interior da Bahia na delegação do seu apoio ao Governo Provisório, graças ao constante empreendimento político dispendido por Getúlio Vargas a Juracy Magalhães[85].

Na Bahia, a campanha partidária ainda rearticulou para as hostes do PSD baiano as lideranças intelectuais (bacharéis e magistrados), como alguns elementos de forte influência social, como João Pacheco de Oliveira, cuja influência política arregimentou a

---

[84] Não podemos generalizar esse conclave. O redirecionamento político do Nordeste para o processo constituinte teve suas fissuras, não necessariamente políticas, mas ideológicas, pois a coesão na formação partidária, embora não fosse absolutamente fluente em todos os estados nordestinos, não fugiu à regra de acompanhar as determinações do Governo Provisório. Contrariados nas concepções defendidas, alguns interventores, como Hercolino Cascado, do Rio Grande do Norte, demitiram-se do cargo e afastaram-se da vida pública, por não aceitar o direcionamento tomado pelo Governo Provisório.

[85] Um dos eventos partidários que consolidou a liderança política de Juracy Magalhães foi a formação da chamada Coligação Sertaneja, realizada em 09 de janeiro de 1933, que reuniu todos os coronéis do Vale do São Francisco. Em fevereiro de 1933, a Coligação Sertaneja, Presidida por Nélson Xavier e que contava com Franklin Lins de Albuquerque, como vice-presidente, e Abílio Wolney, como secretário, dois dos mais emblemáticos representantes líderes sertanejos da Primeira República baiana, haviam se reunido para declarar apoio inconteste ao interventor e ao Governo Provisório.

classe trabalhadora da capital, e as econômicas, com políticos vinculados à Associação Comercial da Bahia, com vistas a construir a hegemonia política da interventoria no estado e o total dispêndio aos ditames varguistas (SAMPAIO, 1992, p, 90). A, aproximadamente, três meses do pleito, o Jornal *Diário da Bahia* comentou, em um dos seus editoriais de primeira página:

> A habilidade política dos homens que dirigem os destinos da Bahia nessa hora, está produzindo dor de cabeça em muita gente. A repercussão, aqui, da grande assembléia da cidade do Salvador foi enorme, desconcertando os que a julgavam no fracasso.[...] Um político no estado, diante da magnitude da assembléia e do espírito de coesão do novo partido, ora sob os melhores alicerces, não se conteve e escreveu uma espécie de relatório que mandou ao dr. Octávio Mangabeira, em Paris. [...] Tivemos a ocasião de ler, sob reserva, o interessante documento político, que nada mais é do que um perfil, uma silhueta do ambiente baiano, na hora política que atravessa o Estado. Nesse arrazoado, em linguagem simples, o político baiano conta o que foi a assembléia, mostrando ao ex-chanceler que o interventor da Bahia empolgou, realmente, a sua terra, estando estribado nos melhores e seguros esteios políticos, desde os chefes de eficiência eleitoral, no sertão, até a magistratura e o alto magistério (Jornal DIÁRIO DA BAHIA, 08 de fev. de 1933, p. 1).

Essa repercussão política da campanha do PSD baiano só favoreceu a proximidade e o apoio dispendido ao Governo Provisório pela interventoria. E mesmo que houvesse legendas como "A Bahia ainda é a Bahia", que reuniu os principais nomes da oposição baiana, como J. J. Seabra; "A Bahia se dá" e "Para a Assembleia Nacional Constituinte", cuja reunião congregou alguns elementos de pouca expressão política no estado, a vitória do PSD foi esmagadora nas urnas. Dos 66.038 votos apurados no estado, o PSD do interventor obteve 50.908, enquanto toda a oposição reunida contabilizou 7.360 (7.292 para a chapa "A Bahia ainda é a Bahia", 45, para "A Bahia não se dá", e 23, para a legenda "Para a Assembleia Constituinte"). Com essa votação dos 20 deputados eleitos para a Assembleia constituinte, apenas dois eram da oposição ao interventor: J. J. Seabra e Aloysio Carvalho filho, então presidente da Liga de Ação Popular (LASP) (Jornal DIÁRIO DA BAHIA, 24 de jun. de 1933, p. 1).

Nessa mesma linha de articulação política, na Paraíba, as eleições para constituinte se processaram de modo a se alinhar ao Governo Provisório, e não poderia ser diferente, visto que o montante de verbas que o Governo Provisório havia colocado na Paraíba favoreceu a Getúlio Vargas duplamente: primeiro, porque o dispêndio de verbas com vistas a combater a seca foi alardeado como intervenção direta de Getúlio Vargas, ou seja, o Estado estaria veementemente empenhado em resolver os problemas

que assolavam a Paraíba; segundo, porque, se, da parte da União Federal, a disponibilidade de resolver os problemas do estado havia encontrado a vontade política de Getúlio Vargas, a representação estadual, encarnada na figura de José Américo, então Ministro da Viação e Obras Públicas, não seria diferente, pois foram frequentes as notas de proximidade e as ações de José Américo voltadas para o Governo:

> À tarde despachei [Getúlio Vargas] com o ministro da Viação, que me avisou que estavam esgotados os créditos para o serviço da seca e que não poderiam ser abandonado sem constituir verdadeira calamidade. [...] Autorizei a pedir novo crédito. Os créditos abertos até o presente pelo Governo Provisório atingem cerca de 150 mil contos (VARGAS, 1995, p. 165-166. Grifo nosso).
>
> .....
>
> O infatigável "ministro das sêccas" – é o apostolo da nobilíssima cruzada redentora. Todo seu espírito de vidente e patriota se volta para a terra requeimada de sol. [...] O Ministro José Américo affigura-se como o maior benfeitor da terra martyr, crestada pelo sol bravio dos trópicos (Jornal A UNIÃO, 06 de jan. de 1933, p. 1).

O alinhamento político da Paraíba seguiu, portanto, a regra da contrapartida ao Estado pelo atendimento aos interesses locais. E, de modo sacralizado, o Partido Progressista da Paraíba (PP) ensejou encampar o discurso redentor e moralizador de João Pessoa. Por essa via, a organização do PP foi a composição daqueles que fizeram a Aliança Liberal na Paraíba sob as ordens de José Américo.

Não houve o que contestar quanto à hegemonia do grupo organizado em torno do ministro da Viação e Obras Públicas, porque, em toda parte, dentro e fora da Paraíba, a proximidade do ministro com Getúlio, na execução das obras contra a seca, já alicerçava a atuação política de José Américo. Desse modo, o interventor paraibano Gratuliano de Brito, que havia assumido o cargo com a morte do antecessor – Anthenor Navarro - atuou de modo a respaldar as iniciativas do grupo "americista". Mas, o que é interessante perceber é que a conjuntura política do estado perdeu uma espécie de empenho aguerrido promovido pela interventoria de Anthenor Navarro entre 1930 e 1932, cuja atuação política destituiu os grupos oligárquicos locais da influência ao aparato estatal (SANTOS NETO, 2007). Porém nem por isso tal conjuntura deixou de ser significativa politicamente, devido à visibilidade que a Paraíba havia adquirido em decorrência do montante de verbas que recebeu do Governo Provisório, sobretudo, se consideramos as querelas entre o interventor pernambucano, Lima Cavalcanti, e o então Ministro José Américo.

Assim, a organização do pleito constituinte no estado polarizou uma campanha política em que, de um lado, arregimentou-se o grupo do interventor Gratuliano de Brito sob as bênçãos de José Américo no PP; de outro, os dissidentes ligados a Antônio Botto Meneses e Joaquim Pessoa congregavam-se em torno do Partido Republicano Libertador (PRL), ambos simpatizantes do Governo Provisório e em disputa pelo espólio político de João Pessoa, expresso nos manifestos desses partidos:

> MANIFESTO DO PARTIDO PROGRESSISTA DA PARAYBA
> A Paraíba já tem um grande partido delineado, de facto, pela permanente cohesão do espírito público que vem regulando seus destinos nos últimos tempos. [...] Queremos franquear os postos do Partido Progressista a todos os paraybanos de bôa vontade que queiram colaborar nos mesmos objetivos do bem estar e do progresso do nosso estado, sem distincção de compromissos anteriores, contando que não colidam com a ehtica que adoptamos. [...] Além dos princípios já crystalizados pela acção purificadora de João Pessoa, assimilemos as mais legítimas concepções políticas e sociaes que possam transformar a nossa vida pública em atividades uteis para constucção methodica do nosso progresso (Jornal A UNIÃO, 16 de abril de 1933, p. 1).
>
> .....
>
> O manifesto do Partido Republicano Libertador é o grito de rebeldia cívica da Paraíba esteriorada num ambiente de duras apreensões. [...] O momento político da Paraíba é daqueles que requerem a maior e a mais acurada atenção do chefe do Governo Provisório. Já que os nossos dirigentes outra coisa não fazem senão separar ainda mais os que, juntos, pugnaram pelo triunfo da causa de que eles querem ser os únicos arautos em nossa terra.
> Pacificar deveria ser o lema dos responsáveis pelos destinos políticos da Paraíba (Jornal LIBERDADE, 28 de set. 1933, p. 1).

Tanto o PP quanto o PRL tiveram plataformas relativamente semelhantes, a diferença foi que a plataforma do PP estava estreitamente vinculada ao Governo Provisório e se colocava como integrante dele, sobretudo, quando se identificava como o partido do interventor e do ministro. De outro lado, o PRL assumiu uma postura mais aguerrida de acusações e de negação das afirmações de que a Paraíba seguia, em perfeita harmonia e tranquilidade, para o pleito constituinte, porém pugnava pela observância dos preceitos saneadores do Governo Provisório.

Para os dois principais partidos em disputa no processo constituinte da Paraíba, pouca diferença ideológica os antagonizava. Porém, o que, de fato, constituiu-se como elemento de intensas acusações de acirramentos foi a disputa pelo espólio político de João Pessoa, que era um elemento de peso significativo quando se vislumbrava uma aproximação moralizadora e saneadora da conduta política, uma vez que remetia à legitimidade das ações dos grupos locais junto com o Governo Provisório e possibilitava o distanciamento de qualquer ligação que remetesse ao oligarquismo local. Mas, tanto o

PP quanto o PRL reivindicaram um espólio já articulado com elementos desse oligarquismo e opositores ao mártir, pois, "através dos seus respectivos órgãos de imprensa, o PP e o PRL se acusavam de admitir em suas hostes antigos oposicionistas de João Pessoa. [...] o PRL também incorreu nessa prática já que apresentava em seus quadros antigos perrepistas" (SOUSA NETO, 2012, p. 79)[86].

Em um universo de 24. 973 votantes, o Partido Progressista obteve 17.087 votos e conseguiu eleger todos os cinco candidatos à assembleia (Manoel Veloso Borges, Irinêo Joffily, Odon Bezerra, José Pereira Lira e Heretiano Zenaide), com 80% de aproveitamento no universo total de eleitores; já o Partido Republicano Libertador obteve 3.324 votos e não conseguiu eleger nenhum dos seus candidatos (Antônio Botto de Meneses, Joaquim Pessoa, Estevão de Ávila Lins, Galdino Salles e José Pinto de Oliveira), pois teve apenas 16% de aproveitamento no universo dos votos válidos.

Do pleito paraibano, o que se observou foi o ofuscamento da oposição, que nem foi tão oposicionista, frente à imbricada investida de Getúlio Vargas com José Américo, cujo resultado foi a consolidação do alinhamento político da Paraíba como base inconteste do Governo Provisório, conjugada com a crescente influência local do então Ministro da Viação e Obras públicas. Essa dobradinha de peso político cerceou a atuação da interventoria de Gratuliano de Brito, de modo que a costura política desenhada no estado serviu para formar uma conjugação política e partidária de tradição revolucionária ou não, mas em comum acordo com os ditames do Governo Provisório.

Em Pernambuco, a impressão que se tem, ao analisar a documentação, é de que o processo constituinte foi maior do que o estado. Existe uma ideia de grandiosidade que pretendeu ser consolidada no pleito, e os espaços da oposição foram quase nulos. Talvez essa impressão se deva à tentacular atuação do interventor Lima Cavalcanti, que não participou do pleito apenas como interventor, porquanto sua atuação política havia extrapolado o processo, uma vez que as articulações empreendidas pelo então interventor acabaram por despontar sua atuação política de pauta congregadora e reivindicatória para o Nordeste.

[86] Apesar de o processo constituinte de 1933 ter sido dominado pelas facções do PP e do PRL, ainda foram organizados: a "Liga Pró-estado leigo", sob a liderança de Osias Gomes, Horácio de Almeida, Josebias Marinho e João Santa Cruz, a qual, com características anticatólicas, congregou os intelectuais de esquerda, protestantes, maçons, católicos e espíritas para o pleito constituinte. A "Liga Pró-estado leigo" lançou a candidatura de João Santa Cruz. Também foi organizado um pequeno partido, o "Partido Republicano Paraibano" que, sob a liderança do operário Anacléto Vitorino, lançou como candidato Rômulo Rubens Avelar (SANTANA, 2000, p. 121, 122 e 124).

Embora essa constatação apareça na documentação, sobretudo, no Jornal *Diário da Manhã*, o processo constituinte no estado foi consolidado à custa do esvaziamento ideológico de grupos oposicionistas, cuja ação havia empreendido três revoltas na cidade de Recife em 1931 (PANDOLFI, 1980, p. 376). Diante das convulsões, Lima Cavalcanti empreendeu uma ação harmoniosa, com a intensão de ampliar solidamente seu projeto intervencionista em Pernambuco, que resultou na aproximação da interventoria do operariado pernambucano, na perspectiva de que houvesse mais colaboração entre o programa intervencionista do Estado interventor e as classes populares de modo conciliatório:

> O governo tem usado de excepcional complacência deante dos costumazes exploradores das classes trabalhadoras de Pernambuco [...] temos sido amigos das classes trabalhadoras, e nos sentimos no dever de reverberar os criminoso procedimento daqueles que se querem locupletar a ingenuidade e a falta de instrucção para leval-os a pratica de actos inconsequentes, impatrióticos e passíveis de repressão (Jornal DIÁRIO DA TARDE, 01 de ago. de 1931, p. 1).
>
> .....
>
> [o operariado] não poderá ter outro interesse senão o de prestar apoio e solidariedade a obra da Revolução. Somente essa restaurará as finanças nacionais, salvará os créditos administrativos do Brasil e trabalhará pelo soerguimento e confraternização de todas as classes sociais entre as quais a dos operários das cidades e dos campos (Jornal DIÁRIO DA MANHÃ, 03 de nov. de 1931, p.1. grifo nosso).

A estratégia da interventoria pernambucana foi a de identificar uma possível manipulação das classes trabalhadoras, por grupos decaídos e descontentes com o regime estabelecido. A partir dessas supostas denúncias, a interventoria alargou seu raio de atuação e se aproximou consideravelmente do proletariado, o que resultou em uma articulação política de perspectiva popular, que reverberou em uma margem de apoio populacional considerável, quando da organização do Partido Social Democrático de Pernambuco – o PSD pernambucano.

A intenção do interventor pernambucano foi de capitanear o máximo de apoio possível das classes sociais do estado, de modo que a legitimação política da ação intervencionista se configurasse também como apoio popular. Para Lima Cavalcanti, essa estratégia pareceu necessária, visto que a perspectiva de alijamentos da influência política dos grupos oligárquicos locais havia sido intensa desde o inicio de sua administração e, se a legitimação política de suas ações se processava com a simpatia da classe trabalhadora, a reorganização ou os questionamentos da oposição não seriam suficientemente fortes para fragilizar o poder do então interventor.

Os vilões e os decaídos foram os grupos ligados ao antigo situacionismo político de Pernambuco, que exploravam irresponsavelmente as classes trabalhadoras fomentando inverdades sobre a situação política do estado. Deveriam os trabalhadores prestar apoio à obra revolucionária e legitimá-la como a única forma de salvar e soerguer o Brasil e promover o congraçamento entre todos os trabalhadores. Com essa perspectiva, a interventoria de Lima Cavalcanti acabou por minar a força política dos grupos oposicionistas de tal modo que, em vias do pleito constituinte de 1933, a formação do Partido Republicano Social (PRS), que reuniu os elementos ligados ao antigo governador Estácio Coimbra, não teve significativa representatividade social no estado. Em contrapartida, a força da classe trabalhadora pernambucana conseguiu, sem dificuldades, arregimentar-se em torno da legenda "Trabalhador, ocupa o teu posto" e concorrer às eleições constituintes[87].

Da parte do grupo do interventor, o PSD pernambucano revelou suas intenções congregadoras desde o seu manifesto:

> [...] como coordenador de actividades politicas não subordino minha autoridade de administrador aos interesses do Partido, mas sempre ao programma revolucionário, que deve ser a bandeira da organização que hora se forma, [...] lançando agora um manifesto, em que traço as linhas geraes duma nova organização política, procuro apenas propugnar a arregimentação dos elementos que desejam servir aos interesses do estado e do paiz, facilitar a união dos elementos moralmente idôneos que desejam um regimem de rigorosa moralidade para o bem collectivo.
> Não é essencial que tenham pegado em armas, bastando que se comprometam a actuar com lealdade e devotamento, ao lado dos revolucionários, para definitiva consagração dos seus idaes (Jornal DIÁRIO DA TARDE, 16 de nov. de 1932, p. 1).

A percepção de que a interventoria se colocaria como uma espécie de coordenador político apareceu de modo claro no manifesto, com a finalidade de processar a isenção e a ideia do patriotismo político dos revolucionários. Essa postura seguiu as determinações de Getúlio Vargas, no sentido de que a percepção do Estado não seria de compromisso com o partido, mas de articulador. Entretanto, na prática e no texto do manifesto, que propôs a vinculação de todos aqueles que haviam pegado em armas ou não, abriu-se o espaço para uma arregimentação ampla e significativamente

[87] Entre janeiro e abril de 1933, também foram criados: o "Partido Economista de Pernambuco (PEP)", que congregou as figuras mais representativas do comércio e da lavoura pernambucana. O "Partido Liberal de Pernambuco (PLP)", sem maior representatividade, teve como principais lideranças Aniceto Varejão, general Vilela Júnior e João de Paes, adversários políticos de Lima Cavalcanti. A "Liga do Pensamento Livre" (LPL), cuja atuação buscou arregimentar adeptos do estado leigo (PANDOLFI, 1980, p. 383).

sem a finalidade puramente revolucionária. Com essa abertura, a intenção da interventoria foi de promover o congraçamento de toda a sociedade pernambucana com o Estado e alinhada ao Governo Provisório, conforme focou evidente no editorial do jornal situacionista *Diário da Manhã*, na convocação feita às vésperas do pleito eleitoral:

> [...] Votar no PSD, eis o lema dos revolucionários [...] Plantadores de cana, qual governo decretou a tabela de preços, para essa matéria prima? [...] Usineiros, qual governo promoveu o financiamento dos produtores pelo Banco do Brasil, garantindo a operação? [...] Operários, qual governo abriu as vossas associações fechadas pela opressão policial e decretou a lei de sindicalização? [...] Empregados do comércio, quem amparou os vossos direitos, defendendo a regulamentação do trabalho e a carga de pensões? [...] Produtores e obreiros, quem vos defendeu contra a extorsão tarifária da Great-Western? (Jornal DIÁRIO DA MANHÃ, 28 de mar. de 1933, p. 1).

Por meio desse manifesto, a percepção de uma ampla aglutinação de força pode ser verificada, e o seu conjunto construiu a unidade requerida para o pleito da constituinte em Pernambuco. Sintomática ainda é a percepção da diversidade de forças sociais, convocadas a legitimar os encaminhamentos do Governo Provisório como continuador da obra revolucionária, mesmo depois da volta do país ao regime legal. Diante dessa diversidade social/política, emergiu a possibilidade de que os mais variados grupos políticos pudessem compor e articular com o Governo a continuidade da proposta centralista e estatizadora iniciada em 1930.

Ressalte-se, contudo, que essa possibilidade de composição não abandonou a ideia de que a congregação, uma vez concretizada, seria definida pelas bases dos interesses do Governo Provisório, e não, dos interesses dos grupos. Essa ideia levou, ainda, à desqualificação das legendas formadas pelos grupos aliados e remanescentes da Primeira República, como foi o caso do Partido Republicano Social (PRS) de Pernambuco:

> Já vimos hontem a chocante falta de sinceridade e a grosseira tapeação com que os remanescentes do rosismo e do estacismo [...] tiveram a inaudita coragem de falar aos pernambucanos, pregando um vasto sermão de moral e sabedoria política, de que elles nunca possuíram a mais insignificante noção dos velhões tempos de poderio autoritário e grosseiro. [...] Colcha de retalhos, falsidade, incongruência, absurdos, mentiras – eis o manifesto programa do PRS (Jornal DIÁRIO DA TARDE, 03 de fev. de 1933, p. 1).

Mesmo com a ferrenha tentativa de colocar o PRS no ostracismo político e sem representatividade eleitoral, ainda foi expressiva a votação que obteve no Pleito. O PRS

editou sua campanha política por meio dos editoriais do *Diário de Pernambuco*, cujas acusações à interventoria foram alardeadas de modo a desconstruir os feitos de Lima Cavalcanti. Aníbal Fernandes, opositor ferrenho de Lima Cavalcanti, publicou, em seu livro, que as arbitrariedades da interventoria foram muitas, como por exemplo, a invasão da sede do PRS a mando do então interventor, contrariando a nota publicada nos jornais de que ele não interferiria na arregimentação da oposição (FERNANDES, 1934, p. 342)[88].

O fato é que a oposição pernambucana no pleito da constituinte não foi exatamente polarizada no PRS, e o Partido Liberal de Pernambuco (PLP) também estava constituído de inimigos de Lima Cavalcanti com aspirações políticas. Desse modo, a oposição ao PSD pernambucano pode ser dividida a partir de dois eixos: o primeiro, formado por aqueles que nutriram sentimentos de desentendimentos pessoais e não, necessariamente, políticos, como foi o caso do PLP; o segundo eixo congregou uma oposição genuinamente política, uma vez que o PRS arregimentou largamente os antigos próceres políticos pernambucanos da Primeira República. Em ambos os casos, as articulações não foram fortes o suficiente para impedir a escalada do intervencionismo pernambucano alinhado a Getúlio Vargas.

Em maio de 1933, as eleições para a Assembleia Constituinte deram ao PSD pernambucano uma significativa vitória. De um total de 54.893 votantes, distribuídos em 275 seções por 81 municípios do estado, o PSD pernambucano conseguiu um coeficiente eleitoral de 4.979 votos, contra 1.594 da legenda "Trabalhador, ocupa o teu posto", 1.021, da "Liga do Pensamento Livre", 408, do PRS, 195, do PLP, 34, do PEP e 24, do Partido Comunista.

A sagração do PSD pernambucano nas urnas deu ao partido do interventor a garantia da conquista de 15 das 17 vagas de Pernambuco para a Assembleia Constituinte, com a eleição de: Agamenon Magalhães, Pe. Arruda Câmara, Alde Sampaio, Joaquim Arruda Falcão, Agusto Cavalcanti de Albuquerque, Cap. João Alberto Lins e Barros, Luís Cedro Carneiro Leão, Francisco Solano Carneiro da Cunha, Arnaldo Olinto

[88] Da leitura do livro de Aníbal Fernandes, percebemos que a ideia de um ordenamento articulado e fluente, alardeado pela interventoria, não condiz com os fatos. Entretanto, em muitas partes do referido livro, a narrativa dos atos de desgoverno, também publicado pelo Jornal *Diário de Pernambuco,* remete ao momento em que a ação intervencionista de Lima Cavalcanti atuou de modo mais contundente: os anos de 1931 e 1932. Nesse momento, o interventor pernambucano, de fato, atuou como rolo compressor sobre as estruturas políticas e o ordenamento estatal de Pernambuco, com vista a moldar o ajustamento do Estado aos encaminhamentos revolucionários e tenentistas do Governo Provisório.

Bastos, José de Sá Bezerra Cavalcanti, Tomás de Oliveira Lobo, Osório Borba, Humberto Sales de Moura Ferreira, Mário Domingues da Silva e Adolfo Simões Barbosa. O PRS conseguiu eleger apenas um candidato - Antônio Souto Filho - e o candidato avulso eleito foi Francisco Barreto Campello. Já a legenda "Trabalhador, ocupa o teu posto", apesar de expressiva votação e de ter elegido Cristiano Cordeiro, não pôde ser representada, pois o candidato eleito foi preso e impedido de assumir o cargo.

O resultado do pleito constituinte no estado foi expressivo, no que diz respeito ao alinhamento com o Governo Provisório, cuja perspectiva de construção política junto com Getúlio Vargas foi confirmada. Além disso, a estreita vinculação da bancada pessedista mantida com o interventor Lima Cavalcanti o credenciava de modo significativo para o Governo Provisório e outros estados da Região Nordeste. Devido a isso, o resultado das urnas reforçou a ideia de que o bloco político do Nordeste marchava coeso, como pretendeu Getúlio Vargas.

É com a derrota do PSD cearense que podemos perceber o quanto a coesão no Nordeste era necessária para manter a supremacia política do Governo Provisório e de Getúlio Vargas.

> Aproximando-se, porém, a época das eleições para a constituinte, parecem-me natural que comessem a movimentar-se as correntes de opinião, organizando-se em partidos e agrupando-se eleitoralmente na defesa de programas definido, onde todos os que se interessam pela vida politica do país encontrem livre campo de ação para pugnar, nas urnas, pelo triunfo de seus ideais políticos. Com mais forte razão, não se podem alheiar de semelhante movimento os que, se levantaram em armas, arriscando a vida pela vitória de suas ideias. [...] Há evidentemente, um meio termo, que consiste em não desinteressar-se totalmente pelo pleito de 3 de maio, em que vão discutir-se os rumos políticos que tomará a nação, sem olvidar o dilema que se impõe: ou vencem as idéas revolucionárias, pela execução integral do seu programa, ou regrediremos às normas nefastas do passado (ARQUIVO DE GETÚLIO VARGAS/CPDOC: GV c 1933.02. 01, de fev. de 1933; doc. 9 e 10).

Getúlio acenou, mesmo que sutilmente, para a constatação de que a natureza do regime instituído pela Revolução de 1930, com o processo constituinte, corria o risco de esvaziar sua empreitada política de organização e centralização estatal com o encaminhamento de questões que não retornavam às regras "nefastas do passado". Nesse sentido, o empenho daqueles que se interessavam pela vida política do Brasil deveria colaborar intensamente com o processo, cujo fim seria a imposição das ideias revolucionárias e, mais ainda, a confirmação coesa da movimentação política do Governo Provisório, frente aos interesses que pretendiam retornar ao passado.

Isso não significou perceber que a participação do Nordeste na constituinte definiu as regras do jogo político nacional para o Governo Provisório, mas de atentarmos para o fato de que suas articulações políticas, frente ao momento de convocação da constituinte, detiveram, nesse espaço territorializado de poder, a medida contrabalanceada da barganha política promovida por Getúlio Vargas. Com esse fim, o Nordeste se constituiu como o bastião de poder efetivamente alinhado ao Governo Provisório. Entretanto, não seria possível que a postura legalista de Getúlio empreendesse efusivamente a aproximação política desejada pelos interventores nordestinos, e se, até então, o processo de distanciamento/ampliação das bases de apoio político de Getúlio Vargas havia sido territorializado no Nordeste, complementa sua escalada política articulada também com o entorno paulista.

Do processo constituinte às eleições de 1934, o peso constituído do Nordeste em bloco garantiu que a aproximação do Governo Provisório com o entorno paulista, já desterritorializado politicamente, não se desse de modo que os interesses do Estado se constituíssem como interesses desse entorno. Significativamente, a vitória política do Governo Provisório na Constituinte, com o alinhamento dos estados nordestinos, foi percebida, sobretudo, quando nos detivemos sobre a conjuntura regional do sul. Um exemplo disso foi que, embora o Rio Grande do Sul fosse aliado de expressiva importância política para o Governo Provisório, as articulações de alinhamento político com os estados de Santa Catarina e Paraná não se processaram com a coesão que foi percebida no Nordeste (CORRÊA, 1984). E por mais que, a partir de 1932, os encaminhamentos do Governo Provisório tenham processado, paulatinamente, o distanciamento político de Getúlio Vargas do Nordeste, foi com o Nordeste que as bases de sua sustentação política adquiriram poder e força política suficiente para conduzir para os domínios do Estado o desenho do centralismo estatizante, sob a condução do então ditador Getúlio Vargas.

CONCLUSÃO

Uma vez concretizada a Revolução de 1930, o processo de legitimação do poder e da política empreendida pelo Governo Provisório ainda estava por ser construído. O entendimento de que a vitória do levante de 1930 resolveria os problemas elencados pelos grupos que o fizeram não foi a ilusão de nenhum dos revolucionários.

O ano de 1930 apenas fez emergir um facto sobre o qual se justificou a empreitada política de Getúlio Vargas e seus aliados. Esse tal facto foi construído de modo que a ideia da existência de um desordenamento político pareceu suficiente para alçá-lo a discurso de poder. A perspectiva de que os questionamentos elencados pelos revolucionários eram desajustes do sistema político brasileiro, cuja representatividade política estava territorializada apenas para o entorno paulista, foi forte o bastante para entrever um levante em que as dimensões e o alcance político travestiram-se da ideia de que o poder deveria ter a representatividade da nação, e como foi identificada uma conformação política cujo direcionamento de suas ações convergiu para uma extensa política de favorecimento dos interesses do entorno paulista, a revolução seria o único caminho para o processo de moralização política do Brasil. Mas revolução não tem hora marcada nem é feita somente de ajustes de poder. Mesmo assim, para tal empreitada moralizadora, só a execução de algo travestido de revolucionário serviu o suficiente para que se alardeasse um discurso factualista de poder, com ideias e fato plenos e comprovados, sem aprofundar as questões sociais, mas como discurso.

Com a institucionalização de um sentido de verdade política, o Governo Provisório consubstanciou ações com base na máxima de que, "se o governo é provisório, a revolução é definitiva", para a qual foi direcionada uma conjuntura de poder, em que o papel revolucionário do Governo Provisório se fez sentir de modo a promover a desorganização dos grupos acossados no estamento estatal desde a Primeira República, ao passo que, para essa nova conjuntura de poder emergente, os encaminhamentos do Governo Provisório não tiveram outro propósito, senão o de criar um espaço de poder, para, só depois, sustentá-lo.

Tal consideração nos levou a entender de que essa outra perspectiva de poder, emergente da Revolução de 1930, deveria aniquilar os antigos conjuntos de relações de poder praticados pela Política dos Governadores e sobrepô-los a outras práticas, outras lógicas e outros encaminhamentos para que o poder, instituído pós-1930, pudesse, posteriormente, ser hegemônico. Daí a caracterização do discurso factual de poder do Governo Provisório, direcionado para uma di-visão do poder não mais territorializada no entono paulista.

Desse modo, o processo de desterritorialização do poder para fora do entorno paulista significou para o Governo Provisório a construção de outros espaços em que a legitimidade do regime instituído pela Revolução de 1930 e administrado por Getúlio Vargas se constituísse como inconteste, do ponto de vista da sua sustentabilidade política, porquanto os espaços de poder emergente com a revolução não se sustentaria apenas com encaminhamentos que não fossem alicerçados em apoio político amplo e suficientemente coeso, para fazer frente às contestações advindas de uma conjuntura de poder que ainda não havia sido completamente destituída com a Revolução de 1930.

Nessa perspectiva, o Governo Provisório formou um novo pacto de poder, desterritorializado do poder simbólico do entorno paulista, por meio de um discurso factual nacionalista, cuja base se sustentação esteve alicerçada no Nordeste e conjugada com as alianças que fizeram a Revolução de 1930. Na formação desse novo pacto, o Governo Provisório conseguiu inverter a sustentação política do Estado Nacional brasileiro e desconstruir, para os fins de legitimação da conjuntura revolucionaria, a dominação política do entorno paulista.

Na prática, isso significou a evidência de fatos e opiniões ampliados no conjunto da territorialidade de poder do Brasil, isto é, trazer para dentro do discurso revolucionário a ideia de que a emergência do Governo Provisório seria o contraponto à conformação política territorializada da Primeira República, pois, para desterritorializar o poder simbólico do entorno paulista, o discurso revolucionário de 1930 construiu o poder do Estado como fato, o que significou moldar outras bases de sustentação política e a garantia dessa sustentação pela intervenção administrativa do aparato estatal.

Nesse contexto, para que a conformação de poder construído por Getúlio Vargas tivesse o efeito esperado, foi preciso anular os resquícios do artificialismo político territorialmente representativo da Primeira República e articular para que o modelo de Estado, em construção entre 1930 e 1934, encontrasse uma forma de representação que

concorresse para o encontro entre Estado e sociedade e refundasse as relações estabelecidas entre a União Federal e os estados, de modo que, nessa relação, o poder convergisse para a liderança política de Getúlio Vargas, pois havia um programa de centralização de poder em andamento, que precisava ser costurado politicamente e não podia ser questionado. Por causa disso, a costura de bases políticas suficientemente coesas. Para esse fim, o sistema de interventorias estaduais funcionou como a via de desmanche dos esquemas de dominação oligárquica, visto que fragmentou as bases interdependentes dos grupos acossados no poder.

Essa organização administrativa da Federação foi o propósito e o produto da política no pós-1930, uma espécie de alienação das funções estaduais processadas a partir de um *lócus* institucional de deslocamento político - as interventorias – por meio das quais a escala de influência do poder local sofreu manobras adaptativas. E foi a essas manobras que São Paulo se opôs, pois o Código dos Interventores exerceu uma violência simbólica sob a forma de estruturas e de mecanismos (BOURDIEU, 1996, p. 97), de modo a construir esquemas de percepção e de pensamento que convergiram largamente para a centralização.

A partir dessa ideia de deslocamento político, com a institucionalização do sistema de interventorias, o Governo Provisório moldou o processo de desterritorialização do entorno paulista e construiu outros espaços e outras bases de sustentação política e de poder, com a qual discutimos nesta tese como o Governo Provisório construiu tais bases.

Começamos por perceber que o alinhamento dos militares com Getúlio Vargas contribuiu largamente para a constituição do Governo Provisório, cuja base de apoio e de poder foi ampliada em suas ramificações para o Norte/Nordeste, pela condução de uma política centralizadora e civil-militar. Para o Norte/Nordeste, o exercício da tutela militar foi organizativa e o *lócus* da coesão política ao novo regime. Junto com os militares, Getúlio Vargas foi alçado à condição de chefe político, a quem foi concedida a prerrogativa de comando, cerceada pelo imaginário militar, travestido de ordem e de moralidade política, "estabelecido pela transposição, pela produção de imagens, pela manipulação de símbolos e de sua organização em um quadro cerimonial de legitimação das posições do governo" (BALANDIER, 1982, p. 7), desenvolvidos para ficar aliados à ideia de que as ações do Governo Provisório determinariam os rumos da Revolução com a perspectiva da moralidade político-administrativa.

A partir da incisiva atuação militar no Norte/Nordeste, o estabelecimento de outro campo político de poder, que rompeu com as estruturas de poder até então estabelecidas, alinhou o Norte/Nordeste a um consenso em bloco desse espaço regional. Para tanto, a organização das Legiões de Outubro promoveu a institucionalização de uma lógica organizativa e moralizadora das ações Governo Provisório, que corroborou o alinhamento político desse espaço regional. O surgimento da "Delegacia do Norte" fez-nos perceber o esteio da ação política dos militares aliados de Getúlio Vargas ecas estratégias de promoção do alinhamento político do Norte/Nordeste.

A atuação da Delegacia do Norte contribuiu para que o programa político da revolução fosse posto em prática e, em decorrência, concretizou a territorialização desse espaço regional como base de sustentação política do Governo Provisório, pois, com a atuação do "vice-rei" do Norte, Juarez Távora, os princípios revolucionários de centralização foram encarnados na atuação inconteste das interventorias, sobretudo no Nordeste. A documentação analisada nos possibilitou concluir que não se tratou de uma atuação de simples ajustes, mas da condução/formulação de estratégias de poder que resultaram na construção do sólido apoio político a Getúlio Vargas, conseguido pela nomeação de interventores militares e pelo direcionamento, via interventoria, das reivindicações desse espaço regional.

A percepção de que a costura política feita pelo governo Provisório com o Nordeste, em bases militarizadas, foi o plano inicial para consolidar a nova territorialidade de poder, uma vez que garantiu o alinhamento inconteste da região aos ditames do Governo Provisório, cujo exercício do poder foi delegado a Getúlio Vargas.

Assim, concluímos que a tutela dos militares, a partir das ações intervencionistas promovidas pelos interventores nordestinos, possibilitou ao Governo Provisório reorganizar a política regional, visando distanciar os grupos políticos locais das hostes administrativas dos estados, ao passo que abriu espaço para se perceber que as ações intervencionistas garantiram que os domínios efetivos dos grupos oligárquicos não seriam mais a regra de compromisso na região. Isso nos leva a concluir que o apoio dos militares ao Governo Provisório foi, também, o elemento da ordem e da moralidade de que precisou Getúlio Vargas para estabelecer os domínios do Estado sobre os meandros da política regional.

Ao lado dos militares, a aproximação do Governo Provisório do Nordeste com o fim de fazer desse espaço sua nova territorialidade de poder não ocorreu apenas

politicamente, mas também com a possibilidade de que as demandas econômicas do Nordeste figurassem como seu objeto de interesse, para garantir que eles fossem atendidos por Getúlio Vargas.

A pressão exercida para que o Estado consolidasse as políticas de amparo e favorecimento dos produtos nordestinos deu a Getúlio Vargas o apoio necessário para consolidar suas bases de sustentação política alinhada. A criação do Instituto do Cacau da Bahia, em 1931, do Instituto do Açúcar e do Álcool (IAA), em 1933, e do Instituto Baiano do Fumo, em 1935, deu à política econômica de Vargas as possibilidades de fazer a manobra política de que necessitava, em sua perspectiva econômica no Nordeste.

Demonstramos que o empenho em regular, por meio do Estado, os setores da economia do Nordeste contribuiu para que o Governo Provisório tivesse sua legitimidade política, porquanto as determinações e as regulamentações foram processadas também com a interferência dos interventores dos estados nordestinos. Isso nos pareceu um elemento a ser considerado, porque a perspectiva de poder desenhada com o Governo Provisório trouxe para junto de si os interventores como agentes legítimos de sua política, e a legitimidade dos interventores foi também a legitimidade do Governo Provisório, pois garantiu que as ações regulatórias dos setores da economia nordestina se constituíssem como ações do Estado, sem as interferências dos grupos oligárquico locais.

Com essa ação, os interventores foram os legítimos agentes de Getúlio Vargas nos estados, pelos quais passaram todas as políticas regulatórias da economia regional do Nordeste. Essas iniciativas responderam pela constituição do novo bloco de interesses emergentes a partir de 1930, e sua base de sustentação foi cada vez mais reforçada pela influência dos estados do Nordeste e consolidada pelo gradual reforço da estrutura material do Estado. Desse modo, o direcionamento econômico promovido no Nordeste conduziu ao fortalecimento do mercado interno e ao processo de industrialização limitada, sem avanços significativos na instalação das indústrias, mas com avanço importante na estrutura estatal que, depois de 1930, passou a ser reguladora. A montagem da estrutura econômica estatizada do pós-1930 favoreceu, ainda, a constituição da integração do capital regional, na medida em que as bases de atuação desse Estado possibilitaram a participação de grupos distintos no processo de acumulação do capital interno, razão por que foi possível incorporar grande parte dos grupos estaduais de poder marginalizados pelo pacto anterior do café com leite.

Por isso entendemos que a costura política do Governo Provisório com o Nordeste foi também uma costura econômica, pois a tentativa de recuperar o espaço econômico do Nordeste alargou sua margem de influência e o consequente alinhamento político da região como base da sustentação política do Governo Provisório, pois, mesmo que as medidas econômicas do regime varguista, entre 1930 e 1934, não tenham surtido os efeitos de um efetivo desenvolvimento econômico do Nordeste, conjugadas com o momento político, elas deram a Getúlio Vargas a margem de manobra necessária para o estabelecimento de seu poder na região. Isso se deveu, sobretudo, ao posicionamento de que Getúlio Vargas pretendia apenas se constituir como poder, frente à estrutura consolidada de longa data. Portanto, para transformar essa ideia, os mecanismos de desterritorialização política apenas superficializaram a relação do Estado com as estruturas econômicas e políticas do Nordeste, mas foram fundamentais para empreender o apoio de que precisou o Governo.

Ao longo dos capítulos, esboçamos a tese de que o ordenamento de poder construído pelo Governo Provisório não pôde prescindir do apoio em bloco do Nordeste, isso porque, embora a aliança entre o Rio Grande do Sul, Minas Gerais e a Paraíba houvesse sobreposto a conformação política da Primeira República, as conformações de poder ainda estavam por ser resolvidas. Diante de um apoio ainda frágil, o direcionamento de Getúlio Vargas foi o de construir uma base de sustentação política, suficientemente coesa, que garantisse sua permanência no poder e legitimasse politicamente as ações do Governo Provisório.

A aproximação política do Governo Provisório com o Nordeste pareceu ser a saída mais segura e mais profícua para o regime emerso da revolução. Dessa feita, a insistência em apoiar amplamente os governos da Bahia, de Pernambuco e da Paraíba possibilitou um alinhamento em bloco, de modo que o a reestruturação política, pela centralização administrativa do aparato estatal nesses estados, foi processada como iniciativa direta do Governo Provisório.

O fortalecimento das interventorias de Juracy Magalhães, Lima Cavalcanti e Anthenor Navarro/Gratuliano de Brito - os dois últimos sob os auspícios de José Américo de Almeida – e a consequente destituição dos grupos oligárquicos do poder nesses estados foram sentidos na medida em que as ações dos interventores lograram canalizar os interesses locais para o Getúlio Vargas, ou seja, o arranjo de poder, através da influência de líderes políticos locais, foi substituído pela influência do Estado nos

redutos locais, e a emergência do poder político dos interventores foi construída como a emergência do poder do Estado. Assim, a perspectiva de soerguimento econômico emergiu como a possibilidade de alavancar o mercado de produtos dessa região, sem que se privilegiassem os ajustes direcionados para os cafeicultores.

Constatamos, portanto, que a substituição da velha ordem, no Nordeste, trouxe para a cena política a ideia de que o poder e a política deveriam se alinhar aos ditames do Governo Provisório sem os oligarquismos locais. Com isso, a emergência de um poder em bloco, que trouxe a reboque todos os estados do Nordeste, foi a força política de que precisou Getúlio Vargas para fazer frente aos questionamentos do entorno paulista, pois somente o desmonte da territorialidade de poder concentrada no entorno paulista garantiria ao Governo Provisório o sucesso da empreitada revolucionária. De outra forma, seria voltar aos arranjos de poder sob a influência do entorno paulista, sem que houvesse margem de barganha para consolidar a política do Governo Provisório e o poder de Getúlio Vargas como representante legítimo do Estado. Então, ficou comprovado que, para estabelecer suas estruturas de poder, a sustentação política do Governo Provisório deveria vir dos espaços militarmente controlados, cujas adesões estavam misturadas a uma euforia popular revolucionária, congraçada com o exemplo heroico de João Pessoa, alçado a "mártir" da Revolução – esse foi o caso do Nordeste.

Ao alardear que, no Nordeste, os agentes do poder estavam intimamente alinhados com o Governo Provisório, a influência de interventores como Juracy Magalhães, da Bahia, e Lima Cavalcanti, de Pernambuco, estabeleceu-se de forma a personificar o Estado como promotor de um novo ordenamento político, que procurou se excluir do erro dos arranjos pessoais e, mais ainda, respaldar as interventorias como porta-voz direta do Governo Provisório, o que significou prestígio com Getúlio Vargas. Percebermos, então, que a legitimação das interventorias nordestinas significou a concretização de uma costura política cuja função exercida foi pendular, no contexto das divergências e dos questionamentos políticos do entorno paulista.

Isso nos levou a entender que o ano de 1932 foi decisivo, porquanto a necessidade de constitucionalizar o país foi a de se construir a evolução natural do Governo Provisório aos ajustes que tanto havia propagado. Mas, para tanto, Getúlio Vargas não poderia deixar que o processo constituinte acontecesse sem que se processasse, primeiro, a cooptação e a redefinição das alianças no interior dos grupos que fizeram 1930, como forma de acomodar os aliados. O fortalecimento do Governo

Provisório no processo constituinte só foi efetivado quando Getúlio Vargas, além de acomodar os aliados, intensificou, junto com os interventores nordestinos, a arregimentação partidária dessa territorialidade constituída, como forma de garantir e influir largamente na constituinte, pois era exatamente nesse reduto que seu peso político se fazia sentir em bloco.

Constatou, portanto, a tese de que o Nordeste alicerçou a força política de Getúlio Vargas e fez emergir o seu domínio político, pois, entre 1930 e 1934, a pauta do Governo Provisório esteve imersa na construção dos domínios do Estado e, consequentemente, na identificação de quem comandaria esses domínios. Disso não se tem a verticalização das transformações políticas no Estado, mas a redefinição dos canais de influência ao poder central, legitimado a partir de uma territorialidade construída que partiu do Nordeste e em bloco. Como já salientamos, o Nordeste fundamentou o poder do Governo Provisório, na perspectiva de que a coesão da política regional intervencionista elegesse o então ditador como representante legítimo do Estado, pois, nos terrenos dos ajustes políticos, a desterritorialização do entorno paulista foi a emergência da territorialidade política do Nordeste, cujo poder se delegou a Getúlio Vargas.

Nos domínios da política estatal, o poder do Governo Provisório foi desterritorializado do entorno paulista e suas bases de sustentação alicerçadas a partir do nordeste para legitimar os contornos da centralização estatal e do poder político de Getúlio Vargas.

REFERÊNCIAS

Jornais e Documentos consultados:

Jornais do Sudeste – consultados na Biblioteca Nacional
Jornal O Tempo, RJ – 1932;
Jornal Diário Carioca, RJ – 1930 a 1935;
Jornal Diário de Notícias, RJ – 1930 a 1934;
Jornal Diário Nacional, RJ – 1930 – 1934;
Jornal Correio da Manhã, RJ – 1930 a 1935;
Jornal Correio de São Paulo, SP – 1930 a 1933.

Jornais do Nordeste
Jornal A Província, PE – 1931,
Jornal Diário do Estado, PE – 1930 a 1935;
Jornal Diário da Tarde, PE – 1930 a 1933;
Jornal Diário do Estado, PE – 1930 a 1931;
Jornal A União, PB – 1930 a 1934;
Jornal Liberdade, PB – 1933 a 1934;
Jornal a Tarde, BA – 1932-1934;
Jornal Diário de Notícias, BA – 1931 a 1934;
Jornal Diário da Bahia, BA – 1931 a 1934;
Jornal Diário da Tarde, BA – 1931 a 1932;
Jornal Era Nova, BA – 1931.

Documentos consultados

Annuario Açucareiro para 1935. Rio de Janeiro: Ed. De Brasil Açucareiro, 1935.

Annuario Açucareiro para 1936. Rio de Janeiro: Ed. De Brasil Açucareiro, 1936.

Anuário Estatístico do Brasil. Ano III. Rio de Janeiro: Tip. Do Dep. De Estatística e Publicidade, 1937.

Anuário Estatístico do Brasil. Ano V. Rio de Janeiro: Tip. Do Dep. De Estatística e Publicidade, 1936.

Anuário Estatístico do Brasil, 1939/1940. Ano V. Rio de Janeiro: Tip. Do Dep. De Estatística e Publicidade, 19.

Arquivo de Getúlio Vargas – CPDOC, RJ.

Arquivo de Juarez Távora – CPDOC, RJ.

Arquivo de Oswaldo Aranha – CPDOC, RJ.

Arquivo de Góes Monteiro – Arquivo Nacional, RJ.

Arquivo de Lima Cavalcanti – Instituto Histórico, Geográfico e Arqueológico do Pernambuco/IHGA-PE.

Atas da Comissão de defesa da produção do açúcar 1931-1932– Fundação Joaquim Nabuco, PE.

AMÉRICO, José Américo de. **O ciclo revolucionário do Ministério da Viação.** 2 ed. João Pessoa/Natal: Fundação Guimarães Duque/fundação Casa de José Américo. 1982.

BAHIA, **Comissão Comércio de Cacau da Bahia:** estatística de produção de cacau da Bahia (1900/1 – 1960/1). s/data e s/ano.

BAHIA, **Departamento Estadual de Estatítica:** anuários estatísticos da Bahia (1924-1960).

COIMBRA, Estácio. **Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo na abertura da Terceira Sessão da Décima terceira legislatura, pelo governador do estado Estácio Coimbra.** Recife, 1930.

In memoriam, Martinho Prado Júnior, 1843-1943. São Paulo: Elvino Pocai, 1944.

SÃO PAULO, **Annaes do Senado**, 1929.

Artigos e Revistas

ALMEIDA, Rômulo. Traços da história econômica da Bahia no último século e meio. **Revista Planejamento**, Salvador, v. 5, n. 4, p. 19-54, out. / dez. 1972.

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. Ortodoxia e Heterodoxia Antes e Durante a Era Vargas: Contribuições para uma Economia Política da Gestão Macroeconômica nos Anos 1930. IN: **Revista EconomiA**. Vol. 9, nº 4. Brasília: AMPEC, 2008; p. 183-214.

BARRETO, Álvaro Augusto de Borba. Representação das associações profissionais no Brasil: o debate dos anos 1930. IN: **Revista de Sociologia e Política,** nº. 22, p. 119-133, 2004.

BERSTEIN, Serge. Culturas políticas e historiografias. IN: AZEVEDO, Cecília [et all.]. **Cultura política, memória e historiografia.** Rio de Janeiro: editora da FGV, 2009; p. 30-46.

BOURDIEU, Pierre. Espíritos de Estado: gênese e estrutura do campo burocrático. In: BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas:** sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 1996, p. 91-135.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Getúlio Vargas: o estadista, a nação e a democracia. IN: BASTOS, Pedro Paulo Zahluth & FONSECA, Pedro Cezar Dutra (orgs.) **A era Vargas:** desenvolvimento, economia e sociedade. São Paulo: Ed. Da UNESP, 2012, p. 95-120.

CARVALHO, José Murilo de. "Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual". IN: **Revista Dados**. Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, 1997, p. 229-250.

_____. As forças armadas na Primeira República: o poder desestabilizador. IN: FAUSTO, Boris (org.). **História geral da civilização brasileira.** São Paulo: Difel, 1977, t. 3: O Brasil republicano; v. 2: sociedade e instituições.

CAMARGO, A. Do federalismo oligárquico ao federalismo democrático. In: GOMES, Ângela de Castro. (org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999, p. 39-50.

DEAN, Warren. A industrialização durante a República Velha. IN: FAUSTO, Boris. **O Brasil Republicano:** estrutura de poder e economia (1889-1930), tomo III. 4 Ed. São Paulo: Difel, 1985, p. 249-283.

FIGUEIREDO, Vítor Fonseca. A marginalidade da representação política do norte de Minas Gerais na bancada parlamentar mineira durante a Primeira República. IN: **Revista Opsis.** Catalão: Departamento de História e Ciências Sociais - UFG, v. 12, n. 1, jan./jun. 2012, p. 164-180.

HABERMAS, Jürgen. Soberania popular como procedimento: um conceito normativo de esfera pública. IN: **Revista Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n.º 26, mar., p. 100-113.

MARTINS, Luciano. A revolução de 1930 e seu significado político. In: CPDOC/FGV. **A revolução de 1930:** seminário internacional. Brasília : Ed. UnB, 1983, p. 669-689.

MATA-MACHADO, Bernardo. IN: **Revista análise e conjuntura.** V. 2, nº 1. Belo Horizonte: Fundação Pinheiro Machado, 2987, p. 91-124.

PANDOLFI, Dulce Chaves. A trajetória do Norte: uma tentativa de ascenso político. IN: GOMES, Ângela de Castro (org). **Regionalismo e centralização política:** partidos e constituinte nos anos 30. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980, p. 339-425.

REVISTA ECONOMIA E AGRICULTURA. Em prol da indústria. Ano 1, vol. 1 nº 8, mar., 1933; p. 30-33.

SOUSA, Maria do Carmo Campello de. O processo político-partidário na Primeira República. IN: MOTTA, Carlos Guilherme (org.). **Brasil em perspectiva.** 19 ed. São Paulo: Bertrand Brasil, 1990.

STELLING, Webber. Indústria têxtil na Bahia – O apogeu no século XIX e tendências atuais. **Cadernos de Análise Regional**, número especial, ago./2003, p. 73-88.

VASCONCELOS, Silvio. Civilização das Minas Gerais; ensaio de caracterização. IN: **Revista Brasileira de Estudos Políticos.** 25/26, jul. 1968/jan. 1969. Belo Horizonte: UFMG/PPGD, 1969, p. 81-109.

WIRTH, John Minas e a Nação: Um estudo de poder e dependência regional. 1889-1937. IN: FAUSTO, BORIS (Org.). **História Geral da civilização brasileira. O Brasil Republicano: Estrutura de poder e economia (1889-1930)**. São Paulo: DIFEL, 1985. T. III, V. 1, Cap. II. 2. p. 76-99.

WALLACE, Anthony. Identity and the nature of revolution. IN: HALPER, Stefan A. & STERLING, John R. (eds.). **Latin American:** the dynamics of social change. New York: St. Martin's, 1972, p. 172-186.

Livros, teses e dissertações consultados:

ABREU, Alzira Alves de & BELOCH, Israel (coords.). **Dicionário histórico-biográfico brasileiro, 1930-1983.** Vol. 1. Rio de Janeiro: Forense-Universitária/FGV-CPDOC/Finep, 1984.

ABREU, Marcelo Santos de. **Os mártires da causa paulista: culto aos mortos e usos políticos da Revolução Consitucionalista de 1932 (1932-1957)**. Tese (Doutorado em História) Rio de Janeiro: PPGHS/Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010.

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes.** 2. Ed. Recife: Fund. Joaquim Nabuco/Massangana; São Paulo: Cortez. 2001.

AIRES, José Luciano de Queiroz. **Inventando tradições, construindo memórias:** a "Revolução de 30" na Paraíba. Dissertação (Mestrado em História). João Pessoa: UFPB, 2006.

ALMEIDA, Paulo Henrique de. **A manufatura do fumo na Bahia.** Dissertação (Mestrado em Economia). Campinas: UNICAMP, 1983.

ALMEIDA, José Américo de. **O Ano do Nego**: Memórias. Rio de Janeiro: Gráfica Record Editora, 1968.

AMARAL, Antônio José de Azevedo. **O Estado autoritário e a realidade nacional.** Rio de Janeiro: José Olympio, 1938.

AMORIM, Laura Helena Baracuhy. **O comércio paraibano no processo de formação do mercado nacional (1930-1939).** Dissertação (Mestrado em História). Recife: UFPE, 1987.

ARENDT, **Hannah**. **Entre o passado e o futuro.** São Paulo: Perspectiva, 2011.

_____. **A promessa da política.** 3 ed., Rio de Janeiro: DIFEL, 2010.

_____ **Sobre a violência.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

ARRUDA, Pedro Fassoni. **Capitalismo dependente e relações de poder no Brasil: 1889-1930.** São Paulo: Expressão Popular, 2012.

AZEVEDO, José Afonso de Mendonça. **Elaborando a Constituição Nacional:** atas da subcomissão elaboradora do anteprojeto 1923/1933. Brasília: Senado Federal, 1993.

AZEVEDO, Fernando de. **Canaviais e engenhos na vida política do Brasil.** São Paulo: Melhoramentos, 1958.

BAIARDI, Amílcar. **Subordinação do trabalho ao capital na lavoura cacaueira da Bahia.** São Paulo/Salvador: Hucitec, 1984.

BALANDIER, George. **O poder em cena.** Brasília: Ed. Da UnB, 1982.

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. **A dependência em progresso:** fragilidade financeira, vulnerabilidade comercial e crises cambiais no Brasil (1890-1954). Tese (Doutorado em Ciências Econômicas). Campinas: UNICAMP/Instituto de Economia, 2001.

BAUSBUM, Leôncio. **História sincera da república; de 1889 a 1930.** 4 ed. São Paulo: Alfa Ômega, 1981.

BERNARDI, Lívia Beatriz Moreira. **Ortodoxia econômica nas origens da era Vargas:** continuidade ou ruptura? Dissertação (Mestrado em História Econômica). Campina: UNICAMP/Instituto de Economia, 2007.

BORGES, Vavy Pacheco. **Tenentismo e revolução brasileira.** São Paulo: Brasiliense, 1992.

_____. **Getúlio Vargas e a oligarquia paulista.** São Paulo: Brasiliense, 1979.

BOURDIEU, Pierre, e WACQUANT, Loïc. **Réponses:** pour une anthropologie reflexive. Paris: Seuil, 1992.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** 13ª ed. Rios de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

_____. **Propos sur le champ politique.** Lyon : Presses Universitaires de Lyon, 2000.

BRAUDEL, Fernand. **Reflexões sobre a História**. São Paulo: Martins Fontes, 1992a.

_____. **Escritos sobre a história**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1992b.

CAMARGO, Aspásia & Walter de Góes. **Diálogo com Cordeiro de Farias.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.

CANO, Wilson. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil (1930-1970).** 3 ed. São Paulo: ed. da UNESP, 2007.

_____. **Raízes da concentração industrial em São Paulo.** São Paulo: Difel, 1977.

CAPELLA, Leila Maria Corrêa. **As malhas de aço no tecido social:** a revista "A Defesa Nacional" e o Serviço Militar Obrigatório. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói. 1985.

CARONE, Edgard. **A primeira República (1889-1930).** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1969.

_____. **A República Velha (Evolução política).** São Paulo: Difusão Europeia do livro. 1971.

_____. **A República Velha I** (evolução política) 1889-1930. 3 ed. São Paulo: Difel, 1977.

CARONE, Edgard. **O tenentismo**: acontecimentos, personargens, programas. São Paulo: Difel, 1975.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem:** a elite política imperial. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

_____. **Forças armadas e política no Brasil.** Rio de janeiro: Zahar, 2005.

CARVALHO, Álvaro de. **Nas vésperas da revolução:** 72 dias na presidência do estado da Paraíba - memórias. 2 ed. João Pessoa: Acauã, 1978.

CARVALHO, Maria Célia Freire de. **O clube 3 de Outubro.** Dissertação (Mestrado em História). Rio de Janeiro: UFF, 1975.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Getúlio Vargas:** perfis parlamentares. Brasília: Edições Câmara, 2011.

CASTRO. Sertório de. **A República que a revolução destruiu.** Rio de Janeiro: s/ ed., 1932.

COARACY, Vivaldo. **O Caso de São Paulo.** São Paulo: Editora Ferraz, 1932.

COELHO, Edmundo Campos. **Em busca de identidade:** o Exército e a política na sociedade brasileria. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1976.

CPDOC. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. **A Revolução de 30, seminário internacional.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas; Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1980.

D'ARAÚJO, Maria Celina (org). **Getúlio Vargas:** perfis parlamentares. Vol. 62. Brasília: Câmara dos deputados/Edições Câmara, 2011.

DE DECCA, Edgar Salvadori. **1930, o silêncio dos vencidos:** memória, história e revolução. São Paulo: Brasiliense, 2004.

DE CARLI, Gileno. **Gênese e evolução da indústria açucareira em São Paulo.** Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti, 1943.

DOWBOR, Ladislau. **Formação do capitalismo dependente no Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1982.

DRAIBE, Sônia. **Rumos e Metamorfoses.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

DRUMMOND, José Augusto. **O movimento tenentista:** intervenção militar e conflito hierárquico (1922-1935). Rio de Janeiro: Graal, 1986.

Economia Brasileira, 1889-1945. Rio de Janeiro: Instituto de Planejamento Econômico e Social, 1973.

EISEMBERG, Peter L. **Modernização sem mudanças.** São Paulo: paz e Terra, 1977.

FAORO, Raimundo. **Os Donos do Poder**: formação do patronato político brasileiro. 3 ed. São Paulo: Globo, 2001.

FARIAS, Osvaldo cordeiro de. **Meio século de combate:** diálogo com Cordeiro de Farias, Aspásia Camargo, Walder Góes. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.

FAUSTO, Boris, "Expansão do café e política cafeeira", IN: FAUSTO, Boris. **História geral da civilização brasileira - O Brasil Republicano:**, tomo 3: O Brasil Republicano, v. I, São Paulo, Difel, 1982.

_____. **A revolução de 1930:** história e historiografia. São Paulo: Brasiliense, 1970.

FERNANDES, Aníbal. **Pernambuco no tempo do vice-rei.** São Paulo: Schmidt Editor, s/d.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil:** ensaio de interpretação sociológica. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

FERNANDES, Irene Rodrigues da Silva. **Comércio e subordinação:** a Associação Comercial da Paraíba no processo histórico regional (1889-1930). João Pessoa: Universitária/UFPB, 1999.

FERREIRA, Brasília Carlos. **Trabalhadores, sindicatos, cidadania:** Nordeste em tempos de Vargas. São Paulo: est. e ed. Ad hominem/Natal: cooperativa cultural da UFRN, 1997.

FERREIRA, Marieta de Moraes & PINTO, Surama Conde Sá. **A Crise dos anos 20 e a Revolução de Trinta**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **Conflito regional e crise política:** a Reação Republicana no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, CPDOC, 1988.

FONTOURA, João Neves da. **Memórias.** Vol. II. Porto Alegre: ed. Globo, 1963.

FORJAZ, Maria Cecília Spina. **Tenentismo e política:** tenentismo e camadas médias urbanas na crise da primeira república. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

FREITAS, Alessandra Cerqueira. **A conspiração Revolucionária de 1930:** alcance e limites do movimento tenentista na Bahia. Dissertação (mestrado em História). Salvador: UFBA, 2005.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil.** 27 ed. São Paulo: Cia Nacional, 1977.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **A revolução de 30:** seminário internacional. Rio de Janeiro: Ed. da UNB/CPDOC. 1980.

GABAGLIA, Laurita Pessoa. **Epitácio Pessoa** (1869-1945). 1º vol. São Paulo: José Olympio. 1951.

GARCEZ, Angelina Nobre Rolim. **História econômica e social da região cacaueira.** Rio de Janeiro: Carto-Gráfica Cruzeiro do Sul, 1975.

GAREIS, Maria da Guia S. **Industrialização no Nordeste.** Rio de Janeiro: Notrya, 1994.

GOMES, Ângela de Castro (org). **Regionalismo e centralização política.** Rio de Janeiro: Nova fronteira, 1980.

GNASCCARINI, José Cesar Aprilanti. **Estado, ideologia e ação empresarial na agroindústria açucareira do Estado de São Paulo.** Tese (Doutorado em Sociologia). São Paulo: FFLCH/USP, 1972.

GONÇALVES & SILVA. **O açúcar e o algodão em Pernambuco.** Recife, 1929.

GOMES, Ângela de Castro. **A invenção do trabalhismo.** 3 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere.** Vol. 5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. **Concepção dialética da história.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

GUEIROS, José Alberto. **Juracy Magalhães:** o último tenente. Rio de janeiro: Record, 1996.

GUIMARÃES NETO, Leonardo. **Nordeste:** da articulação comercial a integração econômica. Tese (Doutorado em economia). Campinas: Instituto de Economia/UNICAMP, 1986.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Formação e crise da hegemonia burguesa na Bahia.** Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Salvador: UFBA, 1982.

GURJÃO, Eliete de Queiroz. **Morte e Vida das Oligarquias**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1994.

HILTON, Stanley. **Oswaldo Aranha:** uma biografia. Rio de Janeiro: Objetiva, 1994.

_____. **A Guerra civil brasileira:** história da Revolução Constitucionalista de 1932. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

HOBSBAWM, Eric. **A invenção das tradições.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HOLLANDA, Cristina Buarque de. **Modos da representação política:** o experimento da Primeira República. Belo Horizonte: Ed. da UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2009.

IANNI, Octávio. **O colapso do populismo no Brasil.** 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

_____. **Estado e planejamento econômico no Brasil.** 6 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

JAGUARIBE, Hélio. **Desenvolvimento econômico e desenvolvimento político.** Rio de Janeiro: Ed. fundo de Cultura, 1962.

LACLAU Ernesto. & MOUFFE, Chantal. **Hegemonía y estrategia socialista:** hacia una radicalización de la democracia. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina, 2004.

LEITE, Aureliano. **Martírio e glória de São Paulo.** São Paulo, Empresa Gráfica Revista dos Tribunais, 1934

LESSA, Renato. **A invenção republicana:** Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República Brasileira. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

LEWIN, Linda. **Política e parentela na Paraíba:** um estudo de caso da oligarquia de base familiar. Rio de Janeiro: Record, 1993.

LIMA, Alceu do Amoroso. **Problema da Burguesia.** Rio de Janeiro: Schmidt, 1932.

LIMA, Heitor Ferreira. **História Político-Econômica e Industrial do Brasil.** São Paulo: Ed. Nacional, 1973.

LIMA SOBRINHO, Barbosa. **A verdade sobre a revolução de 1930.** A verdade sobre a revolução de Outubro – 1930. São Paulo: Alfa-Ômega, 1983.

_____. **Barbosa Lima Sobrinho I (depoimento, 1977)**. Rio de Janeiro, CPDOC, 2005.

LOVE, Joseph. **A Locomotiva:** São Paulo e a federação brasileira (1889-1937). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

_____. **O regionalismo gaúcho.** São Paulo: Perspectiva, 1975.

MACCANN, Frank D. **Soldados da pátria:** história do Exército brasileiro, 1889-1937. São Paulo: Companhia das Letras / Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2009.

MACIEL, Ayrton. **Carlos Lima Cavalcanti:** todo poder ao rei. Recife: Assembléia Legislativa do Estado, 2001.

MAGALHÃES, Bruno de Almeida. **Artur Bernardes, um estadista da República.** Rio de Janeiro, José Olympio, 1973.

MAGALHÃES, Juracy. **Minhas Memórias provisórias.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

MATTOS, Aníbal R. **Açúcar e álcool no Brasil.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942.

MARINHO, Josaphat. **Otávio Mangabeira:** discursos parlamentares. Brasília: Câmara dos Deputados, 1978. (coleção perfis parlamentares 10).

MARTINS FILHO, Amílcar Vianna. **Minas e São Paulo na Primeira República Brasileira:** a política café com leite (1900-1930). Belo horizonte: UFMG/PROED, 1981.

MELLO, José Octávio de Arruda. **A revolução estatizada:** um estudo da formação do centralismo em 30. Mossoró: Fundação Guimarães Duque/ Secretaria de Educação e Cultura da Paraíba, 1984.

MONTEIRO, Góes. **A Revolução de 30 e a finalidade política do Exército.** Rio de Janeiro: Andersen editores, s/d.

MOSCA, Gaetano. **The Ruling Class** (Elementi di Scienza Politica). New York/London: McGraw-Hill, 1939.

NOGUEIRA FILHO, Paulo. **Ideias e lutas de um burguês progressista.** Rio de Janeiro, José Olympio, 1965.

OLIVEIRA, Francisco. **Elegia para uma re(li)gião.** 4 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

PANG, Eul, - Soo. **Coronelismo e oligarquias (1889-1943).** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

PANDOLFI, Dulce Chaves (org.), **Repensando o Estado Novo.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

PÉCAUT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil:** entre o povo e a nação. São Paulo: Editora Ática, 1990,

PEÇANHA, Celso. **Nilo Peçanha e a revolução brasileira.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969.

PICCHIA, Paulo Menotti del. **A revolução paulista através de um testemunho do gabinete do governador.** São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1933.

PORTO, Sérgio Dayrell. **O jornal:** da forma ao sentido. 2 ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

PRADO JUNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1944.

PRADO, Paulo. **Retratos do Brasil:** ensaios sobre a tristeza no Brasil. 10 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

PRESTES, Anita Leocádia. **A Coluna Prestes.** São Paulo: Brasiliense, 1990.

RAMOS, Plínio de Abreu, **Os partidos paulistas e o Estado Novo**. Petrópolis: Vozes, 1980.

RAMOS, Guerreiro. **Crise do poder no Brasil:** problemas da revolução nacional brasileira. Rio de Janeiro: Zahar, 1961.

RODRIGUES, Inês Caminha Lopes. **A Revolta de Princesa:** uma contribuição ao estudo do mandonismo local, Paraíba 1930. João Pessoa: Sec. de Educação/União editora, 1978.

RODRIGUES, João Paulo. **O Levante "Constitucionalista" de 1932 e a Força da Tradição:** Do confronto bélico à batalha pela memória (1932-1934). Tese (Doutorado em História). Assis: Faculdade de Ciências e Letras de Assis – Universidade Estadual Paulista, 2009.

RÜSEN, Jörn. **Razão histórica:** teoria da história: os fundamentos da ciência histórica. Brasília: editora da UnB, 2001.

_____. **História viva:** teoria da história III: formas e funções do conhecimento histórico. Brasília: editora da UnB, 2007.

SAMPAIO, José Luis Pamponet. **Evolução de Uma Empresa no Contexto da Industrialização Brasileira** : a Companhia Empório Industrial do Norte – 1891/1973. Dissertação (Mestrado de Ciências Humanas) – Universidade Federal da Bahia, 1975.

SAMPAIO, Consuelo Novais. **Os partidos políticos da Bahia na Primeira República:** uma política de acomodação. Salvador: CED/UFBA, 1975.

_____. **Poder e representação:** o legislativo da Bahia na Segunda República (1930-1937). Salvador: Assembléia Legislativa, 1992.

SANTA ROSA, Virgínio. **O sentido do tenentismo.** 3 ed. São Paulo: Alfa Ômega, 1976.

SANTANA, Martha Mª Falcão de C. e Morais. **Poder e Intervenção Estatal – Paraíba: 1930-1940.** João Pessoa, Ed. Universitária/UFPB. 2000.

SANTOS, Milton. **Por uma Outra globalização:** do pensamento único a consciência universal. Rio de Janeiro/São Paulo: Recorde, 2000.

SANTOS, Moacir José dos. **Pátria e poder: o Exército e a construção da nação (1930-1937).** Tese (Doutorado em História). Assis: Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, 2005.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Cidadania e justiça.** Rio de Janeiro: Campus, 1979.

SANTOS NETO, **Os domínios do Estado:** a interventoria de Anthenor Navarro e o poder na Paraíba (1930-1932). (dissertação Mestrado em História). João Pessoa: PPGH/UFPB, 2007.

SARMENTO, Antônio Natanael Martins. **Urnas e baionetas:** os comunistas na história política de Pernambuco – (1930-1935). (Doutorado em História). Recife: PPGH/UFPE, 1998.

SILVA, Liana Maria Lafayette Aureliano da. **No limiar da industrialização:** Estado e acumulação de capital, 1919-1937. Tese (Doutorado em Economia). Campinas: Instituto de Economia/UNICAMP, 1976.

SILVA, J. Calasans. **A Revolução de 1930 na Bahia.** Salvador: Documentos e Estudos Editora/UFBA, 1980.

SILVA, José Sandoval Correia da. **Cleto Campelo e o tenentismo em Pernambuco.** Monografia (Graduação em Radialismo), Recife: UFPE, 2001.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. **O regionalismo nordestino:** a existencia e consciencia da desigualdade regional. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 2009 (edição fac-simile).

SODRÉ, Nelson Wernek. **História Militar do Brasil.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

SOUSA NETO, Bento correia de. **Governo interventorial na paraíba pós-30:** a administração de Gratuliano de Brito (1932-1934). Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História). João Pessoa: UFPB/CCHLA/DH, 2012.

SOUSA, Maria do Carmo Campello de. **Estado e partidos políticos no Brasil** (1930-1964). São Paulo: alfa-Omega, 1983.

SZMRECSÁNYI, Tamás (org.). **História econômica da Primeira República.** São Paulo: Hucitec/Associação brasileira de pesquisadores em história econômica/Edusp/Imprensa Oficial, 2002.

_____. **Contribuição à análise do planejamento da agroindústria canavieira do Brasil.** Tese (Doutorado em Economia), Campinas: Instituto de Economia/UNICAMP, 1976.

TAVARES, Luís Henrique Dias. **O problema da involução industrial da Bahia.** Salvador: UFBA, 1966.

TÁVORA, Juarez. **À guisa de depoimento sobre a revolução brasileira de 1924.** São Paulo: O combate, 1927.

UNITED NATIONS. **Coffee in Latin American:** Brazil, state of São Paulo. Vol. 2. Cidade do México, 1960.

VARGAS, Getúlio Dorneles **(1938-1945) – A nova política do Brasil.** Rio de Janeiro: José Olympio, 1938.

_____. **A nova política do Brasil.** Vols. I, II e III. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938.

_____. **Diário** (1930-1936). Vol. I. São Paulo: Siciliano/Rio de Janeiro: FGV, 1995.

VASCONCELOS, Silvano Alberto de. **A ascensão e queda da economia algodoeira de Campina Grande (1907-1940):** um estudo de caso. Dissertação (Mestrado em Engenharia da Produção). João Pessoa: Centro de Tecnologia/UFPB, 1980.

VERGARA, Luiz. **Fui secretário de Getúlio Vargas.** Memórias dos anos de 1926-1954. Porto Alegre: Globo, 1960.

VIANNA, Francisco José de Oliveira. **Direito do trabalho e democracia social:** o problema da incorporação do trabalhador no Estado. Rio de Janeiro: José Olympio, 1951.

_____. **O idealismo da Constituição.** Rio de Janeiro, Terra do Sol, 1927.

_____. **Pequenos estudos de Phychologia social.** 3 ed. São Paulo: Comp. Ed. Nacional, 1942.

_____. **Problemas de organização e problemas de direção** (o povo e o governo). 2 ed. Rio de Janeiro: Record, 1974.

_____. **Problemas de política objetiva.** 2 ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1947.

_____. **Instituições políticas brasileiras.** Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1999.

VIANNA, Luiz Vernek. **Liberalismo e sindicato no Brasil.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

VILLELA, Anibal & SUZIGAN, Wilson. **Política do governo e crescimento da economia brasileira.** Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1973.

Weber, Max, **Economia e sociedade:** fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília: Editora Universidade de Brasília: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999.

WEFFORT, Francisco. **O populismo na política brasileira.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

WIRTH, John. **O Fiel da Balança:** Minas Gerais na confederação brasileira – 1889/1937. São Paulo: Paz e Terra, 1982.